

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

LUÍS CARLOS BRAGA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO LEITEIRA E FUMAGEIRA NA LINHA
ITAÍBA, MARMELEIRO-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia – Área de Concentração: Produção do Espaço e Meio Ambiente. Na linha de pesquisa: Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais. Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet.

FRANCISCO BELTRÃO
2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A TERRITORIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO LEITEIRA E FUMAGEIRA NA LINHA
ITAÍBA, MARMELEIRO - PR

Autor: Luís Carlos Braga

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Luís Carlos Braga e
aprovada pela comissão julgadora.

Data: 14 / 05 / 2010

Assinatura:

Luís Carlos Braga

Comissão Julgadora:

M. Saquet
Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet (UNIOESTE – F.B)

J. Edmilson
Prof. Dr. João Edmilson Fabrini (UNIOESTE – M.C.R)

Rosa Maria
Profª. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros (UFRGS)

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação aos meus pais Omércio e Rosemari; às minhas irmãs Cassiane, Vanuza e Ana Paula, ao meu sobrinho Eric e ao cunhado Dioni. Uma família de agricultores.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração e apoio de muitas pessoas.

Manifesto gratidão a todas elas e de forma particular:

À minha família pelo apoio e compreensão.

Aos agricultores e amigos da Linha Itaíba.

Ao professor orientador Dr. Marcos Aurelio Saquet por ter me guiado durante todo o trabalho e pelo apoio e incentivo recebido.

A professora Dra. Roselí Alves dos Santos, por ter me incentivado a entrar no mestrado, mostrando que é um processo trabalhoso mas possível. E pela participação na banca de qualificação.

Aos professores do programa do mestrado, principalmente os que ministraram as disciplinas de que participei: Marcos Aurélio Saquet, Marcelo Dornelis Carvalhal, Maria Encarnação Beltrão Sposito e João Edmilson Fabrini, este também pela participação na banca de qualificação.

A professora Me. Sueli Bevilaqua Baleeiro de Lacerda, pela revisão gramatical desta dissertação.

A todos os colegas de mestrado, em especial o Fernando Farias e Antônio Picinato, pela amizade e pelas discussões sobre as pesquisas.

Aos colegas do Grupo de Estudos Territoriais, (GETERR), principalmente a Suzana, Micheli e Poliane, pela colaboração na elaboração dos mapas.

As meninas do projeto: Registrando a história e as experiências políticas-organizativas das mulheres agricultores do Sudoeste do Paraná.

A todos os funcionários da UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, que de uma forma e de outra colaboraram, em especial à Andréia Zuchelli Cucchi, a João Rodriguez pelos “galhos” quebrados e também ao funcionário e amigo, que não está mais entre nós, Everaldo Valendorf.

E é claro, não poderia faltar os agradecimentos ao *Imortal Tricolor*, o Grêmio Futebol Portogalense, que indiretamente contribuiu, através das suas vitórias que nos trazem alegria.

RESUMO

Nesta pesquisa, estudamos o processo de territorialização dos agentes do capital no Sudoeste do Paraná, evidenciando a produção leiteira e a fumageira no reassentamento Linha Itaíba, no município de Marmeleiro/PR. Tal processo revela características centrais da modernização da agricultura e da subordinação dos trabalhadores familiares rurais. Nosso objetivo principal é compreender o processo de sobreposição dos territórios da produção leiteira e fumageira, explicando as relações de poder presentes nas disputas territoriais entre grandes empresas como a Souza Cruz e a Latco, além da Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF), evidenciando suas práticas espaciais e capacidade de produzir, fazer circular e redistribuir seus produtos em redes que compõem uma complexa territorialidade de controle e subordinação dos produtores agrícolas familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Território, capital, agricultura, integração, subordinação.

THE TERRITORIALIZATION OF MILKY AND TOBACCO PRODUCTION IN THE LINHA ITAÍBA, MARMELEIRO/PR

ABSTRACT

On this research, we have studied the territorialization of the capital agents in the South west of Paraná, standing out the milk and tobacco production and in the settlement of Linha Itaíba, in the country of Marmeleiro/Pr. Such process reveals central features of agriculture modernization and the subordination of rural family workers. Our main objective is to understand the process of superposition of tobacco and milky production territory, explaining the relation of power presented in the territorial disputes among big companies as Souza Cruz and Latco, besides the Milk Cooperative (CLAF), out standing its spatial practices and capacity of producing, making it circulate and redistribute their products in nets that compose a complex territoriality of control and subordination of family farmers producers.

KEY-WORDS: Territory, capital, agriculture, integration, subordination.

LISTA DE MAPAS

Mapa-1	Localização da Linha Itaíba, Marmeleiro/PR.....	14
Mapa-2	Distribuição das unidades da Souza Cruz no Brasil.....	25
Mapa-3	Mercados do tabaco brasileiro, no ano de 2008.....	27
Mapa-4	Atuação do laticínio Latco no Brasil	60

LISTA DE QUADROS

Quadro-1	Organização municipal do SISCLAF/PR.....	55
Quadro-2	Organização estrutural do SISCLAF/PR.....	56
Quadro-3	Preços pagos pelo fumo Burley na Linha Itaíba.....	138
Quadro-4	Preços pagos pelo fumo comum na Linha Itaíba.....	139
Quadro-5	Despesas com custeio de 20 mil pés de fumo safra 2007/08 (área 1ha)	140
Quadro-6	Preços de equipamentos utilizados na produção do leite.....	159

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia-1	Globo House- sede da BAT em Londres, as margens do rio Tamisa.....	39
Fotografia-2	Agricultores recolhendo fumo na Linha Itaíba, Marmeleiro, PR.....	39
Fotografia-3	Fábrica de queijo da CLAF, em Itapejara do Oeste.....	54
Fotografia-4	Um dos portais da cidade de Santa Cruz do Sul no Rio Grande do Sul	87
Fotografia-5	Sala de ordenha mecanizada.....	100
Fotografia-6	Benfeitorias destinadas a produção de fumo e leite, na Linha Itaíba.....	105
Fotografia-7	Galpão e estufa destinados a produção de fumo na Linha Itaíba.....	106
Fotografia-8	Área de pastagem plantada, na Linha Itaíba.....	107
Fotografia-9	Agricultores plantando mudas nas bandejas de isopor.....	120
Fotografia-10	Agricultor preparando o solo para o plantio.....	121
Fotografia-11	Plantação de fumo em processo de amadurecimento.....	123
Fotografia-12	Agricultores colhendo fumo na Linha Itaíba.....	123
Fotografia-13	Agricultores transportando fumo da estufa para o galpão na Linha Itaíba.....	124
Fotografia-14	Agricultor enfardando fumo na Linha Itaíba.....	125
Fotografia-15	Agricultora durante o trabalho de ordenha, Linha Itaíba.....	126
Fotografia-16	Plantel de vacas na Linha Itaíba.....	127
Fotografia-17	Plantel de vacas na Linha Itaíba.....	128
Fotografia-18	Casa da família Rudniski Linha Itaíba, construída com recursos de financiamentos.....	165
Fotografia-19	Casa da Família Krause na Linha Itaíba Marmeleiro/PR, reformada com recursos de financiamentos.....	165
Fotografia-20	Foto da casa da família Jabuiski, não reformada na Linha Itaíba.....	166
Fotografia-21	Ginásio de esportes na Linha Itaíba.....	171
Fotografia-22	Igreja na Linha Itaíba.....	172

LISTA DE TABELAS

Tabela - 1	Produção e exportação de fumo no Brasil.....	22
Tabela - 2	Fumicultura regional brasileira (safra 2007/08).....	26
Tabela - 3	Dados da produção e exportação dos principais países produtores de fumo (safra 2007/08).....	27
Tabela - 4	Estrutura fundiária do município de Marmeleiro número de estabelecimentos.....	92
Tabela - 5	Número de tratores no Sudoeste paranaense.....	93
Tabela - 6	Número de produtores que produzem fumo e leite.....	102
Tabela - 7	Principal atividade econômica do estabelecimento.....	102
Tabela - 8	As principais atividades agropecuárias da Linha Itaíba (2007/08).....	104
Tabela - 9	Meios de produção da produção do fumo e leite.....	106
Tabela - 10	Destino da produção do leite.....	111
Tabela - 11	Comparação de alguns meses da média paga por litro de leite pela CLAF e pela LATCO.....	111
Tabela - 12	Bens relacionados a qualidade de vida dos agricultores.....	116

LISTA DE SIGLAS

ASSESOAR: Associação de Estudos Orientação e Assistência Técnica
AFUBRA: Associação dos Fumicultores do Brasil
BAT: British American Tobacco
CAI: Complexo Agroindustrial
CIF: Certificado de Licença Federal
CIDs: Centrais Integradas de Distribuição
CRESOL: Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CLAF: Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar
CRAPA: Coordenação Regional de Associação de Pequenos Agricultores
COOPAFI: Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada
ECAS: Escolas de Educação Comunitária dos Agricultores
EMATER: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
ITR: Imposto Territorial Rural
ICMS: Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviço
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MCP: Modo Capitalista de Produção
MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar
SINDIFUMO: Sindicato das Indústrias do Fumo
SICRED: Sistema de Crédito Cooperativo
SISCLAF: Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A TERRITORIALIZAÇÃO DA EMPRESA FUMAGEIRA SOUZA CRUZ.....	20
2. A TERRITORIALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES LEITEIRAS.....	45
2.1. DADOS DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE LEITEIRA.....	45
2.2. A TERRITORIALIZAÇÃO DA COOPERATIVA DE LEITE DA AGRICULTURA-FAMILIAR (CLAF).....	47
2.3. TERRITORIALIZAÇÃO DA LATCO.....	58
3. TERRITORIALIDADE DA PRODUÇÃO FUMAGEIRA E LEITEIRA E INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ESPAÇOS URBANO E RURAL.....	62
4. A TERRITORIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO LEITEIRA E FUMAGEIRA NA LINHA ITAÍBA E AS MODIFICAÇÕES NO TERRITÓRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	88
5. A PRODUÇÃO, AS TERRITORIALIDADES E A SOBREPOSIÇÃO DOS TERRITÓRIOS.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS	180
ANEXOS.....	184

INTRODUÇÃO

No intuito de explicar traços que julgamos fundamentais no processo de integração e subordinação dos trabalhadores familiares rurais, apresentamos, no presente texto, os resultados da nossa pesquisa sobre a territorialização do capital em espaços de agricultura familiar, mais detidamente sobre as estratégias da Souza Cruz, Latco e a Cooperativa de Leite da Agricultura-Familiar (CLAF) na Linha Itaíba, Marmeleiro.

Para analisarmos as principais modificações provocadas pelas estratégias das empresas fumageira e leiteira, utilizaremos elementos da abordagem territorial.

No estágio atual do desenvolvimento capitalista [...] o debate acerca do território nunca foi tão oportuno, dada a redefinição das estratégias de acumulação de capital e, conseqüentemente, da subordinação dos bens, recursos e energia vital aos imperativos da acumulação. [...] atentar para a ordenação do território ganha relevância ímpar, porque é este que comporta as ações de produção, circulação e consumo, o tripé da valorização capitalista que culmina na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. (PAULINO, 2008, p.214)

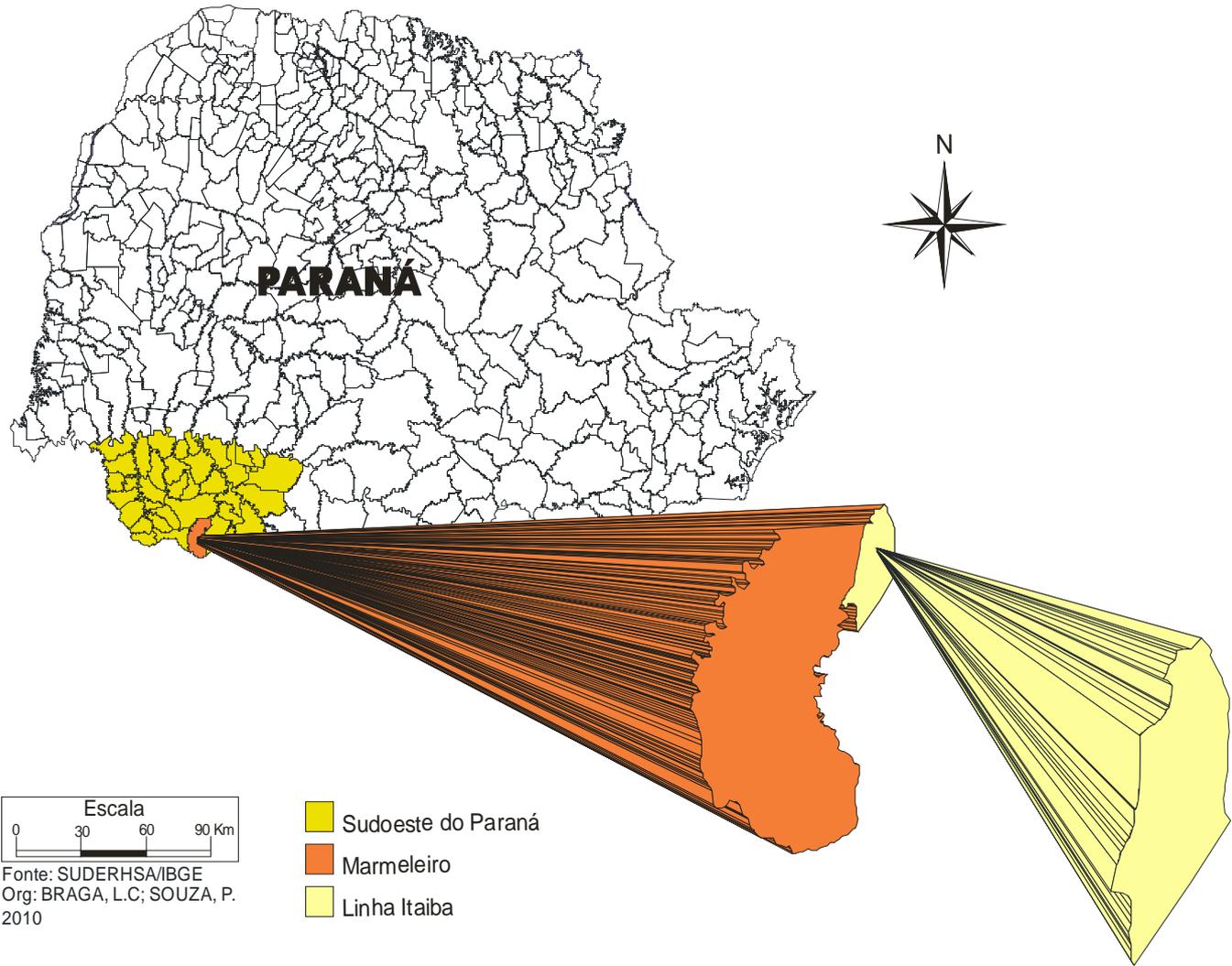
Também Segundo Saquet:

[...] a abordagem territorial consubstancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e os territórios de maneira a contemplar a (i)materialidade do mundo da vida. (SAQUET, 2007, p.183)

Para a realização da pesquisa, efetivamos levantamento bibliográfico, de obras e artigos que tratam principalmente da temática do território e da questão agrária, assim como os debates das disciplinas foram importantes. Coletamos dados secundários do IBGE e da Secretária Municipal de Agricultura bem como dados junto aos representantes das instituições atuantes na área de estudo e em relatórios do Sudoeste paranaense e, principalmente, do município de Marmeleiro e da Linha Itaíba.

Para a formação da base empírica, realizamos entrevistas com os envolvidos nas produções: os representantes das instituições e os agricultores. A área definida para estudo, demonstração e explicação geográfica corresponde à Linha Itaíba, (mapa 1) um reassentamento rural localizado no município de Marmeleiro, Sudoeste do Paraná. Os agricultores dessa localidade foram obrigados a deixar suas áreas de produção nos municípios de Itá, em Santa Catarina, e Aratiba, no Rio Grande do Sul, em decorrência da

MAPA 1. Localização da Linha Itaíba, Marmeleiro\PR.



construção da Hidrelétrica de Itá, no Rio Uruguai, no final da década de 1980 e início da de 1990.

O Reassentamento Linha Itaíba é formado por pequenas unidades de produção agropecuária, somando 35 famílias; destas, estudamos 21, das quais, 15, ou seja, 70%, produzem fumo e leite; 3 produzem somente fumo e 3 somente leite. Os fumicultores são integrados à Souza Cruz e os produtores de leite entregam a produção para a Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar CLAF e a Latco.

Apesar de intenso, o processo de territorialização da Souza Cruz nesse espaço é recente, já que 54% dos produtores ingressaram na produção num período de 4 a 6 anos. Apesar do curto período de produção de fumo, as mudanças na Linha Itaíba são muito significativas, descaracterizando a agricultura familiar através da perda de princípios fundamentais como a auto-suficiência e a utilização de práticas menos degradantes.

A produção do leite territorializou-se de forma mais lenta, entretanto, atualmente, o seu território é significativo no reassentamento, pois o leite é uma das principais formas de geração de renda dos agricultores. Dos produtores de leite, 9 comercializam a produção com a Lacto e 8 com a CLAF. Em decorrência da demanda de mão-de-obra exigida pelas duas atividades e da variação dos preços dos produtos, ocorre uma disputa de território. Essa disputa acontece porque o agricultor ajusta-se ao mercado direcionando sua produção a partir da maior ou menor possibilidade de ganhos.

No caso da produção do fumo, por se tratar de um trabalho mais penoso, o agricultor produzirá até o momento em que o grau de penosidade do trabalho for inferior ao grau de satisfação. Isso também pode fazer com que o agricultor, mesmo ganhando um pouco menos com o leite, deixe de produzir ou diminua a produção de fumo. Esse é um processo delicado, pois a Souza Cruz obriga-o ao cumprimento dos contratos firmados no início de cada safra. A Souza Cruz estabelece uma relação mais dessimétrica com os agricultores, pois o contrato que rege o sistema de integração atrela os fumicultores a um duplo movimento, em que ocorre a circulação dos insumos da indústria para a agricultura e a circulação da matéria-prima da agricultura para a indústria. O contrato também prevê que a classificação do valor de cada classe de fumo seja realizada na empresa, sem a participação dos agricultores. O contrato é a principal forma de subordinação dos agricultores à empresa, é nele que estão todas as obrigações que os agricultores devem cumprir, conforme demonstraremos no decorrer desta dissertação.

Já a relação das instituições leiteiras com os agricultores é menos dessimétrica, pois, a cada final de mês, o agricultor pode trocar de instituição se não estiver satisfeito com o valor pago pelo litro de leite. No caso da CLAF, ela desconta da produção do associado uma taxa para os gastos operacionais e o produtor que parar de entregar o leite para ela e depois quiser voltar terá que pagar uma multa. A CLAF foi criada para dar mais autonomia aos agricultores familiares na atividade leiteira, diante das dificuldades - dos agricultores descapitalizados - de investimentos na produção e da concentração da comercialização pelas indústrias. Porém, durante a pesquisa, percebemos que ocorreram alguns desvirtuamentos em relação aos pressupostos da cooperativa, tais como: concentração dos cargos administrativos com poucos dirigentes; falta de uma gestão democrática, que propicie o debate, que aproxime os associados da cooperativa; busca pela concorrência/permanência no mercado nos mesmos parâmetros das empresas de laticínios. Isso significa que amenizar as dificuldades dos agricultores não é mais a prioridade da cooperativa.

Tanto na produção de fumo como de leite, os agricultores utilizam práticas tradicionais como o trabalho braçal, tração animal etc, juntamente com inovações tecnológicas e são inseridos em redes transnacionais de circulação de produtos, de capital e informação. Tais modificações são implantadas pelas empresas, ocorrendo a conjugação de distintas temporalidades e territorialidades, cujos espaços mais extremos e longínquos passam a fazer parte do mesmo território, estabelecendo relações de dependência, subordinação e criação de demandas de um em relação ao outro.

O texto que segue distribui-se da seguinte forma: no capítulo 1, trataremos da territorialização da Souza Cruz, ela que é uma empresa transnacional e faz parte do conglomerado da British American Tobacco (BAT), um dos maiores grupos mundiais do segmento de cigarros, que atua em 40 países. O controle acionário da Souza Cruz pela BAT introduziu, no Brasil, principalmente, na região Sul, novas tecnologias que forçaram as outras empresas e os agricultores a reestruturarem a cadeia produtiva, concentrando a atividade sob o poder das multinacionais. Ainda neste capítulo apresentaremos as principais estratégias territoriais da empresa, a sua capacidade de reorganizar, sobrepor e dar fluidez aos territórios: tentamos demonstrar o seu território de forma mais geral interligando-se com a nossa área de estudo. Analisaremos também a problemática que envolve a produção do fumo, constituindo-se esta na causa de vários problemas para a sociedade, desde o agricultor que produz a matéria-prima com uma longa jornada de trabalho, manuseando com produtos químicos não possui influência na cadeia produtiva até o consumo do produto final, por sua vez causador, de problemas de saúde aos fumantes; ao mesmo tempo, os tributos gerados pela atividade são

significativos para o Estado e o número de famílias integradas. Segundo dados da AFUBRA (2009), somando todas as empresas na região Sul, chega a 182 mil famílias integradas à produção de fumo, sendo 40 mil integradas à Souza Cruz, tendo na produção do fumo sua principal fonte de renda.

No capítulo 2, apresentaremos dados gerais sobre a produção desde a escala mundial até a local. Tais dados demonstram o aumento da produção leiteira, proporcionado pela mecanização da produção, utilização de alimentação industrializada e o aumento da diversidade de produtos derivados do leite. No Brasil, entre os anos de 1996 e 2006, houve um acréscimo de 19,5 % na produção (IBGE, 2009). A elevação da produção do Sudoeste paranaense também se destaca entre as que mais cresceram no país, 271% no período entre os anos de 1990 e 2007.

E ainda, demonstraremos a territorialização da CLAF, como ela surgiu sobre a base de um processo histórico de cooperativismo existente no Sudoeste paranaense, com o intuito de dar mais autonomia ao agricultor familiar produtor de leite, possibilitando, através da intermediação de financiamentos e da inserção no mercado, a sua continuidade na produção leiteira, já que o processo de modernização da produção estava excluindo os produtores descapitalizados da produção de leite, que se apresenta na região como uma importante fonte de renda.

Apresentaremos também a territorialização da Latco¹, explanaremos sobre o território de atuação da empresa, para quais estados vende a produção, sua capacidade de produção, principais produtos, número de produtores e um pouco da política de funcionamento do laticínio.

No capítulo 3, explicaremos como as produções leiteira e fumageira intensificam as relações entre os espaços urbano e rural. A Souza Cruz, através da sua territorialidade, representada pelas suas matrizes, filiais e pelos fumicultores integrados, perpassa os dois espaços, através das relações estabelecidas entre os agentes envolvidos na produção fumageira, os quais promovem a circulação de insumos químicos, matéria-prima e créditos bancários, estabelecendo redes que constituem o território da empresa. Na produção de leite realizada através da Latco e da CLAF, há circulação de matéria-prima, capitais e fluxo de pessoas entre os espaços rurais e urbanos. As estruturas dessas instituições disseminam-se pelos espaços urbano e rural. No caso da Latco e da Souza Cruz, são empresas que dependem da agricultura, mas também possuem indústrias, entrepostos, nos centros urbanos, para a

¹ Uma das principais dificuldades da pesquisa foi em relação à coleta de dados da Latco, a empresa não forneceu muitas informações apesar das várias tentativas.

transformação e comercialização da produção; assim, é difícil definir se são empresas rurais ou urbanas, devido ao complexo grau de relação entre os espaços. Apontaremos também como se dão as relações com o espaço urbano dos sujeitos dessas produções, os agricultores, como essas relações estão intensificando-se, devido à infiltração progressiva do capitalismo no campo, que proporciona maior fluidez ao território. Nesse processo, as produções leiteira e fumageira têm fundamental importância, pois elas fazem com que os agricultores tenham mais relações com o espaço urbano. Também as cidades são utilizadas como espaços de comercialização de alguns produtos *coloniais* produzidos pelos agricultores.

No capítulo 4, trataremos, de forma mais aprofundada, do histórico da Linha Itaíba e da origem dos agricultores, apontando como era a sua forma de produção anterior, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde a produção era realizada através do trabalho braçal. Explicaremos como se deu o processo para conseguirem ser reassentados e como foi a inserção desses agricultores no Sudoeste paranaense, que estava em pleno processo de modernização da agricultura; quais as dificuldades encontradas que os conduziram a optar pela produção de fumo e de leite e como se deu o desenvolvimento dessas produções no reassentamento, as mudanças territoriais ocasionadas e como ocorreu a conjugação dessas produções com as outras produções agropecuárias e com a produção para o consumo no estabelecimento.

Com base nos dados do trabalho de campo, analisaremos a renda proporcionada pelas duas atividades, qual a principal fonte de renda dos agricultores e os principais aspectos que proporcionam a disputa territorial entre as produções, como as variações nos valores dos produtos, a disponibilidade de financiamentos, os fatores climáticos, no caso da produção do fumo os atravessadores que são os compradores “ilegais”, os quais são uma alternativa de comercialização que pode proporcionar uma renda maior aos agricultores. Também evidenciamos as práticas tradicionais que ainda existem como a utilização de tração animal, produção para o consumo no estabelecimento, as chamadas “trocas de dias de trabalho”. Práticas que estão diminuindo, mas ainda estão presentes em nossa área de estudo e fazem com que as condições de produção sejam diferentes de um agricultor para outro.

No 5º capítulo apresentamos, inicialmente, um dos principais elementos da disputa territorial entre as produções, ou seja, a mão-de-obra; como são os trabalhos das produções realizando um comparativo, demonstrando que o trabalho no fumo demanda mais mão-de-obra e é exaustivo. Já para a produção do leite os trabalhos são leves, porém, regulares. Essa maior facilidade dos trabalhos na produção do leite deve-se à modernização da produção e os agricultores da Linha Itaíba conseguiram adquirir equipamentos como ordenhadeira, tanque

de expansão ou submersão devido ao acesso a financiamentos. Demonstramos também as estruturas necessárias construídas pelos agricultores para a produção, assim como a produção dos animais e as pastagens. Realizamos uma análise aprofundada do contrato de integração entre a Souza Cruz e os agricultores, demonstrando como a empresa atrela os agricultores a uma série de obrigações e os poucos direitos que lhes são garantidos no contrato não são cumpridos pela empresa.

Ainda, examinaremos a relação da Latco com os agricultores, uma breve análise (devido à impossibilidade de coleta de mais dados), a partir de alguns dados e informações dos agricultores, a empresa não estabelece vínculo contratual com os agricultores, não há estimativa de produção para ser cumprida por parte dos mesmos. Analisaremos o Estatuto da CLAF, apresentando alguns desvirtuamentos da cooperativa em relação ao “esquecimento” do seu principal objetivo, que era o de favorecer o agricultor familiar, provocando afastamentos de associados da cooperativa; atualmente, na CLAF de Marmeleiro, dos 170 associados, apenas 43 comercializam a produção com a cooperativa. Por fim, discutiremos brevemente, a importância dos financiamentos, principalmente o PRONAF, como ele está sendo aplicado pelos agricultores e qual sua importância para a viabilização da produção, identificando algumas alternativas para os agricultores construir novas territorialidades.

Todos os capítulos, além da análise dos elementos econômicos, materiais, enfim, das produções, são permeados pela discussão dos vários elementos que circundam a dimensão da vida dos agricultores. Elementos que podem ser abstratos, ideológicos, tradicionais, mas que influenciam no cotidiano e na existência dos agricultores que não possuem o sentido de vivência baseado somente em elementos materiais.

1. A TERRITORIALIZAÇÃO DA EMPRESA FUMAGEIRA SOUZA CRUZ

Fundada em 1912, a British American Tobacco (BAT) é um dos maiores grupos do segmento de produção de tabaco, atuando em mais de 180 mercados. É o segundo maior grupo da indústria de tabaco, perdendo apenas para a *Universal Leaf Tobaccos*. Em relação à produção de cigarros, possui mais de 300 marcas em seu portfólio; do total de 1 bilhão de fumantes existentes em todos continentes, um em cada sete fumantes, fuma uma marca da BAT. Possui 47 fábricas em 40 países; entre eles destacam-se os Estados Unidos, Canadá, Japão, Coréia do Sul, Inglaterra, Alemanha, Holanda, Itália, Rússia, França, China, Índia, África do Sul, Líbano, Turquia, Nigéria, Argentina, Venezuela, Peru, Chile, México, Brasil; emprega diretamente, nesses países, mais de 90 mil empregados, (Souza Cruz, 2008).

No início da década de 1990, a BAT ampliou a expansão dos seus negócios, focalizando os seus esforços somente na produção de fumo, com isso houve uma reorganização no grupo, já que antes as suas atividades eram diversificadas, atuando em outros ramos como produção de sucos e de plásticos. Essa redefinição da atuação da empresa tem como objetivo reconquistar a posição de líder mundial na produção de tabaco, expandindo-se na última década em cerca de 50% o seu mercado.

Para alcançar seus objetivos, o grupo BAT procura expandir-se tanto organicamente, ou seja, através da expansão das indústrias que já fazem parte do grupo como também através de fusões e de aquisições de outras empresas.

A BAT busca a redução de custos, aumento da qualidade dos seus produtos, chegada cada vez mais rápida dos seus produtos ao mercado, aumento da eficácia dos seus “colaboradores”, que ultrapassam 53 mil em vários países, além dos mais de 280 mil produtores agrícolas integrados às suas corporações. A colocação dessas ações em prática proporcionaram, em 2003, uma economia de 64 milhões de libras e, em 2004, 89 milhões (Souza Cruz, 2009).

A BAT atua desde o processo de produção do tabaco em folha até a fabricação do cigarro. Entre as suas marcas internacionais, a organização concentra foco e recursos em quatro delas: Lucky Strike, Kent, Dunhill e Pall Mall. As vendas destas quatro marcas representam 44% das vendas das marcas internacionais da BAT e cerca de 24% do volume total de vendas do grupo (AFUBRA, 2009).

A BAT possui a sede em Londres, Inglaterra, e atua em todos os continentes; na América Latina, seu território de ação direta é Brasil, Argentina, Venezuela, Peru, Chile e México. No Brasil, a principal representante da BAT é a Souza Cruz. O controle da Souza

Cruz pela BAT proporciona recursos financeiros e uma forte integração no mercado internacional do fumo (Corrêa, 1992).

As ações da BAT, no Brasil, através da Cia. Souza Cruz, foram fundamentais para a expansão da produção brasileira de fumo, principalmente da região Sul do país. A cidade de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, considerada a capital do fumo não só do Brasil, mas da América Latina, começou a produzir no início do século XX, porém, foi com a instalação da BAT, no parque industrial da cidade, no ano de 1917, que a produção começou a ganhar maiores proporções através da atuação do capital monopolista, que intensificou e difundiu esse processo, resultando na modificação e reorganização do território regional (Silveira, 2007). As ações da BAT também modificaram a base técnica da produção do fumo em todo o Sul do Brasil, pois a empresa implementou/padronizou inovações tecnológicas.

Para ter a garantia da produção da matéria-prima, a Souza Cruz integra cerca de 40 mil famílias de agricultores, principalmente nos três estados do Sul do Brasil. Nesta região, a soma do número de famílias integradas, considerando todas as empresas fumageiras, chega a 182 mil, ocupando na safra 2007/08, uma área de 354 mil ha, sendo 83,4 mil ha de produtores integrados a Souza Cruz, envolvendo cerca de 800 mil agricultores; destes, 240 mil são integrados a Souza Cruz e venderam para a empresa 164 mil toneladas de fumo, o que corresponde a 22,7% da produção nacional. Na safra 2007/08, a produção do Sul do Brasil chegou a 720 mil toneladas, superando o total da produção nacional da safra 2006/07, de 700 mil toneladas. Desse total produzido, 85% é destinado para exportação, abastecendo cerca de 100 países com o tabaco brasileiro. O fumo mantém-se na posição de terceiro produto agrícola na pauta de exportações primárias do Brasil, superado apenas pela soja e pelo café, e participa com cerca de 1,4% do total das vendas externas do país. O aumento gradativo da produção, até 2004 (como podemos conferir na tabela 1), deu-se devido às inovações tecnológicas e ao aumento no número de agricultores integrados. Entre os anos de 2004 e 2007, houve uma queda na produção. Já a exportação apresentou queda somente na safra 2005/06, mas na safra seguinte obteve um aumento na exportação que passou de 581.380 toneladas para 710.150 toneladas.

No processo de expansão da produção fumageira há forças econômicas e políticas muito fortes. A produção fumageira e a integração interessam ao Estado. A título de ilustração, cabe mencionar que só a Souza Cruz arrecadou, em 2007, R\$ 5.5 bilhões, 54% da sua receita líquida, e obteve, no mesmo ano, um lucro líquido de 908 milhões, ocupando a empresa a 5ª posição entre as empresas privadas que mais pagam impostos.

Tabela 1. Produção e exportação de fumo no Brasil.

Ano	Produção	Exportação
1980	372.970	129.900
1990	447.980	198.040
2000	577.110	353.020
2001	544.780	443.900
2002	669.950	474.470
2003	635.820	477.540
2004	882.650	592.850
2005	876.430	629.630
2006	803.540	581.380
2007	792.390	710.150

Fonte: AFUBRA (2009), organizada pelo autor.

Devido a isso, as empresas exercem pressão sobre o Estado, como aconteceu no Rio Grande do Sul, onde, devido à crise financeira vivenciada pelo Estado, o governo criou um decreto estadual, em dezembro de 2004, que previa a limitação da transferência de grande parte dos créditos de ICMS para as grandes empresas exportadoras nele localizadas. Isso teve como resultado para as empresas do setor fumageiro, o aumento do custo de produção e a diminuição dos lucros. Em reação a essa norma, as empresas mobilizaram as lideranças políticas regionais e a opinião pública para conseguirem o recebimento dos créditos devidos, referentes aos anos de 2003 e 2004, que correspondiam a um valor de 330 milhões de reais. Além dessa mobilização, as principais empresas fumageiras, dentre elas a Souza Cruz, passaram a rever seus projetos de investimentos no Rio Grande do Sul. A Universal Leaf Tabaco Ltda. cancelou investimentos no município de Venâncio Aires, da ordem de 10 milhões de reais, o que resultou na perda de 1700 novos empregos diretos. O investimento foi realizado no município de Joinville em Santa Catarina, onde se construiu uma nova linha de processamento, resultando na instalação de um novo nó do território fumageiro. Diante dessa forte pressão, em 2006, os prefeitos municipais aceitaram devolver parceladamente os créditos do ICMS (Silveira, 2007).

Os tributos gerados pelas empresas também promovem uma “guerra” fiscal entre os municípios e estados; essa disputa é favorável aos interesses das empresas, que vêm a possibilidade de conseguir isenções de impostos e outras vantagens.

Além disso, as indústrias fumageiras empregam, no Sul do Brasil cerca de 30 mil funcionários; destes, 7500, número considerável de empregados, são da Souza Cruz. Por isso, quando são apresentados projetos como o da Convenção Quadro², há muita polêmica, pois como não são apresentadas outras formas de produção menos degradantes e subordinadoras, já que a redução e o fim da produção do fumo deixariam milhares de famílias sem uma das suas principais atividades econômicas. Isso é preocupante, pois, atualmente, não se discute mais a exploração no trabalho, mas a falta dessa exploração, ou seja, o desemprego. Vale lembrar que a falta de outras perspectivas de produção deve-se também à falta de organização e a certa comodidade por parte dos agricultores familiares. A produção orgânica, por exemplo, seria uma boa alternativa, desde que houvesse a constituição de uma rede de produção e distribuição própria, sem comercializar a produção nas redes industriais, para que elas não se apropriem de parte da produção.

No caso da produção do fumo questiona-se também a falta de organização dos agricultores em reivindicar preço melhor, porém, isso seria uma solução paliativa já que os agricultores continuariam dependentes da empresa, trabalhando com agrotóxicos e em uma atividade fisicamente desgastante.

Um dos argumentos da empresa para que esses 40 mil agricultores espalhados por 700 municípios, nos três estados da região Sul, continuem na produção do fumo, seria o fato de que o fumo é, no Brasil, um dos poucos produtos agrícolas que, devido ao sistema integrado de produção, têm a venda de toda a produção garantida e os preços estabelecidos antes da safra. Porém, a empresa é quem estipula a estimativa de produção de cada produtor e, apesar dos valores do fumo serem estabelecidos antes da safra, a empresa possui um sistema de classificação (o qual analisaremos mais adiante) que regula o preço do fumo pela sua qualidade; tal classificação é realizada longe do estabelecimento sem a participação dos agricultores.

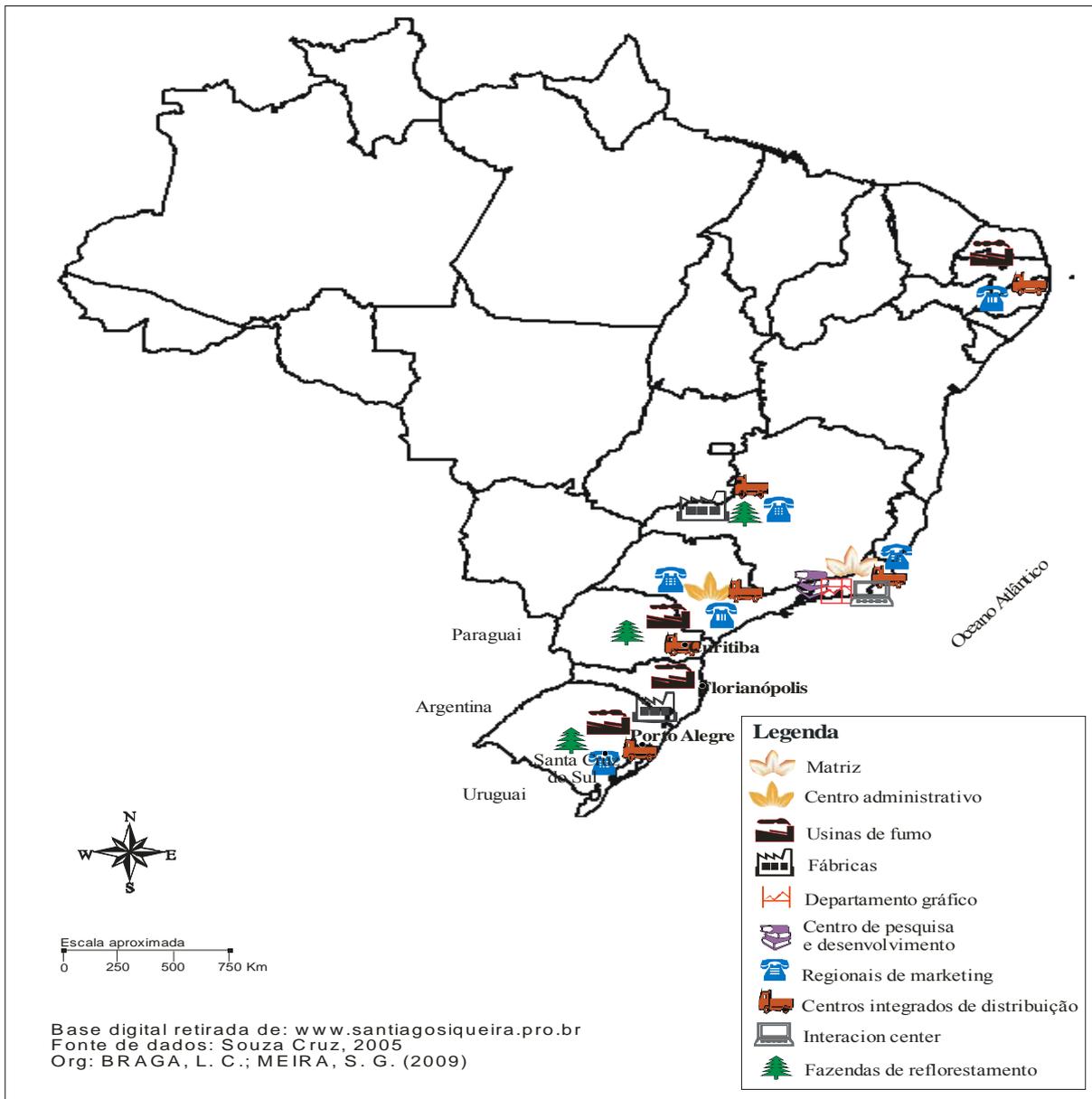
² A Convenção-Quadro é o primeiro tratado internacional de saúde pública. Seu objetivo é reduzir a prevalência do tabagismo no mundo, por meio da regulamentação em diferentes segmentos. O tratado propõe uma política de preços e tributos mais elevados; a total proibição do fumo em ambientes fechados e locais públicos; o fim de diferenciais em embalagens que induzem à errônea impressão de que certos tipos de tabaco causam menos males – como light, ultra light ou mild; a total proibição de toda a forma de publicidade, promoção e patrocínio do fumo; a proibição de fabricação e a venda de doces, comestíveis, brinquedos ou qualquer outro objeto com o formato de produtos de tabaco que possam ser atraentes para menores; entre outros pontos. A Convenção entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2005 [...] sem a ratificação do Brasil. Vale destacar que mais de 70 países membros da Organização Mundial de Saúde (OMS) já estão comprometidos a aplicá-la em seus territórios, inclusive alguns dos maiores produtores mundiais de fumo, como a China, a Índia e a Turquia. (TABACCO ZERO apud TERRA DE DIRITOS, 2007).

O capital social da Souza Cruz é composto exclusivamente de ações ordinárias, sendo o acionista controlador o grupo BAT com 75,3% do total; o restante, ou seja, 24,7% das ações são negociadas no mercado, pertencendo a fundos de pensão, pessoas jurídicas e pessoas físicas tanto do Brasil como do exterior.

A Souza Cruz foi fundada, em 1903, pelo português Albino Souza Cruz. Em 1914, a empresa passou a ter o controle acionário da BAT, permanecendo o seu fundador como presidente até 1962, (SOUZA CRUZ, 2009). A BAT, através da Souza Cruz, foi a única empresa estrangeira no país até 1968; a partir daí, várias empresas renderam-se ao capital estrangeiro devido à crise dos anos 1962-67 e à falta de apoio maior pelo Sistema Nacional de Crédito e também porque a maior parte das empresas fumageiras nacionais não conseguiram mais acompanhar a velocidade de crescimento e desenvolvimento tecnológico da Cia. Souza Cruz. A transnacionalização das empresas aconteceu de forma gradual: inicialmente a multinacional injetava recursos em uma determinada empresa após adquirir parte das ações dessa, assumia o controle acionário, majoritário ou total; na maioria dos casos eram mantidos, nas funções administrativas, os antigos proprietários (Prieb, 2005). A partir daí os agricultores perderam ainda mais da autonomia na produção, pois, antes utilizavam adubos orgânicos dos seus estabelecimentos, fabricavam soluções/caldas de forma artesanal para o controle das pragas, trabalhavam sem vigilância, plantavam a quantidade de pés que entendiam como suficiente e trabalhavam em ritmo por eles definido. Porém, dependiam do comerciante local para a comercialização da produção e aquisição dos insumos, fato que os condicionou a terem jornadas de trabalho e atividades orientadas e relativamente controladas.

A Souza Cruz possui uma complexa territorialidade, que é representada através das suas unidades espalhadas pelo território nacional, como podemos observar no mapa 2, que representa o território formado pelas unidades da Souza Cruz.

MAPA 2. Distribuição das unidades da Souza Cruz no Brasil.



Todas essas centrais administrativas, de beneficiamento, desenvolvimento, usinas, fazendas além dos milhares de veículos da empresa que circulam por todo o território nacional, mais os agricultores fumicultores, representam o poderio econômico e político, ou seja, são a expressão do território da Souza Cruz historicamente constituído.

A Cia. Souza Cruz começou a exportar fumo em 1969, tendo a primeira venda de 25 toneladas como destino a Inglaterra. Em 2007, a empresa exportou 121 mil toneladas (gerando um faturamento de 2 bilhões de dólares) para 79 clientes localizados em 52 países diferentes nos 5 continentes (mapa 3); 76% da produção para a exportação é produzida no Rio

Grande do Sul; o estado é responsável por 39% do total da produção da Souza Cruz, ficando à frente de Santa Catarina que é responsável por 31% e Paraná que vende para a empresa 30% da produção de tabaco (AFUBRA, 2009). A região Sul possui ampla vantagem na produção do tabaco em relação à região Nordeste, segunda maior produtora (tabela 2). Assim, a produção de fumo em folha concentra-se nessas duas regiões; a região Sudeste, terceira maior produtora, produziu, segundo dados do IBGE (1996), 1397 toneladas; a região Norte 711 toneladas; a Centro-Oeste 71, toneladas. Um dos fatores que consolidou o Sul como principal produtora foi a sua estrutura fundiária, baseada em minifúndios, utilizando mão-de-obra familiar. A produção do fumo movimentava cerca de 10 bilhões ao ano na região Sul.

Tabela 2. Fumicultura regional brasileira (safra 2007/08).

Região	Famílias produtoras	Ha plantados	Produção (t)	Valor
Sul	180.520	348.720	713.870	3.862.036.700
Nordeste	36.850	33.650	33.810	85.877.400
Total	217.370	382.370	747.680	3.947.914.100

Fonte: AFUBRA (2009) organizada pelo autor.

A Souza Cruz é responsável por uma parcela significativa da produção brasileira, já que a empresa é a 3º maior exportadora de fumo, ficando atrás das multinacionais Universal Leaf Tabacos Ltda (que é líder do ranking das exportações) e da Alliance One. A Souza Cruz possui o 6º maior faturamento dentre as empresas do agronegócio (Souza Cruz, 2009), contribuindo para que o Brasil seja, atualmente, o segundo maior produtor - perdendo apenas para a China - e o maior exportador de fumo do mundo, ocupando esta posição desde 1993 (AFUBRA, 2009), conforme podemos conferir na tabela 3.

MAPA 3. Mercados do tabaco brasileiro, no ano de 2008.

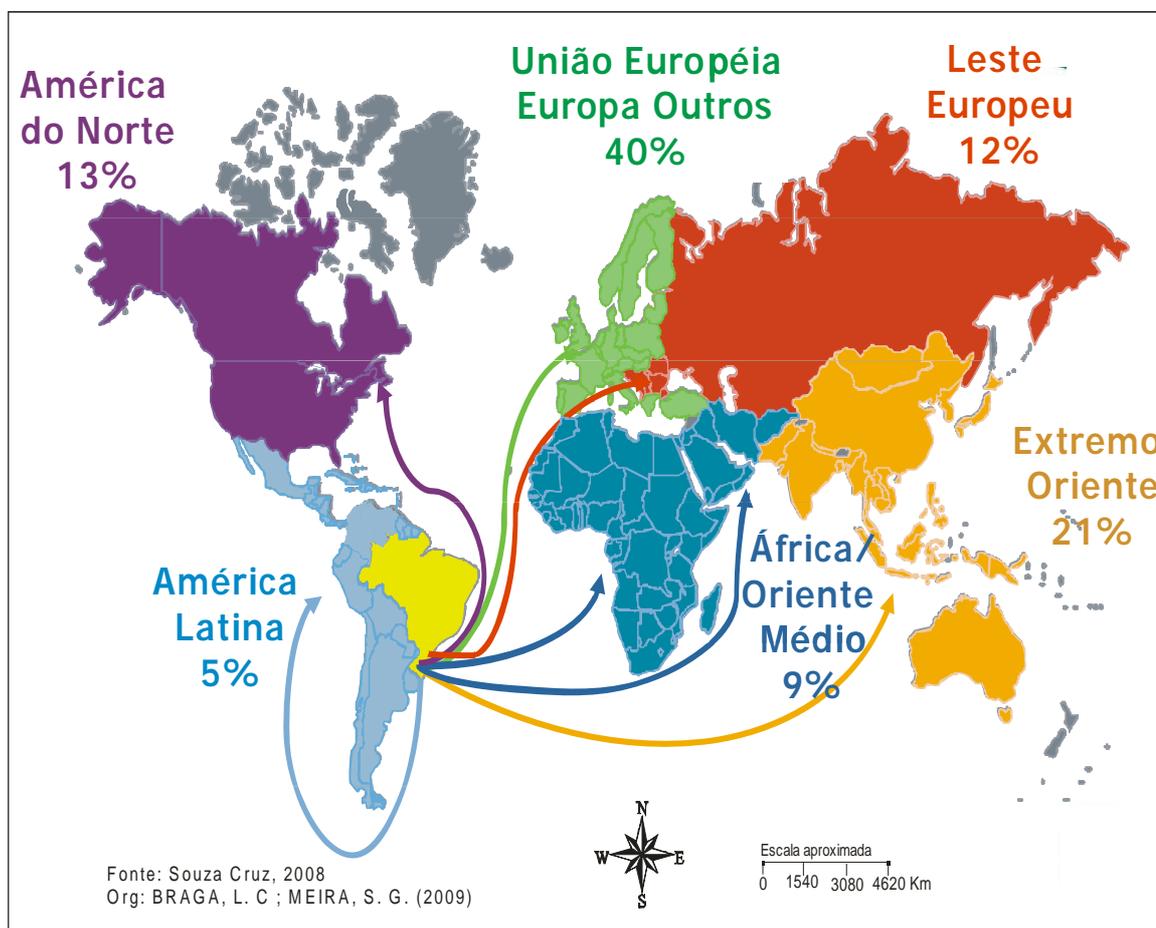


Tabela 3. Dados da produção e exportação dos principais países produtores de fumo (safra 2007/08).

País	Produção (toneladas)	Exportação (toneladas)
China	2350	160
Brasil	834	690
Índia	740	178
Malaw	236	68
EUA	289	150
Argentina	161	29

Fonte: SINDIFUMO (2009) organizada pelo autor.

Para o Brasil alcançar este posto, além do desenvolvimento tecnológico e da subordinação dos agricultores, que possibilita à empresa comprar a matéria-prima por um valor muito baixo, houve outros fatores importantes: a) aumento do consumo de cigarros nos países do Leste europeu e do Sudeste asiático principalmente no Japão e na China, e b) segundo Prieb (2005), o bloqueio comercial declarado à Rodésia (Zimbabwe), em 1965, que, há muitos anos fornecia fumo para o comércio europeu principalmente a variedade Virginia.

A China é a maior produtor e o maior consumidor mundial de cigarros, por isso, apesar da produção brasileira representar pouco mais de 1/3 da produção chinesa, o Brasil é o maior exportador mundial de tabaco. O concorrente mais próximo do Brasil é a Índia.

A Souza Cruz possui a liderança absoluta do mercado brasileiro de cigarros, com 75% do mercado; entre as 10 marcas mais vendidas no Brasil, 6 são da empresa e as principais são: *Derby*, *Free*, *Hollyood* e *Carlton*; além destas, a Souza Cruz também comercializa as marcas da BAT. Todas as marcas são distribuídas diretamente pela empresa em mais de 200 mil varejos espalhados por todo o Brasil. Isso se deve ao exercício da prática do monopólio sobre toda a cadeia produtiva do fumo desde o agricultor até o comerciante. Segundo Oliveira, “[...] nem mesmo os chamados comerciantes locais escaparam de seu domínio, e foram transformados em simples comissionários da indústria que, assim, têm toda a estrutura de preço do produto controlada” (1981, p. 44).

A capacidade da Souza Cruz manter o monopólio deve-se ao seu complexo território, que permite a circulação de informação da matéria-prima e das outras mercadorias, pois, segundo Raffestin (1993), para a dominação de um território é necessário a circulação da informação. Para fazer a informação circular é preciso energia, então, a amplitude dessa dominação vai depender da quantidade de energia que se tem à disposição. Podemos dizer que a energia da Souza Cruz vem do seu poderio econômico e sua influência na cadeia produtiva que lhe permite subordinar os fumicultores, monopolizar a comercialização e agir junto ao Estado.

Atualmente, para uma multinacional - como é o caso da Cia. fumageira que estamos estudando - a circulação da informação pelo seu território é praticamente instantânea, já a circulação das mercadorias demanda mais custo e tempo. Para conseguir fazer com que a circulação da informação seja instantânea, a Souza Cruz desenvolveu uma complexa e sofisticada rede de comunicação e distribuição que atende mais de 240 mil pontos de venda. Como observamos no mapa 1 anteriormente, a estrutura de comunicação da Souza Cruz conta com 6 modernas Centrais Integradas de Distribuição (as CIDs) - as quais ficam no Rio de Janeiro, São Paulo, Contagem-MG, Curitiba, Porto Alegre e Recife - 24 Centros de

Distribuição e mais de 80 Postos de Abastecimento, locais próprios ou terceirizados, os quais possuem posição estratégica, acelerando a circulação das informações. Isso demonstra o extenso território de relações da empresa, mantido através de uma sofisticada estrutura de marketing e comercialização. Para que as empresas, como a Souza Cruz, controle todo o seu território “[...] não é necessário que todos os processos produtivos estejam localizados em um mesmo lugar, mas sim que a conexão entre as unidades de produção seja rápida e eficiente [...]” (SPOSITO, 2008, p.90). A empresa é considerada um exemplo internacional de operação logística, entre as empresas de bens de consumo em massa, devido à distribuição das suas sedes no território (Souza Cruz, 2009).

Assim, “a dimensão de uma malha nunca é - ou quase nunca – aleatória, pois cristaliza todo um conjunto de fatores dos quais uns são físicos, outros humanos econômicos, políticos, sociais e/ou culturais.” (RAFFESTIN, 1993, p. 155). Nesse sentido, segundo Corrêa (1992), essa complexa espacialidade da Cia. Souza Cruz foi construída pouco a pouco através de um conjunto de práticas espaciais que atuam de forma combinada para selecionar o território de acordo com os atributos que são de interesse da empresa.

Tais práticas espaciais também estão presentes no sistema territorial, elaborado por Raffestin (1993), que se tornou um conceito importante para a compreensão do território e da sua dinâmica, podendo ser chamado de “essencial visível” das práticas espaciais, em que os atores procedem à repartição das superfícies em malhas, implantam nós e constroem redes para efetuar as ligações econômicas, políticas e culturais entre os territórios.

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. (...) Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. (RAFFESTIN, 1993, p.151)

Assim, o sistema é construído pelos atores e suas relações de poder, os quais produzem dinâmicas sociais que imprimem as características de cada território, determinando as limitações, mas também as transposições desses limites políticos e administrativos através das ligações em redes.

A realidade do externo depende, todavia, do interno. Nenhuma variável externa se integra numa situação, se esta não tem internamente as condições para poder aceitá-la. A presença local de certas condições aparece, pois, como indispensável à internalização de fatos externos. Dessa forma, as variáveis externas, num momento dado não podem inserir-se em todos os lugares [...]. (SANTOS, 1997, p.97)

Dessa forma, para selecionar o território que melhor lhe convém, a Souza Cruz age através de um conjunto de práticas sociais e territoriais, por exemplo, a seletividade espacial, onde a empresa seleciona as regiões que lhe proporcionem a maior quantidade de atributos considerados de valor. O conhecimento espacial é fundamental nesse processo, pois a partir de sua avaliação define-se a potencialidade e a fragilidade a serem exploradas (Corrêa, 1992). Na fragmentação, a empresa divide o espaço em razão da intensificação da atuação da corporação. No remembreamento, reúne as suas unidades territoriais. Os fatores que levam a empresa a fragmentar ou remembrar o seu território são diminuição ou o aumento da oferta de produção numa determinada região bem como a queda dos rendimentos e dos incentivos.

É importante lembrar que, com o desenvolvimento tecnológico e científico, as empresas fumageiras podem criar alguns dos atributos necessários para a produção, em lugares onde estes não existem, por exemplo, o desenvolvimento de sementes e insumos químicos adaptados aos fatores climáticos de determinada região.

Os recursos estratégicos são cada vez menos recursos dados e cada vez mais recursos construídos: competências, pesquisa, infra-estruturas materiais e sociais. Essa situação é fundamental para se compreender por que os recursos naturais (minérios) e os produtos primários (da agricultura e pecuária) têm, historicamente, seus preços diminuídos no mercado internacional. Em contrapartida, produtos com alta agregação de tecnologia custam caro e possibilitam a transferência de renda para os países com grande concentração de empresas encarregadas da produção de computadores e de materiais básicos para a construção das redes de comunicações [...]. (SPOSITO, 2008, p.90)

No caso do fumo, por ser uma atividade pouco mecanizada, a produção ainda necessita de regiões com características particulares como, por exemplo, uma região com alta fragmentação fundiária e baseada na mão-de-obra familiar. Evidentemente, com o desenvolvimento tecnológico, com a melhoria na fluidez do território tanto para a circulação de informações como de mercadorias, hoje, a produção está presente em áreas que, historicamente, não apresentavam condições para a produção.

Quando os lugares são atingidos de modo direto ou indireto pelas necessidades dos processos produtivos, surgem seletividades e hierarquias, ocorrendo uma reorganização das funções entre as diferentes frações do território; cada espaço torna-se importante efetiva ou potencialmente, devido as suas virtualidades naturais ou sociais (Santos 1997).

Dentre as práticas espaciais utilizadas pela Souza Cruz, destacamos a seletividade espacial, pois ela foi fundamental no processo histórico de organização do Complexo Agroindustrial (CAI) Fumageiro, principalmente no Sul do Brasil, já que a empresa

selecionou as áreas para a produção, conforme os atributos de cada região. Um exemplo disso foi a escolha da região do Vale do Rio Pardo como capital multinacional fumageira. Isso se deu pela existência de condições ambientais favoráveis à produção do fumo assim como outros atributos territoriais favoráveis, que já existiam, como a estrutura minifundiária, o predomínio da força de trabalho familiar, além da produção de fumo ser tradicional na região, iniciando com os indígenas e tendo continuidade com os imigrantes. Outro aspecto que atraiu as multinacionais fumageiras foi a estrutura, já existente de comercialização e de processamento do fumo, a mão-de-obra disponível e a infra-estrutura urbana mínima já instalada, principalmente em Santa Cruz do Sul e em Venâncio Aires, (Silveira, 2007).

Podemos, então, dizer que a distribuição dos atributos sociais das formas de produção é anterior à produção. Segundo Marx, a distribuição, antes de ser a concepção banal da repartição dos produtos, é: “[...] distribuição dos instrumentos de produção e, [...] distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes gêneros de produção [...]” (1983, p.214); deve-se levar em conta essa distribuição porque “[...] a distribuição dos produtos é implicada por esta distribuição, que constitui na origem um fator de produção[...]” (1983, p. 214).

[...] Se, partindo do princípio de que a produção tem necessariamente o seu ponto de partida numa determinada distribuição dos instrumentos de produção, concluíssemos que a distribuição, pelo menos neste sentido, precede a produção, constituindo a sua condição prévia, poderíamos responder, à questão posta afirmando que a produção tem efetivamente as suas próprias condições e premissas, que constituem os seus fatores. Estes podem surgir a princípio como dados naturais. O próprio processo da produção transforma estes dados naturais em dados históricos e se é certo que surgem num determinado período como premissas naturais da produção, num outro período foram o seu resultado histórico. São constantemente modificados no próprio quadro da produção. A máquina, por exemplo, modificou tanto a distribuição dos instrumentos de produção como a dos produtos. A grande propriedade latifundiária moderna é o resultado não só do comércio e da indústria modernos, como da aplicação desta última à agricultura. (MARX, 1983, p. 215)

Percebemos alguns desses aspectos na organização logística das redes de produção e circulação da Souza Cruz como os já citados atributos favoráveis à produção do fumo no Vale do Rio Pardo, os quais atraíram as indústrias fumageiras; percebemos também no Sudoeste do Paraná, onde se localiza a nossa área de estudo. Conforme dados do IBGE (1995/96), na maioria dos municípios, há predominância de minifúndio e mão-de-obra familiar. A Souza Cruz, no Sudoeste paranaense, iniciou a construção da infra-estrutura para a produção do fumo na década de 1950, durante o período mais intenso da migração gaúcha para região,

mesmo ela não apresentando todas as condições favoráveis para a produção, a empresa designou um inspetor para iniciar a organização da produção fumageira.

O sistema capitalista utiliza cada espaço conforme os atributos que ele tem a oferecer em determinado momento. Atualmente, os centros de pesquisa, desenvolvimento, departamento gráfico e *interacion* da Souza Cruz, estão localizados no Rio de Janeiro e o centro administrativo em São Paulo; isso pode estar ligado ao fato de as duas cidades serem centros urbanos dinâmicos e, principalmente, no caso de São Paulo, por ser o maior centro econômico e tecnológico do Brasil, uma metrópole mundial, que permite maior integração ao mercado pela estrutura que possui, como os principais aeroportos, por exemplo. Das quatro usinas que recebem a produção dos agricultores, três ficam no Sul do Brasil, pois é onde se concentra a maior parte da produção; localizam-se em: Blumenau (SC), Patos (PB), Rio Negro (PR), Santa Cruz do Sul (RS). O fumo produzido na Linha Itaíba é transportado para as usinas de Santa Cruz do Sul (RS) e Rio Negro (PR), dependendo da capacidade de armazenamento de cada usina no momento da produção. Algumas das outras sedes são: Cachoeirinha (RS), Uberlândia (MG); as centrais integradas de distribuição: Contagem (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP); as fazendas de reflorestamento: Pântano Grande (RS), Prata (MG), Rio Negrinho (PR).

Essa organização demonstra que a produção de fumo da Souza Cruz pode ter constituído um território de produção, distribuição das sedes e das áreas agrícolas produtoras, em função da distribuição dos instrumentos de produção. Porém, o desenvolvimento tecnológico e científico modificou a distribuição dos instrumentos de produção, como, por exemplo, a Souza Cruz desenvolveu sementes de fumo - acompanhadas de um pacote de insumos químicos - que se adaptam a lugares, onde antes não era muito propício à produção de certas qualidades de fumo, devido às condições ambientais.

Com a instalação da BAT, através da Souza Cruz, no Sul do Brasil, a indústria fumageira implementou inovações tecnológicas no plantio de fumo como o uso de estufas de cura do fumo e o emprego de adubos químicos, além de proporcionar, através do sistema de integração, inovações nos sistemas organizacionais e trazer outras variedades de fumo como o *Virgínea*³.

³ A qualidade de fumo denominado Virgínia representa, segundo dados da Souza Cruz, 80% da produção nacional. Essa espécie de fumo tem algumas particularidades em relação ao fumo *Burley*, o *Virginia*, no momento da colheita, tem as folhas tiradas do seu caule, progressivamente, conforme elas forem madurando, não é cortado todo o pé de uma vez só como na colheita do *Burley*, outra particularidade é que ele é curado em estufas com fornos a lenha. Em nossa pesquisa enfocaremos a produção do fumo *Burley* (que corresponde a 15% da produção da Souza Cruz) e a do fumo *Comum* (o qual corresponde a 5% da produção da Souza Cruz) que são as variedades produzidas na Linha Itaíba.

Com isso percebemos que a indústria do fumo utiliza-se das características espaciais pré-existentes, principalmente do trabalho familiar nos pequenos estabelecimentos, que utiliza algumas práticas tradicionais como a tração animal e trabalho braçal. Ela se utiliza destas atividades tradicionais incorporando-as com as inovações tecnológicas. O principal motivo dessa incorporação deve-se á produção de fumo ser uma atividade pouca mecanizada e demandar muita mão-de-obra. Assim, a modernização da agricultura não é homogênea, uma vez que “[...] o *velho* não é suprimido, eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no novo [...] O *novo* contém em si o *velho* [...]”(SAQUET, 2007, p.163).

A indústria fumageira apropria-se do conhecimento dos agricultores no trato com a terra e repassam para eles somente o desenvolvimento tecnológico necessário para a produção. Segundo Raffestin (1993), as empresas multinacionais, como a Souza Cruz, produzem o conhecimento de uma forma espacializada; o desenvolvimento da pesquisa é realizado nos países de origem e as informações são transmitidas internamente das matrizes para as filiais, garantindo a exclusividade do conhecimento do desenvolvimento tecnológico. Nos centros secundários, também são realizadas pesquisas, mas somente as matrizes têm os resultados. Para aperfeiçoar a produção fumageira, as empresas realizam pesquisas sobre as melhores variedades de produtos a serem utilizadas e os resultados da pesquisa são repassados para o departamento responsável pelo desenvolvimento das variedades. As multinacionais não descentralizam os locais onde são geradas as inovações.

As grandes corporações não transferem a tecnologia para países menos desenvolvidos (Raffestin, 1993), entretanto, expandem o seu território para os países menos desenvolvidos, para obterem a matéria-prima, a qual não precisa de uma boa qualificação técnica para a produção, assim é possível explorar a mão-de-obra barata.

Na produção de fumo, podemos distinguir as três formas de tecnologias apresentadas por Raffestin:

a) “tecnologia; alienada, cedida em virtude de um acordo particular, que é a informação não-livre, secreta, cristalizada de uma forma complexa nos produtos, capitalizados nos bens intermediários e nos bens de capital” (1993, p.247). Essa tecnologia na produção do fumo é passada através dos pacotes tecnológicos que contêm os insumos, os quais são utilizados pelo produtor sem a compreensão de como foram geradas e quais são os seus reais efeitos; b) a “tecnologia socializada, disponível sem restrição, que é a informação livre” (1993, p.247); seria passada aos produtores através dos técnicos e materiais de orientação; tais orientações fazem com que o produtor cumpra as etapas da produção do fumo. c) A “tecnologia encarnada, o conhecimento de base, o saber-fazer assimilado pelos homens”

(1993, p.247); a indústria fumageira aproveita o conhecimento que os agricultores já possuem no trato com a terra.

O território das empresas é constituído através de tecnologias que definem o processo e de tecnologias periféricas, as quais não precisam de muito conhecimento para a sua realização. Para a implantação desse sistema ocorre a articulação entre economia, política e tecnologia.

A concentração da tecnologia faz com que as empresas tenham o poder de manter e articular o seu território. Os agentes econômicos, políticos e culturais rearranjam, remodelam o território conforme os seus interesses, por isso ele é superposto, contínuo e descontínuo; o que era estável para a maioria é desestabilizado/destruído e reorganizado/reconstruído de outra forma pela minoria que detém a maior parte do capital. A Souza Cruz organiza o seu território de uma forma racional (para ela), com o propósito de reproduzir o seu território e, conseqüentemente, acumular capital.

Nesse sentido, as indústrias fumageiras organizaram e reorganizam o seu território; em algumas regiões, as influências por elas proporcionadas são mais perceptíveis impactantes em um período menor de tempo; em outras regiões, as ações da Souza Cruz são mais gradativas e quase não são perceptíveis. Os investimentos, na região Sul, nas décadas de 1980 e 90:

[...] resultaram na compra, ou na ampliação, ou na construção e/ou na modernização de um conjunto de objetos técnicos demandados diretamente pelo capital fumageiro, como novas plantas industriais – usinas de beneficiamento e fábricas de cigarro -, novas instalações de apoio à produção e à circulação, como centros de pesquisa, pontos de compra de fumo, centros logísticos e de distribuição de insumos, de fumo e de cigarros. Investimentos esses que também foram importantes na aquisição de equipamentos, maquinários, no funcionamento de novas linhas de processamento, bem como possibilitaram a promoção [...] a inovação tecnológica no plantio, na cura, no beneficiamento e na comercialização do fumo, o aumento no número de produtores rurais integrados [...]. (SILVEIRA, 2007, P.386)

Desse modo, algumas regiões sofreram modificações mais bruscas como o caso das cidades de Venâncio Aires e de Santa Cruz do Sul, pois foi nessas cidades que as empresas fumageiras instalaram suas sedes, demandando mão-de-obra para as fábricas, propiciando a circulação de pessoas de várias regiões do mundo, aumentando a circulação de veículos das empresas e de caminhões trazendo a produção assim como a concentração de órgãos ligados à produção de fumo como sindicatos, por exemplo, que passaram a situar-se nessa região.

Aumentou também a produção de fumo nas áreas agrícolas mais próximas devido à possibilidade de fornecimento de insumos e à comercialização da produção.

No Sudoeste do Paraná, as ações da Souza Cruz deram-se de forma mais lenta, e o território da empresa não é tão visivelmente percebido, pois ela não possui nem uma sede na região. A expressão do território da empresa nessa região, dá-se pelas construções nos estabelecimentos destinadas a produção, pelas relações dos agricultores com a empresa e pelas modificações ocorridas na rotina cotidiana (daqueles), muitas vezes, subjetivamente abstraídas pelos agricultores. Os representantes diretos da Souza Cruz são os técnicos agrícolas e agrônomos da empresa; são 10 no Sudoeste paranaense, cada um possui uma estimativa de produção de 500 toneladas por safra. Esses representantes são os técnicos agrícolas, responsáveis pelas orientações técnicas, pelo estabelecimento dos contratos, pedidos de insumos, financiamentos, ou seja, são os intermediários entre a empresa e os fumicultores. A função do técnico está especificada no contrato⁴ da seguinte forma:

Considerando que a COMPRADORA desenvolveu, ao longo do tempo, técnicas agrícolas específicas para o cultivo do fumo, que serão disponibilizadas para o produtor através de **orientação prestada por profissionais qualificados para tanto**, (grifo nosso) bem como venderá e/ou recomendará os insumos agrícolas necessários, adequados e aprovados para o cultivo do fumo, tudo no intuito de buscar melhores resultados em termos de produtividade e qualidade da produção de fumo do PRODUTOR de forma a atender as exigências da COMPRADORA para produção de seus cigarros e o atendimento de seus clientes no exterior. (Contrato de integração safra 2008/09)

Outro aspecto perceptível é a existência de pequenos núcleos de produção de fumo dispersos pela região, não existe uma grande concentração de estabelecimentos produtores de fumo. Isso pode estar relacionado à distribuição dos instrumentos de produção ou, conforme Corrêa (1992), essa desconcentração das áreas de produção seria uma estratégia da empresa para que não ocorra agrupamentos de grande número de agricultores possibilitando mobilizações para reivindicação de melhorias na relação entre fumicultor e empresa.

Dessa forma, as áreas agrícolas produtoras de fumo no Sudoeste do Paraná fazem parte do território da Souza Cruz, e conseqüentemente, da BAT. A diferença está na função,

⁴ Todas as cláusulas e itens contratuais que forem citados no decorrer do texto e que estão relacionados a produção do fumo, foram retirados do contrato do agricultor 12 com a Souza Cruz o qual corresponde a safra 2008/09, trata-se de um contrato padrão. Os únicos itens, além das informações pessoais, que diferem de um produtor para outro são: estimativa de produção, quantidade de pés plantados, variedade da semente, tipo do fumo e quantidade de área plantada, as outras cláusulas são todas iguais para todos os fumicultores.

na dinâmica do tempo e também nos aspectos da economia, cultura, política, produção de cada área que faz parte do território da empresa.

Essa integração ao território das indústrias fumageiras faz com os agricultores sejam influenciados em suas atividades por fatores endógenos, mesmo que, na maioria das vezes, não haja a presença materializada desses fatores: “É possível dominar sem estar presente.” (SAQUET, 2008, p.169). Assim, os fumicultores fazem parte do território das empresas que fabricam cigarros e importam do Brasil, através da Souza Cruz, a matéria-prima; mesmo não estando presentes materialmente e a maioria dos agricultores não tendo conhecimento de quais sejam, elas exercem forte influência sobre os agricultores, pois são elas que determinam quais as características do fumo para o mercado. Desse modo, os fumicultores produzem o fumo conforme a padronização destas fábricas e, no momento da classificação, se não estiver nos padrões indicados, ocorre uma queda significativa no preço do quilo de fumo. Assim, os agricultores fazem parte de vários territórios ao mesmo tempo; em alguns momentos, estão mais ligados a determinados territórios e desligados de outros, mas são influenciados, controlados a todo momento, devido às relações, à sobreposição dos territórios dos agentes econômicos como, por exemplo, as relações entre a indústria da produção do fumo com a indústria do insumos químicos, e as duas, por sua vez, relacionam-se com a transportadora que leva o fumo até as usinas, com o Estado etc. Nessa conflitualidade de interesses entre os agentes envolvidos na produção do fumo, os fumicultores são os mais vulneráveis, relativamente passivos e subordinados. Eles mal compreendem a dimensão da complexidade das relações de subordinação nas quais estão envolvidos, não percebem que a sua autonomia, em relação aos meios de produção e a mão-de-obra, foi parcialmente rompida.

Os territórios são superpostos, heterogêneos e descontínuos mas também são contínuos e interligados com outras redes e territórios de escala maior e movidos pela lógica do capital da dominação social e política cuja dimensão cultural é envolvida pelos fluxos mercantis (Saquet, 2003 e 2007).

Assim, todo esse circuito da produção integra vários lugares, todavia isso não significa a homogeneidade dos tempos e espaços, mesmo diante do fato da sociedade estar cada vez mais mundializada.

Apesar da globalização ser uma realidade, as estruturas profundas da nação jamais serão mundializadas completamente, pois apesar de as instituições estarem presentes em todos os países, as classes ainda são definidas territorialmente. E os inúmeros Estados, definidos em função de suas heranças históricas, são, assim, uma porta de entrada e uma barreira para as

influências exógenas. Vivemos uma globalização inacabada, porém que afeta todos os aspectos da vida (Santos, 1997). Segundo Santos:

Numa situação em movimento, os atores não têm o mesmo ritmo, movem-se segundo ritmos diversos. Portanto, se tomarmos apenas um momento, perdemos a noção do todo em movimento. Os cortes no tempo nos dão situações em um determinado momento. Não captam o movimento, são, apenas, uma fotografia. Já o movimento é diacrônico, e sem isso não há história. Não haveria dialética se o movimento dos elementos se desse de maneira sincrônica [...] Cada lugar tem, pois, variáveis internas e externas. A organização da vida em qualquer parte do território depende da imbricação desses fatores. As variáveis externas se internalizam, incorporando-se à escala local. Até o momento no qual impactam sobre o lugar são externas, mas o processo de espacialização é, também, um processo de internalização. (SANTOS, 1997, p.95-97)

As relações entre o interno e o externo, entre as unidades que formam a totalidade dão origem a um desenvolvimento desigual entre os lugares, pois cada espaço apresenta um ritmo diferente de tempo, já que as inovações e o “desenvolvimento” não chegam instantaneamente a todos os lugares. O tempo é formado por tempos lentos e tempos mais rápidos (Saquet, 2000) e, nesse processo, ocorre a interligação de espaços e tempos heterogêneos:

[...] não há uma homogeneidade do espaço, mas uma heterogeneidade de tempos e espaços em cada unidade espacial de análise [...] No processo de apropriação e produção do espaço geográfico, onde as partes relacionam-se desigualmente entre si e com o todo, dá-se o desenvolvimento desigual entre lugares, atividades e pessoas, no interior de uma sociedade cada vez mais mundializada. Os tempos são múltiplos. O novo não chega a todos os lugares no mesmo momento histórico. Aliás, é das desigualdades sócio-econômicas e político-culturais, no espaço, que o capitalismo se renova cada vez mais forte. (SAQUET, 2000, p.152)

Cada espaço possui um ritmo diferenciado de tempo. Segundo SANTOS (1997), “O espaço total é constituído de subespaços: agrícolas, urbanos, mineiros, estratégicos etc.” (p.112).

O tempo dos agricultores que produzem fumo é diferente do tempo dos trabalhadores que estão na fábrica fumageira recebendo, classificando e beneficiando o fumo; apesar do fomicultor (como já apontamos) dilatar a sua jornada de trabalho e ter as suas atividades relativamente controladas no sistema de integração, há períodos em que a intensidade do trabalho diminui e o agricultor realiza várias atividades. Na fábrica, porém, o trabalho é mais especializado e as durações dos turnos são mais regulares. Os espaços também diferem, pois nos espaços rurais não há toda a infra-estrutura, por exemplo, que existe nos espaços urbanos, onde ficam as fábricas. E mesmo fora do trabalho, a dinâmica do cotidiano desses dois

trabalhadores é diferente. Mesmo assim, um e outro fazem parte da produção fumageira, estabelecendo relações entre formas tradicionais de produção dos agricultores e a alta tecnologia das fábricas. O novo necessita da incorporação, do não desaparecimento do velho. No território:

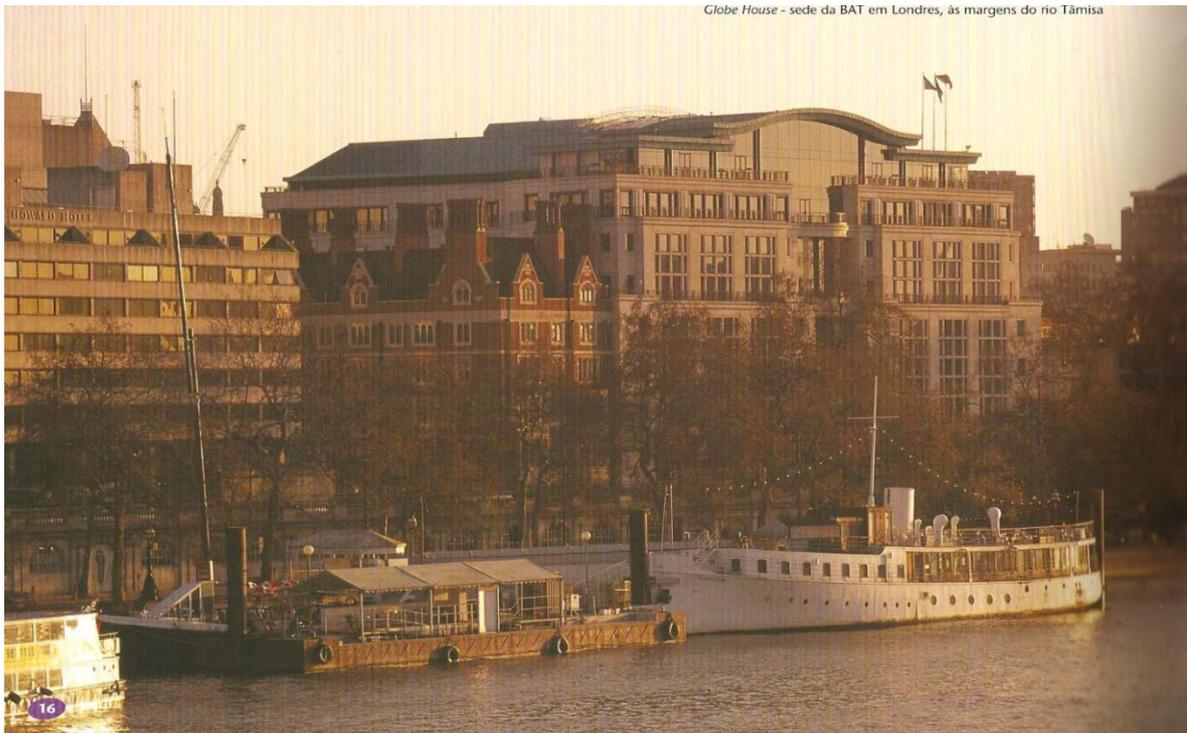
Há um processo histórico e articulações escalares [...] Cada indivíduo age, ao mesmo tempo, em diversas redes, participando com objetivos, formas, intensidades e significados distintos, no mesmo ou entre diferentes lugares. (SAQUET, 2007, p.15)

As fotografias 1 e 2, da página seguinte, mostram um exemplo de dois lugares com produções, tempos, estrutura e desenvolvimento aparentemente extremos, porém eles fazem parte do mesmo território do complexo agroindustrial fumageiro. Assim, cada fração do espaço mundial só pode ser compreendido em função do espaço global. Ou seja:

[...] a multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecional e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexos único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal. (SANTOS, 1997, p.34)

O complexo fumageiro é organizado/articulado à agricultura familiar, na sua forma capitalista mais avançada; “donos” localizam-se nos países desenvolvidos e as processadoras, articuladas aos agricultores familiares, estão localizadas nos países menos desenvolvidos, onde é possível explorar a mão-de-obra barata, extraíndo a mais-valia absoluta, para a produção da matéria-prima.

Nesse processo de integração entre as diferentes escalas, são utilizadas técnicas - em todos os lugares - sem haver consideração pelos sistemas locais de recursos naturais e humanos, ocorre a sobreposição de realidades econômicas e sociais diferentes, resultando em processos distorcidos e desiguais em todos os lugares. Desse modo, o problema está em reconhecer o efeito dessas superposições sobre a existência de cada sociedade (Santos, 1997).



FOTOGRAFIA 1. Globo House- sede da BAT em Londres, as margens do rio Tamisa (2009).
Fonte: Souza Cruz 2009.



FOTOGRAFIA 2. Agricultores recolhendo fumo na Linha Itaíba, Marmeleiro, PR.
Fonte: Trabalho de campo, 2009.

O que está ocorrendo é um progressivo aumento da participação dos países periféricos tanto na produção do fumo como no consumo do cigarro.

Ao se territorializar nesses novos espaços para o capital, as indústrias fumageiras aprofundam as relações capitalistas, contribuindo para a mundialização do capital, além de destruírem e/ou redefinirem as formas antigas de produção e a cultura.

É por isso que no capitalismo, o princípio básico do intercâmbio com a natureza, como forma de satisfazer as necessidades de consumo ganha novos contornos, já que as necessidades passam a ser dimensionadas não mais a partir do parâmetro das necessidades vitais, como alimentação, vestuário e abrigo, mas com a mediação de um motor de propulsão de necessidades, a fim de intensificar o consumo de mercadorias, condição indispensável para a acumulação. [...] Se nos demais modos de produção, os mecanismos de exploração tinham como fundamento o desfrute de maior quantidade e qualidade de alimentos, vestuário, entre outros, sem que para isso os membros dominantes da sociedade necessitam despendar trabalho, no capitalismo a regra das necessidades é reiteradamente alterada, para que sejam criadas oportunidades produtivas das quais depende o funcionamento do sistema. Cria-se, assim, um ciclo em que a imposição de novas necessidades de consumo sustenta o ritmo da produção de mercadorias. (PAULINO, 2008, p.227)

Na produção do fumo percebemos esse ciclo na subordinação da renda da terra ao capital monopolista, através de um duplo movimento de circulação;

[...] circulação de insumos agrícolas do setor industrial para o setor agrícola e circulação da matéria-prima do setor agrícola para o industrial. No primeiro movimento, quando a indústria fornece insumos agrícolas modernos, define-se a posição subordinada do pequeno produtor no processo de produção e comercialização de fumo, e, no segundo movimento, dá-se apropriação, pela indústria, do excedente econômico gerado pelo produtor. Na verdade, neste tipo de articulação indústria/agricultura ou grande/pequeno produtor agrícola, tanto a propriedade privada da terra como o caráter mercantil da produção agrícola descaracterizam-se diante da posição subordinada ao capital industrial. (OLIVEIRA, 1980, p.45)

Esse duplo movimento é proporcionado pelo sistema de integração, por sua vez, viabilizado pelo contrato (o qual analisaremos mais adiante). A lucratividade da empresa está em comprar o fumo por preço o mais baixo possível, deixando para o produtor uma renda média, que apenas possibilita a sua sobrevivência, sem a possibilidade de acumular capital.

Nesse processo, a Souza Cruz tem o controle a montante e a jusante da produção, visto que, por um lado, ela torna os fumicultores dependentes do seu pacote tecnológico de insumos químicos, pois a maioria dos produtos dificilmente serão encontrados no mercado, já que são

desenvolvidos especificamente para a produção do fumo, por exemplo, sementes, adubos químicos, fungicidas e inseticidas. Além da dependência em relação à assistência financeira (para o financiamento da construção da infra-estrutura e compra de implementos para a produção) e da assistência técnica para a realização das etapas da produção, ambas prestadas pela empresa. Esse monopólio de insumos é tão centralizado que algumas variedades de sementes mais desenvolvidas cientificamente somente a Souza Cruz possui a patente. Essa dependência é oficializada no contrato que permite ao fumicultor só comprar os insumos da empresa à qual está integrado.

Na outra ponta, ela torna os fumicultores dependentes em relação à comercialização, pois não há comercialização local da produção, e o contrato prevê que o fumo só pode ser entregue à empresa à qual o produtor está integrado; além disso, a Souza Cruz possui um sistema de classificação das folhas muito complexo, realizando essa classificação na fábrica sem a participação do agricultor.

Em relação à comercialização da produção, é importante lembrarmos que, nas últimas duas safras 2006/07 e 2007/08, no Sudoeste/PR, alguns agricultores venderam a produção para os chamados “atravessadores”, os quais revendem a produção para outras empresas a maioria nos países vizinhos, principalmente Argentina e Paraguai, ou para a própria Souza Cruz. Os fumicultores são atraídos pela oferta de melhor preço e pelo fato de que, na comercialização com os “atravessadores”, não, há desconto de impostos, de transporte, nem amortização das dívidas, a classificação/negociação do preço do quilo do fumo e o pagamento são realizados nos estabelecimentos, no momento do carregamento. Além dos “atravessadores”, representantes de empresas concorrentes da Souza Cruz também compraram fumo de agricultores integrados a ela, desrespeitando o acordo existente entre as empresas. Tal acordo prevê que uma empresa não deve entrar no território da outra; esse acordo existe, segundo informações de um dos representantes da empresa no Sudoeste paranaense, e é responsabilidade (deste) “fiscalizar” para que isso não ocorra, pois o representante tem uma estimativa de produção a entregar, é pressionado para atingi-la, e a pressão sofrida por ele é repassada aos fumicultores, porquanto para estes também são estipuladas estimativas de produção.

O mercado informal de cigarros, segundo dados da Souza Cruz (2009), atualmente, corresponde há quase 30% do mercado de cigarros. A oferta de cigarros ilegais deveu-se à expansão das fábricas principalmente no Paraguai e no Uruguai, onde, entre os anos de 1993 e 2004, o número de fábricas de cigarros aumentou de 05 para 33 (Silveira, 2007). A diferença de preços entre os cigarros comercializados no mercado formal e no informal é da ordem de

48%. Os produtos informais ficam à margem de qualquer tipo de regulamentação, fiscalização ou controle sanitário. Para os agricultores a compra do fumo pelos “atravessadores” é um ponto positivo, pois proporciona uma concorrência com a empresa integradora. A Souza Cruz sempre adota medidas para tentar evitar essa comercialização como, por exemplo, a cláusula contratual que prevê uma multa para o produtor que não entregar a estimativa de produção prevista no início da safra. Para burlar essa cláusula, os fumicultores plantam uma quantidade de fumo a mais, além daquela quantidade prevista no contrato. Para conseguir plantar essa quantidade a mais, os agricultores pedem mais insumos (principalmente sementes), alegando que houve alguma perda na produção por ataque de pragas ou doenças e é necessário replantar. Ao mesmo tempo, o mercado informal gera concorrência e sonega impostos. O agricultor considera mais importante a situação que lhe proporcione um retorno mais imediato; neste caso, ele desconsidera a sonegação dos impostos, pois para ele o importante é conseguir receber um pouco de dinheiro a mais. Para os agricultores,

[...] o espaço cotidiano dos trabalhadores diretos, sejam assalariados ou não, corresponde ao aqui onde vivo, aquilo que faço, ao lugar propriamente dito. E o tempo cotidiano daqueles indivíduos corresponde ao agora, ao imediato, ao presente somente. (SAQUET, 1996, p. 74)

Não percebem que, através do resultado do seu trabalho, relacionam-se com o espaço nacional e internacional. Os agricultores não vêem importância na não arrecadação dos impostos das indústrias fumageiras pelo Estado, pois, eles são movidos pela necessidade da satisfação das suas necessidades básicas imediatas, e um meio para satisfazê-las é vender o fumo a um valor um pouco maior. Até porque, o dinheiro arrecadado com os impostos nem sempre resulta em melhorias para os agricultores, ou, quando é aplicado, aplicam-no em necessidades não muito significativas para a vida dos agricultores. Em muitos casos, essas melhorias são de interesse da empresa fumageira como, por exemplo, em reformas das estradas para facilitar o transporte da produção ou terraplenagem para a construção dos galpões de fumo, ambas realizadas com máquinas das prefeituras.

Esses dois movimentos de circulação que apontamos anteriormente - circulação de produtos químicos do setor industrial para o agrícola e o movimento de circulação da matéria-prima do setor agrícola para o industrial - são responsáveis pela constituição de redes que permitem a fluidez dessas mercadorias.

Assim, o sistema é construído pelos atores e suas relações de poder, os quais produzem dinâmicas sociais que imprimem as características de cada território, determinando

limitações mas também transposições desses limites políticos e administrativos através de ligações em redes.

A constituição de tais redes possibilitam a circulação de mercadorias entre os lugares mais longínquos, possibilitando a padronização de alguns bens de consumo e de produção, além de permitirem a implantação/disseminação de um mesmo modo de produção em diferentes lugares e tornarem mais instantâneas as relações entre produção, consumo, distribuição e troca.

Dessa forma, a produção é imediatamente consumo e o consumo imediatamente produção.

[...] Ambos surgem como intermediário um do outro: uma é intermediada pelo outro, o que se exprime pela sua interdependência, movimento que os relaciona entre si e os torna reciprocamente indispensáveis, embora se conservem exteriores uma ao outro [...]. (MARX, 1983, p. 211)

A distribuição seria mais que a simples distribuição dos produtos, ela é antes disso distribuição dos instrumentos de produção.

[...] A estrutura da distribuição é inteiramente determinada pela estrutura da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que diz respeito ao objeto, apenas podendo ser distribuído o resultado da produção, mas também no que diz respeito à forma, determinando o modo preciso de participação na produção as formas particulares da distribuição, isto é, determinando de que forma o produtor participará na distribuição. (MARX, 1983, p. 213)

A troca também constitui um momento da produção, pois uma determinada produção determina o consumo, a distribuição e também a troca.

[...] A troca só aparece como independente ao lado da produção, como indiferente em presença desta, no último estágio em que o produto é trocado para ser imediatamente consumido. [...] a intensidade da troca, tal como a sua extensão e o seu modo, são determinados pelo desenvolvimento e pela estrutura da produção. Por exemplo, a troca entre a cidade e o campo; a troca entre o campo e a cidade, etc. Em todos estes momentos, a troca aparece, portanto, como diretamente compreendida na produção ou por ela determinada [...] Não chegamos à conclusão de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são idênticos, mas que são antes elementos de uma totalidade, diferenciações no interior de uma unidade. (MARX, 1983, p. 217)

Os territórios da produção do setor agroindustrial fumageiro são resultados espaciais da unidade contraditória entre as etapas de produção, de distribuição, de troca e de consumo.

Esses territórios são a expressão do desenvolvimento tecnológico, científico e da informação que modernizaram os processos produtivos do fumo e do cigarro, também são resultados das estratégias adotadas pelo capital monopolista fumageiro, que age tanto na escala nacional como na internacional. As malhas dos circuitos são resultados das várias relações sociais e espaciais, estabelecidas entre as diferentes escalas geográficas, que envolvem distintas articulações, econômicas, políticas e culturais.

No próximo capítulo apresentaremos a territorialização das instituições leiteiras na Linha Itaíba.

2. A TERRITORIALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES LEITEIRAS

2.1. Dados da evolução da atividade leiteira

A produção mundial de leite vem tendo um aumento significativo, principalmente nas últimas duas décadas devido à introdução da mecanização na produção e ao aumento na variedade dos produtos derivados do leite. Em 2007, segundo a FAO, a produção mundial de leite foi de 640 bilhões de litros (incluindo a produção de búfala da Índia). Nesse ano, (anexo 1), a União Européia era a maior produtora, sendo responsável por 21,39% da produção mundial. Logo em seguida apareciam a Índia (15,95%); os Estados Unidos (13,15%); a China (5,68%); a Rússia (5,03%) e o Brasil (4,18%).

Em relação às exportações, a Nova Zelândia ocupa a melhor posição. Logo em seguida aparecem a União Européia, a Austrália, os Estados Unidos e a Argentina (anexo 2).

O Brasil, com o aumento da produção dos últimos anos, começa aparecer entre os maiores exportadores mundiais de leite. Quando comparada à produção dos Estados Unidos e da União Européia, o Brasil possui uma produção muito mais extensiva, utilizando principalmente a produção de leite à base de pastagens naturais e cultivadas e raças menos especializadas (Gnoatto e Nunes 2009). Contudo, o processo de mecanização da produção e a utilização de rações industrializadas vêm-se intensificando. A maioria dos exportadores mundiais conta com uma diversidade de produtos lácteos para a exportação, já o Brasil tem como principal produto para a exportação o leite em pó, responsável por 60% das exportações (anexo 3). Apesar do Brasil estar aumentando a sua margem de exportação, ele também importa leite líquido e derivados. Segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior *apud* Gnoatto e Nunes (2009), foram gastos em 2009, com importações de produtos lácteos cerca de US\$ 212 milhões de dólares, mais da metade (US\$ 119 milhões) com leite em pó.

A produção de leite brasileira passou por duas diferentes fases. A primeira fase foi entre os anos de 1946 até 1991, quando a atividade leiteira era regulamentada pelo governo, os preços eram tabelados, tanto para os produtores como para os consumidores. A segunda fase foi depois de 1991, com os preços liberados, passou a valer a lei da oferta e da procura. Isso provocou mudanças na estrutura da cadeia produtiva. Com o aumento nos preços do leite *in natura*, a atividade atraiu novos investimentos e a adoção de novas tecnologias de produção (IPARDES, 2008).

Esses investimentos provocaram um aumento significativo na produção. Conforme o Censo Agropecuário, do IBGE (2008), a produção nacional de leite passou dos 17,93 bilhões de litros em 1996 para 21,43 bilhões de litros em 2006, um acréscimo de 19,5% no período.

Enquanto isso, a produção anual média de leite por estabelecimento agrícola passou de 9,86 mil litros para 15,98 mil litros, um aumento de 61,3%. Com esse aumento da produção, o Brasil passou da condição de importador a exportador de leite.

Segundo Gnoatto e Nunes (2009), algumas regiões brasileiras, onde há predominância de pequenos estabelecimentos agropecuários, estão apresentando um crescimento da produção acima da média nacional. São elas: Noroeste Gaúcho, Oeste Catarinense, Triângulo Mineiro, Oeste e Sudoeste do Paraná. Um dos elementos que proporcionou isso foi a criação do PRONAF, que destinou mais recursos para as famílias mais descapitalizadas e também porque a produção do leite surge como uma alternativa diante da inviabilidade da produção de grãos em pequenos estabelecimentos.

A atividade de produção de lácteos e derivados, no Brasil, é bastante concentrado. Exemplo disso é que as 6 maiores empresas obtiveram, em 2007, um faturamento de R\$ 13,4 bilhões, enquanto as dez seguintes do ranking faturaram cerca de R\$ 5,01 bilhões, ou seja, menos de 40% do volume de vendas das 6 primeiras (anexo 4) (Revista Exame, 2007).

Segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE (2007), Minas Gerais, atualmente, é o maior produtor nacional de leite; a sua produção representa 27% da produção nacional. Em seguida aparecem o Rio Grande do Sul (11,26%), Paraná (10,34%), Goiás (10,1%), Santa Catarina (7,14%) e São Paulo (6,23%). Em 2007, a produção destes estados responderam por 72,9% da produção nacional de leite. Entre 1990 e 2007, a produção de leite no Brasil aumentou 80,43%. Entre os 6 maiores produtores, três estados se destacaram: Santa Catarina, Goiás e Paraná.

Algumas regiões destacaram-se pelo aumento da produção, o Noroeste do Rio Grande do Sul é, no momento, a maior região produtora do país; entre 1990 e 2007, a produção aumentou de 610 milhões de litros para 1,85 bilhões de litros. A elevação da produção do Sudoeste paranaense também se destaca entre as que mais cresceram no país, 271% no período (anexo 5). A produção por estabelecimento também aumentou, passou de 4,6 mil litros, em 1996, para 13,9 mil litros em 2006 (200,1%), acima da média nacional (61,35%) (Censo agropecuário 2007).

A produção de leite do município de Marmeleiro também teve um aumento significativo: segundo dados da prefeitura do município, no ano de 1990, a produção estimada

era de 4.456.000 litros por ano; em 2009, a produção estimada foi de 19.000.000 litros. Um aumento de mais de 300%.

O aumento no rigor das exigências sanitárias, a introdução da mecanização da produção e no transporte do leite aumentou a produção, porém, excluiu alguns pequenos agricultores produtores de leite. No Brasil, o número de produtores era de 1,8 milhões em 1996; em 2006, caiu para 1,34 milhões, uma redução de 25 %. No Paraná, houve uma redução de 32% no número de produtores, baixando de 174 mil para 118 mil; no Sudoeste do estado, a redução no número de produtores foi de 23% (Censo Agropecuário IBGE, 2007).

É importante salientar que o IBGE considera como estabelecimentos produtores de leite independentemente se produz para a comercialização ou somente para o consumo da família; assim, essa diminuição no número de produtores pode estar ligada à exclusão dos que produziam para o consumo e os que produziam uma margem muito pequena. (Gnoato e Nunes 2009)

Na Linha Itaíba, conforme o trabalho de campo, com a modernização, alguns agricultores deixaram de produzir, mas voltaram a fazê-la, depois que se modernizaram e passaram parcialmente a atender as exigências das instituições. Essa modernização foi possível assim como a entrada de outros agricultores na produção, através de algumas políticas públicas, principalmente o PRONAF. A maior parte dos PRONAFs para custeio no Sudoeste e em Marmeleiro vem sendo destinados a atividade leiteira.

2.2. A territorialização da Cooperativa de Leite da Agricultura-Familiar (CLAF)

Diante da modernização da produção leiteira, em que agricultores descapitalizados têm dificuldades em acompanhar esse processo e também frente à concentração da atividade leiteira pelas grandes multinacionais, o cooperativismo surge como uma forma de organização que pode dar mais autonomia ao agricultor, possibilitando a disponibilidade de financiamentos para investimentos, além da implantação de estratégias que possibilitem renda maior aos agricultores como, por exemplo, a produção de leite a baixo custo. Com base nesses pressupostos e no chamado Cooperativismo de Interação Solidária, com propostas diferentes do chamado cooperativismo de gestão empresarial, é criada a Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF), alicerçando-se no histórico do cooperativismo, associativismo e outras formas de organizações tanto formais como informais do Sudoeste paranaense.

É consenso entre os entrevistados envolvidos com o cooperativismo (idealizadores e dirigentes) que a região Sudoeste do Paraná tem potencial e capacidade de organização para o

cooperativismo diferenciado⁵. Segundo Dirceu Basso⁶ (em entrevista concedida em dezembro de 2009), do ponto de vista acadêmico, existe um espírito de cooperação que permeia o histórico da região Sudoeste do Paraná; é importante perceber como, durante esses diferentes períodos, o cooperativismo desenvolveu-se, quais foram os acertos, os ajustes e as mudanças ocorridas; então, podemos entender que existe um embrião do cooperativismo no Sudoeste paranaense que possibilitou a constituição de cooperativas como a CLAF.

Uma organização fundamental para que o Sudoeste tenha esse potencial de organização cooperativista foi Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), pois esta instituição realizou várias ações que visavam desenvolver a organização entre os agricultores, aumentando a sua autonomia e qualificando-os para que possam interferir no desenvolvimento de um modelo agrícola mais viável. Um dos propósitos da criação da ASSESOAR era a maior capacitação dos dirigentes para assumirem o sindicalismo e o cooperativismo que estava em fase de implantação na região (Boneti, 1998).

A base social da ASSESOAR era, em sua maioria, constituída de minifundiários (pequenos proprietários, parceiros e ocupantes). A instituição recebeu apoio internacional, inicialmente dos padres belgas que vieram para conhecer a forma de organização da região e divulgar as suas formas de organização; depois, um casal de técnicos franceses também participou dos projetos da ASSESOAR.

A ASSESOAR foi criada conforme a linha de pensamento desenvolvida na região pelos missionários do Sagrado Coração; como entidade autônoma, com o objetivo de atuar como centro de educação e de formação de lideranças e de agentes pastorais, lideranças sindicais e cooperativistas, seguindo as orientações da Doutrina Social Cristã, o que não foi passivamente aceito por parte do clero mais conservador da Diocese de Palmas e da Regional Sul II da CNBB, Paraná. Isso porque os membros mais conservadores do clero não

5. Em relação à origem do cooperativismo no Sudoeste do Paraná, apresentaremos uma breve análise; não aprofundaremos a pesquisa sobre esse assunto, pois, para isso teríamos que realizar uma análise histórica desde a origem dos migrantes, para entender se há uma veia do cooperativismo desde a “colonização” do Sudoeste, o que não é nosso objetivo nesta pesquisa. Assim apresentaremos algumas possibilidades em linhas gerais, que poderão indicar a origem do cooperativismo no Sudoeste paranaense.

⁶. Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Pelotas (1988), pós-graduação em nível de especialização Lato Sensu em Planejamento Municipal e Qualidade Ambiental pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1998) e mestrado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003). Participou de projetos em conjunto com a ASSESOAR, participou da elaboração de projetos para o desenvolvimento do associativismo e cooperativismo no Sudoeste do Paraná. Foi um dos idealizadores da CLAF. Atualmente é coordenador pedagógico do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos) e assessor institucional da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). Doutorando pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

concordavam em confiar a uma entidade de leigos católicos o papel que havia sido tradicionalmente da hierarquia eclesiástica.

Analisando os depoimentos dos agricultores, percebemos que a religião esta presente e influencia os agricultores, sendo assim, a religião pode ser, subjetivamente, um entrave para os agricultores na luta por organizações emancipatórias, mantendo-os subordinados, tornando-os mais acomodados, iludidos na espera por uma alternativa milagrosa que virá de fora em compensação ao seu esforço e sofrimento, deixando-os passivos para serem envolvidos pelas práticas de subordinação.

A ASSESOAR criou novas formas de educação e formação profissional porque entendia que o sistema de educação governamental estava descompromissado com as causas populares rurais; essas formas de educação tinham como perspectivas não serem dominadas pelo Estado, este prestaria os apoios estruturais e a ASSESOAR prestaria a acessória de que os agricultores necessitassem.

A ASSESOAR passou a exercer atividades antes realizadas pelos Grupos de Agentes Pastorais; além disso, passou a desempenhar atividades que iam além do caráter pastoral, mas também no campo da produção agrícola; assim, passou a ter uma equipe formada de agentes pastorais leigos e uma formada por técnicos; realizavam programas específicos de formação de lideranças de base, elaboração e distribuição de subsídios de apoio as atividades da catequese, liturgia dos grupos de reflexão; “[...] e a articulação de um grupo de apoio político e administrativo-financeiro, do qual participavam familiares dos missionários belgas e profissionais liberais brasileiros [...]” (BONETI, 1998, p. 176).

Entre as ações mais importantes da ASSESOAR, podemos destacar os Grupos de Reflexão: Tais grupos foram criados para que os agricultores pudessem encontrar-se para discutir os problemas relacionados às dificuldades encontradas por eles na produção agrícola e, através dessas discussões, buscar alternativas e um entendimento mais científico da realidade agrícola, despertando um olhar mais crítico para processo de mecanização, quimificação intensiva da agricultura, tentando fazer com que entendessem que eles poderiam intervir na construção de uma alternativa de desenvolvimento.

As escolas de Educação Comunitária dos Agricultores (ECAS) constituíam uma proposta que procurava levar a formação profissional aos jovens do campo; os Grupos de Agricultura Alternativa discutiam sobre alternativas de produção e realizavam ações práticas; os grupos de “Oposição Sindical” buscavam fazer com que os agricultores resistissem às forças opressoras do regime militar, criando novas leis em defesa de seus direitos.

Essas organizações, principalmente os Grupos de Reflexão foram importantes para que os agricultores tivessem uma forma de organização, frente à implantação do cooperativismo de gestão empresarial, que pretendia inserir o Sudoeste paranaense no processo de modernização da agricultura, sem preocupação com as condições dos agricultores familiares. Segundo Boneti (1998), as primeiras iniciativas dos agricultores foram mais em nível local, para a satisfação das necessidades mais imediatas. O cooperativismo revela-se nos trabalhos, na forma de mutirão realizados para ajudar as famílias no plantio e na colheita, na compra de equipamentos agrícolas em conjunto; também são desenvolvidas iniciativas de produção menos degradante ao meio assim como escolas para os espaços rurais, a organização em nível de comercialização havia, porém, era em menor quantidade. Depois dos anos 1980 e 1990, essas organizações assumem a forma de pequenas cooperativas locais e municipais de produção e crédito.

As mobilizações, ocorridas antes dos anos 1980, porém, mantinham-se vinculadas à ideia de que os direitos deveriam ser cobrados do Estado. Como não houve muito retorno a ASSESOAR pensou em outras formas de atuar “[...] mas não extrapolou a via eleitoral pela qual buscavam eleger políticos que tivessem dado provas de honestidade e comprometimento com os interesses das populações rurais.” (BONETI, 1998, p. 205).

Essa situação apontou que o trabalho desenvolvido pela ASSESOAR não foi satisfatório no sentido de qualificar e habilitar os associados assim como os técnicos, padres e os profissionais liberais, em relação à capacidade de promover um debate crítico, superando as divergências em busca do desenvolvimento. E isso é um dos grandes problemas que está presente nas organizações dos agricultores - conforme demonstraremos no decorrer deste trabalho - a dificuldade em promover a crítica coerente e também aceitar a crítica como um meio para o desenvolvimento.

Apesar desses problemas, as ações da ASSESOAR, certamente contribuíram para as formas de organização entre os agricultores, que se manifestaram e vem-se manifestando. A atitude dos agricultores em 1978, quando decidem eleger somente os associados para ocuparem os cargos administrativos já demonstra um salto qualitativo de quem busca novas formas de organizações e relações. Não que exista uma unidade de pensamento nas organizações, mas as ações da instituição ficaram disseminadas/fragmentadas, e esse aprendizado influenciou na emergência de formas de organização e liderança. Organizações que podem manifestar-se formalmente ou informalmente. É claro que elas se manifestam da forma como cada organização entende que seja a melhor maneira de auxiliar os agricultores; elas não seguem os pressupostos iniciais da ASSESOAR. E também não são todos os

agricultores que possuem um ideal de cooperativismo, muitos seguem as organizações até o momento que lhes possibilite uma renda maior.

Antes mesmo das ações da ASSESOAR, o cooperativismo empresarial, voltado para introduzir o Sudoeste do Paraná no processo de modernização da agricultura, já estava sendo implantado no final dos anos 1960 e início de 1970. Nos anos 1980, o cooperativismo de gestão empresarial enfrenta duas crises: uma própria do cooperativismo, ligada à gestão da cooperativa, ou seja, baixo controle social, com casos de corrupção. E a outra, nos anos 1980, que provocou uma queda nos preços dos produtos agrícolas; com isso, houve uma exclusão dos agricultores familiares do cooperativismo. Segundo Basso (2009), há dois aspectos a ponderar nesse caso: diante dessas duas crises, emerge, no caso da ASSESOAR, o associativismo como uma das alternativas, logicamente, até por todo histórico de ações da ASSESOAR, apresentado anteriormente, o embrião do cooperativismo sempre esteve presente e passou por toda uma dinâmica, foi conduzido por ações das entidades que pretendiam dar mais autonomia aos agricultores, contou com a iniciativa destes na busca por uma organização forte, mas, também foi introduzido e apropriado pelo Estado para inserir a região no processo de modernização da agricultura.

Com a crise do cooperativismo tradicional ou empresarial na década de 1980, a região Sudoeste do Paraná iniciou a discussão da questão do associativismo, devido ao fato de muitos pequenos agricultores terem que se retirar das cooperativas, isto é, foram, de certa, forma excluídos. Diante disso, entendeu-se que era necessário rever o formato de organização dos agricultores como alternativa de reação ao cooperativismo empresarial, já que estava excluindo os agricultores descapitalizados. Então, surge o associativismo já nos anos 1985, mais na região de Manguieirinha (com associação dos carvoeiros). E essa forma de desenvolvimento vai-se disseminando pelo Sudoeste do Paraná, através da formação de algumas organizações como a CRAPA (Coordenação Regional de Associação de Pequenos Agricultores).

Em 1992, discutia-se se o melhor caminho organizativo para os agricultores eram as associações ou cooperativas. Foram realizados vários seminários para se debater essa questão. O que estava em discussão eram os aspectos legais, o cooperativismo tinha um marco legal construído, embora de 1971, uma lei autoritária. De outro lado, havia o associativismo que, no Paraná, podia comercializar através de algumas “brechas”; o grande debate era uma forma jurídica que possibilitasse o acesso ao mercado, então, naquela ocasião (1992), as associações por vizinhanças acabaram definidas como a forma organizativa. Porém, essa forma de organização entra em crise nos anos 1995 e 96; atualmente, esses grupos praticamente não

existem, a própria CRAPA foi assumida pela Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI). Resumindo, esse modelo de organização emerge com força em 1992, chegando a ter, em 1994, mais de 150 associações em 19 municípios. Todavia, a partir da metade da década de 1990, entra em crise e, então, é rediscutida a forma de organização.

Outra ação para tentar fortalecer a organização da agricultura familiar aconteceu no início dos anos 1990, quando os movimentos sociais coordenados pela ASSESOAR, pelos sindicatos da região, pelos agricultores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e também pela igreja constituíram, um conselho preocupados com o projeto de desenvolvimento mais viável para a agricultura familiar no Sudoeste. A partir desse debate, para beneficiar os agricultores descapitalizados e excluídos dos programas governamentais de créditos e pelas exigências burocráticas, foi instituído o Fundo de Crédito Rotativo (FCR), para contribuir na viabilização da agricultura que recebe apoio financeiro da cooperação internacional e recebe apoio das organizações populares da região, STRs, ASSESOAR, sistema CRESOL, MST e Cooperativas do Sistema SISCLAF, tinha como objetivo fortalecer as formas de tecnologias alternativas.

Em 1996, emergiu O Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, este sistema foi resultado do processo do FCR e também pela necessidade da constituição de uma instituição formal para operar o crédito, estabelecendo parcerias para se ter acesso aos recursos das políticas públicas.

No ano de 1997, emerge outra organização cooperativa dos agricultores; trata-se da Cooperativa de Leite da agricultura Familiar. Durante as décadas de 1970, 80 e 90, ocorreu, no Sudoeste paranaense, a expansão principalmente do binômio soja e trigo e também do milho sobre as demais culturas; produções estas que utilizavam um pacote tecnológico que expandiu a modernização da agricultura (Santos, 2008). Porém, a produção dessas monoculturas era inviável para os pequenos proprietários. Diante disso, a produção do leite passa a ser uma possibilidade para complementar a renda dos agricultores familiares.

Diante da importância do leite e da situação em que se encontrava a atividade no interior dos sistemas produtivos e no planejamento das famílias com pouco apoio dos governos e as empresas pagando um valor baixo pelo litro de leite, entendeu-se que se fazia necessário a construção de um sistema, em que os agricultores familiares pudessem intervir na comercialização da produção. A CLAF visava promover estratégias de organização e de tecnologias a baixo custo para que os agricultores não fossem excluídos da produção leiteira,

visando à venda conjunta do leite, viabilizando um sistema de coleta de leite, além da prestação de assistência técnica.

A partir dessa proposta, foi realizado um fórum para debater e encontrar uma orientação das políticas em relação à produção de leite na região Sudoeste do Paraná; chegou-se ao consenso de que era necessário reorganizar os agricultores na atividade leiteira. Com esse objetivo, foram realizadas uma série de atividades que levariam o processo inicial do sistema, tendo como referência o sistema CRESOL. Foram reunidas lideranças dos municípios interessados no sistema, foram realizados intercâmbios com outras formas similares na região Sul do Brasil; a seguir, realizados seminários regionais para discutir o sistema da produção de leite. O primeiro seminário realizado, na ASSESOAR, reuniu representantes de 20 municípios interessados em discutir essa forma de organização. Então, foram analisados quais municípios teriam um ambiente político organizativo, porque o que se pretendia não era construir cooperativas individualizadas, mas uma rede de cooperativas.

Dos municípios que participaram do seminário, 10 propuseram-se a discutir esse sistema; num segundo momento, foram realizadas reuniões nos municípios interessados. No primeiro encontro, em Marmeleiro, participaram 80 agricultores (Entrevista com Dirceu Basso, 2009).

Nesse encontro, foi discutida a importância dos agricultores terem a gestão não só das cooperativas mas também da produção, desenvolvendo tecnologias que não deixassem os agricultores tão dependentes de fatores externos. Nos anos 1996 e 1997, a atividade leiteira era importante para a renda dos agricultores, e só havia pequenas e médias empresas comprando o leite, segundo Basso (2009), numa relação nem de compra e venda, mas de “recolhimento” de leite. Nessa época, a relação dos agricultores com as empresas era de baixo poder de negociação.

Com esse intuito, no ano de 1998, depois de debates e seminários realizados em vários municípios do Sudoeste paranaense no ano anterior, constituíram-se as primeiras quatro CLAFs (Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar) coordenadas pela ASSESOAR, CRAPA, CRESOL, STR, nos municípios de Renascença, Marmeleiro, Dois Vizinhos e Nova Prata do Iguaçu (SISCLAF, 2007).

As CLAFs, organizações de âmbito municipais, são administradas por agricultores envolvidos na produção do leite, exemplo disso é que o presidente da CLAF de Marmeleiro é um agricultor que reside na Linha Itaíba. A política da CLAF é a de atuar na organização das famílias e na organização da produção visando as melhores condições de trabalho e qualidade do leite através de técnicas apropriadas, para comercialização do produto *in natura*

(SISCLAF, 2007). A cooperativa até 2010 não transformava o leite, a partir desse ano vai começar a produção de queijo na fábrica que foi construída na plataforma de Itapejara do Oeste (fotografia 3), sendo que, segundo informações do SISCLAF, a fábrica está pronta, esta aguardando somente a licença do CIF (Certificado de Licença Federal) para iniciar a produção, mas a fábrica de queijo transformara somente uma parte do leite, a maior parte da produção de leite continuara sendo revendida para os laticínios, buscando melhorar o valor pago pelo litro de leite através de maior poder de barganha adquirido pelo fato de entregar/comercializar uma quantidade maior de litros de leite.



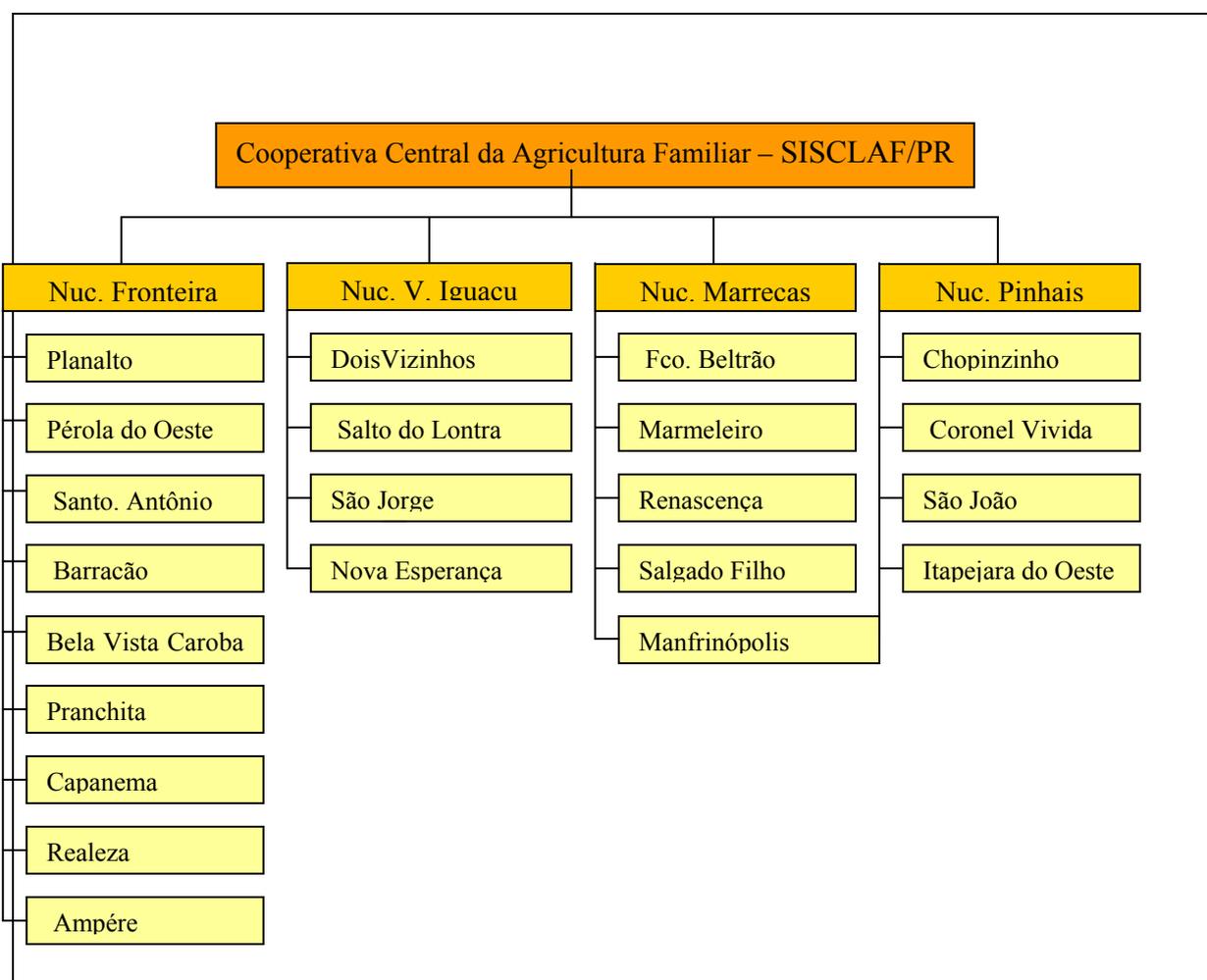
FOTOGRAFIA 3. Fábrica de queijo da CLAF, em Itapejara do Oeste.

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

A cooperativa presta assistência técnica veterinária e também disponibiliza financiamentos e custeios pecuários que são conseguidos junto à Cooperativa de Crédito Solidário (CRESOL). Apesar de ser uma experiência recente, tem-se expandido no Sudoeste do Paraná, tendo os municípios suas cooperativas integradas a um sistema geral. Essa

integração ganhou ainda mais força no ano de 2003, quando, contando com o apoio e referência organizativa do Sistema Cresol, as CLAFs criam o SISCLAF, um Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária. A finalidade é estabelecer um elo entre as CLAFs, atuando no seu fortalecimento e expansão. O SISCLAF é formado por 22 cooperativas que envolvem mais de 3.450 famílias, que produzem aproximadamente quatro milhões de litros de leite ao mês.

Quatro núcleos formam o território da SISCLAF, constituídas pelas CLAFs, que são: Núcleo Fronteira; Núcleo Vale Iguaçu; Núcleo Marrecas e Núcleo Pinhais, conforme podemos ver no quadro 1.



QUADRO 1. Organização municipal do SISCLAF/PR.

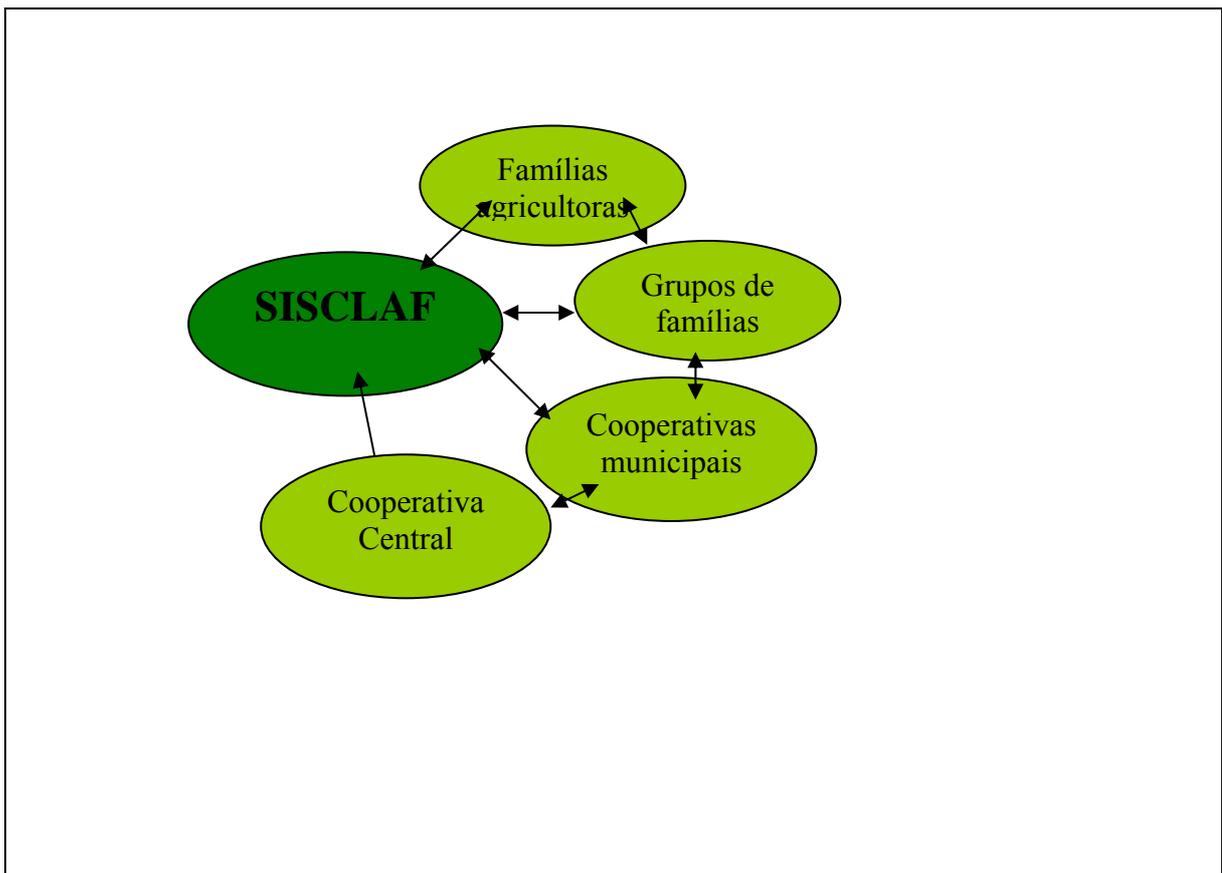
Fonte: Organizado por: BRAGA, L. C; BRISKIEVICZ, M; MEIRA, S.G.

Nos núcleos, são organizados mensalmente os micro-fóruns, em que cada CLAF é representada por um membro do seu conselho. Nos micro-fóruns, são debatidas as necessidades e os resultados que estão ocorrendo em cada uma das CLAFs, ou mesmo em um

estabelecimento associado. Diante das necessidades apontadas, são avaliadas possíveis alternativas para solucionar os problemas.

A estrutura organizativa e funcional da CLAF conta com as famílias, os grupos de base e uma Central de Cooperativas de Leite – o SISCLAF, já mencionado. Entre os pressupostos da CLAF estão: prestar serviços aos agricultores familiares, valorizando o trabalho e o produto das famílias e contribuindo para a melhoria das condições de vida das famílias. Os serviços estão baseados nos princípios da solidariedade; construção coletiva do conhecimento, participação, descentralização, transparência e agroecologia, priorizando a questão da qualidade e da produtividade dos agricultores associados (SISCLAF, 2007).

Observemos, no quadro 2, a forma de organização das CLAFs e as suas relações com o SISCLAF e com os agricultores, constituindo um sistema de redes, onde as famílias são a base, pois sem elas não é possível formar a rede e dinamizar as atividades das CLAFs.



Quadro 2. Organização estrutural do SISCLAF/PR.

Fonte: SISCLAF (2007).

A CLAF transporta o leite em caminhões tanques com capacidade de carga entre 4 e 10 mil litros de leite. Para maior logística no transporte da produção, a cooperativa faz o levantamento do percurso a ser seguido. Para prever o custo da coleta, são analisadas as

distâncias a serem percorridas e a quantidade coletada de leite; dessa forma, chega-se ao valor gasto por litro de leite no transporte e esse valor é dividido entre os agricultores.

Atualmente, as CLAFs possui uma plataforma em Itapejara do Oeste, local escolhido pela sua posição geográfica, centralizando as linhas de coleta da região. A plataforma de Itapejara do Oeste recebe a produção de leite dos núcleos: Vale do Iguazu, Marrecas e Pinhais. Outra plataforma situa-se em Bela Vista da Caroba, escolhida pela posição estratégica entre os municípios da fronteira e pela capacidade de escoamento pelas rodovias que passam pela região, recebendo a produção de leite do Núcleo Fronteira (SISCLAF, 2007).

Para controle da qualidade do leite são realizadas coletas de amostras individuais de cada produtor e de cada cooperativa; tais amostras são analisadas na plataforma de destino, pois cada uma possui um laboratório de análise de qualidade do leite.

A maior parte da produção é vendida às indústrias Cedrense, Frimesa, Parmalat, Silvestre e Latco, e em menor escala para as indústrias: Leticia e Diplomata. Para 60% dos associados a produção é de 50 à 1000 litros/dia de leite.

A CLAF de Marmeleiro possui 170 associados, porém, atualmente 43 associados entregam leite, os outros entregam pra outros laticínios ou não produzem. A média de produção recebida varia entre 170 a 190 mil litros mensais no último ano a média paga por litro foi de R\$ 00,52. Na Linha Itaíba 09 famílias entregam o leite para a CLAF, a média mensal de litros recolhidos variou nos últimos meses entre 26.000 e 30.000 litros e uma média por produtor que varia entre 2.800 a 3.300 litros, sendo que a média de vacas por produtor é de 10 animais.

Segundo Altair Celuppi, membro do conselho administrativo do SISCLAF, as cooperativas não sonham os impostos ao contrário, de muitas empresas que recolhem o leite dos agricultores e não repassam a nota de toda produção, além dos casos de adulteração, em que as empresas adicionam soro retirado do queijo ao leite para aumentar a litragem.

Segundo [Christophe Lannoy](#)⁷, (Entrevista realizada em novembro de 2009) a CLAF teve uma primeira fase que atraiu muitos agricultores, para isso ela utilizou a seguinte estratégia: como há uma diferença significativa de preço pago pelo litro de leite ao pequeno produtor e ao grande produtor pela indústria, a CLAF iniciou pagando um preço médio e com isso elevando o preço do pequeno produtor de leite, então ela ganhou rapidamente muita adesão. Porém todos os cooperados associaram-se a CLAF, na perspectiva de que o preço do

⁷. Filho de pais belgas, nasceu na Nigéria. Possui graduação em Agronomia e mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS) de Porto Alegre. Participou de projetos vinculados a ASSESOAR. Participou da criação da CRESOL. Atualmente, ministra cursos, eventos e presta assessoria as organizações da agricultura familiar.

leite fosse aumentando gradativamente, entretanto, o preço do litro do leite tem um limite e a CLAF já teria realizado esse ciclo. Ela deveria então partir para uma segunda fase, que seria o desafio de produzir o leite a baixo custo e com qualidade. Produzindo um leite diferenciado com qualidade, direcionando a sua produção para as pequenas e médias indústrias regionais. Porque as grandes indústrias tendem a não diferenciar os preços, pois trabalham com a grande escala de produção. Quando a produção é em escala menor torna-se mais fácil produzir um leite diferenciado e até certificado. Então para o sistema CLAF continuar, é preciso essa evolução qualitativa.

2.3 - Territorialização da Latco

A Latco⁸ é uma empresa Ltda; nenhum grupo internacional ou nacional possui o seu controle acionário; foi fundada, no ano de 1966, por Valter Alves da Rocha, no município de Cruzeiro do Oeste (PR), onde se localiza a matriz da empresa, com a finalidade de produzir queijo e manteiga. Atualmente, a empresa pertence aos dois filhos do fundador. A filial da Latco, em Francisco Beltrão, foi inaugurada em agosto de 1988. Atualmente, a Latco de Francisco Beltrão tem uma capacidade de produção diária de 250 mil litros e emprega 153 funcionários. Produz: leite longa vida integral e desnatado, leite em saquinho, achocolatados, manteiga, creme de leite, bebidas lácteas e uma linha completa de produtos de soja. A empresa atua em 9 estados, além dos três estados do Sul do Brasil; São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pernambuco e Goiás (mapa 4). A empresa possui, no Sudoeste paranaense, 4 unidades localizadas no município de Francisco Beltrão, Realeza, Marmeleiro e um entreposto em Dois Vizinhos.

Segundo informações do gerente da empresa, a Latco compra o leite diretamente do produtor, não estabelece nenhum tipo de acordo com outras instituições do ramo e tem como referência de qualidade e de preço do litro de leite pago ao agricultor a normativa 51⁹. A

⁸ Os dados obtidos durante a pesquisa, para analisarmos a territorialização da CLAF, não foram suficientes, devido a não disponibilização por parte da empresa de informações, apesar das várias tentativas e possibilidades tentadas.

⁹ A Instrução Normativa 51 estabeleceu novas regras para a produção de leite, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e entrou em vigor em 1º de julho de 2005. A partir desta data os pecuaristas passaram a ter uma série de obrigações que visam melhorar a qualidade do produto, entre elas enviar amostras ao menos uma vez ao mês para um dos sete laboratórios credenciados e espalhados pelo país. As mudanças estabelecidas pelo conselho consultivo da Rede Brasileira de Laboratórios Centralizados de Qualidade do Leite (RBQL) implicam uma rápida entrega do leite na usina, transporte em caminhões térmicos e resfriamento do leite na propriedade. As regras tendem a padronizar o produto, através dos serviços laboratoriais responsáveis pela análise da qualidade do produto e de seus derivados. Os laboratórios estão em pontos estrategicamente espalhados pelo território nacional. A produção leiteira de São

coleta do leite é realizada de forma terceirizada, a empresa cede o tanque apropriado para o transporte e paga aos proprietários dos caminhões pelo serviço prestado. No município de Marmeleiro, a Latco possui uma fábrica de queijo, mas o leite recolhido no município é todo transportado para a usina de beneficiamento de Francisco Beltrão, e após passar por testes de qualidade, volta para a fábrica de Marmeleiro.

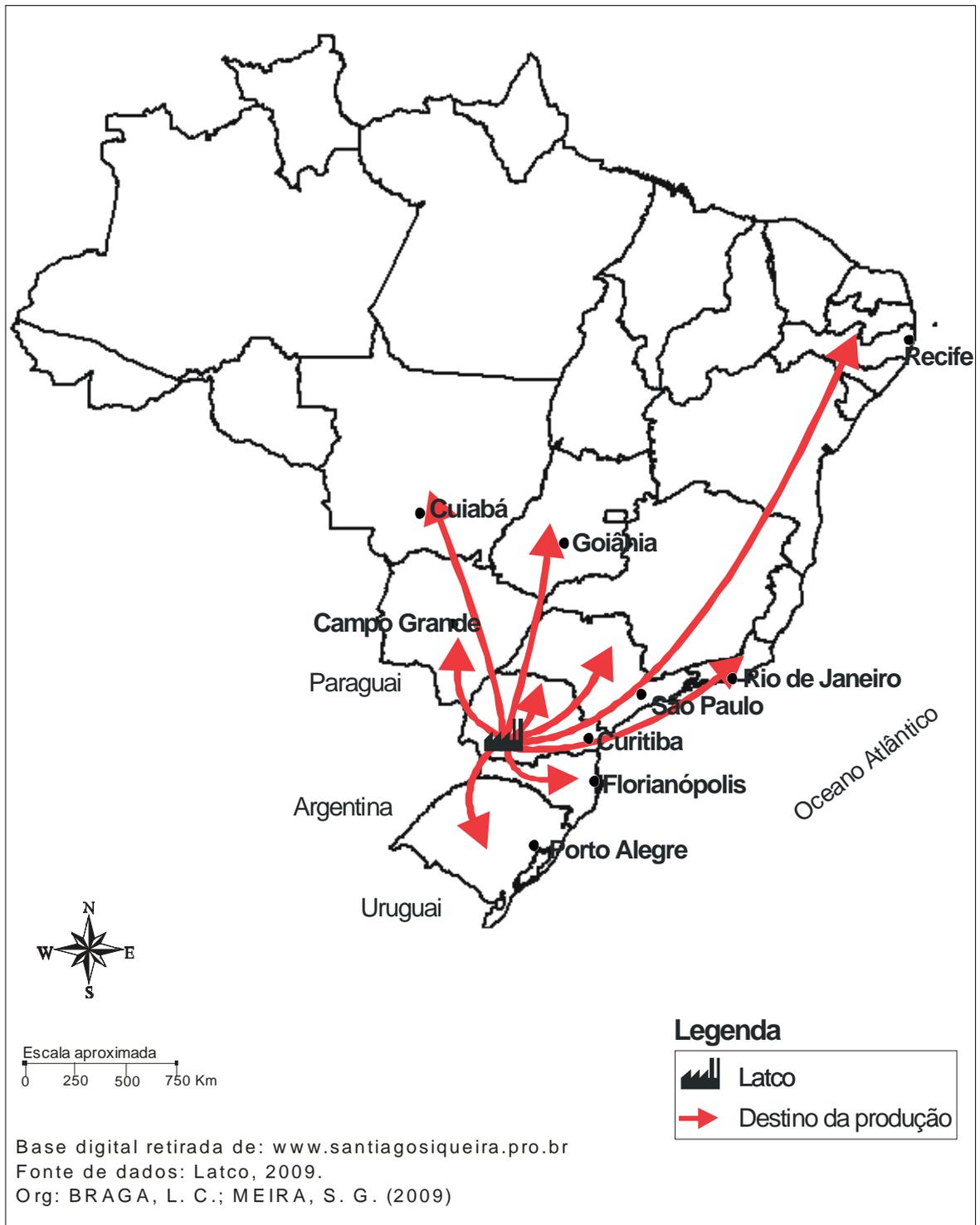
A quantidade de leite coletada dos agricultores vem aumentando gradativamente, ano após ano, mas o consumo do leite, principalmente no Sudoeste paranaense não apresenta grande aumento; com isso, a empresa procura diversificar a produção através da fabricação de alguns derivados como achocolatados, iogurte, queijo, manteiga etc.

As indústrias exerceram forte pressão para que a normativa 51 entrasse em vigência, sem considerar as condições de produção dos pequenos produtores descapitalizados para atender as normas de produção. A normativa representava principalmente a preocupação dos consumidores em relação a saúde. Diante disso, algumas organizações, como o SISCLAF, conseguiram estabelecer prazos mais realistas para que os agricultores pudessem cumprir minimamente as modificações propostas pela normativa (SISCLAF, 2007).

A normativa criou uma série de regras para o produtor, todavia não disponibilizou mecanismos para cobrir eventuais prejuízos em caso de doenças dos animais ou crise do setor. Se a normativa entrasse em vigor com todas as regras propostas inicialmente no ano de 2001, excluiria parte dos produtores, que não tinham as condições necessárias para investir na produção.

Paulo e do sul de Minas Gerais será examinada pela Clínica do Leite, localizada na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (USP/ESALQ). As demais unidades operacionais da RBQL estão sediadas nas universidades de Passo Fundo (UPF), na Federal de Goiás (UFG), na Federal do Paraná (UFPR), na Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Federal Rural de Pernambuco (UFRPe), além da Embrapa Gado de Leite, em Juiz de Fora/MG. Com a estrutura integrada, este programa fornece ao Serviço de Inspeção Federal (SIF) informações técnicas e objetivas sobre a qualidade do leite de cada produtor. Caso seja constatado um alto nível de contaminação por bactérias, presença de antibiótico, pesticida e outras impurezas, o produto não poderá ser comercializado. Deve-se enquadrar nesta nova lei todo produtor que envia seu leite para empresas sob inspeção federal (http://www.paginarural.com.br/noticias_detalhes.php?id=19315). Acessado em: 20/mar/2009.

MAPA 4. Atuação do Laticínio Latco no Brasil.



A Latco é um dos principais laticínios que recolhe o leite no Sudoeste paranaenses. A região possui cerca de 27 mil famílias produzindo, no ano de 2007, uma média de 1,5 milhão de litros de leite/dia que movimentou 150 milhões de reais, um valor considerável para a economia do Sudoeste (CLAF Marmeleiro, 2009).

Na Linha Itaíba 9 produtores entregam o leite para a Latco, produzindo uma média mensal total de 34.140 litros e uma média mensal por produtor de 3.780, sendo que a média de vacas por produtor é de 14.

3. TERRITORIALIDADE DA PRODUÇÃO FUMAGEIRA E LEITEIRA E INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ESPAÇOS URBANO E RURAL

A análise da complexidade das relações entre os espaços urbano e rural pode ser realizada a partir da perspectiva do campo e da cidade. São leituras diferentes, porém, complementares.

A partir da cidade, a intensificação das relações ocorre devido à urbanização, que expandiu as áreas de contato entre o campo e a cidade e aproximou áreas rurais antes longínquas das urbanas assim como possibilitou o crescimento de pequenas e médias cidades em regiões onde antes predominava o rural.

A análise a partir do campo dá-se através do processo de modernização da agricultura, que proporcionou a modificação da base técnica, através da produção de todo maquinário agrícola e do desenvolvimento da produção de insumos químicos industriais. Essas modificações diminuíram gradativamente a utilização da mão-de-obra no campo, provocando a expropriação dos agricultores que possuíam pequenas extensões de terra, na sua maioria descapitalizados, e que não se adaptaram às novas formas de produção, passando a fazer parte da massa de trabalhadores migrantes para centros urbanos com a finalidade de conseguir emprego nas indústrias que, apesar de se expandirem, não absorviam toda a oferta de mão-de-obra. A modernização da agricultura expandiu as fronteiras agrícolas e possibilitou o aumento da produção. Esse aumento deu-se também pela expansão *vertical* da produção, através da utilização de insumos químicos que proporcionaram maior produtividade por área de terra. O setor agrícola tornou-se dependente dos insumos agrícolas e das máquinas fabricadas nas cidades, o que acirrou a circulação de pessoas, de mercadorias, capitais etc, entre os dois espaços.

Entendemos que não há uma dissociação entre as análises, das relações campo e cidade, realizadas a partir da perspectiva da expansão urbana ou modernização da agricultura; elas fazem parte do mesmo processo, complementando-se e têm como principal agente o processo de industrialização que se expandiu primeiramente nas cidades e depois no campo.

A análise das relações campo-cidade é pertinente para a pesquisa que estamos realizando porque são espaços interligados e a Souza Cruz, através da sua territorialidade, representada pelas suas matrizes, filiais e pelos fumicultores integrados, perpassa, através das relações estabelecidas entre os agentes envolvidos na produção fumageira, os quais promovem a circulação de insumos químicos, matéria-prima e de créditos bancários, estabelecendo redes de circulação que constituem o território da empresa. Na produção de

leite realizada através da Latco e da CLAF, há circulação de matéria-prima, capitais e fluxo de pessoas entre os espaços rurais e urbanos; porém, na produção do leite, a territorialidade das empresas é ligada a um contexto mais regional; o valor pago pelo litro de leite é determinado pela relação entre o consumo e a produção. No território da produção do leite, há espaços produtores, como o Sudoeste paranaense, onde há uma predominância da agricultura familiar, e espaços consumidores que, geralmente, estão nos grandes centros urbanos.

A CLAF possui núcleos regionais (as plataformas de recebimento) em que deposita a produção recolhida nas propriedades dos agricultores e, em seguida, é revendido para outras empresas, entre elas a própria Latco. O território da CLAF limita-se a essa circulação; ela não beneficia o leite, não dá um destino final para o produto; o que ela consegue é um poder de barganha maior para negociar com os laticínios que compram o leite da cooperativa, devido à quantidade de leite recolhido. O agricultor cooperado junto à CLAF tem acesso a créditos para financiamentos através da CRESOL, que também é uma cooperativa formada predominantemente por associados agricultores familiares. A Latco possui um território mais complexo, diferente do território da CLAF, já que possui fábricas de alimentos e vende os produtos para outros estados do Brasil.

Na produção do fumo, a rede de circulação é gerada pelo capital monopolista, transnacional que reúne, no mesmo território, tanto agricultores familiares como a mais avançada tecnologia das indústrias fumageiras. O capital age conforme as circunstâncias. Na produção do fumo, a integração dos agricultores foi o modo encontrado para ter gastos mínimos na obtenção da matéria-prima. Segundo Marcos, uma das regras do capital para sua expansão no campo é a seguinte: “[...] quando o tempo de trabalho é menor do que o tempo de produção, o capital se territorializa e, a um só tempo, extrai a mais-valia dos trabalhadores, obtém o lucro com a comercialização da produção e aufere a renda da terra [...]” (2008, p.196).

Nesse processo, ocorre a territorialização do capital; um exemplo é a produção de cana-de-açúcar, em que o capital expropria os camponeses; nesse caso, o capitalista e o proprietário de terras é a mesma pessoa (Oliveira *apud* Marcos, 2008). “Quando, ao contrário, o tempo de trabalho é maior do que o de produção, o capital age através da *monopolização do território* e da sujeição da renda da terra” (MARCOS, 2008, p. 196). Nesse caso, o agricultor continua sendo o proprietário dos meios de produção, realiza os trabalhos ou contrata terceiros, porém, passa ser dependente dos empresários do agronegócio para a compra de insumos químicos e a comercialização da produção, além de suas atividades serem relativamente controladas: é o que ocorre no sistema de integração da produção fumageira.

Para que seja viável aos agentes do capital a separação entre o produtor e os meios de produção, é preciso que ocorra um alto desenvolvimento das forças produtivas. Enquanto essa expropriação não é possível, o capital “[...] lança mão da criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não capitalista do capital [...]” (OLIVEIRA *apud* PRIEB, 2005, p. 170). Assim, o capital combina as relações especificamente capitalistas com as não especificamente capitalistas, como ocorre no sistema de integração, pois a indústria fumageira combina o desenvolvimento tecnológico, o trabalho assalariado das usinas e fábricas com o trabalho do agricultor familiar - que ainda produz para a subsistência - socializa alguns implementos agrícolas, utiliza basicamente a mão-de-obra da família e possui uma cultura peculiar.

A integração entre as relações de produção tipicamente capitalistas e não especificamente capitalistas também pode significar o aprofundamento das relações entre o campo e a cidade, já que o trabalho assalariado, as indústrias e as fábricas, geralmente, localizam-se nas cidades e os trabalhos de ajuda mútua, produção para o consumo, enfim, elementos que são próprios da agricultura familiar, são mais perceptíveis no campo. A partir do momento em que tais relações passam a fazer parte do mesmo território, passa a ocorrer maior complexidade nas relações entre os espaços urbanos e os rurais, ocorrendo um processo de complementação e dependência de um em relação ao outro. Mesmo que, na produção do fumo, ocorra uma desqualificação do trabalho do fumicultor, pelo fato de ser subordinado à empresa, todo o aporte tecnológico e a gerência da produção da-se nos centros urbanos.

Essa relação origina, segundo Santos (1978), a subordinação formal do trabalho ao capital, que é diferente da subordinação real. Na subordinação real do trabalho, as relações de produção realizam-se entre os proprietários do capital e os detentores da força de trabalho, sendo explorada a mais-valia. Na subordinação formal do trabalho ao capital, (é denominada de formal porque o método de exploração se distingue apenas formalmente do anterior), o produtor imediato é o seu próprio empregador, ou ele oferece trabalho a outras pessoas, mantendo a propriedade privada dos meios de produção e da terra, mas fornece o sobre trabalho ao capital. Esse sobre trabalho é gerado através da dilatação da jornada de trabalho, possibilitando ao capital a exploração da mais-valia absoluta.

Esse controle da produção do tabaco pelo capital monopolista, além de influenciar as relações técnicas, também modificou as relações sociais, pois os fumicultores não encontraram outra alternativa para produzir o fumo que não fosse a de se integrar às empresas. A agricultura familiar já existia antes da modernização da agricultura e da constituição do CAIs do fumo.

Fernandes (2008) afirma que o agricultor não é parte integrante do CAIs no sistema de integração; por não ter poder para impor outro modelo na correlação de forças ele é subalterno ao modelo. Dessa forma o agricultor familiar e o agronegócio constituem territórios distintos, porém, são territórios sobrepostos, acontecem ao mesmo tempo e relacionam-se todo tempo, um está no outro.

A sobreposição desses territórios gera, no seu interior, um conjunto de atividades que se complementam, no entanto, não é um processo harmônico; esta complementação dá origem a uma série de conflitualidades como, por exemplo, no momento da fixação dos preços do fumo. Segundo Prieb (2005), no complexo do fumo, as empresas têm uma autonomia maior e conseguem amenizar estes conflitos. Elas conseguem isso porque detêm o monopólio da comercialização e dos insumos da produção e conseguem subordinar os agricultores na sua relação com eles.

Os altos investimentos das organizações transnacionais do setor fumageiro, principalmente na região Sul do Brasil, reorganizaram alguns territórios, tanto nos espaços rurais como nos urbanos. Para a organização do complexo fumageiro, foi necessário a construção e a modernização de um conjunto de elementos técnicos solicitados exclusivamente pelo capital fumageiro como, por exemplo, novas plantas industriais, usinas e fábricas de cigarro, centros de pesquisa, departamentos de marketing, além de outras instalações que facilitaram a circulação da produção como os pontos de compra de fumo, a contratação de empresas terceirizadas, os mercados varejistas de venda de cigarro, os centros de logística e de distribuição de insumos agrícolas (Silveira, 2007). Praticamente todos esses elementos, que promoveram o desenvolvimento tecnológico da produção do fumo, estão localizados nos espaços urbanos e estabelecem uma interligação direta com os agricultores familiares. Além da interligação mais visível, a circulação da matéria-prima, o fumo, dos espaços rurais para os urbanos e a circulação de insumos químicos da indústria para a agricultura, também existem outros processos como os estudos científicos realizados nos centros de pesquisa, que ficam nas cidades, e são desenvolvidos/aplicados nas áreas rurais; os técnicos e agrônomos, que prestam assistência aos agricultores, deslocam-se quase que cotidianamente da cidade para o campo e vice-versa, e os próprios fumantes que estão tanto nas cidades como no campo.

Em muitos casos, o aprofundamento das relações entre os dois espaços não se dá entre o rural e o urbano do mesmo município. Por exemplo, os fumicultores da Linha Itaíba recebem as orientações e materiais publicitários (através da mediação dos representantes da Souza Cruz) vindas dos centros de pesquisa e desenvolvimento e do departamento gráfico que

se localizam no Rio de Janeiro (RJ); assim como o fumo em folha é levado para a usina de Santa Cruz (RS) ou para Rio Negro (PR). Isso não quer dizer que as relações dos fumicultores com a cidade de Marmeleiro sejam menos importantes, pois é nela que estão localizados os bancos, Banco do Brasil, Sistema de Crédito Cooperativo (SICRED) e a CLAF, está última é aonde os agricultores da Linha Itaíba efetuam mais operações, também é aonde eles recebem o pagamento da produção; é nessa cidade que eles compram alguns implementos agrícolas mais convencionais para a produção, combustível e também os produtos básicos para o consumo. É também na cidade que eles vendem alguns dos seus produtos *coloniais* como queijo, melancia, pêssego, ovos, galinha caipira, por exemplo. Esses são comercializados nos pequenos mercados e mercearias (principalmente no Mercado Alvorada e no Mercado Machado) diretamente nas casas dos agricultores, em alguns casos, os consumidores vão até a casa dos agricultores; no caso dos pêssegos, duas famílias tem uma plantação voltada para a comercialização e além de venderem das formas já mencionadas, na época da colheita, eles montam uma barraca ao lado da BR, no trevo que dá acesso à Linha Itaíba. As melancias também são comercializadas dessa forma. Os pêssegos e as melancias são os principais produtos comercializados ao lado da rodovia, mas os agricultores também levam outros produtos que são colhidos na mesma época, como por exemplo, milho verde, abóbora, moranga, melão. Aliás, tal prática é comum, principalmente em municípios menores, baseados na agricultura como é o caso de Marmeleiro: os agricultores vendem alguns produtos que excedem a capacidade de consumo da família diretamente ao consumidor, ou trocam nos mercados nas mercearias, frutarias, etc. Nesses são comercializados principalmente queijo, pêssego e melancia, alguns comerciantes só aceitam comprar os produtos dos agricultores se eles receberem o valor dos seus produtos em mercadorias do mercado.

Na cidade de Marmeleiro há o Mercado do Agricultor, os produtos que citamos anteriormente, principalmente as frutas, esporadicamente são comercializados, nesse mercado. Mas, não há uma produção regular que seja entregue e os agricultores dizem que o valor pago pelo Mercado do Agricultor, não é maior que o pago pelos outros comerciantes, então eles comercializam aonde conseguem uma renda maior. Percebe-se que essa prática aumenta durante os períodos de entre safra e quando ocorre alguma dificuldade financeira dos agricultores, ora geradas pelas condições climáticas desfavoráveis, ora pelas variações dos preços dos produtos produzidos para o mercado.

É na cidade de Marmeleiro, também, que estão presentes as sedes dos órgãos públicos, como a prefeitura, sendo que segundo informações dos agricultores, o principal motivo da ida

dos mesmos a prefeitura é para: renovação do bloco de produtor (média de três vezes ao ano por agricultor); para a retirada do boleto de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) (uma vez ao ano); e para pedir máquinas para algum trabalho no estabelecimento e para arrumar as estradas do reassentamento, a quantidade de vezes que isso é necessário depende do estado de conservação das estradas; não são todos que precisam ir até prefeitura para pedir esse serviço; esporadicamente os agricultores vão a prefeitura para pedir outros serviços, como documentos pessoais, documentos de imóveis, alguma espécie de auxílio transporte, médico etc.

Também na cidade, estão presentes as sedes das entidades de classe que representam os agricultores, como o STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) o número de visitas a esse varia muito de um agricultor para outro, enquanto alguns não foram nenhuma vez ao sindicato no último ano outros foram 2, 3 vezes e outros mais de 20 vezes. Essa maior ou menor participação dos agricultores no sindicato estão ligadas a questões de ordem burocrática, como por exemplo, para o agricultor que for receber o PRONAF pela CRESOL, ele precisa de um documento do sindicato, outro exemplo, são os casos de aposentadoria por idade e por invalidez provocada por acidentes de trabalho, sendo que nesses casos é necessário a mediação do STR. A quantidade de vezes que os agricultores vão ao STR, também está ligada às condições da safra, por exemplo, quando ocorre uma estiagem prejudicando o rendimento da produção e conseqüentemente dificultando o pagamento do PRONAF. O STR é uma das entidades em que os agricultores solicitam intervenções, no sentido de que através de um movimento coletivo consigam parcelamento, abatimento parcial etc.

Outra entidade que recebe um número considerável de agricultores por ano da Linha Itaíba é a EMATER, em média cada produtor vai 5 vezes ao ano, por questões de documentações para o PRONAF investimento e custeio, programas governamentais, questões de instrução/ capacitação técnica e para fazer pedidos de compra de mudas de árvore (frutíferas, nativas) alevinos etc.

A CRESOL e os mercados de produtos alimentícios são os mais freqüentados na cidade de Marmeleiro pelos agricultores da Linha Itaíba, em relação a estes últimos não há preferência por um único mercado, mas a maioria prefere os mercados menores, as mercearias, pois segundo os mesmos nesses existe uma relação de amizade com os proprietários, 70% dos agricultores fazem suas compras no Mercado Alvorada; os motivos para uma grande parte das famílias fazerem compras nesse mercado é porque ele localiza-se logo na entrada da cidade sendo o mais próximo da Linha Itaíba, o dono do mercado desde o início do reassentamento sempre vai as festas na comunidade, doa brindes para as rifas, tendo

uma relação de amizade com os agricultores; também nos períodos de entre safra, ou quando algum agricultor está com muitas dificuldades financeiras, o comerciante vende no crediário por um período mais longo, segundo alguns agricultores ele já vendeu para pagar em 6 meses; outro motivo importante é que o Mercado Alvorada, logo que foi formado o reassentamento, foi um dos primeiros e para alguns o único comércio¹⁰ a vender a prazo para os agricultores, pois, havia muita desconfiança e preconceito em relação aos reassentados, e os mesmos, receberam durante seis meses verbas da Eletrosul, para as despesas básicas, porém não era suficiente, já que, havia muitas despesas, sendo assim eles precisavam comprar a prazo. O segundo mercado aonde os agricultores mais fazem compras, cerca de 10%, é o Mercado Machado, o proprietário também frequenta a Linha Itaíba e tem uma relação de amizade com os agricultores, porém o seu mercado é menor e possui uma variedade menor de produtos; os outros 20% dos agricultores se dividem entre os outros mercados e mercearias, os principais são o Mercado Follmam, Mercado do Povo, estes fazem parte de uma rede de mercados e o Mercado Baggio, o mais antigo de Marmeleiro, sendo que a família proprietária é uma das pioneiras a chegarem em Marmeleiro e além do mercado possuem lojas de roupa, materiais de construção, insumos agropecuários além de estabelecimentos para a produção agrícola e agropecuária. É importante lembrar que os agricultores, as vezes, compram em outros mercados, além do tradicional, para aproveitar algumas promoções, indo esporadicamente para os mercados de Francisco Beltrão. Também constatamos que mais de 70% fazem compras mensais dos produtos básicos, como sal, óleo de soja, açúcar, café, arroz, macarrão, vinagre, temperos etc.; mas vão semanalmente aos mercados para comprarem outros produtos; no período de entre safra ocorre uma diminuição no consumo de produtos industrializados que não são de primeira necessidade.

Em relação a CRESOL, a grande frequência dos agricultores deve-se ao fato de que todos os agricultores entrevistados são associados, destes mais de 90% possuem contas ativas, e vão até a cooperativa por motivos burocráticos, como por exemplo, para deixar em ordem a documentação para aquisição dos PRONAFs, custeio e investimento, além de outros financiamentos como o de construções de casa, compra de carro etc, e também para depósitos de pagamento de prestações dos financiamentos e de cheques; os agricultores retiram extratos semanalmente para o acompanhamento das suas contas correntes. A frequência de idas a CRESOL aumenta nos períodos de pedidos de PRONAF, que é realizado entre julho e setembro. Para agilizar os trabalhos, a cooperativa agenda uma data para cada localidade do

¹⁰ Naquela época no ano de 1990, o mercado era uma mercearia possuía instalações mais pequenas, agora ele foi ampliado, sendo o segundo mercado, em espaço físico de Marmeleiro.

município e vai até cada comunidade fazer o pedido e o projeto do PRONAF, porém, alguns agricultores possuem pendências e precisam resolvê-las na sede da cooperativa, assim como as assinaturas do contrato (pelo solicitante do crédito e pelos avalistas), a retirada do dinheiro precisam ser realizadas na sede na cidade de Marmeleiro. Em relação as informações gerais e algumas pendências particulares que precisam serem resolvidas com urgência, a CRESOL as transmite através de um programa semanal de rádio. Apesar desse programa divulgar as datas da liberação dos financiamentos, muitos agricultores vão até a cooperativa para realizar uma espécie de pressão, entendendo que desta forma o processo pode ser agilizado.

Em relação a CRESOL e aos mercados de produtos alimentícios os agricultores não souberam mensurar uma média anual e qual é mais freqüentada pelos mesmos.

Os estabelecimentos comerciais de venda de insumos e medicamentos veterinários, também são muito freqüentados pelos agricultores da Linha Itaíba. As agropecuárias aonde os agricultores mais compram é a Agronômica, Bandeira Insumos, Uliana e na loja da CLAF; outro item importante são os produtos básicos comprados para a produção do leite, como medicamentos, sementes de pastagens e suplementos alimentares para os animais, a média de vezes que eles vão aos estabelecimentos agropecuários é de 1 a 2 vezes por semana. Os produtores de fumo vão menos a esse tipo de estabelecimento, pois recebem os insumos diretamente da Souza Cruz; assim como os produtores de leite compram os insumos para o plantio de soja e milho e também compram mudas e sementes de verduras, legumes, frutas etc.

Os postos de gasolina também são freqüentados regularmente pelos agricultores para a compra de combustíveis para uso nos carros de passeio e para as máquinas agrícolas, sendo que vão até os postos de combustíveis uma vez por semana.

O número de consultas no posto de saúde da cidade com clínico geral, pediatra e dentista também é significativo, sendo que os agricultores não souberam precisar o número exato de consultas; mas estabelecendo uma média, o número aproximado que chegamos é de 6 vezes ao ano por família, sem contabilizar as vezes que os agricultores, que utilizam tratamentos periódicos, vão aos postos para retirar seus medicamentos; o que percebemos é que a maioria dos agricultores mais jovens (menores de 35 anos) não possuem um acompanhamento médico regular, as consultas são realizadas somente quando ocorre a manifestação de algum sintoma.

O fluxo mais intenso de pessoas da Linha Itaíba para a cidade de Marmeleiro é das crianças e jovens que vão as escolas municipais e ao Colégio Estadual de Marmeleiro, sendo que diariamente 30 estudantes deslocam-se do reassentamento para a cidade, através do

transporte público, que é realizado através de um ônibus terceirizado. Em relação ao ensino superior 3 estudantes deslocam-se diariamente do reassentamento para estudarem em universidades que localizam-se no município de Francisco Beltrão.

É importante lembrar, que os agricultores não vão a cidade somente para ir especificamente a um estabelecimento eles tentam organizar uma agenda de uma maneira que possam realizar várias atividades no mesmo dia, porém nem sempre isso é possível, pois, como algumas atividades são burocráticas, muitas vezes é preciso ir 2 ou 3 dias seguidos na cidade para resolver as pendências. Esses deslocamentos dos agricultores dos espaços rurais para os urbanos acarretam gastos com o transporte e alimentação, além de terem que deixar os trabalhos com o fumo e o leite. A Linha Itaíba localiza-se relativamente perto da cidade; cerca de 3 quilômetros, mas, dependendo da localização do agricultor pode chegar a 10 quilômetros. As estradas principais da comunidade estão em bom estado de conservação, isso porque os caminhões que recolhem o leite percorrem as estradas diariamente, assim como os caminhões que recolhem o fumo na época da safra. Em relação aos agricultores o deslocamento para a cidade é realizado através de carro próprio. Todas as famílias entrevistadas possuem um carro.

A distância entre a localização do estabelecimento das famílias e a cidade, é um elemento importante para determinar a intensidade dos fluxos de pessoas entre o campo e a cidade; quando a distância não é grande as pessoas vão a cidade com maior frequência e também possibilita o surgimento de agricultores que exercem atividades no campo e também trabalham na cidade, pois, sendo próximo da cidade torna-se mais viável ir e voltar diariamente, ao invés de residir no espaço urbano. Em relação aos produtores de fumo, somente entre os meses de maio a julho, 4 agricultores responderam que fazem alguma espécie de “bico”, geralmente são trabalhos nas próprias áreas rurais do município de Marmeleiro. Encontramos também 6 agricultores que residem na Linha Itaíba e trabalham permanentemente na cidade, 3 são irmãos sendo que dois trabalham como auxiliares de construção civil e um irmão trabalha em uma fábrica de resfriadores de leite, os outros um trabalha na CLAF de Marmeleiro e na ASSESSOAR de Francisco Beltrão, outro em uma rádio no município de Renascença e o outro em uma cerealista no município de Renascença. O aumento desses trabalhadores no período de entre safra está ligado a renda conseguida na safra, quando a renda é muito baixa é preciso complementá-la. No caso dos irmãos eles não produzem leite e produzem uma quantidade baixa de fumo. Os outros trabalhadores que possuem trabalho permanente na cidade e os 4 trabalhadores temporários, todos produzem fumo e leite e falaram que um motivo fundamental que possibilita esse trabalho *acessória* é a

modernização da produção leiteira principalmente a ordenha mecanizada. Mesmo a grande maioria possuindo ordenha mecanizada e o tanque de expansão, a quantidade de trabalhadores que realizam atividades agrícolas ou não agrícolas fora do seu estabelecimento é baixa. Isso se deve ao fato de que os agricultores que produzem somente leite, possuem um número pequeno de membros na família ocupando toda a mão-de-obra e os agricultores que produzem o leite e o fumo, precisam demandar grande quantidade de mão-de-obra para este último.

Sendo assim os agricultores possuem uma gama de relações diretas com a cidade de Marmeleiro e também uma gama de relações indiretas com outras cidades mais distantes, essas são mediadas pelos representantes das instituições CLAF, Latco e Souza Cruz, apesar de não serem relações diretas são relações fundamentais, as suas condições econômicas dependem dessas relações, assim como das relações com a economia regional, nacional e global, que hora aumenta, hora diminui a demanda dos produtos produzidos pelos agricultores, determinando o preço do leite e do fumo e a quantidade a ser produzida. As condições econômicas dos agricultores, que são determinadas por uma multidimensionalidade de relações, em um segundo momento determinam a gama de relações dos agricultores com a cidade de Marmeleiro e as outras cidades locais, pois uma fator importante desse fluxo é o poder de consumo dos agricultores; quando eles conseguem um renda maior, vão mais às cidades para comprar produtos industrializados, para participar de eventos, festas etc, quando a sua renda é muito baixa, até mesmo os gastos com os transportes são racionados.

Essa interligação entre os espaços urbanos e rurais distantes, promovida pela produção do fumo, ocorre devido ao complexo e articulado território das indústrias fumageiras e a sua capacidade de fluidez tanto de informação como de matéria. Assim, estamos de acordo com SPOSITO (2008):

[...] não é necessário que todos os processos produtivos estejam localizados em um mesmo lugar, mas sim que a conexão entre as unidades de produção seja rápida e eficiente (p.90). O arranjo dos sistemas produtivos contemporâneos exige a existência de uma logística de transportes e de circulação eficiente para facilitar o deslocamento das pessoas, das mercadorias e dos capitais. [...] o encurtamento do ciclo de rotação dos capitais ... e a sujeição mais estreita da fabricação ao mercado ... [que] reforça o papel organizacional, até mesmo estratégico, da função logística [...] a gestão logística toca, doravante, todas as etapas da produção e do consumo e tende a reuni-las em um processo integrado: provisionamento, fabricação, distribuição, consumo, recuperação das perdas, reciclagem [...]. (p.100-101)

Dessa forma, cada vez mais o tempo de partida do circuito espacial de produção do tabaco não se dá nas áreas rurais fumicultoras, mas sim pelo mercado atacadista e pelas

indústrias de cigarro, as quais, em grande parte, localizam-se em grandes cidades do Brasil e do exterior. Isso porque as demandas da produção são definidas pelas empresas compradoras internacionais, representantes das multinacionais (Silveira 2007). Os padrões de qualidade do fumo para exportação da Souza Cruz são definidos pela BAT e informados aos agricultores. Os agricultores são influenciados por demandas exógenas, estabelecendo relações de integração verticais, círculos de complementação e sobreposição de diferentes territórios.

Já na produção do leite, a relação entre a demanda e a quantidade produzida em uma determinada região vai influenciar no valor do litro. No caso da CLAF, o seu poder de barganha com as outras empresas pode definir um aumento no valor do leite. Esse poder de negociação é atribuído à quantidade de leite que a cooperativa consegue coletar através dos agricultores associados. Inclusive esse é um dos fatores que ocasionam a disputa de território entre a Latco e a CLAF; para a primeira torna-se mais viável economicamente a compra do leite diretamente do agricultor, pois o produtor de leite que entrega individualmente não possui poder de barganha, porque a quantidade entregue é menor.

As formas de produção das agroindústrias contribuíram para o aprofundamento das relações entre os espaços rurais e urbanos. A unidade espacial urbana, foi substituída pelo binômio urbano/rural. Segundo Sposito (2006), isso ocorre porque houve uma intensificação das relações entre campo e cidade, impossibilitando a definição de onde termina a cidade e começa o campo; as formas confundem-se. Esse processo intensificou-se no último século, pois, apesar da urbanização ter iniciado há cerca de 5500 anos, foi no século XX que esse processo intensificou-se. A extensão territorial das cidades ampliou a área de transição entre o campo e a cidade, tornando mais difícil a definição.

Por isso, Sposito (2006) adota a expressão cidade-campo (superposição de formas espaciais que constituem as áreas de transição entre os espaços rurais e urbanos) constituindo um contínuo cidade/campo. Mas essa intensificação nas relações não elimina a distinção espacial entre as áreas.

Assim, não se trata aqui apenas das formas urbanas, mas sim das relações entre cidade e campo e dos interesses entre atores sociais que têm sua vida econômica e/ou política e/ou social ou, ainda, seu habitat associados a espaços urbanos e rurais. [...] Não é importante distinguir ou diferenciar os dois espaços, mas compreender seus sentidos e papéis, assim como analisar as relações políticas, econômicas e os valores culturais que, em cada espaço-tempo, orientam as articulações entre cidade e campo. (SPOSITO, 2006, p.116-121)

Analisando a relação cidade/campo a partir da perspectiva do urbano, a autora acima afirma que os loteamentos são as principais formas de expansão urbana; reitera diz que existem duas cidades: uma edificada e a faixa que está ao seu redor, potencialmente pronta para o loteamento. Isso dá origem aos vazios urbanos, espaços de descontinuidade, pois existem áreas que são urbanas, mas ainda não foram efetivamente transformadas em ocupações urbanas. Outro fator importante para a intensificação dessas relações foi o desenvolvimento dos transportes automobilísticos e das novas tecnologias de comunicação, as quais romperam com as dificuldades de mobilidade dos pedestres, tanto nos espaços rurais como nos urbanos, contribuindo para a extensão das cidades e para o processo de descontinuidade (Sposito, 2006).

O fluxo de pessoas é uma demonstração da inter-relação entre o campo e a cidade. Os indivíduos das áreas rurais têm maior necessidade de ir até os centros urbanos, pois precisam ir ao comércio para adquirirem os bens necessários. Esse comércio também é freqüentado pelas pessoas das cidades que não precisam ir até o campo, pois os produtos necessários para eles já foram industrializados. Por isso é comum, principalmente nos grandes centros urbanos, existirem pessoas que raramente vão ao campo ou nunca foram; já, no campo, acontece ao contrário, mesmos nos lugares mais longínquos, dificilmente encontraremos pessoas que não vão aos centros urbanos periodicamente ou que nunca foram. Em relação às pessoas das cidades, algumas vão para o campo para o lazer, em busca de uma atmosfera mais “pura”, para sair do caos dos centros urbanos, ou por que tem, em sua origem, uma ligação com o rural.

Também há mobilidade da força de trabalho, pois nas cidades há pessoas provenientes do espaço rural; são agricultores e filhos de agricultores, que contribuem para a expansão horizontal da cidade, já que, devido à falta de condições financeiras, acabam construindo favelas e reproduzem nessas áreas aspectos de suas vidas rurais, como, por exemplo, hortas, pomares, jardins, hábitos alimentares (Saquet, 2006). Existem também agricultores que trabalham nas cidades para obter uma renda extra, entretanto moram em áreas rurais e possuem renda proveniente de atividades agrícolas, são os denominados de pluriativos. Na produção do fumo, acontece também o inverso: em algumas etapas da produção, os agricultores contratam empregados temporários que residem nas cidades. Na maioria dos casos, são trabalhadores considerados não qualificados para o mercado de trabalho urbano e muitos são ex-moradores do campo. A maioria dos técnicos e agrônomos que prestam orientação aos agricultores residem nas cidades. Nestas, ficam localizadas as usinas de

beneficiamento e no período do recebimento da safra, ocorre a contratação de mão-de-obra temporária.

Nas cidades, a população tornou-se sedentária, gerando um contexto mais favorável para uma divisão do trabalho que não fosse baseada somente nas diferentes faixas etárias e sexo. De fato, ocorre uma divisão territorial do trabalho e também divisão econômica e técnica entre cidade e campo, mesmo assim, há complementaridade. As atividades nas cidades são marcadas pelas necessidades da proximidade, possibilidade da comunicação; o campo é marcado mais pela extensão e dispersão para o desenvolvimento técnico econômico das atividades (Sposito, 2006).

Do ponto de vista do rural, as suas relações com o espaço urbano intensificaram-se devido à passagem, em pouco tempo, de um país agroexportador para uma das maiores economias do mundo. Com isso, o Brasil sofre reflexos na produção, na sociedade e no território, tornando-os mais complexos.

A reestruturação produtiva agropecuária tem, em seu novo modelo econômico de produção, como característica, a organização de redes de produção agropecuária e agroindustrial exigindo a produção mecanizada e o consumo globalizado. A reestruturação da agricultura atinge a sua base técnica e econômica, provocando grandes impactos sobre os espaços rurais que passam a ser dotados de fluidez, através da organização de redes técnicas, para as organizações hegemônicas atuantes na agricultura científica. Esta agricultura passa a ser baseada na utilização intensiva do capital, da tecnologia e da informação, sendo estas as principais forças produtivas do presente, tornando-se visível a expansão do meio técnico-científico-informacional (Elias, 2006).

O campo é um espaço com menos rugosidades, por isso é mais flexível. Com isso, nas áreas em que se expande a agricultura científica, o meio natural e o técnico é substituído pelo meio técnico-científico-informacional “aumentando a proporção da Natureza Social sobre a Primeira Natureza” (ELIAS, 2006, p.280).

O meio técnico-científico-informacional é marcado pela utilização da ciência e da técnica, as quais remodelaram o território para possibilitar as produções hegemônicas. “A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação.” (SANTOS, 2008, p.38).

No Brasil, de maneira geral, acelera-se o processo de fluidez do território, através da implantação das ferrovias, rodovias e do desenvolvimento dos meios de comunicação e busca-se implantar o meio técnico-científico-informacional nas áreas cada vez mais extensas. Isso se deu após a Segunda Guerra Mundial, quando foi construída, no Brasil, uma infra-estrutura

que possibilitou a integração entre as diversas regiões do país. Essa integração era tanto para o mercado nacional como para o exterior. A modernização da agricultura viabiliza a exportação de produtos não tradicionais (soja, cítricos) e também afeta a produção de produtos tradicionais, voltados basicamente para a alimentação, como feijão, batata etc.

Com as novas infra-estruturas de transportes e comunicação há estímulo ao processo de industrialização em diversas regiões e implantação de projetos de colonização sob o comando do Estado e dos agentes da economia. As relações entre os fatores de ordem econômica passam a ser internacionais e não apenas nacionais. A consequência é que “As diferenças hoje notadas no território são, por isso, diferenças sobretudo sociais e não mais naturais”. (SANTOS, 2008, p. 49).

O desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da informação remodelam os espaços rural e urbano. Além da infra-estrutura, desenvolvem-se outros processos como a cibernética, biotecnologia, química, informática e eletrônica. Devido a esses fatores, o trabalho torna-se cada vez mais científico e o território mais informatizado.

A estrutura da produção material (industrial, agrícola) muda tanto na circulação como na distribuição e também no consumo.

As indústrias concentram-se não só nos centros urbanos, mas também instalam-se fora das cidades, para ficarem mais próximas das fontes de energia e matéria-prima, proporcionando o desenvolvimento de novos centros urbanos nessas áreas.

À medida que foi investido capital, a divisão do trabalho tornou-se mais complexa, com isso a produtividade foi aumentando e, conseqüentemente, os mercados foram-se expandindo. Diferentemente da produção artesanal, voltada para o mercado regional, a industrial foi ampliando a sua escala a um nível regional, nacional e internacional, rompendo com a autonomia do sistema institucional e social das cidades, desenvolvendo redes urbanas através da articulação entre os lugares.

O fortalecimento das articulações entre as cidades intensificou a divisão social do trabalho que, no nível espacial, manifesta-se na divisão territorial do trabalho. Os lugares passaram a se especializar funcionalmente com o desenvolvimento, principalmente no último século, dos sistemas de transportes e comunicações.

As cidades são a manifestação da concretização do modo capitalista de produção, todavia, os espaços não são só urbanos, existem o campo e a cidade.

O modo de produção não produz cidades de um lado e campo do outro, mas ao contrário, esta produção compreende uma totalidade, com uma articulação intensa entre estes dois espaços [...] A cidade reúne

qualitativamente e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho [...] comandando a divisão territorial do trabalho e articula a ligação entre as cidades da rede urbana e entre as cidades e o campo (SPOSITO, 1991, p. 64).

O campo incorporou a industrialização dos centros urbanos adotando, em algumas áreas mais e em outras menos, a especialização funcional das indústrias. Ao mesmo tempo, a cidade deixou de ser local de concentração do excedente agrícola. Ela passou a transformar, industrializar, comercializar e a fazer circular os produtos vindos do campo, voltando uma parte desses produtos para o mesmo local de origem: o campo.

Segundo Silveira (2007), esse processo é uma característica inerente à estrutura da atividade agroindustrial, buscando ela uma racionalidade organizacional e, para isso, é necessário à *articulação* e a *interconexão* entre os diferentes agentes sociais que estão presentes tanto nos espaços urbanos como nos rurais. Assim, o segmento da produção do fumo opera em diferentes níveis de escalas, desde as áreas de lavouras da Linha Itaíba até os mais variados e longínquos comércios urbanos de fumo, em diversos lugares do globo. Porém, é nas cidades que ocorre mais diretamente o encontro/sobreposição das relações verticais provenientes das organizações exteriores, já que é nos espaços urbanos que se localizam as unidades das empresas, influenciando no espaço urbano e no rural. As decisões tomadas nas sedes internacionais das indústrias fumageiras, em relação às estratégias de comercialização, circulação, consumo do cigarro assim como as inovações tecnológicas da produção e questões de ordem estrutural afetam os dois espaços. Um exemplo disso foi constatado por Silveira em pesquisa realizada em 2007: na década de 1990, a BAT, através da Souza Cruz, decidiu construir moderna usina de processamento de fumo na cidade de Santa Cruz do Sul (RS). Esse fato, além provocar o aumento da produção do fumo e a transferência de créditos bancários para o custeio da produção, também afetou a rede urbana, através da ampliação dos fluxos de transporte e da demanda por mão-de-obra, intensificando as relações territoriais da cidade com as áreas urbanas e rurais de outras regiões.

O aprofundamento na divisão social do trabalho faz com que os trabalhadores da cidade tenham que comprar muito mais bens e serviços, além de toda a infra-estrutura e equipamentos necessários, devido à concentração populacional, diferentemente do campo, onde vários destes bens, serviços etc, são considerados supérfluos.

São desenvolvidas, mais intensamente nas cidades mas também no campo, formas de produção não-material como: saúde, educação, lazer, informação e essas formas disseminam-se sobre o território. Também ocorre o desenvolvimento dos correios, dos sistemas de

telecomunicações, possibilitando o movimento de valores, de dinheiro, de capitais, de ordens, mensagens etc. O capital torna-se mais móvel, penetra em todas as áreas, inclusive nas rurais, através dos financiamentos (Santos, 2008).

Porém, apesar dessa difusão mais rápida, os processos produtivos e sociais não se distribuem de forma uniforme sobre o espaço. As intensidades dessa distribuição variam dependendo dos continentes, dos países, das regiões, das mesorregiões etc. Isso dá origem a uma infinidade de situações intermediárias. Assim, há espaços *racionais* e espaços *opacos*, pouco racionais ou não racionais, resultando em novas hierarquias, pois há regiões que possuem as instituições financeiras, as sedes das empresas, os centros de desenvolvimento científico e tecnológico e regiões despojadas “dessa qualidade fundamental em nossa época; entre regiões do mandar e regiões do fazer”. (SANTOS, 2008, p.51). As regiões que não possuem esse avanço tecnológico geralmente são responsáveis pela produção de matéria-prima, produtos que exigem menor aporte tecnológico para a produção, sendo ela transferida aos centros maiores para a industrialização.

A Souza Cruz integra lugares distintos e distantes; ela procura localizar a produção do fumo em regiões aonde o custo da produção é o mais baixo possível, ou seja, em regiões com predomínio de minifúndios baseados na mão-de-obra familiar, interligando os espaços rurais com centros urbanos que possuem infra-estrutura de transporte e comercialização nacional e internacional já instalada. Nessas cidades, ocorre a incidência direta da integração internacional como as transnacionais do fumo.

Esse modelo capitalista de produção faz com que a matéria-prima passe por várias etapas de processamento até se chegar ao produto final. Esse processo agrega valor ao produto final e também expande os mercados de bens finais e de consumo intermediário. Dessa forma, os CAIS produzem um efeito de difusão, tornando o setor intermediário fundamental para gerar a amplitude do efeito difusor. Assim, quanto maior a concentração regional das diversas fases do processamento, maior será a intensidade da produção do fumo em uma dada região (Prieb, 2005).

Essa forma de uso do território, no CAI fumageiro, dá origem a um processo de industrialização, desenvolvimento industrial e tecnológico, concentração de renda e mobilidade populacional desiguais, fazendo com que, em alguns recortes territoriais, o rural tenha como marca, (de modo geral) a ligação íntima da propriedade privada da terra com as forças e relações produtivas específicas e, ainda, são utilizados instrumentos rudimentares de trabalho, a força do trabalho familiar, o trabalho artesanal, a divisão incipiente do trabalho, a dispersão populacional e a proximidade dos indivíduos com a sua natureza exterior, assim

como os trabalhos de ajuda mútua, a cooperação, que são características presentes no campo (Saquet, 2006).

Ao mesmo tempo, em outros recortes territoriais:

[...] há forças produtivas que expressam inovações técnicas e tecnológicas, mecânicas e informacionais, trabalho assalariado, indústria ditas modernas. Há diferentes conjugações entre as mudanças e as permanências, espacialidades e temporalidades, para diferentes relações espaço-tempo [...] Homens, historicamente determinados, têm relações sociais, que são econômicas, políticas e culturais, cotidianas e fazem do rural um espaço também urbano e deste, um espaço também rural (SAQUET, 2006, p. 159).

Todos esses fatores aumentam a complexidade das relações entre o campo e a cidade, impossibilitando a definição do rural somente pela agricultura e do urbano somente pela indústria, pois há uma reciprocidade nas relações entre ambos, numa série de aspectos específicos inerentes às distintas formas de vida. Isso faz com que o espaço rural e o urbano sejam complexos e heterogêneos, com diferentes temporalidades e territorialidades.

O que varia, são os arranjos, as intensidades, formas e conteúdos, as velocidades. Um só pode ser compreendido em suas relações com o outro, pois um está no outro, só vem a ser pelo outro, numa relação complementar, dialeticamente definida [...] a produção do espaço urbano acontece interligada ao rural, é processual, contraditório e contém um movimento de totalidade e unidade dialética (reciprocidade e complementaridade). Significa, simultaneamente, apropriação e re-produção biológica e social do homem, da sociedade, do espaço geográfico e do território (SAQUET, 2006, p.160-161).

Os processos territoriais e inovativos não ocorrem ao mesmo tempo em todos os lugares. Cada município possui um arranjo territorial específico resultante das suas relações com a totalidade do seu processo histórico, no qual estão conjugadas mudanças e permanências que são próprios do movimento geral da sociedade. “E é essa heterogeneidade que condiciona, paradoxalmente, a unidade rural-urbano e articulações entre os rurais e os urbanos”. (SAQUET, 2006, p.173).

Desse modo, aumentou significativamente a mobilidade da população dos espaços rurais para os urbanos, aumentando também a trama de relações econômicas, afetivas, turísticas etc. “São agentes sociais que compram e vendem, circulam, des-carregam, estabelecem redes de circulação e comunicação entre o rural e o urbano e vice-versa, caracterizando um vai-e-vem constante, apesar das dificuldades”. (SAQUET, 2006, p.174).

As sedes das instituições leiteiras responsáveis pela gerência e as plataformas que recebem a produção do leite também localizam-se nas cidades, ocasionando uma circulação

diária de caminhões transportando o leite do campo para a cidade. Todo o aparato que dá suporte à produção (cooperativa de crédito, bancos, instituições agrônômicas, veterinários) também localizam-se nas cidades, ocorrendo uma circulação de agricultores, prestadores de serviços, capitais, produtos industrializados entre os dois espaços. No caso da CLAF, a maioria dos funcionários são ou eram agricultores, ocorrendo o seu deslocamento diário, ou, então, o êxodo do campo. A produção do leite é constituída por grandes e pequenos produtores (morando muitos dos grandes produtores nas cidades; alguns são empresários, possuem outras profissões e investem na agropecuária), porém o que prevalece é o número de pequenos produtores. Mais da metade da produção é proveniente dos grandes produtores, os quais relacionam-se com grandes, médias e pequenas empresas e cooperativas. Entre as principais, podemos citar: Latco, Cofap, Cedrense, Frimesa, Parmalat (Batavo), Silvestre, Letícia, Diplomata.

Os indivíduos do rural compram o que não produzem e vendem uma parte do resultado das suas produções. Ocorrem também articulações culturais e políticas entre os sujeitos dos espaços rurais e urbanos, constituindo, assim, tramas sociais, muitas vezes, simples, mas que permitem a interação, por exemplo, pessoas das cidades vão a festas tradicionais realizadas nas associações de moradores rurais assim como pessoas do campo vão a shows, feiras e parques das cidades.

Com a melhora na fluidez e a expansão do capitalismo, alguns bens que eram apenas para o consumo local e possuíam valor de uso transformaram-se em valor de troca. São criados outros bens de troca, ou seja, mercadorias, devido à maior possibilidade de consumo (Santos, 2008). “A modernização das atividades agrícolas e industriais redefine o consumo no campo, que deixou de ser apenas consumptivo para se tornar cada vez mais produtivo, criando demandas até então inexistentes e ampliando a urbanização”. (ELIAS, 2006, p.232).

São desenvolvidas nas pessoas necessidades de consumo que antes eram inexistentes.

[...] Sem necessidade não há produção. Ora, o consumo reproduz a necessidade. [...] a produção gera o consumo [...] fornecendo-lhe a sua matéria [...] determinando o modo de consumo [...] criando no consumidor a necessidade de produtos que começaram por ser simples objetos.[...] A produção é consumo; o consumo é produção. Produção consumidora. Consumo produtivo. (MARX, 1983, p.210).

Ocorre um processo de padronização de alguns bens de consumo como a alimentação, por exemplo. Nos espaços rurais, a intensificação da relação com os espaços urbanos gerou

diminuição na diversidade e no consumo de produtos naturais devido à aparente praticidade de consumir produtos industrializados.

Também os produtos consumidos na produção agrícola foram industrializados, tornando os agricultores dependentes dos empresários capitalistas. A produção do fumo já era realizada tradicionalmente, em algumas regiões do Brasil; com a entrada do capital monopolista no setor, consolidou-se o monopólio da comercialização e desenvolvimento da produção; os agricultores perderam o que lhe restava da autonomia da produção e não vislumbraram alternativas que não fosse a integração a essas empresas. Antes, os agricultores eram relativamente dependentes dos comerciantes locais para poder comercializar a produção e ter acesso aos produtos de (principalmente sementes) fora do *núcleo colonial*, já que o único que possuía maior ligação com o mundo exterior era esse comerciante. Mesmo assim, o fumicultor tinha maior autonomia, pois utilizava adubos orgânicos produzidos na propriedade, não possuía estimativa de produção, não era orientado/controlado pela assistência técnica e não estava sob as forças de empresas internacionalizadas.

Na produção de leite, houve igualmente um avanço dos produtos industrializados; foram introduzidas raças de animais de outras regiões para aumentar a produção, e produtos como rações, suplementos alimentares, medicamentos e assistência técnica especializada. Antes era utilizada maior quantidade de pastagem natural, o plantel dos animais era reproduzido no próprio estabelecimento, quem prestava assistência aos animais - para o trabalho de parto, medicação de doenças e parasitas - eram alguns moradores da própria localidade, que possuíam conhecimento passado de geração para geração. Pelos serviços prestados, cobravam um valor simbólico, geralmente pago em forma de produtos *coloniais* ou por prestação de serviços. Outro fator que provocou mudanças na produção do leite foi a criação de normas de saúde e salubridade, as quais forçaram os agricultores a modernizarem a produção e coibiram o comércio informal, isto é a venda do leite *in natura* diretamente ao consumidor ou nas mercearias. O transporte do leite (engarrafado artesanalmente pelos agricultores em litros de vidro e garrafas plásticas de refrigerantes) era realizado por bicicletas, charettes, carroças e também por automóveis, estabelecendo, já na época, a circulação de pessoas dos espaços rurais para os urbanos.

Em relação à modernização da produção do leite, é importante lembrar que ela ainda está em curso, pois alguns agricultores ainda ordenham as vacas de forma manual, não possuem tanque de resfriamento adequado conforme a normativa 51, nem plantel de animais de raça comprovada e infra-estrutura adequada. Porém, as instituições, umas mais outras menos, pressionam os agricultores para realizarem essas modificações. A não industrialização

completa demonstra que as instituições leiteiras ainda não possuem o monopólio total da produção, já que, mesmo os agricultores não tendo todos os meios de produção exigidos, elas compram o leite, pois necessitam desta matéria-prima. A CLAF contribui para essa não concentração da produção, pois, segundo pesquisa de campo realizada em 2009, a cooperativa é menos exigente em relação à modernização da produção, se comparada às outras empresas e tal fator influencia os agricultores a entregar o leite para a cooperativa. Essa exigência mais branda para o aperfeiçoamento da produção pode estar relacionada ao fato de que a maioria dos dirigentes da CLAF foram ou são pequenos e médios produtores de leite e conhecem as dificuldades dos agricultores em conseguir financiamentos.

O processo de expansão do capitalismo, no campo brasileiro, em alguns casos, é nítido e, em outros, disfarçado. Empresas como a Sadia e Souza Cruz estão presentes tanto no campo como nas cidades, pois, através da integração contratual subordinam os agricultores familiares, utilizando o mecanismo de preços diferenciados dos mercados, estabelecendo através destas empresas transnacionais, as relações entre o urbano e o rural com agentes sociais de outros países.

A ciranda mercantil, de fato, exerce um papel central na produção do território e na articulação territorial, em que, as redes de circulação e comunicação têm um papel contraditório [...] libertando e aprisionando, ligando e desligando diferentes indivíduos. Há nesse movimento, continuidade e descontinuidade, efetivando-se, concomitantemente, no fluxo de mercadorias, em que há uma participação direta do Estado (SAQUET, 2006, p.174).

As redes de comunicação e circulação são efetivadas através da disponibilização de bens e serviços, de capital financeiro, relações econômicas e políticas que impulsionam a mobilidade de pessoas e o fluxo de informações e mercadorias. Dessa forma, as relações entre o rural e o urbano podem ocorrer diretamente ou à distância. Esse processo é que dá a configuração ao território, através das relações de reciprocidade entre as forças políticas, econômicas e culturais.

Os meios de comunicação disponibilizaram formas de integração espacial sem a necessidade da proximidade territorial. Esses meios de comunicação colocaram em relação diferentes cidades, da escala regional à mundial.

As dinâmicas não são mais medidas apenas pelo grau de proximidade, mas também pelo potencial de conectividade que um indivíduo ou empresa/instituição tem, em um dado do território e a partir das condições técnicas e econômicas de que dispõe para acessar sistemas articulados e complexos de informática e comunicações, a partir da unidade técnica a que se referiu

Milton Santos. [...] Essa maior mobilidade altera a tradicional separação entre os papéis urbanos e rurais e entre os conteúdos sociais e culturais dos espaços da cidade e do campo, ampliando a sensação de indefinição, superposição e amálgama entre eles. (SPOSITO, 2006, p. 126-127).

Com a interação da agricultura com os outros setores econômicos, ela passa a ser uma referência planetária, sendo regida pelas mesmas leis que controlam outros setores da economia. Assim, há um aumento da competitividade, causando a necessidade de se produzir mais e, para isso, o dinheiro é indispensável. A produção de alimentos volta-se para o consumo em massa.

A mudança na base técnica diminui o tempo da produção, que era maior que o tempo de trabalho. Com o avanço técnico, também são alterados os ciclos biológicos das plantas e animais. A mudança na base técnica possibilitou, através da fusão de capitais com os demais setores econômicos, a realização da mais-valia mundializada (Elias, 2006).

Com isso, o setor torna-se mais competitivo e mais lucrativo, possibilitando maior valorização dos capitais nele aplicados, aproximando a agropecuária da indústria, do comércio e dos serviços. Isso significa que o agricultor torna-se dependente dos demais agentes econômicos já que, para a aquisição dos insumos químicos para a produção, ele depende das indústrias e para a comercialização dos produtos também. Os principais afetados com isso foram os agricultores descapitalizados, donos de pequenas extensões de terras, que perderam a autonomia do seu trabalho, o controle das sementes crioulas, dos fertilizantes orgânicos envolvendo-se em dívidas.

Essas modificações produziram uma infra-estrutura de fornecedores de máquinas e insumos, prestadores de serviços; agroindústrias, empresas de distribuição comercial, empresas de pesquisas agropecuárias; empresas de marketing; empresas de fast food; supermercados etc. Grande parte dos circuitos espaciais da produção dessas sedes não termina no interior da própria empresa, pois é mais um elo de uma complexa cadeia produtiva (Elias, 2006).

Com a intensificação das relações, complementações entre os setores agrícolas e industriais, não é mais possível utilizar os esquemas tradicionais de divisão entre campo e cidade. Segundo Santos *apud* Elias (2006), a divisão correta seria Brasil urbano com áreas agrícolas ou Brasil agrícola com áreas urbanas. Nesse processo, a cidade passa a ser espaço para a realização da regulação, da gestão, da normatização, das metamorfoses ocorridas no campo moderno, pois é nela que ficam os agentes financeiros, os cartórios e os demais órgãos ligados à agricultura como a EMATER, os sindicatos dos trabalhadores e dos empregadores

rurais; as entidades ligadas ao setor fumageiro como a AFUBRA, SINDIFUMO, entre outros; também são realizadas nas cidades as feiras assim como a construção de mercados para a comercialização dos produtos das áreas rurais.

A demanda das produções agrícolas e agroindustriais consegue influenciar as cidades próximas porque estas fornecem grande parte dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, mão-de-obra e todos os demais produtos e serviços necessários.

Algumas cidades locais são dependentes da produção agrícola e ou de sua transformação industrial como os casos de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, no Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. A agricultura científica incrementa e introduz outros comércios e serviços na cidade como os realizados por técnicos agrícolas, representantes comerciais, compradores de terras, empresários agrícolas e organizadores de agrosHOWs.

As cidades voltadas para o campo estão comprometidas com a evolução agropecuária, movidas por uma necessidade exógena e obedecem às imposições vindas de fora, influenciadas por uma lógica de mercado, que busca a competitividade e a produtividade para o mercado agrícola mundializado (Elias, 2006).

O aumento do processo de urbanização, impulsionado pela industrialização que expandiu os espaços urbanos sobre as rurais, causou uma confusão em relação à identificação dos limites de uma e de outra. Outro aspecto que provocou essa indefinição foi o processo de modernização da agricultura. São dois aspectos que se complementam, pois são resultados da expansão do modo de produção capitalista que se vai expandindo gradativamente em todos os setores; na agricultura, modificou as relações das forças produtivas, tornando-a dependente do capital, da tecnologia e das outras economias, as quais têm seus centros administrativos, centros de pesquisa etc nas cidades, intensificando, assim, as relações entre campo e cidade.

Com o desenvolvimento dos meios técnicos e científicos, que permitiram maior circulação de informações e de produtos, houve e há, cada vez mais, uma integração territorial; com isso, as organizações expandiram os seus territórios sobre as mais diversas cidades, estados, países, continentes. Dessa forma, a territorialidade dessas organizações tornam-se muito mais complexas; as matrizes estão geralmente nos países desenvolvidos e as suas filiais são instaladas nos países menos desenvolvidos com o objetivo de explorar a mão-de-obra barata, os recursos naturais e o potencial do mercado consumidor. Além disso, em outros países, elas recebem incentivos fiscais e financeiros que não receberiam no seu Estado de origem, além de encontrar outras “brechas” para o aumento da sua produtividade como, por exemplo, leis trabalhistas mais brandas.

As organizações estão presentes em vários países, extrapolam a soberania dos Estados, impõem o seu modo de produção. Tais organizações estabelecem relações entre as mais diferentes regiões e também aprofundam as relações entre campo e cidade, já que muitas delas estão presentes, direta ou indiretamente, nos dois espaços. Podemos citar como outro exemplo o McDonalds, que atua no setor agropecuário, realizando pesquisas genéticas para o desenvolvimento de bovinos com carne mais macia e, ao mesmo tempo, dispersos em diferentes países do mundo, tem seus pontos de comercialização/distribuição dos produtos nos centros urbanos, com áreas de lazer para as crianças.

Todo esse circuito da produção integra vários lugares, espaços rurais e urbanos, pessoas, contudo não significa a homogeneidade dos espaços, mesmo diante do fato da sociedade estar cada vez mais mundializada/globalizada; as relações entre as unidades que formam a totalidade dão origem a um desenvolvimento desigual entre os lugares, pois cada espaço apresenta um ritmo diferente de tempo, já que as inovações e o “desenvolvimento” não chegam instantaneamente a todos os lugares. O tempo absoluto é formado por tempos lentos e tempos mais rápidos (Saquet, 2000).

O tempo dos agricultores que produzem fumo e leite é diferente do tempo dos trabalhadores que estão nas fábricas recebendo, classificando e beneficiando a produção. Apesar do fumicultor dilatar a sua jornada de trabalho e ter as suas atividades relativamente controladas no sistema de integração, e os produtores de leite terem que cumprir horários para ordenhar, alimentar e entregar a produção há empresa, há períodos em que a intensidade do trabalho diminui e o mesmo agricultor divide-se na realização de várias atividades. Já, na fábrica, o trabalho é mais especializado e os turnos são mais regulares. Os espaços também diferem, pois, na área rural, não há toda a infra-estrutura, por exemplo, que existe nas áreas urbanas, onde ficam as fábricas. Mesmo fora do trabalho, a dinâmica do cotidiano desses dois trabalhadores é diferente e tanto um como outro fazem parte da produção fumageira e leiteira.

“[...] O camponês se situa no mundo através do *seu produto*. Seu trabalho não aparece como uma relação de trabalho, embora de fato o seja. É uma relação invisível com o mercado de produtos e, por meio dele, com o capital.” (MARTINS *apud* PAULINO, 2008, p. 217). Já o trabalho do assalariado, “[...] não se oculta no produto, pois é por ele vendido especificamente como trabalho. As relações de trabalho são suas relações primárias e fundantes.” (MARTINS *apud* PAULINO, 2008, P. 217).

Conforme a mesma autora, existem componentes que integram o quadro funcional da agricultura empresarial como, por exemplo, os agricultores pluriativos que, mesmo morando no campo, trabalham em cerealistas, cooperativas ou diretamente nas fazendas dos grandes

produtores, em tempo integral ou como empregados temporários. Ao mesmo tempo, os agricultores familiares recorrem à contratação de força de trabalho complementar, se necessário; no caso na produção de fumo, geralmente contratam-se empregados temporários no período do plantio, quando é necessário aproveitar ao máximo a umidade, e no período da colheita, pois esta precisa ser realizada rapidamente após o amadurecimento do tabaco. São contratados agricultores da própria localidade, ou das cidades, para realizar esses trabalhos que, para eles, é uma forma de complementar a renda. Trata-se de uma escala inversamente proporcional, porém, já que os trabalhadores do agronegócio são, em grande parte, contratados e os da agricultura familiar são geralmente membros da família (Paulino, 2008).

Essa diferença entre o trabalho do pequeno produtor agrícola com mão-de-obra essencialmente familiar e do proletário é com o intuito de classificar o agricultor familiar, ou camponês, como uma classe ou grupo social singular integrado aos circuitos mercantis, industriais e financeiros do Modo Capitalista de Produção (MCP). Trata-se de uma produção não especificamente capitalista (Saquet, 2002/1996).

A divisão social e territorial do trabalho é o principal causador das diferenças entre campo e cidade; caberiam às cidades as funções administrativas e de comando, entretanto, essa separação precisa ser superada devido ao aprofundamento das relações das novas forças produtivas. Essa superação não pode ser entendida como o desaparecimento das atividades agrícolas e urbanização total do planeta; a superação é em relação às relações de produção, sendo o campo e a cidade, áreas com conteúdos sociais diferentes, com urbanidades (qualidade própria do que é urbano, por exemplo, valores, comportamentos etc) e ruralidades (comportamentos originários das áreas rurais) diminuindo a oposição entre elas.

O campo absorve cada vez mais as tecnologias e os sistemas produtivos desenvolvidos nas cidades, diminuindo a dependência da produção em relação aos ciclos naturais e também para o aumento da produtividade, dando maior segurança e racionalidade aos resultados da produção.

As relações entre campo e cidade não podem ser analisadas como de dependência ou de “mão única”, pois não é somente a cidade que produz o conhecimento, racionalidade, ou define os comportamentos para os indivíduos do campo; o campo, através das suas demandas, causa alguns processos na cidade. Um exemplo é o caso da cidade de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, considerada a capital do fumo por possuir um parque industrial, formado por várias indústrias fumageiras, inclusive a Souza Cruz. Esse parque é um centro de recebimento da produção de fumo do Sul do Brasil, onde o fumo passa pelo beneficiamento e, depois, exportado para todos os continentes. Além das indústrias que trabalham diretamente

com a produção do tabaco, também foram instaladas indústrias que produzem os materiais utilizados pelos agricultores na produção. Dessa forma, os mesmos caminhões que trazem a produção já levam esses produtos para serem distribuídos nas regiões produtoras.

A instalação, em Santa Cruz do Sul, das sedes das principais empresas do setor fumageiro resultou em desenvolvimento do processo de industrialização, o qual modificou o dinamismo da economia urbana, pois houve um fluxo de mão-de-obra excedente para a região, motivado pela oportunidade de empregos, além do desenvolvimento de novos produtos, mercadorias e serviços, vinculados diretamente ou indiretamente a *agroindustrialização* do setor fumageiro. A presença das empresas também deu maior importância política à cidade, pois instalaram-se nela, entidades ligadas ao setor, como, por exemplo, a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), o Sindicato do Fumo (SINDIFUMO), entre outros, já que a cidade é um dos centros de discussões, mobilizações e negociações das questões referentes aos valores e relações de produção. Em visita realizada à cidade de Santa Cruz, em novembro de 2008, percebemos a representatividade do setor fumageiro na cidade, através do número de carros das empresas circulando pelo perímetro urbano, caminhões transportando a produção vinda dos três estados do sul, a mobilidade dos funcionários das empresas, muitos deles, provenientes de outras regiões, permanecem apenas temporariamente na cidade, aumentando a demanda de hotéis, restaurantes etc. Na cidade, o território da produção fumageira é representado através dos materiais publicitários presentes em relógios, marcadores de temperatura, outdoors, inclusive um dos portais da cidade tem o logotipo e o nome da Souza Cruz (fotografia 4). Outro aspecto é referente ao significativo número de empregados que trabalham nas indústrias.

Além da Souza Cruz, também estão presentes, em Santa Cruz as sedes das corporações da *Universal Leaf Tobacco e Alliance One Internacional*, de lá coordenam as operações das outras unidades localizadas na América Latina e Caribe. Segundo Silveira (2007), devido ao setor fumageiro, que é responsável por 98,4% das exportações do município, a renda per capita, é superior à renda média do Estado e uma das maiores do Rio Grande do Sul, porém isso não se reflete nas condições de vida da população, pois o que ocorre é uma forte concentração da renda.

A cidade de Santa Cruz do Sul faz parte dos territórios que possibilitam os círculos de cooperação na produção, desenvolvimento tecnológico e circulação de informações da produção fumageira estabelecendo um processo de complementaridade entre o campo e as cidades do Vale do Rio Pardo, pois é nesta região que se concentram as sedes das principais indústrias fumageiras e as cidades onde se localizam as matrizes das transnacionais do fumo.



FOTOGRAFIA 4. Um dos portais da cidade de Santa Cruz do Sul no Rio Grande do Sul.
Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Apesar de não podermos negar as diferenças nas paisagens, nos espaços, na cultura, etc que há entre o campo e a cidade, toda a discussão apresentada até aqui, demonstra que as particularidades de cada espaço só podem ser analisadas considerando as articulações existentes entre ambos. O campo e a cidade estão envolvidos em lógicas de produção que fazem necessárias relações de complementaridade, redes e articulações.

4. A TERRITORIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO LEITEIRA E FUMAGEIRA NA LINHA ITAÍBA E AS MODIFICAÇÕES NO TERRITÓRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A Linha Itaíba, um reassentamento situado a 4 km da cidade de Marmeleiro no Sudoeste do Paraná, é constituída por 35 famílias, que somam um total de 154 habitantes, na sua maioria pequenos produtores familiares. As origens dos habitantes da Linha Itaíba não divergem daquelas encontradas no Sudoeste do Paraná, porém o processo de ocupação territorial não é semelhante. No Sudoeste, a colonização propriamente dita aconteceu a partir da década de 1940, através das migrações provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Já a Linha Itaíba, apesar de seus habitantes também serem gaúchos e catarinenses, a formação do reassentamento, antes era uma área utilizada para pecuária e adquirida pela Eletrosul (que era, na época, a companhia elétrica do Rio Grande do Sul), é mais recente ainda, entre os anos de 1989 e 1990, e seu processo de formação é distinto. Os gaúchos e catarinenses dessa localidade migraram para o Paraná não por livre e espontânea vontade em busca de alternativas, mas porque eles foram forçados a deixarem os seus lugares, quando foram atingidos pela construção de uma usina hidrelétrica.

A referida construção é a Usina Hidrelétrica de Itá, construída pela Eletrosul no Rio Uruguai, que divide os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A barragem construída no rio, localiza-se nos municípios de Aratiba (Rio Grande do Sul) e Itá (Santa Catarina), estes dois, os mais atingidos pelo alagamento. As primeiras sondagens para a construção da usina iniciaram na década de 1970; a construção efetiva da obra iniciou no ano de 1986 e a remoção dos agricultores aconteceu entre os anos de 1989 e 1990; e o funcionamento da usina iniciou no ano de 2000. Os agricultores atingidos pela hidrelétrica que possuíam títulos de terra foram indenizados e territorializaram-se em outros espaços, agrícolas ou urbanos; já os agricultores que não possuíam títulos de terra, em sua maioria, bóias-frias, arrendatários, ou trabalhavam nos estabelecimentos dos seus pais, foram reassentados em vários reassentamentos pelo Sul do Brasil, entre eles o reassentamento de Linha Itaíba.

Para conseguirem ser reassentadas em condições mínimas para sobrevivência – com uma área de terra que possibilitasse a extração de renda suficiente para a manutenção da família, além de uma infra-estrutura básica com casa, galpão, estábulo e chiqueiro - foi preciso muita luta porque a empresa responsável pela construção da hidrelétrica pretendia praticamente expulsar os moradores da região, pagando aos proprietários de terras um valor muito baixo. Segundo depoimento de um dos atingidos, diante do caso, os Sindicatos dos

Trabalhadores Rurais dos municípios de Itá e Aratiba manifestaram-se contra a construção da barragem e, como não foi possível impedir a construção da obra, os sindicatos passaram a lutar pelos direitos dos agricultores, realizando reuniões com representantes das empresas, governantes e agricultores; buscaram apoio junto aos movimentos sociais que possuem maior poder de mobilização como o Movimento dos Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). As reivindicações tinham como objetivo aumentar os valores pagos pelas indenizações aos proprietários e a construção de reassentamentos para os sem terra. Depois de muitas assembléias e reuniões tensas envolvendo os interessados, além de várias mobilizações, manifestações em locais públicos, invasões de escritórios da empresa, trancamento das obras iniciais organizadas pelos líderes dos agricultores que agora faziam parte do MAB e MST, os resultados começaram a surgir; os proprietários receberam uma proposta mais alta pelas terras, e os sem terras, os quais vieram para a Linha Itaíba, foram conseguindo, aos poucos, os seus direitos, tais como uma área para a agricultura, depois algumas benfeitorias (casa, galpão, chiqueiro, estábulo); além de receberem as terras prontas para o plantio, com o solo corrigido e uma verba para as despesas básicas durante os primeiros meses. Para o pagamento desta estrutura, após 3 anos de carência, seriam cobradas 20 prestações anuais, em forma de sacas de milho, transformando o valor total a ser pago em moeda atual corresponde a R\$ 1.200,00 por ha, um preço abaixo do valor de mercado. O tamanho dos lotes variavam conforme a quantidade de membros da família, tendo as menores cerca de 10 hectares e os maiores 25 hectares.

Com o aumento do número de filhos e o crescimento deles, aumentou conseqüentemente os gastos da família; algumas estabelecimentos tornaram-se inviáveis e, como não era possível adquirir mais terras, devido aos baixos ganhos que tinham, principalmente na produção de grãos, alguns filhos de agricultores viram-se forçados a migrar para outros espaços agrícolas e urbanos a procura de trabalho; outros continuam morando no espaço rural e trabalham nas cidades, tornando-se agricultores pluriativos. A maior parte, para poder gerar uma renda que possibilitasse a manutenção da família, optou pela utilização intensiva da mão-de-obra na produção fumageira integrada às indústrias e pela produção de leite como alternativa para complementar a renda. Somente as famílias que possuem poucos integrantes produzem só o leite, pelo fato de mão-de-obra ser pouca e porque a renda do leite é proporcional ao número de pessoas da família.

A permanência dos filhos nos estabelecimentos e a falta de condições para aumentar o tamanho da área de terra aumentou ainda mais a fragmentação fundiária, pois, muitos filhos casaram e continuaram morando nos estabelecimentos dos pais. À medida que essa

fragmentação vai aumentando, torna-se mais difícil o agricultor familiar adquirir mais terra, pois o aumento na demanda inflaciona o seu preço. Segundo Santos (1978), a propriedade privada da terra é meio fundamental para a reprodução do camponês. Como o camponês precisa de mais terra para a sua autonomia, ocorre um aumento da procura em relação à oferta, isso possibilita a renda territorial capitalizada. A desigualdade entre o baixo rendimento da economia da terra e a sua alta cotação faz com que os camponeses fiquem impossibilitados de ampliar seus estabelecimentos.

Após o pagamento de 3 prestações, muitas obrigações por parte da Eletrosul não foram cumpridas como: os seguros das benfeitorias, o ressarcimento dos prejuízos no transporte da mudança, a disponibilização de assistência técnica agrícola permanente. Isso gerou, juntamente com os atingidos de outras áreas, mais mobilizações, trancamento de obras e até confrontos com a polícia, inclusive depois dos produtores já estarem reassentados, por várias vezes, os agricultores voltaram a se unir aos movimentos na busca de direitos não cumpridos pela companhia hidrelétrica e por causa de prejuízos a atingidos de outras barragens.

Depois de estarem reassentados, os movimentos ainda exerciam influências no reassentamento através da disponibilização de técnicos agrícolas que tentaram implantar algumas produções coletivas como hortas, canteiros de sementes crioulas e também, programas de alfabetização para jovens e adultos, organizados pelo MAB. Os programas de alfabetização tinham um conteúdo voltado para a ideologia dos movimentos sociais: aí, percebemos algo contraditório; agora que estavam reassentados, a maioria dos agricultores entendia que as discussões sobre os movimentos não eram importante, que não contribuiriam em nada para eles.

Conforme depoimentos dos agricultores, depois de reassentados, tanto o MAB como o MST cobravam a participação dos agricultores em mobilizações que estavam ocorrendo em outras regiões, pois os agricultores haviam “usado” os movimentos para a obtenção da terra. Para conseguir que eles participassem, era passado aos agricultores - toda vez que era solicitada, a participação em alguma mobilização – que a causa era reivindicar alguns acordos que a Eletrosul havia firmado e não cumprido como, garantia em relação à durabilidade das casas, financiamentos etc. Porém, isso ocorria por outros motivos, geralmente tratava-se de uma tentativa para reassentar alguns atingidos pela Hidrelétrica de Itá e de outras barragens que não haviam sido reassentados. A partir do momento que os agricultores perceberam que as mobilizações não estavam trazendo os benefícios que desejavam, começou haver um afastamento dos movimentos e, aos poucos, eles perderam espaço no reassentamento, a ponto de, atualmente, não ocorrer nenhuma ação direta dos movimentos no reassentamento.

O afastamento dos movimentos da Linha Itaíba coincide com a entrada da Souza Cruz. A produção de fumo, através da extensa jornada de trabalho combinada com as produções de subsistência, trouxe certa “estabilidade” econômica aos agricultores. Isso demonstra (no caso da Linha Itaíba) que os agricultores só aderem à coletividade para lutar por mudanças quando eles estão numa situação crítica. A partir do momento em que eles conseguem uma autonomia mínima de sobrevivência e deveriam lutar em prol de uma coletividade forte, prevalece a individualidade.

Nesse processo de reterritorialização no Sudoeste paranaense, os agricultores passaram por um processo de desterritorialização induzido/forçado, ocasionando o rompimento dos laços afetivos das pessoas com o seu lugar de origem.

A identidade territorial é constituída por relações materiais e imateriais, ou seja, símbolos, representações, sentimentos. Os atingidos tinham por aquele espaço sentimentos criados a partir de experiências íntimas, valores não mensuráveis. Podemos perceber isso no relato de alguns agricultores que dizem sentir saudades dos seus antigos lugares; sentem falta, por exemplo, da qualidade das frutas que existiam lá, das relações de vizinhança, das festas tradicionais etc.

Assim, podemos diferenciar dois tipos de territórios: o território atingido pela construção da barragem seria um território mais simbólico; o território do reassentamento seria um território mais funcional, devido a melhores condições para a produção agrícola. Mesmo assim, os agricultores da Linha Itaíba possuem uma vinculação com o seu antigo território.

Mesmo que a territorialização dos agricultores na Linha Itaíba não tenha sido planejada por eles, entendem que a construção da barragem foi a possibilidade de terem a propriedade privada da terra; inclusive, algumas pessoas que moravam em outras áreas rurais ou urbanas vieram morar com os parentes ou amigos, que possuíam estabelecimentos nas margens do rio, com o interesse de conseguirem um pedaço de terra. Antes da construção da barragem, os moradores que não possuíam títulos de terras estavam acomodados, não tinham perspectiva de organização política para melhorar as condições de vida. Para conseguirem maior organização, eles buscaram ajuda junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que intermediou a ligação entre eles e o MAB e também o MST. Alguns proprietários pretendiam vender as propriedades e migrar para outras regiões melhor localizadas em relação ao comércio e com relevo menos acentuado, porém, não encontravam compradores, devido às condições adversas de seus estabelecimentos; para estes a construção da hidrelétrica foi uma solução.

O reassentamento Linha Itaíba localiza-se no município de Marmeleiro, o qual possui, segundo dados do IBGE (2007), 13.156 habitantes, nas últimas décadas foi intenso o êxodo rural, já que na década de 1980, a população total do município era de 14.378 habitantes, destes 11.113 pertenciam ao espaço rural. A estrutura fundiária do município, também segundo dados do IBGE (1995/96), tem predominância de pequenos estabelecimentos, sendo 537 estabelecimentos agropecuários com área inferior a 10 ha, e 882 estabelecimentos com área entre 10 a 100 ha. As grandes propriedades são poucas: estabelecimentos com áreas entre 100 e 200 ha são 32, entre 200 a 500 ha são 11 e entre 500 a 2000 ha são apenas 3 estabelecimentos, perfazendo um total de 1.465 estabelecimentos agropecuários, (ver tabela 04).

Tabela 04. Estrutura fundiária do município de Marmeleiro número de estabelecimentos.

Estratos de terra (ha)	1980	1995/96
Inferior a 10	534	537
Entre 10 a 100	1.078	882
Entre 100 a 200	33	32
Entre 200 a 500	12	11
Entre 500 a 2000	6	3

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1980/95/96.

Atualmente, segundo dados do IBGE (2003), a região Sudoeste, onde está localizado o município de Marmeleiro, corresponde a uma área de 11.651,833 km², com uma população de 468.559 habitantes. O Sudoeste paranaense, desde 1970, passa pelo processo de modificação na base técnica da agricultura. Segundo Santos (2008), o cultivo do binômio soja-trigo, seguido pela produção de milho, mais expressivamente entre as décadas de 1970/80, expandiu-se sobre as demais lavouras. Com a mecanização no trabalho, uma grande parte da mão-de-obra foi substituída por máquinas.

A partir dos dados da tabela 5, podemos observar um aumento significativo no número de tratores no Sudoeste do Paraná. De 1970 a 2006/07, o número de tratores aumenta 2.562%. Trata-se de importante indicador da modernização. Com os novos programas de incentivo, a aquisição dessa máquina, como o trator solidário, por exemplo, este índice tende a aumentar.

Tabela 5. Número de tratores no Sudoeste paranaense.

ANO	1970	1985	1995/96	2006/07
Tratores	346	7481	9217	9210

Fonte: IBGE, censo agropecuário 1970, 1985, 1995/96, 2006/07.

A modernização agrícola capitalista foi incentivada principalmente no Sudoeste paranaense, a partir da década de 1970, através da intensificação do uso de implementos agrícolas movidos à força mecânica e de insumos químicos, além da utilização de sementes híbridas e técnicas de plantios padronizadas internacionalmente, caracterizando o chamado “pacote tecnológico da agricultura” implantado estrategicamente no Brasil com o intuito de estimular a produção de alimentos e ascender a economia brasileira.

Para dar sustentação a essa forma de modernização na agricultura, o Estado criou políticas de créditos rurais direcionadas, justamente, a esse nível de produção e organização fundiária a fim de desenvolver possibilidades de concretizar o avanço técnico-científico no campo como, por exemplo, a aquisição de tratores. Com a criação das cooperativas agrícolas, esse processo ganhou maior complexidade, mantendo a ação de exploração de uma parcela dos agricultores familiares (Santos 2008).

As cooperativas funcionaram, como agentes dos processos de modernização e diversificação da agricultura, ou seja, da própria expansão capitalista no campo, bem como, dos projetos do Estado, por si já coloca as mesmas como alvo importante de investigação. Têm destaque essas organizações como incorporadoras de esforços das políticas públicas de desenvolvimento econômico regional. Ou seja, diretamente orientadas pelos interesses aliados do Estado e dos capitais: nacional e internacional. Chega-se à constatação de que as cooperativas passam não mais a constituir um modelo alternativo ao capitalismo, mas uma estratégia (alternativa) para alguns grupos acumularem. (FAJARDO, 2008, p.15 e16)

O Estado dá suporte ao aumento da produção e da produtividade com a criação de cooperativas com gestão empresarial, que executam políticas públicas voltadas ao setor rural, tais como: preço mínimo, compra de safras, créditos, assistência técnica etc.

Essa modernização não foi homogênea; os agricultores familiares não possuem condições de comprar tratores e todos os insumos químicos, além disso, seus estabelecimentos são pequenos, tornando a margem de renda muito baixa ou negativa. Porém, com a difusão desse modo de produção e a pressão exercida pelos representantes dos fabricantes de insumos químicos, grande parte dos agricultores familiares optou por esse modo de produção; para isso, terceirizam os trabalhos mecanizados ou compram máquinas em grupos de vizinhança; passaram a utilizar mais insumos químicos, pois os agricultores são

orientados por agrônomos e técnicos que são vendedores de insumos, os quais induzem os agricultores a utilizarem produtos, muitas vezes, desnecessários. Outra prática utilizada pelos agricultores é o arrendamento. Muitas vezes, as terras arrendadas são de outros agricultores endividados, que não conseguiram manter-se produzindo monoculturas. Todos esses aspectos drenam a renda produzida pelo agricultor, tornando a produção de *commodities* inviável em pequenos estabelecimentos.

Na Linha Itaíba, quando reassentados, os agricultores tentaram introduzir os métodos de trabalho utilizados nos antigos estabelecimentos, ou seja, trabalhavam com força de tração animal, usavam os implementos manuais para plantar, limpar e adubar; utilizavam pouca adubação química e aravam o solo a cada novo plantio. Segundo os agricultores, a renda era baixa, mas conseguiam manter-se pagando os investimentos e tendo uma renda média suficiente para as despesas básicas da família. Depois de um período de dois a quatro anos, alguns agricultores, por influência de outros produtores que já estavam ali por mais tempo, e também pela comodidade, passaram a produzir de forma mecanizada. Todo o trabalho mecanizado passou a ser realizado por terceiros que possuíam máquinas; começaram a utilizar mais adubos químicos, sementes selecionadas e a forma de plantio direto, além de comercializarem quase que totalmente a produção. Para tentar aumentar a produção, os agricultores passaram a arrendar terras para o plantio.

Para melhor exemplificar, narremos o caso de um agricultor: ele associou-se a mais cinco produtores para conseguirem um empréstimo de quarenta mil reais, no ano de 1997, o qual foi utilizado na compra de um trator e implementos; também associou-se a uma cooperativa com gestão empresarial para poder comprar insumos agrícolas por um preço menor e a partir daí os insumos começaram a ser utilizados de forma intensiva; além de plantar em seu estabelecimento, que tinha uma área de cerca de 22 ha arrendou mais 20 ha, para aumentar a margem de renda. Em poucos anos, ele e a maioria dos agricultores que optaram por esse sistema estavam endividados, tendo que fazer empréstimos para poder pagar as despesas básicas das famílias. Apenas alguns, que optaram pela produção de leite, conseguiam, ainda com muita dificuldade, manter certo equilíbrio porque utilizavam a pastagem e poucos produtos industrializados. Os demais preferiram integrar-se à Souza Cruz para produzir o fumo; primeiro, começou com um dos produtores integrando-se à Souza Cruz, no ano de 1999; como ele obteve um lucro considerável na primeira safra, se comparado com as outras produções agropecuárias, vários produtores interessaram-se pela produção de tabaco e, logo, outros passaram a produzir fumo. Alguns eram contrários à forma de produção e aos contratos estabelecidos pela empresa e sabiam que não exerceriam influência no

estabelecimento do preço pago pelo fumo, porém, como a cultura era aparentemente rentável e não vislumbravam alternativas, acabaram por aderirem ao sistema de integração. Depois que certa parcela de agricultores já estava integrada, o técnico da Souza Cruz não precisava ir à procura dos agricultores para oferecer o plano de integração, eram eles que iam ao técnico interessados em produzir o fumo. Como a procura passou a ser maior, a empresa passou a ter a opção de selecionar e criar novas condições para subordinar os produtores.

Aproximadamente, 90% dos produtores da Linha Itaíba que produzem fumo adaptaram-se à produção, conseguindo pagar os custos e investimentos e obtendo uma renda média considerável se comparada com as outras produções realizadas anteriormente - atualmente somente dois agricultores estão com dívidas atrasadas com a empresa. Essa porcentagem de agricultores que tiveram “sucesso” com a produção de fumo não é muito comum nesta região. Geralmente um número menor de produtores consegue atingir a estimativa. Segundo os entrevistados, um dos motivos que levaram os agricultores da Linha Itaíba a adaptarem-se bem ao sistema de trabalho com o fumo é sua origem, pois todos são acostumados aos trabalhos braçais. Por isso, quando os agricultores dessa localidade são questionados a respeito da dificuldade de trabalhar com o fumo, eles reconhecem que o trabalho é difícil, mas fazem uma comparação com o passado, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Segundo um dos agricultores:

[...] onde nós morava era muito mais sofrido, porque a gente tinha que subir moro pra ir trabalhar; todo o trabalho era feito no braço, quebra milho, arranca feijão, tudo [...] e depois tinha que trazer tudo de carroça [...] às vezes tinha que carregar os produtos nas costas até na carroça, porque nem com carroça não dava pra chegar [...] o inverno era muito mais forte, com cerração, as vezes até de meio dia [...] não que trabalha com o fumo seja bom e dá muito dinheiro, mas a gente vai plantando porque já passamos por coisa pior. (Entrevistado 19, maio de 2009)

Os agricultores aderem às relações de produções subordinantes, como o sistema de integração na produção fumageira, porque o desenvolvimento prometido, através da lógica tecnológica, resultou num progresso com custos elevados, gerou endividamento e crise em muitos pequenos estabelecimentos e para os pequenos comerciantes. A intensificação dos conflitos sociais pela posse da terra reestruturou e reconfigurou os lugares com diferentes características e valores adequando-o aos interesses do capital nacional e internacional, intensificando a divisão social do trabalho e as relações de poder e dominação; no entanto, as singularidades intrínsecas no território não permitem desenvolvê-lo homogeneamente (Santos, 2008). Segundo Fajardo (2008), ao mesmo tempo em que essa territorialidade produz uma dinâmica regional calcada na estrutura produtiva, resulta, ainda, em mudanças na paisagem

rural. Desta forma, segundo Saquet (2004), o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder que atuam integradas interna e externamente em cada local.

Conforme Saquet (2007), as novas organizações territoriais constituem-se, apresentando mudanças e permanências, concretizando novas paisagens, identificadas e diferenciadas nas suas particularidades locais e regionais. O autor, ainda, afirma que o tempo, o espaço geográfico, as relações culturais, políticas e econômicas são fatores condicionantes às novas feições de paisagens originárias em diferentes ritmos de desenvolvimento dadas de maneira particular em cada território. O processo de produção capitalista é refletido na paisagem rural.

Processos de ordem econômica afetam diretamente os aspectos visíveis da paisagem além dos próprios processos naturais combinados no interior da mesma. Assim como a produção econômica conforma uma organização espacial específica, a paisagem possui uma organização na qual, elementos naturais (como clima, solo, vegetação, hidrologia etc.) e fatores humanos se encontram em permanente contato e interação. No espaço agrário ou rural, essa interação fica mais evidente e visível, pois as atividades agrícolas não apenas usam da paisagem enquanto suporte físico ou territorial, mas dependem dos elementos naturais, presentes na mesma, como recurso vital. (FAJARDO, 2008, p. 20)

Diante do novo sistema de produção agrícola capitalista, baseado na produção ampliada de capital, a agricultura familiar teve que se adaptar à produção em larga escala, porém, reduzida a um curto intervalo de tempo, com o uso de técnicas modernas e implementos sofisticados, ingressando no mercado competitivo. Entretanto, devido à topografia e à organização fundiária, no Sudoeste paranaense, também se desenvolve o agronegócio através do sistema de integração na produção de fumo e de frango, principalmente nos pequenos e médios estratos de área. Além dessas, a produção leiteira, na última década, intensificou-se, principalmente pelas características topográficas visíveis e a organização fundiária. Com isso, novas territorialidades são geradas alienando ainda mais o produtor à subordinação do capital, além de constituir um exemplo claro da introdução do capital financeiro e industrial no campo.

Nesse contexto de modernização da agricultura, os agricultores buscam alternativas de produção para complementar a renda. A produção de leite que, inicialmente, era feita somente para o consumo e para a produção de derivados, passa a ser comercializada. Os agricultores geram novas territorialidades nos momentos de dificuldades, demonstrando a sua capacidade de resistência e adaptação para conseguir sobreviver num sistema que os coloca à margem.

Outro fator que influenciou positivamente a produção foi o aumento no consumo de produtos lácteos como iogurte, queijos especiais e leite esterilizado. Estes produtos são introduzidos no comércio principalmente pelas multinacionais, as quais detêm a tecnologia necessária para a produção superando as empresas nacionais. A partir da década de 1970, adquirem e associam-se às empresas nacionais, introduzindo o capital internacional às indústrias de laticínios (Mazzali e Miranda *apud* Hacker 2007). Com o aumento no consumo, os valores pagos pelo litro do leite aumentam oscilando em alguns períodos em que há maior ou menor oferta de matéria-prima. A variação na oferta do produto está ligada principalmente aos fatores climáticos e às estações do ano, que influenciam no crescimento da pastagem.

Devido a esse contexto, a produção leiteira passou por um intenso desenvolvimento tecnológico, durante a década de 1990, centrado na mecanização da produção, alojamento, resfriamento e transporte. Conforme detalhamento a seguir, o resfriamento significou um dos avanços mais importantes, já que possibilitou o transporte do leite por longas distâncias, ação que não era possível com os meios de transportes convencionais, porque o leite é um produto perecível. Outro avanço que ocorre atualmente é o melhoramento genético, qualificando as raças, a fim de assegurar a produtividade do leite.

Uma das exigências dos empresários é garantir a qualidade do produto e para isso solicitam o melhoramento nas estrebrias, no armazenamento do leite em tanques de expansão e na ordenha mecanizada. Para isso, o produtor precisa garantir a produtividade investindo principalmente na alimentação do gado. Os principais recursos utilizados consistem na aquisição de suplementos alimentares, no controle de parasitas e doenças, além de, para os períodos de escassez da pastagem, haver necessidade de produzir a silagem; então, o produtor precisa investir em maquinário adequado e no cultivo de culturas.

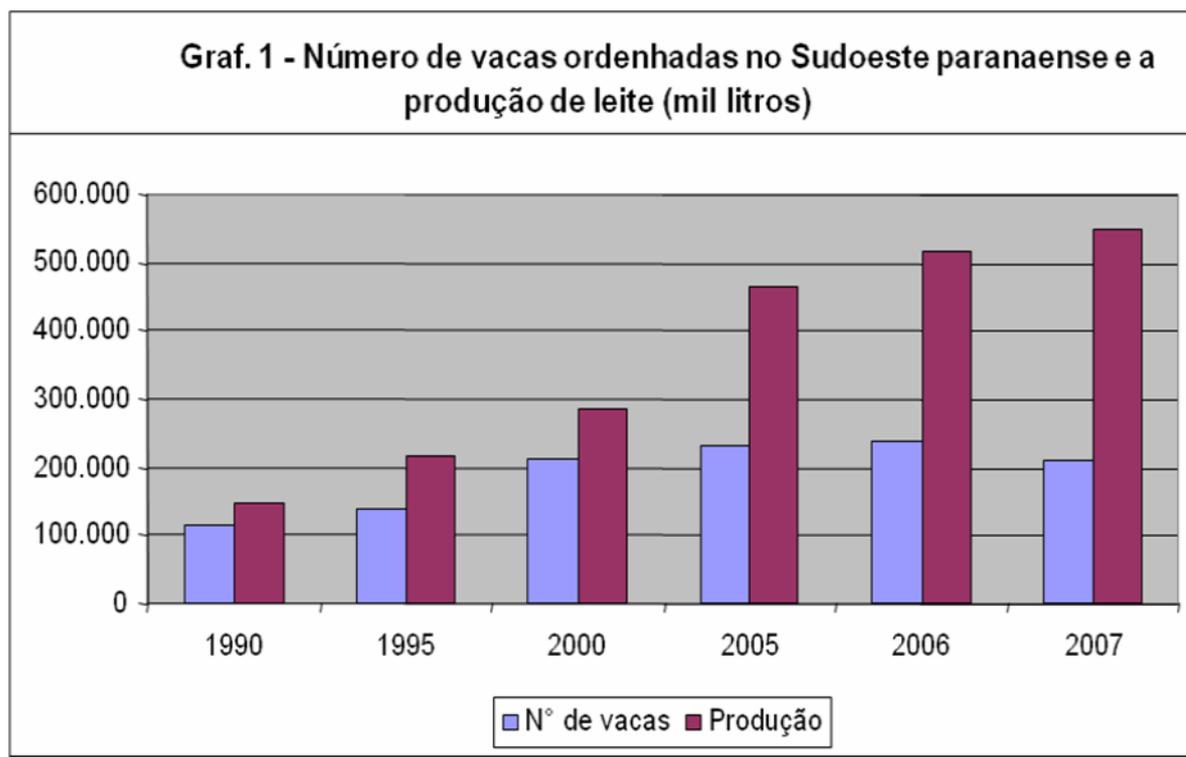
A modernização industrial reflete-se no campo propiciando maior demanda na produção de leite, causando a marginalização de alguns agricultores, por não possuírem condições de modernizarem a produção; ao mesmo tempo, resultou em alternativa para aumentar a renda dos grandes pecuaristas e também para complementar a renda dos agricultores familiares; estes deixaram de produzir o leite apenas para o consumo familiar, passando a comercializar o excedente.

O que percebemos é que a principal forma de subordinação dos agricultores são os dois movimentos de circulação; dos produtos industriais para a agricultura e a circulação dos produtos dos agricultores para as indústrias. Essa forma de subordinação está presente em quase todas as formas de produções dos agricultores familiares ligados à indústria; o que

muda são as formas do capital agir; em algumas produções as relações podem ser contratuais; em outras, não. No segundo caso, o agricultor tem a liberdade de comprar os insumos e comercializar a produção, porém, os valores são definidos pelo mercado.

Assim como para a produção fumageira, para a prática leiteira não é necessário grandes áreas. É fundamental um planejamento do uso de cada estabelecimento. A utilização intensiva do solo é racional para a produção do leite e do fumo, porém, pode causar alguns problemas como o esgotamento e a compactação do solo e, conseqüentemente, a erosão e a diminuição da biodiversidade nos estabelecimentos. No caso dos agricultores que cultivam fumo e produzem o leite, o uso do solo é ainda mais intensificado, pois, nos períodos de entre safra, a área que era utilizada para o plantio do fumo é usada para pastagem.

O Estado tem participação no desenvolvimento da produção do leite através da disponibilização de políticas de apoio oferecendo financiamentos para a construção de infraestrutura. A produção do leite, em alguns municípios do Sudoeste paranaense, apresenta notável crescimento e vem tornando-se, nos últimos anos, uma das principais fontes de renda e ou complementação de renda de muitos agricultores familiares, exemplo da importância da atividade é que no município de Marmeleiro, o Produto Interno Bruto (PIB) da atividade leiteira corresponde a 30% do PIB agropecuário do município (IBGE, 2009). Conforme podemos verificar, no gráfico 1, o número de vacas ordenhadas, no Sudoeste paranaense na década de 1990, tem um crescimento de 86%, o que atende ao discurso de que é nesse período que ocorre maior intensificação em prol do desenvolvimento da produção e produtividade leiteira, com investimento não só em quantidade como também na qualidade do produto. O crescimento no número de vacas ordenhadas reflete-se no início da década seguinte, entre 2000 e 2005; esse índice aumenta 10%, e, de 2005 a 2006, 2%, no entanto, observamos que, em 2007, o número de vacas diminui 12% em relação ao ano anterior. A constituição de uma economia internacionalizada e a sua formação global podem, em algum momento, interferir no crescimento de determinado setor. Ao analisarmos o gráfico, podemos observar que, no mesmo período, a produção de leite tem um acréscimo de 6%; podemos concluir, então, que o produtor, no Sudoeste paranaense, está investindo na qualidade do rebanho a fim de estimular a produtividade, porém, nem sempre esse aumento na produção, significa um aumento na renda da família, devido às despesas com a produção.



Fonte: Produção agropecuária municipal 1990 a 2007.

Com o aumento no consumo, os valores pagos pelo litro do leite aumentam, mas oscilam em alguns períodos em que há maior ou menor oferta de matéria-prima. O preço do leite é basicamente definido pela relação entre a produção e o consumo. Cada região, ou cada “bacia leiteira”, pode ter um preço distinto das outras, devido à relação entre o consumo e a produção. A diminuição na produção, em determinada região, ocasionada pela estiagem, por exemplo, só afetará outra região se está se prolongar por um longo período.

Antes ou após o término do pagamento dos custos para a melhoria da infra-estrutura, o agricultor precisa constantemente investir, já que as modificações no processo de produção e as normas estabelecidas pela inspeção sanitária são revistas e modificadas periodicamente. Contudo, as oscilações no preço do leite deixam os produtores à mercê das instituições do ramo. Assim, se o agricultor familiar utiliza basicamente a pastagem natural ou plantada sobre um pequeno estrato de área ele não poderá possuir um grande plantel de animais e a dificuldade de conseguir crédito junto às instituições financeiras será maior.

Quando o produtor familiar produz de forma intensiva, aumentando verticalmente a produção, através da compra de animais de raça, da utilização de produtos industriais e de infra-estrutura mecanizada, a produtividade aumenta significativamente, porém, isso não eleva a renda familiar já que, para modernizar-se, boa parte da renda é drenada para pagar os

financiamentos. Na fotografia 5, é possível ver uma das exigências feitas pelos industriais para adquirir o leite.

O circuito mercantil faz com que aumente a subordinação dos agricultores familiares em relação às indústrias, na tentativa de padronizar e especializar os estabelecimentos em uma única atividade. Estamos em consonância com Paulino quando afirma que “[...] somente ao capital interessa a homogeneização. Ao campesinato resta a diversificação estratégica, fundada na valorização das práticas endógenas e das redes de ajuda mútua, fundamentais para a insubordinação ao esbulho do mercado” (2008, p.237).



FOTOGRAFIA 5. Sala de ordenha mecanizada.

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Enquanto os produtores não conseguirem se organizar para tentar mudar as relações com as indústrias, eles continuaram tendo uma parte da sua renda drenada para as empresas, reproduzindo o capital das mesmas e, conseqüentemente, as formas de subordinação. A forma de atuação da CLAF, pelo distanciamento dos seus princípios, é uma solução paliativa, pois a cooperativa consegue alguns centavos a mais pelo litro de leite. Uma solução mais rentável para o agricultor seria a transformação do leite em algum produto diferenciado, pois, aí sim, ele teria uma forma de organização que lhe daria maior autonomia, porém os agricultores não possuem condições econômicas de organizarem a produção neste nível.

O fumicultor é totalmente dependente do mercado (da empresa à qual ele está integrado, ou dos compradores informais) para a comercialização da produção, porém, se ele optar por parar de produzir o fumo, poderá sobreviver através dos outros recursos que ele possui no estabelecimento.

Já a partir do leite, o agricultor pode produzir vários derivados como queijo, por exemplo, que é fabricado de forma artesanal, para o consumo ou para a venda na própria localidade ou na cidade. A produção dos derivados do leite aumenta quando ocorre uma queda significativa no valor do litro do leite, que também pode ser comercializado *in natura*. É uma forma de ter produtos para o consumo e complementar a renda da família. Vale lembrar que, na maioria dos municípios, como em Marmeleiro, a comercialização direta dos produtos artesanais, com os consumidores, sem o cumprimento das normas dos órgãos responsáveis pela fiscalização, é proibida. Essa proibição pode ser por interesse das empresas, para formação de monopólio. Apesar da proibição, os agricultores conseguem comercializar seus produtos no mercado informal, mais uma vez são explorados, pois, para conseguirem comercializar seus produtos, eles precisam vendê-los a um valor abaixo dos produtos industrializados. Isso demonstra a capacidade de flexibilidade do agricultor familiar nas situações desfavoráveis, sendo essa a responsável pela sua resistência, entretanto, conforme Paulino (2008), ao analisarmos os indicadores de renda, é nítida a sua vulnerabilidade. Devido a esse conjunto de elementos, existe uma flexibilidade singular na economia familiar que lhe proporciona “[...] adaptar-se às condições das mais adversas, ao preço da permanência no mais baixo patamar da sociedade no que diz respeito ao usufruto da riqueza.” (p.219). Por isso devemos reconhecer “[...] as estratégias empreendidas pelos próprios camponeses, no sentido de aproveitar da melhor maneira possível os recursos disponíveis, certamente são decisivos”. (p.235)

O que defendemos não é a negação do uso da tecnologia menos degradante pelo agricultor, mas sim o uso/aceso da modernização em função de todos e não para o desenvolvimento de uma estrutura em detrimento de outra. O uso da tecnologia em função de todos é o que garante a inserção dos agricultores na educação, saúde, cultura etc, e não da forma como é utilizada, para expropriar uma parte dos agricultores e extrair o trabalho excedente e a renda da terra pelos empresários capitalistas do agronegócio e pelas agências bancárias, principalmente por meio de financiamentos.

Como ocorre no caso da produção principalmente do fumo na Linha Itaíba, aonde 70% dos agricultores entrevistados produzem fumo e leite; 15% produzem somente o fumo e os outros 15% somente leite (tabela 6).

Tabela 6. Número de produtores que produzem fumo e leite.

Produção	Nº de agricultores	%
Fumo e leite	15	70%
Leite	3	15%
Fumo	3	15%

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Dos que produzem o leite e o fumo, mais da metade consideram o leite como a principal atividade econômica da propriedade (tabela 7), porém, quando perguntados qual o valor líquido anual de cada produção, o fumo aparece como renda superior ao leite em mais de 90% dos estabelecimentos; isso pode ocorrer pela falta de contabilidade dos agricultores ou porque, como o leite proporciona uma renda mensal, os agricultores têm a impressão que a lucratividade é maior.

Tabela 7. Principal atividade econômica do estabelecimento.

Produção	Nº de agricultores	%
Fumo	7	48
Leite	8	52

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Através do depoimento de um dos agricultores percebemos a falta de contabilidade.

[...] quase sempre o fumo dá mais dinheiro que o leite, só que o fumo a gente recebe todo o dinheiro em 2 ou 3 meses, conforme vai entregando [...] daí a gente gasta quase tudo de uma vez [...] a gente segura alguma coisa pro resto do ano [...] mas sempre tem uma despesa ou outra [...] quando vê se foi o dinheiro [...] já o leite o dinheiro é todo mês [...] as vezes a gente compra com cheque ou a fiado antes de receber o cheque do leite [...] mas todo mês o dinheiro tá na conta o ano inteiro [...] daí o controle nos gastos é melhor. (Entrevistado 5, maio de 2009)

O PRONAF também é uma forma de complementar a renda familiar:

[...] a maioria do pessoal não usa todo o dinheiro do PRONAF [...] ou pelo menos uma quantia pra plantar soja e milho [...] o pessoal compra outras coisas [...] gasta em mercado, pra paga prestação de carro [...] até pra compra roupa [...] o pessoal da CRESOL todo ano diz que vai passar olhar a lavoura pra vê se plantaram mesmo soja ou milho [...] e diz que vão pedir as notas das compra de insumo pra garantia que nos colocamo tudo que é preciso, mas é difícil eles vir [...] só se dá PROAGRO [...] pra quem planta só fumo, o PRONAF sai numa época boa. (Entrevistado 5, maio de 2009)

O depoimento desse agricultor, de que o PRONAF é utilizado para outros fins, comprova-se através das informações de alguns comerciantes do município de Marmeleiro. Segundo estes, durante o período de pagamento do financiamento (geralmente entre os meses de setembro e outubro, conforme os contratos aprovados) e na entrega do fumo (fevereiro a maio) aumenta o movimento dos agricultores no comércio em geral. Isso se reflete no consumo de alguns produtos; durante os períodos em que os agricultores estão recebendo a renda da produção e ou o PRONAF, eles consomem mais produtos industrializados, mais frutas, vão mais freqüentemente a festas, os adolescentes e jovens também “saem” mais; as festas de casamento, as festas tradicionais realizadas nas comunidades e outras comemorações em geral são realizadas nesses períodos. Nos intervalos das safras os agricultores aumentam o consumo de produtos produzidos nos estabelecimentos como, por exemplo, mandioca, batata, abobrinha, amendoim. Isso demonstra que a produção de subsistência no estabelecimento é uma das formas que fazem com que os agricultores consigam sobreviver mesmo com a baixa renda dos produtos produzidos para o mercado.

Na Linha Itaíba, mais de 90% dos agricultores produzem alguns alimentos para o consumo; é realizado também o abate de animais para o consumo, principalmente aves, suínos, bovinos; são itens básicos da alimentação, entretanto possuem um valor significativo nas despesas da família.

Todos os agricultores entrevistados recebem o PRONAF através da CRESOL. Conforme depoimento de um agricultor, a CRESOL tenta fazer com que os agricultores produzam, com o PRONAF, basicamente duas monoculturas, a soja e o milho, utilizando o pacote tecnológico composto pelos insumos químicos, algo contraditório aos pressupostos da própria CRESOL e das outras organizações ligadas à agricultura familiar que entendem que a esta deve ser constituída de uma produção diversificada, agroecológica e com a utilização mínima de produtos industriais.

Apesar da renda proveniente da soja e do milho ser muito baixa, ela também auxilia na manutenção da família. Assim como a produção de feijão - que ocupa uma área muito pequena, se comparada a outras produções - também é importante para o consumo e venda do excedente.

A importância da produção fumageira e leiteira pode ser analisada pela área utilizada para o plantio de fumo e para pastagem, (tabela 8). Embora a produção de fumo seja uma atividade em que prevalece a utilização do trabalho braçal, a área total plantada é superior às áreas de produção de soja e milho, produções totalmente mecanizadas. A área da produção do feijão, um dos produtos básicos para a alimentação, corresponde a, aproximadamente, 10% da

área do fumo. Alguns produtos como o milho, o feijão e as pastagens plantadas ocupam as mesmas áreas do fumo no período de entre safra.

Tabela 8. As principais atividades agropecuárias da Linha Itaíba (2007/08)

Produto	Área total (ha)	Média de área cultivada por propriedade (ha)	Quantidade total produzida (kg)	Média produzida por propriedade (kg)	Produtividade média por hectare (kg)
Fumo	43	2,5	101.400	5.630	2.300
Milho	29,5	1,8	316.800	19.800	10.700
Feijão	4,9	1,0	6.280	1.256	1.280
Soja	33	8,2	59.400	14.850	1.800
Pastagem natural	38	2,0	—	—	—
Pastagem cultivada	46	2,8	—	—	—

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Em relação a produção de leite a média mensal é de 3.600 litros e a média de vacas leiteiras por família é de 12. Sendo que o maior produtor produz, uma média mensal de 4.500 litros e possui 26 vacas. E o menor produtor produz, uma média mensal de 1.200 e possui 03 vacas. Comparando a média produzida por vaca entre o maior e o menor produtor, percebe-se que a média do que produz menos, levando em consideração o total, é mais de 250% maior. Isso é ocorre por vários fatores como, por exemplo, o agricultor que possui um número de vacas maior não produz uma quantidade de alimento suficiente para os animais, a qualidade dos seus animais pode ser inferior ou no momento da pesquisa de campo algumas vacas não estavam produzindo leite, por estarem prenha.

Um pouco diferente da produção de leite, que é composta por além de pequenos agricultores, por grandes pecuaristas, no Sul do Brasil, os agricultores integrados na produção do fumo são, em sua maioria, minifundiários com estabelecimentos que têm, em média, 20 ha, dos quais 10%, ou seja, dois ha, são utilizados na produção de fumo, durante cerca de quatro meses por ano. Em geral, uma colheita rende aproximadamente 2 mil quilos de fumo por ha (AFUBRA, 2009). Esses dados variam dependendo da região.

Na Linha Itaíba, o tamanho dos estabelecimentos, em média, é menor e a quantidade de área por estabelecimento, destinada à produção, é maior; cerca de 40% a 50% da área é destinada à produção do fumo. A produtividade por ha na Linha Itaíba é 2.300 quilos; pode ser considerada uma média alta se comparada à do Sudoeste paranaense, que é de 1.992 quilos por ha, e à média do município de Marmeleiro, que é de 1.802 quilos (IBGE Censo

agropecuário, 2007). Essa alta produtividade demonstra, juntamente com a utilização intensiva de insumos químicos e a boa fertilidade do solo, a dedicação dos agricultores à produção, na tentativa de conseguir renda maior; dedicação que se reflete na extensa jornada de trabalho necessária para realizar todas as etapas do trabalho. A produção do fumo e do leite também modificou a paisagem da Linha Itaíba através das construções dos galpões e das estrebarias (fotografias 6 e 7).



FOTOGRAFIA 6. Benfeitorias destinadas a produção de fumo e leite, na Linha Itaíba.
Fonte: Trabalho de campo, 2009.



FOTOGRAFIA 7. Galpão e estufa destinados a produção de fumo na Linha Itaíba.
Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Os galpões de fumo ocupam áreas consideráveis em se tratando de pequenos estabelecimentos (tabela 9).

Tabela 9. Meios de produção da produção do fumo e leite.

Estrato (ha)	Nº Estabelecimentos	%	Nº Estrebarias	Nº Galpões de fumo	%
0,1 – 5	2	9,5	2	2	10,5
5,1 – 10	6	28,5	6	6	31,5
10,1 – 15	6	28,5	6	6	31,5
15,1 – 20	6	28,5	6	4	21
20,1 – 25	1	4,7	1	1	5,2
Total	21	100	21	19	100

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Em relação às áreas de pastagens, percebemos que a média da pastagem plantada é maior; a diminuição nas áreas de pastagem natural, os chamados “potreiros”, deve-se ao fato de que esse modo de uso do solo deixa as áreas ociosas, pois, no inverno, a pastagem diminui significativamente, e os agricultores transformam grande parte das áreas dos estabelecimentos

em áreas agricultáveis; pastagens plantadas (fotografia 8) rendem mais por área, tanto em volume como em nutritividade; além de outras possibilidades nessa forma de organização como a silagem, que é produzida a partir do milho, e também porque tornando quase todo o estabelecimento em espaço agricultável, ele pode realizar rotações de cultura e, em determinado momento, dependendo do ciclo agrícola, aumenta uma produção e diminui a outra além de realizar as chamadas “safrinhas”.

Na Linha Itaíba a produção leiteira foi introduzida, de uma forma menos impactante que a produção fumageira, mesmo com incremento, lento esta produção foi territorializando-se de maneira considerável.

O fumo e o leite, apesar de apresentarem dinâmicas diferentes, são dois tipos de atividades agrícolas que demandam muito trabalho e apresentam uma tendência a se expandir na Linha Itaíba. Há relações de disputas por esse território.



FOTOGRAFIA 8. Área de pastagem plantada, na Linha Itaíba.

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

As ações da Souza Cruz para manter o seu território são mais efetivas como aconteceu, por exemplo, quando um produtor tentou integrar-se a outra empresa; como a

Souza Cruz não tinha meios legais para evitar a entrada da empresa no reassentamento, ela disponibilizou mais dois galpões para esse produtor e seu filho, apesar de ele já ter sido integrado à Souza Cruz e não ter cumprido o contrato.

Para identificarmos as relações de poder exercidas pelas instituições, precisamos observar os diferentes territórios, formados com conflitualidade e contradições que podem ser percebidas, em nossa pesquisa, pelas condições de subordinação dos agricultores. Na produção do fumo, essa subordinação dá-se porque a Souza Cruz é uma das empresas que controla o agronegócio do fumo. Conforme Davids e Goldberg *apud* Fernandes (2008), agronegócio é um complexo de sistemas que abarca agricultura, indústria, mercado e finanças. No caso do agronegócio do fumo, as indústrias fumageiras, controlam quase todos os sistemas do complexo, no entanto, como elas não conseguem construir as condições para dominar totalmente o sistema agrícola, o agricultor tem certa autonomia, mesmo que às vezes seja uma autonomia condicionada, para a realização das suas atividades, pois a mão-de-obra é familiar e ele é o proprietário dos meios de produção.

Fernandes (2008) define o sistema de integração como terceirização da produção, afirmando que, no agronegócio, o agricultor não é parte integrante, por não ter poder para impor outro modelo; na correlação de forças, ele é subalterno à integração. Ainda, segundo Fernandes:

Compreender o campesinato como um sistema subalterno não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreendem seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura e identidade, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital. Condições essenciais para continuar sendo camponês. Todo camponês é um agricultor familiar [...] a predominância do trabalho familiar é uma característica do campesinato (e não do capital). O campesinato não promove diferentes tipos de concentração: terra, capital, poder etc. Ao contrário, ao realizar a sua reprodução ampliada por meio da mais-valia, o capital supera os limites de tempo e espaço, o que lhe possibilita o crescimento e a necessidade da concentração para continuar crescendo. (2008 p.166-167)

Desse modo, segundo Fernandes (2008), o agronegócio e a agricultura familiar constituem territórios distintos. No entanto, eles estão sobrepostos na agricultura familiar: esta caracteriza-se pela utilização de mão-de-obra dos membros da família, pela produção de alguns produtos para o consumo mantendo traços da sua cultura, como os trabalhos de ajuda mútua e a socialização de alguns implementos agrícolas. O capital aproveita-se dessas relações, denominadas de relações não especificamente capitalistas, para a reprodução do seu território e, conseqüentemente, do seu capital (Oliveira, 1991), pois, um dos fatores que

caracteriza o modo capitalista de produção (MCP) como contraditório é a necessidade de se utilizar das relações não capitalistas, ou não especificamente capitalistas, para a sua reprodução (Saquet, 1996).

Em alguns territórios, pode haver a predominância do agronegócio; em outros, da agricultura familiar ou, então, como é o caso da Linha Itaíba, esses territórios estão sobrepostos e confundem-se. As inovações trazidas pelas empresas leiteira e fumageira e as características mais tradicionais, próprias dos agricultores, estão presentes no mesmo tempo e espaço.

As pessoas agem, produzem e fazem parte do território de forma objetiva e subjetiva, pois a participação de cada um no território realiza-se de forma direta e indireta.

Existem, cada vez mais, múltiplas formas de apropriação e dominação na dinâmica territorial. É possível dominar sem estar presente. A apropriação e a dominação são cada vez mais heterogêneas e complexas. A própria dinâmica do capital, eminentemente desterritorializadora, cria as condições para a reterritorialização [...]. (SAQUET, 2007, p.169)

Alguns territórios são mais representativos no cotidiano das pessoas. O território da produção fumageira e leiteira está mais presente nas relações diárias dos agricultores da Linha Itaíba, pois são essas ocupações que proporcionam a maior parte da sua renda. O tempo para a realização das atividades, tanto das produções como de lazer, viagens etc, é organizado conforme a demanda de mão-de-obra.

Os agricultores recebem visitas periódicas dos representantes das instituições para instrução técnica, entrega de insumos, materiais publicitários etc. Isso faz com que os agricultores fiquem mais atentos aos fatores ligados à produção do fumo e do leite, como por exemplo, à previsão do mercado, do clima e às inovações tecnológicas. Os agricultores relacionam-se mais com as atividades do leite e do fumo, os seus pensamentos são mais voltados para essas produções, além disso, eles são dependentes economicamente da renda proveniente das atividades, por isso esses territórios são mais significativos e perceptíveis na localidade.

Os aspectos que proporcionam a disputa territorial entre as duas produções são as possíveis variações nos valores (futuros) dos produtos, os resultados econômicos da última safra, a quantidade de mão-de-obra familiar disponível e a disponibilidade de financiamentos. São fatores que vão determinar em qual produção, cada agricultor vai-se dedicar/relacionar mais. É importante lembrar que o contrabalanço de tais fatores é realizado quase que intuitivamente pelos agricultores, pois eles não têm garantia nenhuma dos preços futuros dos

produtos e, nas orientações repassadas pelos representantes das empresas, prevalece os interesses destas.

Os fumicultores, também fazem parte do território das empresas que fabricam cigarros e importam do Brasil a matéria-prima, mesmo elas não estando presentes materialmente e a maioria dos agricultores não tendo conhecimento de quais sejam, elas exercem forte influência sobre os agricultores, pois determinam quais as características do fumo para o mercado. Dessa forma, os fumicultores produzem o fumo conforme a padronização das fábricas, e no momento da classificação, se não estiver nos padrões indicados, ocorre uma queda significativa nos valores pagos pelo fumo.

Esse processo envolve e é envolvido por relações de poder que precisam ser explicitadas. As instituições estudadas estabelecem relações de poder e controle dos produtores agrícolas por meio dos contratos firmados e do mecanismo de preços diferenciados praticados no mercado.

Mais de 90%, dos agricultores entrevistados admitiram que plantam o fumo por necessidade, ou seja, não gostam de trabalhar na produção fumageira. E preferem produzir leite, principalmente pelo fato do fumo demandar muita mão-de-obra, além de algumas etapas do trabalho como a colheita, ser realizada durante o verão; além do fator de utilizar muitos agrotóxicos. Porém, da forma como está organizada a unidade produtiva, os agricultores não conseguiriam manter-se, sem produzir fumo.

Para a comercialização da produção leiteira os produtores da Linha Itaíba, tem mais opções, a maioria, entregam o leite para a CLAF e a Latco. Dos agricultores entrevistados, 53%, entregam o leite para a Latco e o restante para a CLAF (tabela 10). A CLAF recolhe mensalmente 30.900 litros, resultando numa média de 3.862 litros por agricultor; a Latco recolhe 31.140 litros, resultando em uma média de 3.460 litros por produtor. A produtividade média por produtor da CLAF é maior que a da Latco; isso pode ocorrer pelo fato de que a cooperativa disponibiliza assistência técnica para o acompanhamento da produção, financiamentos e os custeios pecuários são conseguidos em convênio com a Cooperativa de Crédito Solidária (CRESOL).

Segundo dados da CLAF de Marmeleiro, em 2008, a média de área dos produtores que entregam leite para a cooperativa é de 3,4 ha, produzindo de 200 a 2000 mil litros/mês, um produtor que já interessa aos grandes laticínios. Para o agricultor familiar, o ideal seria produzir o leite a um custo entre R\$ 0,10 e R\$ 0,15 por litro. Para isso, a produção teria que ser à base de pasto, devido aos altos valores dos alimentos industrializados, porém a pastagem pode ser afetada por fatores climáticos como, por exemplo, a estiagem, ocasionando, assim, a

diminuição da produção do leite; uma alternativa seria a diversificação da pastagem, com espécies resistentes à estiagem e ao inverno ou a silagem.

Tabela 10. Destino da produção do leite.

Instituição	Nº de agricultores	%
Latco	9	53
CLAF	8	47

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Alguns produtores preferem entregar o leite para a CLAF porque ela é formada por pequenos agricultores; eles sentem-se donos; não há uma exigência em relação à modernização da produção. Mesmo assim, somente um produtor não possui ordenha mecânica.

Os agricultores que entregam leite para a Latco justificam-se dizendo que é uma empresa mais avançada tecnologicamente, que dá segurança em relação ao recebimento e pagamento da produção, não sentindo a mesma segurança em relação à CLAF.

A CLAF representa uma forma de organização da agricultura familiar, porém, algumas ressalvas precisam ser feitas. Assim como as outras indústrias leiteiras, a CLAF incentiva a alimentação dos animais através de produtos industriais (rações e suplementos), estabelecendo parcerias com empresas para o fornecimento dos produtos, cobrando uma comissão sobre os produtos no momento de repassar aos agricultores. Analisando os dados fornecidos pelos agricultores, o preço do litro de leite também não apresenta um valor mais significativo; em alguns momentos, o valor pago pela Latco é maior (tabela 11). Isso pode fazer parte da estratégia da empresa para que os agricultores deixem de entregar o leite para a CLAF.

Tabela 11. Comparação do pagamento médio por litro de leite pela CLAF e pela Latco.

Meses	CLAF	Latco
Novembro (2008)	R\$ 0,52	R\$ 0,55
Dezembro (2008)	R\$ 0,51	R\$ 0,51
Janeiro (2009)	R\$ 0,52	R\$ 0,52
Fevereiro (2009)	R\$ 0,52	R\$ 0,50

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Em relação à produção de fumo, a única empresa para a qual os agricultores entregam a produção é a Souza Cruz, além de atravessadores conforme já explicamos. Na safra 2007/08, a Souza Cruz comprou 71.000 quilos de fumo e os atravessadores 27.600 quilos. A renda total líquida das 18 famílias que produzem o fumo foi de R\$ 323.000,00; considerando somente as pessoas envolvidas na produção, a renda mensal por pessoa seria de R\$ 401,00. A renda total líquida anual das 18 famílias que produzem o leite foi de R\$ 202.400,00; considerando somente as pessoas envolvidas na produção a renda mensal per capita seria de R\$ 251,00. Considerando a renda de cada produção, não chega a um salário mínimo; tal é a justificativa para que a maioria dos agricultores produzam também o leite. Somente as famílias que possuem poucos membros produzem somente o leite; as famílias que produzem somente o fumo, plantam uma quantidade maior de pés de fumo; além disso, a produção de soja e milho também complementa a renda, além de produtos para o consumo. São esses fatores que fazem com que os agricultores mantenham-se com uma renda baixa.

É importante lembrarmos que a renda citada, obtida na safra 2007/08, foi considerada pela maioria dos agricultores como a melhor safra desde o ano de 1999; isso porque, além dos fatores climáticos terem sido favoráveis, a entrada dos atravessadores gerou uma concorrência com a Souza Cruz. Esta empresa, para conseguir que os agricultores entregassem a estimativa prevista da produção, pagou alguns centavos a mais que os atravessadores, por sua vez, também tentavam “cobrir” a proposta da Souza Cruz.

Com essa concorrência, as expectativas dos agricultores em relação a (uma boa) safra, 2008/09 aumentaram e isso se refletiu no aumento da quantidade de fumo plantada, porém, não foi o que ocorreu. Além da estiagem que atrapalhou o desenvolvimento das plantas e, conseqüentemente, diminuiu a quantidade produzida dando margem para a empresa criar pretextos para depreciar a qualidade. A empresa também agiu nos bastidores para evitar a entrada de atravessadores; exigiu mais fiscalização em relação a estes, pois eles sonegam os impostos; realizou novos acordos com outras empresas para que não entrassem em seu território e também para que diminuíssem a compra de fumo dos atravessadores. As ações da empresa surtiram efeito, pois, na safra 2007/08, a procura dos atravessadores pelo fumo era semanalmente e, em alguns períodos até diariamente; já na safra 2008/09, segundo informações dos agricultores, o número de vezes que os atravessadores vieram comprar não passou de 5 e, quando vieram não pagaram o valor total a vista. Inclusive alguns agricultores encontraram dificuldades para receber o restante do valor da produção.

Com isso a média do preço pago pela Souza Cruz, na safra 2007/08, foi entre R\$ 4,30 e R\$ 4,90 por quilo, e na safra anterior, entre R\$ 5,90 e R\$ 6,00. Como a única forma do

fumicultor comercializar a produção era com a empresa, ela não estabeleceu prazos para fazer o pagamento da produção. As vezes, o pagamento era realizado 6 dias após o carregamento, às vezes 15 dias depois. Ao contrário das outras safras quando ela recebeu a produção até que o último agricultor tivesse fumo para entregar (que geralmente era até meados do mês de junho), na safra 2008/09, em meados do mês de maio, a empresa encerrou o recebimento da produção, repassando, através do técnico, a informação de que não receberia mais a produção e autorizava os agricultores a vender o restante a outros compradores. Como alguns agricultores ainda tinham fumo para entregar, eles entraram em contato com os atravessadores, os quais, já informados de que a Souza Cruz, não estava mais comprando a produção, pagaram uma média baixa pelo quilo.

Outra forma de subordinação da empresa é enviar mais insumos aos agricultores do que o previsto no contrato, sem eles haverem solicitado. Os agricultores precisam aceitar, pois, aceitando ou não, tais insumos estarão incluídos no total da dívida. No momento do pagamento das dívidas dos insumos, vários agricultores percebem que o valor é superior se comparado com o dos insumos descritos nas notas fiscais no momento em que foram entregues nos estabelecimentos, porém, ficam sem saber que atitude tomar, e reclamam ao técnico, o qual arranja justificativas.

A quantidade de insumos adquiridas pelos agricultores é proporcional a quantidade de pés de fumo que cada família ira plantar, por sua vez, essa quantidade de pés é definida de acordo com a força de trabalho familiar que é movida pelo tamanho e composição da família. A unidade de produção camponesa ou familiar é simultaneamente uma unidade de produção e consumo. Todos os membros estão inseridos no processo e no trabalho. Geralmente são os homens que tomam as decisões (em todas os estabelecimentos estudados, os homens são os responsáveis), mas, as mulheres também participam das tarefas produtivas. Na época em que a jornada de trabalho é mais intensiva, abandona-se a divisão sexual do trabalho; as mulheres também realizam trabalhos mais pesados. As crianças também são inseridas aos poucos nas atividades, nos ciclos do ano agrícola; quando é necessário, elas faltam às aulas para trabalhar. Os idosos participam das tarefas leves, geralmente, voltadas para a subsistência (Santos 1978).

Na Linha Itaíba, todos os membros estão inseridos na produção; como a maioria das etapas da produção compõe-se de trabalhos exaustivos, mas não pesados, as crianças e os idosos participam, principalmente trabalhando nos viveiros de mudas e na classificação das folhas. A exploração da mão-de-obra infantil e dos aposentados é um dos fatores que faz com que a produção de fumo ofereça uma renda média maior que as outras atividades, isso porque,

na maioria das outras produções, essa força de trabalho não pode ser aproveitada. A quantidade de trabalho desprendido por eles, que fica cristalizado no fumo, não é levada em consideração pelos fumicultores, e, no caso dos idosos, o trabalho é considerado um passatempo, uma possibilidade de estar junto com família. Na produção do leite, também é utilizada a força de trabalho dos idosos, mas principalmente a das crianças, de forma menos intensiva, e o trabalho é menos exaustivo; geralmente, eles trabalham no transporte dos alimentos para os animais, na limpeza das estrebarias e no manejo dos animais na pastagem; antes da utilização das ordenhadeiras, necessitava-se de mais mão-de-obra; os membros da família precisavam acordar cedo para a ordenha matinal, pois o tempo de trabalho era maior; a utilização de caminhões tanque, possibilitou a coleta a qualquer hora. Quando os caminhões utilizavam os tarros para transportar o leite, a coleta tinha que ser realizada somente durante as primeiras horas do dia.

No interior da família, existe uma divisão técnica do trabalho. Cada membro desempenha um trabalho útil e concreto, dependendo do momento e da necessidade, articulando um processo de cooperação, em que os membros da família formam uma jornada combinada de trabalho (Santos, 1978).

No caso da produção do fumo, a prática da troca de dias raramente é realizada nas etapas do plantio e da colheita. Isso porque, nas etapas de trabalho menos intensas não há necessidade e, nas etapas mais intensivas, todos estão trabalhando nas suas produções. São contratados alguns empregados temporários, principalmente na colheita. Há certa dificuldade em encontrar empregados, já que é do conhecimento de todos a utilização de agrotóxicos na produção do tabaco e também por que a colheita é uma etapa muito exaustiva. Assim, os possíveis empregados cobram um valor muito alto por um dia de trabalho, inviabilizando a sua contratação já que esta representará uma diminuição significativa da renda média do agricultor. Na produção do leite, não há necessidade de trabalhos de ajuda mútua nem a contratação de empregados; geralmente, como não é uma grande produção, o número de membros da família é suficiente. Somente em algumas ocasiões ocorre a troca de dias; por exemplo, quando a família realiza uma viagem: como as atividades da produção do leite nos estabelecimentos são regulares, é preciso designar alguém para o trabalho.

Como podemos perceber, o trabalho do agricultor, na produção do fumo, é um dos principais fatores de subordinação; outro é a exploração da renda da terra. A concepção de que o produtor integrado passa a ser apenas um proprietário formal da terra é, porém, questionável; apesar da dependência que o agricultor tem da empresa, tanto para a aquisição dos insumos como para a comercialização da sua produção, ele não perde o direito de utilizar

a terra como ele entende que seja a melhor forma. Como já anotamos, o agricultor não produz o fumo em a sua área de terra; assim, no restante do ano ele poderá produzir outra monocultura, utilizá-la para a produção de alimentos para o seu consumo, para a pastagem, ou arrendar para terceiros. O ciclo da produção do fumo é de 4 a 6 meses, dependendo da variedade. A terra pode ser utilizada para a realização das chamadas “safrinhas” ou para a pastagem do gado leiteiro.

Os contratos com a empresa são válidos por 1 ano (para quem não possui dívidas contraídas para a construção da infra-estrutura, pois nesse caso os contratos são mais longos). Isso pode significar para o fumicultor um aspecto negativo, já que, após o final da safra a empresa pode considerar que ele não reúne mais atributos de valor para ela e marginalizá-lo da produção, ao mesmo tempo, esse contrato “curto” pode dar-lhe a possibilidade de, no final da safra, optar por não produzir mais o tabaco, mesmo ficando sem a renda média da produção, caracterizando assim uma relação política *aleatória*, pois, mesmo que o rompimento de uma relação acarrete perdas para um dos atores, sempre há uma possibilidade (Raffestin, 1993). No caso dos produtores que possuem investimentos a serem pagos - parcelados em mais de 1 ano - podem produzir somente a quantidade de pés de fumo para pagar os investimentos ou liquidar todas as parcelas de uma vez ou, ainda, pagar com a renda proveniente de outra atividade. Tais possibilidades de pagamento tornaram-se possíveis a partir da safra 2006/07; antes, a empresa (no caso a Souza Cruz) aceitava os pagamentos somente em fumo e os agricultores não podiam antecipar o pagamento das parcelas dos investimentos, o que garantia que o produtor ficasse integrado.

A subordinação do camponês ao capital faz com que as variações das suas condições sociais no espaço e no tempo sejam poucas (Santos 1978). No caso dos agricultores produtores de fumo e de leite, constatamos que também não houve uma variação na situação social, visto que conseguiram adquirir alguns bens que melhoraram um pouco a sua qualidade de vida como eletrodomésticos, implementos agrícolas, automóveis, a construção de casas (tabela 12).

Depois de produzirem o fumo, uma parte dos agricultores utilizou a renda do fumo para investir na produção de leite, pois eles entendem que, mesmo o leite não proporcionando uma renda igual a do fumo, trata-se de uma produção menos degradante por não utilizar agrotóxicos e pela menor jornada de trabalho.

Os bens comprados, que proporcionaram certa melhoria na qualidade de vida dos agricultores, foram conseguidos através da sujeição do trabalhador a uma extensa jornada de trabalho.

Tabela 12. Bens relacionados a qualidade de vida dos agricultores.

Bens	Nº Agricultores	%
Geladeira	21	100
Liquidificador	21	100
Batedeira	20	95
Máquina lavar roupa	21	100
Luz elétrica	21	100
Antena parabólica	19	90
Telefone	20	95
Computador	5	23
Ferro elétrico	20	95
Congelador	20	95
Automóvel	19	90
Televisão	21	100
Rádio	21	100
Forno microondas	5	23
Água encanada	21	100
Banheiro	21	100

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Percebemos que, na Linha Itaíba, a grande demanda de mão-de-obra possibilitou a permanência dos jovens nos estabelecimentos, pois, o número de jovens e adolescentes no reassentamento é considerável se comparada a outras localidades rurais de Marmeleiro. A média aproximada de área por indivíduo da família é de 1,6 ha, portanto, uma quantidade inviável para a manutenção dos agricultores produzindo outra monocultura. Uma parte dos jovens vê no fumo a possibilidade de ter um futuro estável e independente economicamente no campo; um dos aspectos que demonstra isso é o número de estudantes que cursam o ensino superior ou algum curso profissionalizante, isto é, não chega a 10%. Essa mentalidade, comum entre os agricultores, de que estudar só é necessário para inserir-se no trabalho assalariado, dificulta a organização dos agricultores de modo mais sólido para o enfrentamento ao capitalismo que os subordina e expropria.

Assim, muitos jovens permanecem nos estabelecimentos dos pais produzindo fumo. Para que possamos entender o funcionamento da integração, é mister dissociar a consciência crítica da aceitação. O desencanto com a situação não quer dizer necessariamente que se pretenda mudá-la, porquanto não vislumbram alternativas mais rentáveis, não querem arcar com o desconforto ocasionado no processo de mudança ou, ainda, por falta de apoio do Estado para essa transição (Paulilo 1990). A maioria dos entrevistados integrados à Souza

Cruz têm clareza de algumas vantagens da empresa, e não concordam com os itens do contrato e com a forma de classificação do fumo, além de entenderem que a sua produção é uma atividade fisicamente exaustiva. Percebemos que há certa consciência crítica da subordinação, mas o produtor vai continuar produzindo até que o fumo proporcione a manutenção da família em condições mínimas.

Parece-nos que os problemas maiores, que atingem os agricultores e que fazem com que eles sejam subordinados, são a questão da intensa jornada de trabalho, a dependência dos insumos exclusivos para a produção do fumo, a obtenção dos financiamentos com a intermediação da indústria, além da nocividade dos produtos químicos, principalmente os agrotóxicos, para a saúde dos fumicultores e a própria planta que libera nicotina e acaba contaminando os agricultores.

A responsabilidade dos riscos ocasionados, devido a utilização dos agrotóxicos, a saúde dos agricultores e ao ambiente, é repassado aos agricultores, como podemos observar através de um dos itens do contrato no qual consta que:

Considerando que o PRODUTOR, por utilizar defensivos agrícolas em suas lavouras em função de sua própria atividade, reconhece que deve utilizar tais produtos de forma racional e de acordo com as leis e regulamentos em vigor, no intuito de garantir a sua segurança e a de terceiros. (Contrato de integração safra 2008/09)

E ainda na cláusula:

2.4. O produtor obriga-se, ainda, a:

- a) Não manipular quaisquer agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins que não estejam registrados e autorizados pelos órgãos governamentais competentes;
- b) Não permitir a manipulação de quaisquer agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins por menores de 18 (dezoito) anos, maiores de 60 (sessenta) anos e por gestantes;
- c) Não manipular quaisquer agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, em desacordo com a receita e as indicações dos rótulos e bulas, previstas em legislação vigente;
- d) Sinalizar as áreas recém-tratadas com quaisquer agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins [...];
- e) Não reutilizar, para qualquer fim, as embalagens vazias de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, cuja destinação final deve atender à legislação vigente, bem como realizar a

tríplice lavagem das embalagens quanto à devolução aos fabricantes, na forma da legislação vigente;

f) Não armazenar agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins a céu aberto;

g) Manter em sua propriedade armário resistente, chaveado e sinalizado com placas e cartazes com símbolos de perigo, com finalidade exclusiva de armazenar agrotóxicos, sendo dotados de proteção que não permita o acesso de animais, permitam a limpeza e descontaminação e estejam situadas a mais de 30 (trinta) metros das habitações locais onde são conservados ou consumidos alimentos, medicamentos ou outros materiais, e de fontes de água;

h) Armazenar agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins conforme dispõe as normas da legislação vigente e as especificações do fabricante constantes dos rótulos e bulas;

i) Manter os equipamentos de aplicação de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins em perfeito estado de conservação e funcionamento, inspecionando-os antes da aplicação, utilizando-os para a finalidade indicada e operando-o dentro dos limites, especificações e orientações dos fabricantes;

j) Utilizar equipamentos de Proteção Individual (EPI), adequados aos riscos e em perfeito estado de conservação e funcionamento [...] comparecer aos treinamentos, palestras e cursos que venham a ser ministrados pela COMPRADORA ou por entidades indicadas pela mesma, no que diz respeito ao correto armazenamento, manuseio e aplicação de agrotóxicos, bem como à obrigatoriedade de utilização de equipamentos de proteção individual adequados ao risco e em perfeito estado de conservação e a sua correta utilização;

No caso dos produtores não cumprirem essas obrigações à empresa se reserva o direito de:

2.5. Em caso de descumprimento das obrigações previstas na cláusula 2.4 acima, desde já o PRODUTOR declara estar ciente e concordar que a COMPRADORA informe às autoridades competentes sobre tal conduta, **arcando com todos os ônus decorrentes, bem como insentando a COMPRADORA de indenizar quaisquer prejuízos morais e materiais que o PRODUTOR possa a vir a experimentar** (grifo nosso). Adicionalmente, fica o PRODUTOR ciente que não será firmado um novo contrato para a safra do ano seguinte se verificado qualquer descumprimento das referidas obrigações. (Contrato de integração safra 2008/09)

Como percebemos os agricultores são os responsabilizados pelos danos que os agrotóxicos possam causar. Segundo o agricultor 8, os cursos oferecidos pela empresa são cursos básicos com duração de um dia e no último ano foi oferecido um curso. Esse curso tem

um caráter formal, pois, a empresa tem obrigação em fazer com que a maioria dos agricultores participem, recebendo um certificado. Alguns agricultores não participam, vão na parte da tarde somente ou no momento de receber o certificado. A maioria não segue as técnicas ensinadas no curso, pois, segundo os agricultores isso “atrasa o serviço”. O técnico não verifica se os agricultores estão utilizando o EPI, e seguindo as recomendações que devem ser tomadas na utilização dos agrotóxicos. O que ele acompanha e exige mais é utilizar a quantidade correta de agrotóxicos, e não a forma como ele está sendo aplicado.

Segundo o técnico da Souza Cruz os agricultores são muitos resistentes e “teimosos”, não usam o EPI e utilizam o trabalho dos jovens para aplicar os agrotóxicos porque ignoram os efeitos dos mesmos e a maioria não aceita as recomendações. Sendo assim, mesmo o técnico percebendo que a mão-de-obra e a forma como são realizadas as atividades não estão corretas, ele não toma nenhuma providência para não entrar em atrito com os agricultores, pois, isso pode fazer com os agricultores produzam menos ou entreguem a produção para outras empresas.

Como observamos nas cláusulas do contrato o agricultor precisa comprar uma série de equipamentos como, armários, EPIs, máquinas, e isso significa uma redução na renda dos agricultores, pois, no caso dos EPIs, que é o equipamento que a empresa vende aos agricultores, o preço é de mercado, não é oferecido um preço mais acessível aos produtores, isso faz com que eles não utilizem alguns equipamentos ou utilizem equipamentos sucateados.

Como já apontamos, um dos principais fatores da disputa territorial entre as duas produções é a demanda de mão-de-obra. No próximo capítulo, descreveremos as etapas das produções para realizarmos a análise da demanda de mão-de-obra.

5. A PRODUÇÃO, AS TERRITORIALIDADES E A SOBREPOSIÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Conforme já apontamos no capítulo anterior, um dos principais fatores da disputa territorial entre as duas produções é a demanda de mão-de-obra. A seguir descreveremos as etapas das produções analisando a demanda de força de trabalho. Iniciemos com as etapas da produção do fumo, conforme observamos empiricamente:

1º) Plantio das sementes: é realizado nos viveiros no sistema de *float*, o qual consiste em bandejas de isopor, nas quais os agricultores plantam as mudas ou sementes (fotografia 9). As bandejas são colocadas em uma piscina e ficam flutuando sobre uma lâmina de água que varia entre de 8 a 15 centímetros; a piscina é constituída de tijolos e lona plástica, conforme pode ser observado na foto. Depois de aproximadamente 10 a 15 dias as mudas nascem. Então, aguardam-se mais 10 dias e as sementes que não cresceram são replantadas, este trabalho é chamado pelos agricultores de “repicamento”.



FOTOGRAFIA 9. Agricultores plantando mudas nas bandejas de isopor.
Fonte: Trabalho de campo, 2009.

2º) Adubação e poda: Após o nascimento das mudas há o acompanhamento da sua evolução; a cada intervalo de 15 dias, são aplicados fertilizantes e, em caso de ataque de pragas ou doenças, são aplicados pesticidas, fungicidas e inseticidas no *float*. Quando as mudas apresentam dificuldades para evoluírem são utilizados tratamentos químicos que aceleram o seu crescimento. Após 40 a 50 dias, é realizada a primeira poda das folhas no próprio viveiro; a partir daí, a cada 15 dias (enquanto as mudas estiverem no viveiro), as folhas são podadas. Após 60 dias elas estão prontas para serem mudadas para a lavoura. O plantio pode ser retardado através da poda, podendo ficar até 90 dias no viveiro.

3º) Preparo do solo: paralelamente à evolução das mudas, é preparado o solo para o plantio, o qual é descompactado com trator, em seguida semeia-se o adubo orgânico e realiza-se uma gradagem também com trator. Quando faltam aproximadamente 10 a 15 dias para as mudas estarem prontas para o plantio, são abertos sulcos (com arado de tração animal, fotografia 10) em forma de fileiras. A seguir, é semeado adubo químico no sulco e, com o arado, faz-se outro ao lado para aterrar o adubo químico.



FOTOGRAFIA 10. Agricultor preparando o solo para o plantio.

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

4º) Transferência das mudas do *float* para a lavoura: após as mudas e o terreno ficarem prontos para o plantio, é preciso esperar que ocorra uma precipitação de no mínimo 15 mm. Depois da chuva, o plantio é realizado da seguinte forma: são feitos orifícios no solo, onde foi aterrado o adubo químico, de 5 a 10 cm de profundidade, dependendo do tamanho do caule da muda, em seguida as mudas são depositadas nesses orifícios e são cobertas com terra, ficando somente a parte superior da planta para fora.

5º) Fertilização: após 15 dias do plantio é realizada aplicação de uréia, depois de mais 15 dias, outra aplicação. Até a colheita são realizadas mais duas ou três aplicações dependendo da evolução da planta.

6º) Controle das ervas daninhas: primeiramente, é passando entre as fileiras uma capinadeira de tração animal e então os agricultores retiram o restante das ervas daninhas com as enxadas. Vale lembrar que alguns herbicidas já foram testados para a produção de fumo, porém, eles atrasaram o crescimento das plantas. Assim, a empresa parou de fornecer os herbicidas e o controle passou a ser somente manual. Esse controle é realizado de 1 a 3 vezes, por safra, dependendo da quantidade de ervas daninhas e da disponibilidade de mão-de-obra dos agricultores.

7º) Desbrotamento: depois de 60 dias, é preciso fazer o desbrotamento, que é a retirada do pendão/flor do pé de fumo. Nessa atividade, o agricultor vai à frente quebrando o pendão e outro, atrás, aplicando um agrotóxico que “cura” onde foi quebrado: a planta não crescerá mais verticalmente e as folhas crescerão no sentido horizontal, ganhando mais volume.

8º) Colheita do baixeiro: alguns agricultores, antes ou depois do desbrotamento, colhem o baixeiro¹¹; as folhas são recolhidas e costuradas manual ou mecanicamente e são curadas nas estufas. Porém, nas últimas 3 safras, a maioria dos agricultores deixaram de colher o baixeiro, porque se trata de um processo muito trabalhoso. Para eles é preferível plantar alguns milhares de pés a mais e perder o baixeiro.

9º) Colheita: depois de, aproximadamente, 45 dias do desbrotamento, o fumo apresenta uma cor amarelo-laranja (fotografia 11) e pintas enferrujadas nas folhas; então, ele está pronto para ser colhido.

¹¹ Baixeiro são as últimas folhas de baixo do tronco do pé de fumo que amadurecem e caem antes da colheita.



FOTOGRAFIA 11. Plantação de fumo em processo de amadurecimento.

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Nessa etapa do processo, os pés de fumo são cortados, preferencialmente em um dia ensolarado e deixados expostos ao sol entre 15 e 20 minutos (fotografia 12).



FOTOGRAFIA 12. Agricultores colhendo fumo na Linha Itaíba.

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Após as folhas murcharem, para que não quebrem durante o transporte, eles são carregados em veículo de tração mecânica ou animal e transportados até as estufas onde os caules são furados e colocados em espetos que ficam estaleirados.

10º) Pré-curagem: passados entre 5 e 8 dias nas estufas, o fumo está pré-curado, então, é transportado aos galpões para a secagem, conforme observamos na fotografia 13.



FOTOGRAFIA 13. Agricultores transportando fumo da estufa para o galpão na Linha Itaíba. Fonte: Trabalho de campo, 2009.

11º) Destalamento, classificação e preparo das manocas¹²: após 30 dias no galpão, ou quando os talos das folhas estiverem quebradiços, é realizado o destalamento e a pré-classificação, conforme as orientações dos técnicos da empresa. Nas últimas safras, a classificação foi dividida em 3 classes: as folhas de baixo do caule do pé de fumo, as do meio e as das pontas, depois de destaladas as folhas são preparadas as manocas.

12º) Enfardamento e entrega dos fardos: depois que as manocas estão prontas e separadas por classes, elas são colocadas em uma caixa de prensagem (fotografia 14), formando várias camadas que vão sendo compactadas até atingirem um peso entre 50 e 60 kg e entre 1 metro de comprimento e 0,5 de largura. Para finalizar, são amarrados barbantes em torno do fardo. Quando o agricultor produz a quantidade que ele deseja entregar, ele comunica à transportadora para que ela transporte o fumo até um entreposto de recebimento.

¹² São maços de aproximadamente 3 cm de diâmetro, feitos com folhas de fumo.

O fumo da Linha Itaíba é transportado para Rio Negro/PR ou para Santa Cruz do Sul/RS. A produção vai sendo entregue conforme o fumicultor vai confeccionando os fardos, pois é um processo lento e trabalhoso¹³. Entretanto, o tempo do transporte não depende do produtor, este apenas comunica à empresa e esta define o momento do carregamento, conforme orientações dos técnicos da empresa.



FOTOGRAFIA 14. Agricultor enfardando fumo na Linha Itaíba.

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

São essas as etapas seguidas pela maioria dos produtores. Poderá haver variação nas técnicas utilizadas e nos períodos entre uma e outra, dependendo da força da mão-de-obra, das condições climáticas e do crescimento das plantas.

¹³ Segundo um dos produtores da Linha Itaíba, em média, com a utilização da mão-de-obra de quatro pessoas, preparam-se dois fardos e meio de fumo de boa qualidade, ou seja, 137 quilos em 8 horas de trabalho; fardo pesa entre 3 e 4 arrobas.

Para que o agricultor possa realizar tais etapas, ele precisa de uma infra-estrutura mínima composta de:

- 2 estufas (GB1), galpão baixo de 1 andar, as quais são usadas como viveiro no momento do plantio e para o pré-murchamento na colheita.
- Tijolos ou madeira para a construção de *floats*.
- 1 galpão (GB2) galpão baixo de 2 andares, para a secagem final.
- Espetos de madeira para o estaleiramento dos pés de fumo.
- Arado de tração animal para o preparo do solo, além de veículo para o transporte dos insumos e da produção.
- Máquina para costurar o baixeiro.
- Caixa de enfardamento.

A produção do leite, por sua vez, é realizada em número menor de etapas, variando dependendo do tipo de alimentação utilizada. Geralmente a ordenha é realizada entre 6 e 8 horas da manhã e entre 17 e 20 horas da noite (fotografia 15); os horários variam dependendo da estação do ano.



FOTOGRAFIA 15: Agricultora durante o trabalho de ordenha, Linha Itaíba.

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

O tempo de ordenha também varia dependendo da quantidade de animais, da produtividade de cada um, do tamanho da ordenhadeira e do tipo de alimentação utilizada. Geralmente, durante o dia, os animais ficam pastando (fotografias 16 e 17).



FOTOGRAFIA 16. Plantel de vacas na Linha Itaíba.

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Em campo, percebemos que os agricultores não optam apenas por uma raça de vacas, podemos ver vacas Jersey e Holandesa, isso porque, uma parte, os rebanhos são criados nos estabelecimentos. Mesmo quando o produtor compra algum animal, na maioria dos casos, o aspecto priorizado é o preço das vacas e a forma de pagamento e não a sua raça. Na Linha Itaíba, somente um agricultor possui vacas somente de uma raça, no caso, Jersey; segundo esse agricultor, ele optou por essa raça de vacas porque elas comem menos e não se desgastam tanto com o calor.

No momento da ordenha, os agricultores que utilizam suplementos alimentares, alimentam o gado com a ração e os que utilizam somente pastagem tratam-no com pasto cortado ou com silagem - a ordenha mecanizada diminui significativamente o tempo de ordenha - depois das vacas serem ordenhadas, é realizada a limpeza da estrebaria ou da sala de ordenha; o leite é depositado em tarros, que são colocados dentro de refrigeradores, ou a granel dentro de tanques de expansão e, a cada dois dias, o transportador - o da Latco é

terceirizado, a CLAF é proprietária dos tanques mas os caminhões são terceirizados - passa para fazer a coleta.



FOTOGRAFIA 17. Plantel de vacas na Linha Itaíba.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

A cada 3 ou 5 meses, dependendo do ciclo da pastagem utilizado, é realizado o seu plantio; esse tipo de atividade não demanda muito trabalho, pois é realizado na forma de semeadura. As atividades da produção do leite, apesar de não serem muito pesadas e exaustivas, são regulares; os trabalhos têm horários para serem cumpridos, indiferentemente do dia ou das condições climáticas. Assim, trabalha-se nesta atividade de segunda-feira a domingo.

Nesse processo, é preciso destacar a atuação das mulheres nas atividades realizadas nos estabelecimentos. Na maioria dos estabelecimentos, algumas atividades são exclusivas das mulheres como, por exemplo, o preparo das refeições, a limpeza e organização da casa, os cuidados com a horta, lavar roupa, cuidar da higiene dos filhos mais novos, tirar o leite (nos estabelecimentos onde a produção do leite não é muito grande) e, ainda, ajudar nos trabalhos da lavoura. Durante os ciclos em que não há tanto trabalho, ainda existe uma divisão sexual relativa ao trabalho, entretanto, nos períodos em que o trabalho é intenso (nos períodos de plantio, capina, e colheita do fumo), abandona-se essa divisão. Nas famílias em

que o número de filhas é maior, ocorre um revezamento nas atividades, por exemplo, um dia fica a mãe trabalhando em casa no período da manhã; no outro dia, fica uma filha. Nas famílias onde há mais filhos homens, é possível deixar uma filha ou a mãe, pelo menos um período, em casa. Ficar em casa, todavia, não é sinônimo de menos trabalho, conforme podemos observar no depoimento:

A única vantagem de ficar em casa é que pega menos sol na cabeça [...] tem bastante serviço, quando eu fico, eu levanto de manhã preparo o café pros piá e pro marido e vo tira leite. Na volta, já começo a arruma as cama, vare a casa, passa pano [...] daí eu já começo adianta o almoço e vo lava umas roupa [...] quando dá uma folga, eu vo na horta da uma arrumada [...] é assim mesmo, quando eu consigo faze o serviço da casa ligeiro tem outros que tão atrasado [...] arruma a horta, corta a grama, muda umas flor, carpi em roda da casa [...] quando eles chegam da roça a comida já tá na mesa, daí a gente almoça, às vezes, um antes, outro depois [...] enquanto eles descansam eu já vo tirando a mesa e dando uma limpada, quando tem que colher o fumo, eu já saio junto com eles para roça [...] carpi é um serviço que eu, as meninas, o marido, qualquer um faz [...] agora, quando tem que passa veneno, é só os home que passam, eu já vi mulher que bota a máquina nas costa e passa, porque o serviço apuro, mas eu não faço [...] as vês, tem serviço que é ruim pra mulher como coloca os espeto do fumo nas estufa, a gente tenta não faze, mas algum dia tá faltando gente e daí tu se obriga a faze o serviço. (Entrevistada 6, novembro, 2009)

Perguntada o que ela pensa a respeito das pessoas que vão á a roça terem um tempo para descansar e ela não, durante o meio dia, ela respondeu:

As vez eu também descanso um pouco, mas sempre foi assim. Quem vai na roça pensa que trabalha mais, uns pensam até que trabalha em casa não é serviço. Aqui em casa, eles não dizem isso, eles reconhecem que é serviço, que eu canso para faze, mas é difícil eles se oferecerem pra ajuda, eles chegam, de meio dia ou de noite, comem e vão assisti televisão, ouvi música, tira um cochilo. (Entrevistada 6, novembro de 2009)

No caso dessa família, a produção do leite é somente para o consumo. A seguir vejamos o relato de uma mulher, cuja família produz fumo e leite:

Eu levanto junto com o marido, arrumo o filho pra i pra escola, e já vamo pra estrebaria, tiramo o leite, e colocamo no resfriador pro caminhão pega, soltamo as vaca e daí voltamo pra casa pra toma café. Na época que não tem muito serviço no fumo, é mais tranqüilo, dá tempo de toma café, tipo quando tem que carpi o fumo, não precisa apura muito [...] quando é pra colhê e enfardá, daí é corrido, eu nem tomo café, vo comendo alguma coisa de pé mesmo e já vo adiantando o almoço. Quando nós colhemo fumo, de manhã, eu volto um pouco antes pra cuida do fogo, termina o almoço, e, depois, quando ele vem a gente almoça, daí chega o piá da escola, eu almoço e já vo

arrumando a casa [...] à tarde colhemo mais fumo; [...] pertinho da noite, eu volto um pouco antes pra i tirando o leite e depois ele vem; [...] as vezes, o marido se atrasa no serviço e nem vem me ajuda, daí eu tiro o leite sozinha, e entramos em casa os dois, quando já tá escuro.(Entrevistada 7, novembro de 2009)

Segundo PAULILO: “A carência de estudos sobre a mulher no campo explica o relativo descaso com que essa realidade tem sido tratada no meio rural, apesar de estar ali amplamente disseminada” (1987, p.04).

A importância e o desgaste provocados pelos trabalhos realizados pelas mulheres são dissimulados porque, apesar de ser uma rotina contínua, as atividades são consideradas leves. “Trabalho leve’ e ‘pesado’ são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas”. (PAULILO, 1987, p.04)

Na produção do fumo as conseqüências do trabalho são camufladas através da atribuição de que é uma atividade composta de trabalhos leves. E não são somente as conseqüências às mulheres que são dissimuladas, mas também os problemas causados às crianças. Conforme podemos perceber no depoimento do entrevistado 8, quando perguntado se as crianças trabalham, respondeu:

As crianças trabalham, né, [...] mas não é um serviço pesado, elas ajudam quebra broto, que não precisa fazer força, carpi, quanto nós tirava baixeiro eles ajudavam também, repica nos canteiro, é tudo trabalho fácil” (Novembro de 2009).

Analisemos os trabalhos que as crianças fazem descritos pelo agricultor: após quebrar o broto, conforme já descrevemos, é preciso aplicar uma substância agrotóxica que, segundo os próprios agricultores, possui um odor muito forte: sendo assim, as crianças que estão quebrando o broto do fumo inalam o agrotóxico aplicado, devido à proximidade com quem está aplicando; em relação a tirar o baixeiro, apesar de não exigir muita força, é preciso ficar abaixado para poder quebrar as folhas mais baixas do pé de fumo, deixando a pessoa em posição inadequada; o repicamento, que é como os agricultores chamam a replanta das mudas, apesar de exigir o mínimo de esforço físico, põe o trabalhador em contato com os fertilizantes e agrotóxicos que são utilizados no *float* para o germinamento das plantas.

Além desses trabalhos, citados pelo agricultor, outra atividade considerada de fácil realização para as crianças, mulheres e até para os idosos, é a classificação do fumo, ficando os trabalhadores de dois a três meses, numa jornada média de 12 horas de trabalho por dia, sentados embaixo dos galpões, classificando o fumo e inalando o odor que o mesmo libera;

depois de algum tempo, as pessoas nem percebem mais esse odor. Quando se faz necessário contratar empregados temporários para trabalhar na classificação das folhas, é paga uma diária menor, ou ainda, quando há troca de dias, o trabalho na classificação é desvalorizado, devendo a pessoa que “devolver” os dias de trabalho na classificação pagar algumas horas a mais do que as recebidas em outras atividades.

Além disso, até mesmo o simples ato de andar no meio de uma plantação de fumo já pode causar problemas à saúde, principalmente quando as folhas estão úmidas, pois o fumo libera nicotina que, ao entrar em contato com a pele, é absorvida e pode causar como efeito imediato tontura e vomito. A folha também libera uma substância pegajosa, difícil de ser limpada da pele.

Um dos motivos para continuar produzindo fumo, apesar de todas as implicações, é a noção que os agricultores possuem de que se trata de um trabalho leve, em que há pouca necessidade de contratação de mão-de-obra, já que se pode utilizar o trabalho infantil e das mulheres em praticamente todas as etapas do trabalho.

Sob a hegemonia do fumo, principalmente durante os meses de colheita, tudo mais passa a segundo plano: casa, escola, culturas de subsistência, lazer e até o sono. Como está incumbido do trabalho ‘pesado’, o homem deixa de se ocupar de outras atividades. Mas a mulher que faz trabalho ‘leve’, continua a cuidar da casa e dos filhos. A cultura do fumo, como dizem os plantadores [...] é ‘cheia de servicinhos’. (PAULILO, 1987, p.07)

O trabalho infantil, assim como as atividades degradantes, são comuns na atividade fumageira, apesar de haver uma cláusula, no contrato entre o agricultor e a empresa, que coíbe essa espécie de trabalho, na qual consta o seguinte:

2.3. O PRODUTOR obriga-se, em todas as fases da cultura do tabaco em folha, a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como nas normas previstas na Lei nº 8.069, de 13/07/90 (Estatuto da Criança e Adolescente – ECA), e de toda a legislação referente à não-utilização da mão-de-obra de crianças e adolescentes. O PRODUTOR obriga-se a cumprir integralmente a legislação trabalhista, especialmente no tocante à não adoção de condições degradantes de trabalho associados a práticas que caracterizem condições análogas à escravidão, crime tipificado no art. 149 do Decreto-Lei 2.848/40 (Código Penal). (Contrato de integração, safra 2008/09)

Assim como outro item da cláusula 2.4 diz o seguinte:

2.4. O PRODUTOR obriga-se, ainda, a:

l) fornecer cópia do atestado de matrícula frequência escolar das crianças e adolescentes residentes na propriedade rural onde será executado o presente contrato, que deverão atingir, no mínimo, 70% (setenta por cento) de frequência a cada ano letivo, incluindo o turno regular e o contra-turno, quando houver disponibilidade. Fica a COMPRADORA, por intermédio de seus prepostos, autorizada a obter tais documentos diretamente das unidades de ensino em que se encontrem matriculadas tais crianças e adolescentes. (Contrato de integração, safra 2008/09)

A Souza Cruz repassa essas normas aos agricultores, porém, indiretamente obriga os mesmos a se submeterem a trabalhos degradantes e a utilizarem a mão-de-obra infantil e de idosos, já que os fumicultores possuem estimativas de produção a alcançar, prazo de entrega da produção para cumprir, padrões de qualidade a alcançar (através da classificação das folhas). Além disso, o preço pago pelo quilo de fumo não permite que os fumicultores contratem empregados, pois isso significaria uma redução na renda.

Assim, como já anotamos, os técnicos fazem “vista grossa” em relação ao desrespeito dessa cláusula; segundo alguns produtores, algumas vezes, o técnico foi ao estabelecimento, observou as crianças trabalhando e não falou nada. Ainda, segundo os agricultores, não há conhecimento de que a empresa acompanhe a frequência escolar das crianças.

Percebemos que, nos estabelecimentos que produzem somente o leite para a comercialização, as atividades possuem horários mais regulares e, por isso, as mulheres têm um pouco mais de tempo para as atividades domésticas. Isso porque onde o leite é uma das principais atividades econômicas, os homens envolvem-se mais com os trabalhos da ordenha e do preparo da alimentação para os animais; onde o leite é somente para o consumo, essa atividade é entendida como um “serviço para mulher”. Nesse sentido, existe um preconceito de alguns produtores de fumo em relação aos produtores de leite, pois, conforme já falamos, para o agricultor familiar, o trabalho é algo inerente a sua vida, trabalhar é algo ético, um bom costume, e alguns produtores de fumo entendem que o trabalho dos produtores de leite é leve, e que têm que cumprir horários como um empregado: alguns chamam os produtores de leite de “passeadores de vaca”. Isso se deve pelo fato de os produtores de fumo serem mais subordinados e terem uma jornada de trabalho mais intensa que os produtores de leite, então eles tentam compensar essa dependência da Souza Cruz atribuindo aspectos negativos aos produtores de leite.

Conforme podemos observar através das descrições das atividades das duas produções, a produção do fumo demanda maior quantidade de mão-de-obra, já as atividades da produção do leite são mais regulares e exigem menos pessoas trabalhando. É difícil estabelecer uma média diária ou mensal de horas demandadas para a produção do

leite, devido ao fato de que as condições de produção variam muito de um produtor para outro, por exemplo, alguns possuem ordenhas mecânicas com certa capacidade, outros possuem ordenhas com uma capacidade maior; alguns produtores alimentam os animais com produtos industriais, outros precisam diariamente colher o pasto; são diferenças que interferem na quantidade necessária de mão-de-obra.

Já para o fumo, por se tratar de uma produção mais padronizada em relação às atividades e aos meios para a produção, é possível realizar uma aproximação da média de horas utilizadas para o trabalho. Estabelecemos um comparativo entre a produção de fumo e do milho¹⁴; tomamos como exemplo uma área de 14,4 hectares, onde 7,2 ha são cultivados fumo e 7,2 ha milho; na área com milho, serão necessárias, do plantio à colheita, no máximo, 100 horas de trabalho mecanizado¹⁵, enquanto na área do fumo, para se produzir 7,2 hectares, onde seria possível plantar cerca de 120 mil pés, é preciso, no mínimo, 3 mil horas de trabalho¹⁶. A aproximada média do fumo conseguida nesta área, na safra 2008/09, é de 1.000%¹⁷ a mais do que a renda obtida com a produção do milho, essa renda maior é conseguida através da intensa jornada de trabalho e em virtude dos preços pagos pelo fumo. Essa diferença na renda é que faz com que os agricultores entendam que o fumo é uma alternativa.

Na produção do fumo, as relações de poder da empresa são exercidas de forma direta através da assistência técnica, já que o trabalho do agricultor passa a ser parcialmente assistido para que o produtor cumpra as etapas e utilize a infra-estrutura de forma como a empresa deseja. Durante os primeiros anos que o fumicultor está integrado à empresa, ele é

¹⁴ Escolhemos realizar a comparação da quantidade de horas necessárias para produzir o fumo com o milho porque o milho também é uma das principais produções da Linha Itaíba ocupando uma quantidade de área significativa e por se tratar de uma produção mecanizada.

¹⁵ Esse cálculo foi realizado baseado nas informações de um agricultor entrevistado. No caso desse agricultor, a produção do milho é toda mecanizada e os trabalhos com as máquinas são terceirizados. Para chegarmos a um total de 50 horas para a produção em 7,2 hectares, o que corresponde a 6,7 horas por hectare, foram somadas as horas de trabalho necessárias para: dessecagem das ervas-daninhas; plantio direto; uma aplicação de herbicida e inseticida (em conjunto); uma aplicação de fertilizante; colheita.

¹⁶ Para o cálculo das horas de trabalho no fumo, utilizamos dados do mesmo agricultor entrevistado que nos forneceu os dados sobre a produção do milho. Calculamos a média de horas trabalhadas diariamente por cada indivíduo da família na produção de fumo, (sendo que 4 pessoas trabalharam na produção do fumo na última safra) somamos essa quantidade de horas e multiplicamos pelos dias trabalhados durante o ano, descontando os dias que ficam nas entre-safras, feriados (alguns que os agricultores não trabalham, principalmente dias considerados santos) e finais de semana (sábado a tarde e domingo).

¹⁷ Calculamos a renda através da soma dos valores obtidos com a venda das produções descontando as despesas com herbicidas, fungicidas, inseticidas, sementes, fertilizantes, adubos químicos e horas de máquinas. No caso do fumo, os agricultores recebem as notas com os valores gastos com insumos especificados e da quantidade obtida com a venda da produção. No caso do milho, o agricultor tem que fazer essa contabilidade, já que, em muitos casos, ele compra os insumos de uma empresa e vende a produção para outra. No caso do fumo, não descontamos a mão-de-obra da família, somente o trabalho temporário contratado, por isso são cálculos aproximados.

assistido regularmente; depois de ter assimilado as técnicas para a produção, ele recebe assistência quando a solicita ou, esporadicamente, quando o técnico precisa fazer o pedido dos insumos, solicitar que o produtor entregue a produção ou atualizar informações a respeito da produção. Os técnicos também acompanham mais diretamente os fumicultores que não estão atingindo as metas e os que burlam as cláusulas contratuais. Casualmente algum técnico supervisor, conhecido pelos produtores como “capa preta”, visita de 2 a 5 produtores. A escolha destes, segundo o técnico, é feita de forma aleatória.

O técnico tenta fazer com que os agricultores cumpram as cláusulas contratuais. Analisemos algumas das principais cláusulas do contrato que atrela o fumicultor à empresa:

2.2. O PRODUTOR deverá cultivar a plantação de fumo:

a) Seguindo a orientação técnica da COMPRADORA, utilizando as sementes e demais insumos agrícolas básicos indicados pela COMPRADORA e disponibilizados pela COMPRADORA para aquisição, mediante entrega do receituário agrônomico firmado por profissional habilitado; b) Somente com os fertilizantes e defensivos agrícolas recomendados pela COMPRADORA, de acordo com as especificações técnicas contidas no receituário agrônomico. (Contrato de integração, safra 2008/09)

Essa cláusula é a que oficializa o movimento de circulação (o qual já descrevemos anteriormente) dos insumos químicos da indústria para a agricultura.

E ainda a cláusula 2.6, a empresa reserva-se o direito de não comprar o fumo do produtor caso sejam constatadas qualquer das seguintes hipóteses:

a) A utilização de insumos, defensivos ou qualquer outro produto não recomendado durante a produção; b) A presença de níveis de resíduo no fumo acima dos tolerados, mesmo que o produto aplicado seja o recomendado; c) O descumprimento, pelo PRODUTOR, de qualquer de suas obrigações contratuais, bastando para tanto mera atuação administrativa pelas autoridades competentes. (Contrato de integração, safra 2008/09)

A seguir analisamos as cláusulas que dizem respeito a estimativa da produção e a comercialização do fumo em folha:

3.1. A produção do fumo, objeto do presente contrato, resultante da área plantada e da estimativa de produção acordada entre as partes, deverá ser integralmente adquirida pela COMPRADORA junto ao PRODUTOR, podendo variar até no máximo 5% (cinco por cento) para mais ou para menos e será entregue pelo PRODUTOR para classificação e aquisição no estabelecimento da COMPRADORA que for por esta definida, nas cidades de Blumenau/SC, Sombrio/SC, Rio Negro/PR ou Santa Cruz do Sul/RS. (Contrato de integração, safra 2008/09)

A seguir, no contrato, são definidos o tipo do fumo, variedade da semente, quantidade de área do plantio, estimativa de quilos que o fumicultor deve produzir e número de pés a serem plantados.

Seguimos descrevendo as obrigações do agricultor no processo de comercialização:

3.3. São obrigações do PRODUTOR relativamente à comercialização do fumo: a) Comercializar a totalidade de sua produção de fumo para COMPRADORA e/ou sociedade controlada, coligada ou sob controle comum, nos limites da estimativa contratual acordada pelas partes na forma da cláusula 3.1.1. deste instrumento, devendo o PRODUTOR obrigatoriamente respeitar a proporcionalidade de volume por posição da planta (x,c,b,t), bem como a entrega do fumo conforme a seqüência de colheita definida pela COMPRADORA; b) Fornecer o fumo em folha manocado, enfardado e isento de matérias estranhas (“fumo limpo”), observados os teores de umidade conforme a Instrução Normativa nº10 de 13 de Abril de 2007 e seus anexos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (Contrato de integração, safra 2008/09)

Entre os itens que seguem, resumidamente, há mais três pontos a destacar nessa cláusula: uma prevê que a empresa se reserva o direito de não adquirir o fumo que apresentar materiais estranhos como plásticos, papel, terra, areia etc; a segunda diz que é de responsabilidade do agricultor o pagamento do frete para retirar o fumo que foi recusado pela COMPRADORA com justificativa; na terceira consta o seguinte:

Entregar a produção de fumo, objeto do presente contrato, respeitando o cronograma de entrega negociado durante a safra, nas instalações da COMPRADORA, onde pessoalmente poderá acompanhar a pesagem e classificação do fumo, nos termos da já citada Instrução Normativa nº 10 de 13 de Abril de 2007.

Apesar de constar, no contrato, que o fumicultor pode acompanhar a classificação, não se torna viável ele ir até a empresa para acompanhar, principalmente os agricultores da Linha Itaíba, já que a localidade fica distante dos pontos onde é entregue o fumo. Segundo os agricultores, há cerca de 3 a 4 anos, a empresa responsável pelo transporte agendava a ida de um agricultor por vez para conhecer o processo de classificação, mas ele não poderia interferir e, além disso, só um agricultor poderia ir a cada carga; isso era muito pouco se comparado à quantidade de agricultores integrados. A Souza Cruz também não se responsabiliza por danos que possam ocorrer ao fumo durante o transporte como, por exemplo, umidade e perda de fardos.

Essas cláusulas são as responsáveis pelo segundo movimento de circulação, ou seja, circulação da matéria - prima da agricultura para as indústrias; nesse processo, a empresa

rebaixa o valor do produto do agricultor através de alguns mecanismos que analisaremos a seguir, os quais constam na cláusula que trata do preço do fumo:

4.1.O preço de compra do fumo será aquele acordado entre as partes nas instalações da COMPRADORA, conforme a classificação do produto, observados os valores mínimos acordados entre as representações oficiais dos produtores (FETAG, FETAESC, FARSUL, FAESC, FETAEP, FAEP e AFUBRA) e a COMPRADORA, e, na sua falta, os preços mínimos da tabela divulgada pela COMPRADORA.

4.1.1. Não havendo consenso entre o PRODUTOR e a COMPRADORA no que se refere à classificação do fumo produzido pelo primeiro, as partes poderão consultar o técnico da empresa especializada para dirimir eventuais dúvidas e prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários. Caso, ainda assim, as partes não cheguem a um acordo no que se refere à classificação do fumo, o PRODUTOR poderá exercer a faculdade de não vender a sua produção de fumo para a COMPRADORA. (Contrato de integração, safra 2008/09)

Em contraponto a essa cláusula, a empresa já possui outras duas que garantem seu poder na relação com o produtor, as quais descrevemos a seguir:

4.2. Na hipótese de o PRODUTOR exercer a faculdade prevista na cláusula 4.1.1 supra, este deverá pagar à COMPRADORA, os valores por ela garantidos conforme contrato, bem como deverá restituir à COMPRADORA, à vista, todo e qualquer valor que por ela tenha sido adiantado ao PRODUTOR para financiar a sua produção, incidindo, a atualização, tal qual previsto na cláusula 6.4 infra.

5.1. A COMPRADORA e o PRODUTOR obrigam-se a praticar os preços e condições resultantes da negociação do preço do fumo entre representações oficiais dos produtores e a COMPRADORA e, **na sua falta, os preços da tabela sugerida pela COMPRADORA** (grifo nosso), nos termos e condições do presente contrato. (Contrato de integração, safra 2008/09)

As cláusulas 4.1 e 4.1.1 normalmente não são cumpridas, já que os agricultores não recebem esclarecimentos da empresa, justificando o preço pago pelo quilo de fumo que corresponde a cada classe de folhas classificada e não possuem conhecimento em relação à forma de atuação das entidades que deveriam representá-los. A maioria dos entrevistados não sabia da existência dessas cláusulas. Entre os entrevistados, apenas 2 responderam que leram integralmente o contrato, sendo que um leu depois de já ter assinado. Perguntado por que não leu o contrato, o agricultor 17, respondeu:

“[...] não adianta, ele já vem pronto, não dá pra muda nada, tem que aceita [...] o técnico pede pra reuni quem vai trabalha no fumo e lê umas parte mais importante [...] ele fala mais das partes que a gente tem que cumpri [...]”. (Agricultor17, novembro 2009).

Essa falta de interesse ocorre devido à situação de impotência diante da situação.

Conforme percebemos, no momento de assinar o contrato, o técnico dá mais ênfase para as cláusulas que dizem respeito às obrigações dos agricultores, apresentando-as a todos da família que trabalharam no fumo, para que todos estejam comprometidos com as atividades. O contrato atrela o fumicultor a uma série de obrigações de interesse da empresa e as poucas cláusulas que poderiam possibilitar ao agricultor maior poder na relação com a empresa, não são de conhecimento dos produtores, devido a não leitura do contrato e porque essas cláusulas são camufladas pelo técnico, o qual ludibria o agricultor no momento da assinatura do contrato.

É importante lembrar que, nas regiões com mais tradição na produção fumageira, como a de Santa Cruz do Sul/RS, por exemplo, há maior organização dos produtores; em algumas safras eles recusaram-se a entregar a produção devido ao baixo preço do fumo. Na região Sudoeste paranaense, já foram feitas algumas tentativas de organizações, como a criação de um sindicato do fumo para negociar os valores do produto não somente com a empresa com a qual o agricultor é integrado, porém não conseguiram grandes resultados, pois os agricultores precisam da renda do fumo para honrar seus compromissos e não podem esperar muito para comercializar a produção.

Dentre os itens do contrato, a classificação das folhas pode ser considerada o principal fator de subordinação direta dos produtores, pois, para manter o produtor integrado, a empresa realiza anualmente reajustes no valor do quilo que corresponde a cada classe determinada, porém, ela aumenta o valor do quilo, mas deprecia a qualidade da folha no momento da classificação diminuindo, normalmente, a quantidade do fumo na classe B1, que é a mais valorizada. Assim, a qualidade do fumo vem baixando, a cada safra, quando o normal seria o aumento devido à experiência que os produtores vão adquirindo na produção e às novas técnicas empregadas.

Analisando os quadros 3 e 4 nos quais apresentamos os valores das classes do fumo Burley e Comum percebemos que a empresa aumentou o preço de todas as classes entre a safra 2008 e 2009.

Burley	Safra 2007/08	Safra 2008/09
Classe	R\$ Kg	R\$ Kg
T1	5,18	5,97
T1L	4,66	5,38
T2	4,53	5,22
T2L	3,59	4,14
T3	3,23	3,73
T3L	2,84	3,28
TK	2,07	2,39
B1	5,38	6,20
B1L	4,84	5,58
B2	4,59	5,29
B2L	4,03	4,65
B3	3,64	4,20
B3L	3,02	3,49
BK	2,61	3,02
C1	5,24	6,05
C1L	4,80	5,54
C2	4,58	5,28
C2L	4,03	4,65
C3	3,55	4,10
C3L	2,92	3,37
CK	2,61	3,02
X1	4,84	5,58
X1L	4,63	5,35
X2	4,13	4,76
X2L	3,85	4,45
X3	3,23	3,73
X3L	2,92	3,37
XK	2,33	2,69
N	0,95	1,09
G	0,40	0,46

QUADRO 3. Preços pagos pelo fumo Burley na Linha Itaíba.
Fonte: Souza Cruz.

Comum	2007/08	2008/09
Classe	R\$/KG	R\$/KG
T2	2,43	2,80
T2L	2,39	2,76
TK	1,70	1,96
B2	3,03	3,50
B2L	2,99	3,46
B3	2,44	2,86
B3L	2,36	2,72
BK	2,03	2,34
C2	3,44	3,97
C2L	3,34	3,98
C3	2,89	3,33
C3L	2,72	3,14
CK	2,23	2,57
X2	2,722	3,14
X2L	2,61	3,02
XK	1,87	2,16
N	0,98	1,13
G	0,66	0,77

QUADRO 4. Preços pagos pelo fumo Comum na Linha Itaíba.
Fonte: Souza Cruz.

Em relação aos financiamentos para a compra dos insumos destinados à produção, a empresa faz a intermediação entre o fumicultor e a agência bancária. Como preveem as cláusulas seguintes:

6.2. A COMPRADORA poderá buscar, junto a instituições financeiras, a liberação de linhas de crédito rural em favor do PRODUTOR, atuando no sentido de propiciar, a esse, as melhores condições que puderem ser obtidas à época, na qualidade de sua **garantidora** (grifo nosso). Esta busca de financiamento não caracteriza uma obrigação da COMPRADORA, uma vez que esta, por não integrar o sistema financeiro nacional, não tem condições de se comprometer com a concessão de crédito.

6.3 O acesso do PRODUTOR ao crédito rural, tendo por garantidora a COMPRADORA, é faculdade do PRODUTOR, sendo este livre para obtê-los, por conta própria e junto às instituições financeiras de sua escolha, não havendo qualquer obrigação de sua parte em recorrer às instituições

financeiras sugeridas pela COMPRADORA. (Contrato de integração, safra 2008/09)

Essas duas cláusulas também são desconhecidas pelos agricultores, pois, não souberam definir qual a função da empresa para a liberação do financiamento para a compra de insumos. Todos os agricultores da Linha Itaíba recebem o financiamento do Banco do Brasil para a produção do fumo, através da intermediação da Souza Cruz. Em relação ao pagamento da safra, os que possuem conta corrente na CRESOL recebem o pagamento da safra nessa cooperativa.

Das cláusulas que seguem: a empresa cobrará dos agricultores os valores garantidos por ela na agência de crédito. Podendo a COMPRADORA incluir o agricultor em cadastros de restrições de crédito (SERRASA, SPC). Sobre os insumos fornecidos pela empresa, além daqueles comprados com o financiamento assim como qualquer adiantamento por parte da empresa, serão acrescidos juros de 0,5%. Todos os valores adiantados pela COMPRADORA ou garantidos em agências de crédito serão quitados mediante compensação no momento da aquisição do fumo nas instalações da COMPRADORA. Este último item está bem afirmado na cláusula seguinte:

6.6. Fica a COMPRADORA autorizada, de forma irrevogável e irretroatável, a reter do preço do fumo devido ao PRODUTOR, o valor da dívida deste perante Instituição Financeira na qual a COMPRADORA venha a ser garantidora do PRODUTOR, visando à quitação da referida dívida em nome deste. (Contrato de integração, safra 2008/09)

O fumicultor tem a opção de pagar os insumos de forma antecipada, assim, conseguindo um desconto de 12%, porém, nesse caso o pagamento deve ser realizado no máximo 15 dias após a emissão das notas fiscais dos insumos, ou seja, cerca de 10 meses antes da comercialização da safra. Essa “possibilidade” não é utilizada por nenhum produtor, pois ele não possui condições econômicas de investir a renda da safra passada na próxima, pois a renda já está comprometida com os gastos de manutenção da propriedade e despesas básicas da família.

Por fim, as últimas cláusulas dizem que, se o produtor não cumprir a alínea “a” da cláusula 3.2 e a alínea “a” da cláusula 3.3 (são os itens em que constam a obrigatoriedade do agricultor em comercializar a produção somente com a empresa integradora) o agricultor deverá pagar multa não compensatória (não em forma de fumo) de 10% do valor apurado de acordo com a estimativa contratual e a infração das demais cláusulas; o pagamento de 5% do

valor apurado da mesma forma acima disposta na presente cláusula. A empresa reserva-se o direito de atualizar o contrato devido a fatores técnicos.

E a última cláusula:

8.1. O presente contrato obriga as partes, seus herdeiros e/ou sucessores, elegendo o foro de domicílio do PRODUTOR para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas do presente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. (Contrato de integração, safra 2008/09)

O contrato atrela os produtores a uma série de obrigações, sem possibilidade de negociação e participação dos agricultores na elaboração do contrato. Ele tem como objetivo garantir que a empresa receba a estimativa de produção de que ela necessita.

A seguir, aprofundamos mais a análise dos gastos e da renda obtida pelos produtores com a produção no fumo o quadro 5, mostramos as despesas de custeio da produção.

Insumos	R\$
Semente	60,00
Adubo químico	420,00
Uréia	250,00
Substrato	60,00
Pesticida	80,00
Inseticida	30,00
Fertilizantes (<i>float</i>)	55,00
Outros produtos químicos	110,00
Seguro contra granizo	400,00
Despesa com trator (terceirizado)	250,00
Óleo (diesel)	40,00
Total	1.755,00

QUADRO 5. Despesas com custeio de 20 mil pés de fumo safra 2007/08 (área 1 ha).
Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Os gastos apresentados do quadro 5 são do produtor 15, o qual não produz leite, na safra 2007/08. Ele plantou 6 hectares de fumo, ou seja, 120 mil pés, porém, no contrato com a Souza Cruz, a previsão de plantio era de 80 mil pés e uma estimativa de produção de 8.000 mil quilos. Ele entregou para a Souza Cruz 8.450,00 quilos de fumo e obteve uma média por quilo de R\$ 5,45; somando uma renda bruta de R\$ 46.000,00. Seu custo de produção, incluindo também uma prestação do galpão e de lonas plásticas para a estufa (R\$ 3.000,00) foi de 13.530,00. Amortizando as despesas ele obteve uma renda aproximada de R\$ 32.522,50. Como percebemos ele entregou para a empresa 450 quilos de fumo além da estimativa prevista no contrato além da quantidade prevista, ele produziu mais 2.116 quilos,

que foram comercializados com os atravessadores. Segundo o agricultor, a Souza Cruz tentou comprar essa quantidade a mais, já que ela estava precisando de mais fumo, porém o preço pago pelos atravessadores foi maior, pagaram R\$ 6,00 o quilo sem desconto de umidade. A renda bruta da venda para os atravessadores foi de R\$ 13.000,00. Segundo o agricultor, ele gastou R\$ 3.000,00 por fora do contrato com insumos, portanto, somando a comercialização com os atravessadores e com a empresa ele obteve uma renda aproximada de R\$ 41.522,00. Dividindo por 12 meses, a renda mensal é de R\$ 3.460,20 e dividindo esse valor pelo número de membros da família que é 5, chegamos a uma renda mensal por pessoa de R\$ 692,04.

É importante lembrar que esse agricultor é um dos maiores produtores de fumo da Linha Itaíba. A quantidade de pés plantados por ele está acima da média das outras famílias da localidade, que é de cerca de 60 mil pés na safra 2008/09. Sua estrutura não é para essa quantidade produzida, mas como ele diz: “nós vamo dando um jeito, vamo fazendo um puxado aqui, amontoa um pouco de fumo ali [...] e acaba que sempre tem lugar para todo o fumo”. (Entrevistado 13, novembro de 2009).

As relações entre as instituições leiteiras e os produtores diferem das relações com a empresa fumageira.

A Latco não possui relação contratual com os agricultores. Quando um produtor quer começar entregar o leite ele apenas avisa a empresa ou, se preferir, nem precisa ir até a empresa, quando o caminhão possui uma rota de coleta perto do produtor interessado em vender o leite para a Latco, ele apenas comunica ao motorista na própria estrada, e no outro dia ou alguns dias depois, o caminhão passa para recolher o leite. O agricultor, no final do mês, recebe uma nota fiscal com a descrição do produto: quantidade entregue naquele mês, resultados das análises, valor do frete e dos impostos, preço por litro de leite e o valor que o agricultor irá receber pela produção. Juntamente com a nota fiscal ele recebe o cheque do Banco Bradesco com o valor da produção daquele mês. A empresa não faz mediação para facilitar o acesso dos produtores a financiamentos para investimentos na produção.

A Latco estabelece o preço do litro do leite pela qualidade. Caso o leite seja classificado como de baixa qualidade, a empresa faz algumas observações na nota fiscal, principalmente em relação à higiene, para que o agricultor melhore a qualidade do leite. Na análise do leite, é identificado se ele possui acidez; se o leite apresentar acidez, é descontado 1 ponto por litro do leite. Os agricultores não souberam informar quanto é descontado em reais por cada ponto. Segundo o agricultor 15, a Latco desconta para o frete R\$ 0,04 por litro e há aproximadamente 2 anos o valor do frete é o mesmo. Todos os dias, realiza-se a análise

no leite. Caso seja encontrada alguma substância estranha, principalmente medicamentos provenientes de vacinas, o produtor que entregou o leite contaminado é identificado e terá que pagar toda a carga do leite. Assim, quando as vacas são vacinadas, evita-se entregar o leite durante dois ou três dias.

Segundo os produtores que comercializam com a Latco, esta presta assistência técnica: o veterinário visita os estabelecimentos uma vez por mês. Porém, o diretor da Latco informou que a empresa não presta assistência técnica, porque a visita do veterinário é somente para algumas informações gerais, não para um acompanhamento regular da produção.

A Latco pagou, em média, por litro de leite, nos últimos seis meses de 2009, R\$ 0,52. Comparando com os dados coletados, no final de 2008 e início de 2009, os quais já foram apresentados anteriormente, percebemos que não houve aumento no valor do litro, já que a média desse período também foi de R\$ 0,52.

O agricultor 9 possui 10 vacas, num valor total de R\$ 10.000,00, o restante da estrutura, isto é, estábulo, ordenhadeira e cercas, está avaliado em R\$ 20.000,00; como ele não utiliza alimentação industrializada, obtém uma renda aproximada de R\$ 1.000, 00 por mês. Outro elemento importante é que a produtividade dos animais varia de um produtor para outro, devido às diferentes raças e a mestiçagem dos animais.

A CLAF também não estabelece vínculo contratual com o produtor. Para entregar o leite, o produtor precisa ser associado à cooperativa. Para ele se tornar um associado, conforme o Estatuto da CLAF¹⁸, precisa pagar cotas partes. Atualmente, os associados (da CLAF de Marmeleiro) possuem cotas partes nos valores entre R\$ 25,00 e R\$ 50,00. A cooperativa fornece notas fiscais mensalmente com a descrição da produção, incluindo os laudos de resultantes da análise¹⁹ do leite. As CLAFs estabelecem o preço do leite por quantidade produzida e com base na qualidade, (baseada nas análises do leite); algumas CLAFs optam por pagarem somente por qualidade ou por quantidade, a CLAF de Marmeleiro considera os dois itens. No caso da qualidade, o leite é qualificado em três padrões: *alto;baixo e padrão*; a variação de preço entre os padrões é de R\$ 0,06. O preço por quantidade é estabelecido do seguinte modo: o produtor que entrega mensalmente até 3.000

¹⁸ O Estatuto da CLAF foi criado na primeira Assembléia Geral, em 21 de julho de 1998 e atualizado em 01 de dezembro de 2006. A Assembléia Geral instituiu a comercialização de produtos de uso veterinário, máquinas, equipamentos, peças e insumos agrícolas, para associados e outros, através de uma loja de varejo junto a CLAF de Marmeleiro.

¹⁹ Nas análises, são verificadas a quantidade de sólidos, lactose, proteína e gordura. As amostras para análise são enviadas para o laboratório da Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa, em Curitiba/PR, o qual possui convênio com a UFPR (Universidade Federal do Paraná).

mil litros não recebe acréscimo no preço; o produtor que entregar mensalmente entre 3.000 a 8.000 mil litros recebe R\$ 0,01 de acréscimo no preço do litro do leite; e o produtor que entregar mensalmente entre 8.000 a 15.000 litros recebe um acréscimo de R\$ 0,02; produtor que entregar acima de 15 mil litros recebe um acréscimo de R\$ 0,03, porém, a cooperativa não estabelece meta de produção para o agricultor atingir.

No Estatuto da Cooperativa consta que esta descontará R\$ 0,01 por litro de leite do produtor para gastos operacionais, como manutenção, administração etc. A CLAF de Marmeleiro, segundo Ariovaldo Luciano Floriano Gawenda²⁰, em entrevista, há alguns anos deixou de descontar esse valor. Atualmente, a cooperativa soma os gastos com funcionários, diretores, material de escritório e contabilidade, desconta esses gastos e o que sobra é repassado aos agricultores. Não há uma taxa fixa a ser descontada, há uma previsão de quanto serão os gastos operacionais. Há alguns meses, para poder pagar um preço em condições de concorrer com os outros laticínios, a cooperativa “ficou no vermelho”, ao mesmo tempo, em outros meses, após o pagamento dos custos operacionais e da produção aos agricultores, a cooperativa conseguiu acumular capital. Nunca foi realizada uma reserva para os momentos de crise: segundo Gawenda, essa reserva não é realizada porque, se aumentar a taxa de desconto, a cooperativa perderá alguns associados para outros laticínios, porém, a falta dessa reserva faz com que, nos momentos de crise, a cooperativa tenha muitas dificuldades para pagar o preço ao mesmo nível das concorrentes.

Em relação aos produtores que deixam de entregar o leite para a cooperativa e depois querem voltar a entregar, há um item no Estatuto, em que consta que o produtor, para voltar a entregar para a cooperativa, terá que pagar uma multa. Porém, a CLAF de Marmeleiro analisa caso a caso, conforme explica o diretor:

[...] Se for um produtor que deixou de entregar para a cooperativa devido a uma diferença de preço e entregou para um ou dois laticínios tudo bem, nós não fazemos valer o Estatuto e não cobramos multa, porque é de interesse da CLAF, manter o associado, principalmente depois que nós montamos a loja, porque o produtor não vai só vender o leite, ele vai comprar os produtos também, e isso é importante para a cooperativa, mesmo que ele não entregue o leite [...] agora, aquele produtor que fica “pulando de galho em galho” especulando [...] um laticínio num mês oferece um centavo a mais ele já muda, e fica toda hora trocando de laticínio em pouco tempo entrega para uns três quatro, daí nós cobramos a multa. ((Entrevista com Ariovaldo Luciano Floriano Gawenda, dezembro/2009)

²⁰ Diretor temporário da CLAF de Marmeleiro. Foi entrevistado em 22 de dezembro de 2009.

Em relação à modernização da produção, a CLAF recebe o leite mesmo que o produtor não tenha toda uma estrutura adequada para a produção; nas palavras do diretor:

[...] nós pegamos o leite que é resfriado desde geladeira até tanque de expansão [...] o que nós tentamos fazer é conscientizar o produtor, que mesmo ele não tendo toda a estrutura necessária, ele têm que fazer tudo certo, mantendo a higiene para manter a qualidade do leite. Porque, pra ter um leite de boa qualidade é importante que o produtor tenha muita higiene, no sentido de manter sempre limpo os equipamentos, assim como a higiene pessoal [...] porque, por exemplo, em alguns casos, o agricultor que tira o leite na mão, produz um leite com uma qualidade melhor do que aquele que tira o leite com a ordenha mecanizada [...] isso acontece, às vezes, porque esse que possui a ordenha não limpa direito as mangueiras as teteiras, enfim por aonde passa o leite. Então, uma produção toda mecanizada não quer dizer que a produção do leite vai ser de qualidade. (Entrevista com Ariovaldo Luciano Floriano Gawenda, dezembro/2009)

Observando análises de alguns produtores – fornecidas pela CLAF- percebemos que a mecanização da produção não significa que o leite terá boa qualidade. Aproximadamente 50% dos agricultores não produzem o leite dentro dos padrões considerados de qualidade. Por exemplo, coliformes fecais e células somáticas, algumas análises apresentam 500% a mais do que é considerado tolerável. Porém, segundo o técnico da CLAF, varia muito a cada mês. O agricultor que apresenta uma qualidade baixa em determinado mês, no outro apresenta uma qualidade boa. E também pode acontecer o contrário, o produtor, num mês, produz leite de qualidade; no outro baixa, a qualidade. Segundo o técnico, são poucos que conseguem manter uma regularidade da qualidade na produção.

Apesar da CLAF ter uma loja que vende todos os medicamentos e suplementos alimentares, segundo o diretor, ela não obriga os associados a comprarem os produtos na cooperativa; a maioria compra espontaneamente. Entretanto, segundo os agricultores 8 e 9 - que além de associados, entregam o leite para a cooperativa e não compram os produtos na CLAF - os produtores que não compram os produtos na cooperativa não são bem vistos pelos diretores e pelos outros associados e são considerados como “infiéis”. Segundo eles, os preços dos produtos não são menores e, em alguns casos, são maiores que nos outros estabelecimentos comerciais; no caso da ração (um dos principais produtos comercializados), a cooperativa somente revende e cobra mais, se comparado com a distribuidora, à qual, o produtor pode ter acesso direto.

Quando perguntamos ao diretor da CLAF se não é contraditório a cooperativa ter como um dos seus princípios, desde a sua constituição, conscientizar o agricultor a produzir leite a pasto com um custo de produção baixa e, ao mesmo tempo, ter uma loja que tem

como uma das principais funções a comercialização de alimentação industrializada, ele respondeu que a cooperativa dá liberdade para o produtor decidir qual alimentação ele deve utilizar, porém, como a região Sudoeste do Paraná vem passando por períodos de estiagem nos últimos anos, a CLAF, através da sua assistência técnica (prestada gratuitamente aos associados), “aconselha” os produtores a utilizarem, além da pastagem, suplementos alimentares para que, nos períodos de estiagem, eles possam manter a média de produção. Outra alternativa utilizada pelos produtores é a silagem²¹ para os períodos de escassez da pastagem.

A CLAF de Marmeleiro possui uma parceria com a COOPAFI, então o técnico, que presta assistência, é registrado na carteira de trabalho como funcionário da COOPAFI, mas trabalha para a CLAF também. O quadro de funcionários, além do técnico, é composto de uma secretária e o diretor que trabalha, em média, de 3 a 4 dias por semana. Segundo o diretor da CLAF de Marmeleiro, a parceria com a COOPAFI é para tentar diminuir os gastos operacionais e para ter mais força para inserir os produtores no mercado.

Aqui podemos perceber uma das principais dificuldades das cooperativas que, segundo Lannoy (2009), é o fato de que as cooperativas não seguem o caminho definido por seus idealizadores. As cooperativas desvirtuam-se dos seus ideais e acabam esquecendo que a prioridade é amenizar as desvantagens dos agricultores familiares. Por exemplo, segundo Basso (2009), ele e os outros assessores não eram a favor de anexar lojas de comercialização de produtos para a produção leiteira à cooperativa, mas chegou um momento em que não foi possível resistir, pois os dirigentes tinham o poder político para tomar essa decisão.

A sua posição contrária à anexação das lojas era porque entendia que os dirigentes deveriam manter-se focados produção de leite. É lógico que alguns insumos básicos imprescindíveis como medicamentos, por exemplo, a cooperativa poderia comercializar. O agricultor deveria comprar no mercado somente os insumos necessários que ele não produz no estabelecimento. Os agricultores sempre tiveram o mercado como espaço de relação, mas, para sua sustentação, é necessário uma inserção no mercado, trabalhando com dois ou três produtos para comercialização. Basso (2000) constatou que, na região Sudoeste do Paraná, a ampla maioria dos agricultores tem uma ou duas produções voltadas para o mercado, três produções pouquíssimas famílias possuem.

²¹ A silagem é a trituração - através de uma máquina (enciladeira) - do milho quando ele ainda está verde em seguida ele é armazenado em silos, que podem ser construídos no solo através da abertura de espaços no solo aonde é depositado a silagem e coberta com lona plástica e terra para que não entre ar e ela estrague.

No entanto, a loja da CLAF não vende insumos somente para a produção do leite, também sementes, adubos químicos, peças de máquinas agrícolas etc. Os dirigentes, para a fundação da loja, defendiam que era importante para atender não somente os associados, e que estes não sofreriam pressão para utilizarem produtos industrializados. Porém, gradativamente, os produtores passaram a utilizar mais produtos industrializados devido à aparente praticidade, à diminuição de mão-de-obra e à orientação da assistência técnica dada pela cooperativa.

Outro problema para a CLAF, quando ela passa a entrar nessa atividade, é que:

[...] os dirigentes quando se defrontam com as atividades comerciais, perdem o foco, eles se deslocam, porque elas são muito motivadoras, proporcionando o aparecimento de duas situações que podem colocar em risco a cooperativa: competir com as empresas na mesma perspectiva, porque as grandes empresas têm mais capacidade de suportar qualquer oscilação e capacidade de implantar políticas para aniquilar o concorrente; e o outro é que, ao se concentrar com as atividades ligadas ao mercado, perde-se a preocupação com a organização interna e a preocupação com a organização da cooperativa em si, ocasionando problemas de gestão administrativa. (Entrevista com Dirceu Basso, dezembro/2009)

Outro motivo de oposição ao comércio na cooperativa é justamente pelo fato de que a cooperativa estaria desvirtuando-se de um dos seus principais ideais, a produção de leite a pasto, já que o pequeno produtor não pode ter como principal objetivo uma escala de produção alta, mas produzir o leite a baixo custo, produzindo o máximo possível de insumos no estabelecimento. A produção de leite a pasto foi considerada pelos fundadores da CLAF como o elemento mais importante, através do resgate e do aproveitamento dessa forma de produção, pois os agricultores já possuem um conhecimento, sendo algo cultural na produção de leite. No entendimento dos fundadores, os agricultores familiares não poderiam trabalhar com a escala de produção, como fazem as grandes empresas e as grandes unidades familiares, mas produzir a baixo custo, “ganhando na margem” (BASSO, 2009). Ter um custo de produção o mais baixo possível, para obter uma diferença no mercado, assim até poderiam vender o leite a um preço mais baixo. Para isso, seria necessário um trabalho na extensão rural, assistência técnica voltada para esse tipo de produção, aprimorando novas pastagens e utilizando o mínimo necessário de produtos químicos.

Segundo Gnoatto e Nunes (2009), se compararmos a produção brasileira com a produção dos Estados Unidos e da União Européia, nota-se que a produção brasileira é bem mais extensiva, produzindo leite a base de pastagens naturais e cultivadas com raças menos

especializadas, porém, isso está mudando. Com o intuito de aumentar a produção, estão, cada vez mais, sendo introduzidas raças especializadas na produção leiteira, rações industrializadas e a mecanização da atividade. Esse processo está ocorrendo devido à exigência das empresas em aumentar a produção e a qualidade do leite; as cooperativas acabam entrando nessa dinâmica de mercado que não tem como objetivo aumentar a autonomia do agricultor familiar.

Outro princípio da cooperativa que está sendo desvirtuado tem relação com objetivo inicial de tentar amenizar a dessimetria do agricultor em relação às grandes indústrias. A cooperativa foi constituída voltada para os pequenos agricultores familiares, porém, agora a cooperativa está mudando a sua política; segundo Gawenda, os diretores estão pensando numa metodologia de relacionamento com o grande produtor, permitindo obter vantagens que o motive a continuar associado da cooperativa. Segundo o diretor, as cooperativas surgiram para os pequenos, mas quando o produtor torna-se grande não é necessário excluí-lo, não é “justo”, porque eles cresceram junto com a cooperativa. Então, para os diretores, a cooperativa tem que planejar uma maneira de manter o grande produtor associado porque, se ele tem uma produção maior, as grandes empresas vão oferecer um valor maior pelo litro de leite e ele deixará de entregar a produção para a CLAF.

Outro aspecto que vai contra os princípios da cooperativa é em relação aos micro-fóruns, os quais eram realizados mensalmente com representantes de todas as CLAFs; neles, eram analisados e debatidos os problemas e apontadas sugestões apontadas pelos associados. Segundo o diretor da CLAF de Marmeleiro, os micro-foruns eram realizados regularmente até meados de 2009, depois deixaram de acontecer; assim, não há mais espaço para a crítica e debate para a superação das dificuldades.

A mudança supõe conflito, ou melhor, o conflito é uma condição para a mudança, é um bom sinal o conflito, olhando como uma energia, como um vigor. O problema é quando descamba para uma crise, quando se vai para rupturas, quando realmente se arisca destruir e não construir, e acaba não evoluindo, muitas vezes, porque os conflitos não têm um espaço de solução. Então, entre essa discussão da chamada gestão social do desenvolvimento, então você tem quem cria estâncias aonde os conflitos podem ser levados e administrados para que haja superação dos problemas [...] porque aí o cooperativismo pode ser melhor. Essa crítica serve para melhorar o cooperativismo para torná-lo mais autêntico. Quando uma instituição não aceita mais crítica, ela perde a oportunidade de se renovar, de mudar [...] o triste é quando você vai a um lugar em que o pessoal nem levanta a cabeça e não consegue nem dizer qualquer crítica ou contestação a uma certa situação [...]. (Entrevista com [Christophe](#) de Lannoy, dezembro/2009)

Portanto, é preciso canalizar essa energia que vem do embate das idéias; a administração da cooperativa precisa ter habilidade para que esse processo de conflitos seja bem orientado e não simplesmente reprimido para, desse modo, conseguir desenvolvimento na organização política.

Seria fundamental uma gestão democrática, pois ela impediria o surgimento de algumas práticas clientelistas, paternalistas. Se a cooperativa não for aberta para os cooperados, essas práticas se manifestam. Seria necessário, para o cooperativismo, desenvolver institucionalidades, criar regras formais e informais de gestão e fazer com que o estatuto seja respeitado, garantindo a realização de auditorias internas, que fossem transparentes e permanentes, gerando confiança a outras instituições. Muitas vezes, os dirigentes estabelecem relações para fortalecer o seu poder como administradores e não para fortalecer o cooperativismo. Por exemplo, segundo Basso (2009), a SISCLAF dispensou assessoria técnica, passou a utilizar somente um técnico contratado pela cooperativa; isso centraliza o poder e a informação. Com a extinção dos grupos familiares de base, os agricultores passaram a não discutir mais sobre quais as melhores opções para a produção de leite. A não realização de debates entre os agricultores faz com que a CLAF estabeleça uma relação direta e individual com o produtor.

Segundo Gawenda (2009), uma das dificuldades das cooperativas é que: “ela prepara o agricultor, ‘pega ele do zero’, instrui ele até um ponto, depois vêm as outras empresas e ‘pegam’ esses agricultores [...]”.

O que percebemos é que aos diretores (que são também produtores de leite), acabam sendo influenciados/estimulados pela lógica da concorrência entre as empresas capitalistas. Devido à falta de conhecimento dos pressupostos do cooperativismo, acabam visando somente ao lucro imediato, esquecendo que o principal objetivo da cooperativa é dar maior autonomia aos agricultores familiares. Segundo Lannoy (2009), isso faz com que as cooperativas tenham dificuldades de organização interna. A CLAF de Marmeleiro está com dificuldades de gestão, devido a problemas de organização interna. Por exemplo, a cooperativa queria cobrar da indústria que compra o leite da CLAF um valor muito mais alto do que aquele que o produtor recebe; os fundadores da cooperativa estavam de acordo em cobrar uma taxa de administração de R\$ 0,02 ou R\$ 0,03 por litro, porém, essa taxa estava chegando a R\$ 0,10, contrariando a informação do diretor entrevistado. Outros exemplos de problemas internos são: a questão que se discute de pagar por qualidade ou por produção; falta de conhecimento de como está a cooperativa, não somente pelos associados mas também pelos membros da direção: durante a pesquisa, conversamos com um dos membros do

conselho fiscal e ele não soube dizer quanto a cooperativa recebeu e quanto ela pagou por litro de leite nos últimos meses.

Segundo Lannoy (2009), uma das dificuldades do cooperativismo (e mais especificamente em relação às cooperativas de crédito que financiam para os produtores da CLAF), na atualidade, é fazer com que as instituições de crédito não sejam apenas agentes financeiros, especuladores, mas que sejam instrumentos de desenvolvimento, criando linhas especiais de créditos. E falando mais especificamente da CRESOL, que é quem disponibiliza créditos para a maioria dos associados da CLAF, ela tem capacidade para fazer política pública com os próprios recursos. Nesse sentido, poderiam ser criadas linhas especiais para ativar potencialidades locais ou ações estratégicas que são necessárias para o desenvolvimento local.

Segundo Lannoy (2009) a CRESOL, nesse aspecto, poderia ter a sensibilidade que um grande banco não tem. Outro problema é a massificação, quando se massifica o crédito, perde-se o contato mais próximo com o agricultor e deixa-se de cumprir o que é necessário. O que ocorre é que, algumas vezes, a cooperativa disponibiliza o crédito, mas não há uma extensão que oriente melhor a aplicação desse crédito. Por exemplo, durante a pesquisa percebemos que alguns agricultores possuem uma estrutura (ordenhadeira, resfriador etc) de alta capacidade, porém, ao mesmo tempo, a quantidade produzida não é proporcional ao equipamento. Ocorre também o contrário, o agricultor tem um plantel de animais que produz uma grande quantidade mas a infra-estrutura não é compatível, ou a área de terra não é compatível para a produção de pasto e acabam alimentando os animais com ração industrializada, o que gera uma queda significativa na renda porque aumenta o custo da produção. Nesse sentido, “todo o crédito tem que ser: adequado, oportuno e suficiente nem a mais nem a menos; muitas vezes, o problema da inadimplência acontece porque o crédito é muito facilitado ou é mal direcionado”. (Entrevista com [Christophe](#) de Lannoy, 2009)

Outro problema que acontece com o crédito, e que já anotamos anteriormente, é o desvio da sua utilização, o que não pode ser generalizado como imoral; às vezes, um membro da família acaba tendo algum problema de saúde, por exemplo, e como o sistema de saúde pública tem deficiências, as pessoas acabam utilizando o PRONAF.

É importante ressaltar que as famílias também têm objetivos que desejam alcançar. Geralmente, visam conseguir alguns bens materiais – através de alguma produção agropecuária - como casa, carro, eletrodomésticos, implementos agrícolas etc. A busca desses objetivos é que vai pesar na escolha da aplicação do crédito, assim, não se deve atribuir somente à cooperativa a responsabilidade de orientação do destino do crédito.

Em relação ao desvio de utilização do crédito, isso pode ocasionar algumas conseqüências negativas, porque dissimula os problemas e não os resolve. Para solucionar as deficiências sociais, é necessário um projeto de desenvolvimento. Por exemplo, na agricultura, é preciso realizar uma análise de como ela pode ser viabilizada, conjugando uma produção diversificada, para subsistência, com uma produção não degradante, comercializada em redes da própria agricultura familiar; é necessário saber aonde o agricultor quer chegar; atualmente, os agricultores produzem “meio a esmo” visando somente ao imediatismo. E mesmo que o crédito seja usado pelo agricultor como um elemento a mais para se manter no seu estabelecimento, se ele não produz para comercializar, ou em quantidade que pague o financiamento, ele ficará endividado e, na próxima safra, não poderá recebê-lo novamente.

No caso do fumo, este não se apresenta como um projeto de futuro porque, conforme os programas antitabagistas, a produção de fumo deve acabar futuramente. Já a produção de leite é uma alternativa para complementar a renda dos agricultores, para isso é preciso estruturar a produção. Para o pequeno produtor familiar, a estruturação pode levar alguns anos, não é algo imediato; o agricultor precisa formar seu rebanho aos poucos. Não é como a Souza Cruz que implanta um processo de produção com uma cadeia produtiva.

Segundo Lannoy (2009), o problema da produção do leite é quem vai financiar essa estruturação do estabelecimento de forma planejada, o Estado tem pouca competência para fazer isso, mesmo quando tem recurso, e a reconversão da produção do fumo para produção leiteira, por exemplo, pode levar muito tempo. Atualmente existem recursos financeiros para fazer isso, porém, esses recursos não chegam ou não são aplicados porque falta clareza e demanda social.

[...] então, lá na Itaíba [...], por exemplo, seria um ótimo projeto a reconversão da produção fumageira para a produção leiteira. É um processo realmente importante a ser promovido com o apoio do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas eu não vi ninguém vindo atrás disso, simplesmente há essa sensação de que fumo dá dinheiro e que o leite não dá tanto dinheiro, ainda que não exija tanto trabalho [...]. (Entrevista com [Christophe](#) de Lannoy, 2009)

Na reconversão, é importante que os produtores de leite, ou mesmo de outra produção, tenham realmente uma participação mais ativa e decisiva, pois, numa relação subordinada, não se constrói um projeto de futuro a partir da agricultura. Então, é fundamental ter projeto, participação e transparência. Porém, segundo Lannoy (2009), quando há subsídios contidos “aqui e ali” e estratégias de governos que não são tornadas públicas devidamente, isso faz

com que a política pública não se torne tão pública. Isto é, seja direcionada para apenas uma parcela dos agricultores:

[...] O Banco do Brasil, por exemplo, recebe do tesouro nacional um bom dinheiro pra operar o PRONAF, e repassa quase nada, muito pouco para as cooperativas de crédito fazerem render o trabalho; o Banco do Brasil fica, nesse aspecto, com a melhor parte; isso é tudo dinheiro do tesouro e um banco privado faria também por esse preço, se fosse pensar, mas é um monopólio do banco estatal, entende? É um privilégio, é um privilégio que pode ser questionado na sua legitimidade, mesmo que você seja acusado de neoliberal, mas isso não é público, não é tratado com transparência, com clareza; o Estado tem que gastar tanto pra opera através de um banco público o financiamento da agricultura familiar? Isso, uma hora, vai sendo questionado. Se nós pagamos tanto dinheiro assim pra viabilizar o PRONAF, é preciso que seja sabido se essa é a melhor forma de aplicar o dinheiro público. (Entrevista com [Christophe de Lannoy](#), 2009)

Outros limites são decorrentes das fusões. A Bom Gosto, por exemplo, comprou a Cedrense (que compra o leite da CLAF de Marmeleiro). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDS) é dono de um terço da Bom Gosto, injetando mais de 300 milhões de reais nessa empresa. No caso da aplicação de recursos públicos na Bom Gosto, a sociedade precisa ter a possibilidade de discutir se essa é a melhor estratégia ou se existem outras alternativas.

Em relação à questão da contestação de que se as cooperativas são ou não de interesse público, é preciso salientar que existem cooperativas voltadas somente para o mercado, que atendem apenas os interesses do agronegócio, além das cooperativas de “fachada”, em que há um grupo conhecido como “laranjas” que se intitula associado, no entanto é uma empresa privada com um proprietário ou um grupo de proprietários. Dessa forma, usufruem das facilidades disponibilizadas pelo Estado às cooperativas. O caso mais comum é o de cooperativas cerealistas que comercializam cereais e insumos químicos. Para Lannoy, seria necessário:

[...] o fortalecimento do cooperativismo solidário²² em contraposição ao cooperativismo empresarial e que ele justamente permita maior participação

²² O termo solidário surgiu desde o início das discussões das propostas cooperativistas, pois, tratava-se de crédito solidário (por serem a favor da inclusão social) promovido pelo antigo Fundo de Crédito Rotativo administrado pela ASSESOAR e gerido por um conselho de entidades (Sindicatos, MST, Central de Associações, CNBB, CPT além da própria ASSESOAR), iniciado no ano de 1989. Também levantando-se a questão de diferenciar o novo cooperativismo daquele chamado de empresarial. Mais tarde também foi incluído o termo interação, para indicar a importância de “duas mãos” em que duas estruturas interagem entre si sem haver a dominação de uma sobre a outra, daí o nome Cooperativismo de Crédito Rural com Interação Solidária Ltda (CRESOL) (LANNOY, 2009).

e emergência de novas lideranças e uma modernização política a nível local, inclusive, nos pequenos municípios, que são politicamente muito atrasados, dominados pelo clientelismo, caciquismo, às vezes, a prefeitura representa o maior poder econômico, por isso é uma realidade lamentável, uma política, lamentável, a nível local, faz com que os municípios que não se desenvolvem, por essa barreira política, essa trava política, esse chamado coronelismo, então, a superação depende da organização a partir da base. Eu entendo que esse cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária presta um grande serviço nesse sentido (Entrevista com [Christophe de Lannoy](#), dezembro/2009)

Porém, o termo interação solidária não é aplicado como foi idealizado, além disso, soa estranho, principalmente o solidário, diante das relações capitalistas, nas quais não há solidariedade; para os agricultores conseguirem melhorias é muito difícil, os créditos são disponibilizados mas, para conseguir pagá-los, é necessário muito trabalho. E soa mais estranho ainda, quando analisamos os desvirtuamentos das cooperativas em relação aos seus principais ideais, conforme já apresentamos aqui. Não percebemos as relações de interação solidária entre a cooperativa CLAF (ela é baseada na forma de organização da CRESOL) e os agricultores, o que mais aparece é busca das cooperativas pela sua manutenção no mercado, para isso acabam utilizando mecanismos semelhantes aos das empresas como, por exemplo, fazer com que o agricultor aumente a escala de produção através da utilização de mais produtos industrializados e pagar por quantidade, favorecendo os produtores maiores para que eles mantenham-se associados. Outra questão diz respeito à tendência, devido a sua relação com o mercado e ao desvirtuamento dos seus princípios, a cooperativa pode desenvolver bases empresariais. Isto pode ocorrer com parcerias com grandes grupos, o que faz com que o mercado de lácteos se torne mais centralizado. No Estatuto da CLAF existe uma “abertura”, que pode proporcionar isso, o item diz o seguinte: “Parágrafo único: a cooperativa poderá promover convênios com outras entidades estatais, públicas e privadas, visando obter maiores benefícios para o quadro social.” (Estatuto da CLAF, atualizado em 2006)

Esse item precisa ser bem discutido e analisado, pois pode permitir que a cooperativa seja permeada por relações que visam a interesses exógenos. Por exemplo, segundo Basso (2009), nas reuniões dos dirigentes, começou-se a discutir a possibilidade de construção de uma fábrica de queijos e uma de leite em pó; o ponto a ser questionado é que isso não foi debatido com o restante dos agricultores. No caso da fábrica de queijos, da qual já falamos, está pronta para começar a produzir. Entre os associados entrevistados, poucos sabiam da sua existência e os que tinham conhecimento não sabiam onde ela está localizada e como seria a sua relação com os associados. Sem o debate, ocorre um distanciamento dos associados da cooperativa, os agricultores passam a se relacionar com a cooperativa pelo imediatismo, pois

ele vai à cooperativa somente para receber o seu cheque do leite. Como os agricultores não são ouvidos, não há estímulos para participar da assembléia e os que participam os fazem por mera questão burocrática.

Em relação aos dirigentes, o cooperativismo cria oportunidades de ascensão social e econômica. A possibilidade de um agricultor ser dirigente de uma cooperativa significa o reconhecimento social que dificilmente ele conseguiria de outra forma. Segundo Lannoy (2009), alguns dirigentes, há pouco tempo, não tinham nem conta no Banco do Brasil, nem tiveram oportunidade de se preparar para ocupar um cargo de diretor, a maioria, principalmente na região Sudoeste do Paraná, vai adquirindo experiência durante o próprio processo de constituição das cooperativas e, repentinamente, eles tornam-se diretores e passam a negociar diretamente com empresas privadas, com o setor público, a buscar recursos junto a vereadores, deputados etc. Em termos sociais, ele passa a ser visto no comércio local e pela população, como uma pessoa que é capaz de orientar recursos a favor de uma ou outra organização. Porém, são poucos os associados que chegam a ser dirigentes, porque o processo não é democrático, não há uma rotatividade de dirigentes, o que ocorre é uma rotatividade dentro de um grupo restrito.

A ascensão conseguida por alguns, faz com que outros associados tenham menos oportunidades de serem dirigentes, pois, normalmente, os agricultores que se tornam diretores tentam a manutenção e continuação no cargo. Eles sentem-se inseguros e ameaçados pelos outros associados e isso gera na cooperativa muitos atritos e conflitos, uma disputa de poder. Nesses espaços de lideranças, aparecem também oportunistas e pessoas sem condições, que visam interesses pessoais. Então, as cooperativas formam uma base social que demanda lideranças que ainda não estão prontas. Nesse processo ocorre o encontro de pessoas com vários níveis de instrução, desde pessoas com curso superior até semi-analfabetos. Segundo Basso (2009), isso não é limitante, as organizações têm que ter capacidade de manter relações diversas com os diferentes atores. Quanto mais instrução o agricultor tiver, mais facilidade ele tem de assimilar novas práticas cotidianas de gerenciamento. Isto muitas vezes, gera discussões internas nas famílias, os filhos, mais jovens e com um grau de instrução maior, querem incorporar novas formas de produção e os pais relutam em manter as tradicionais.

É comum quando um agricultor assume um cargo de diretor, sair do espaço rural e ir para o urbano, em alguns casos abandona-se a atividade agropecuária ou torna ela terceirizada, alguns, como já aconteceu em Marmeleiro, partem para a carreira política, para tentar um posto de vereador ou prefeito. Essa busca pela manutenção nos cargos, faz com os dirigentes se perpetuem na função, concentrem poder, comessem a fazer acordos, que podem

privilegiar interesses de certas pessoas; alguns passam a estar mais interessados com a própria função do que com os interesses da cooperativa.

Segundo Lannoy, para que não ocorra esse desvirtuamento é:

[...] fundamental a interação, nós sempre discutimos no cooperativismo solidário essa palavra, a interação [...] quando você tem várias estruturas pequenas, várias cooperativas, então a capacidade de interagir um com outro é maior, então sempre acaba tendo mais transparência e mais participação e por essa via mais controle social, os dirigentes têm menos oportunidades de se desvirtua, porque eles são mais expostos e acaba havendo uma certa concorrência que é salutar. Quando você acaba sendo um grande cacique, único, a tendência de reproduzir a dominação que você contesta é real, então as pequenas instituições acabam sendo facilmente capturadas por um pequeno grupo que se perpetua no poder, isso é um drama, as estruturas acabam se afastando da base, se afastando dos seus objetivos mais legítimos, então ao meu ver a solução passa por esse debate. (Entrevista com [Christophe](#) de Lannoy, dezembro/2009)

Também é importante uma maior contribuição intelectual da universidade, criando espaços de debates, para que as pessoas aprendam que elas podem exercer a crítica, sem serem marginalizadas, isso seria um avanço cultural.

Um ponto que entendemos que é importante a ser destacado é quando se fala em planejamento da viabilidade dos estabelecimentos rurais, não é no sentido de tornar os agricultores dependentes de uma única produção, ou seja, a especialização da produção. Aqui entramos em uma grande controvérsia, porque para que o agricultor produza, no caso do leite, um produto de qualidade e consiga construir redes próprias com uma marca forte, é preciso a profissionalização da produção, que levaria à especialização, porém para a manutenção do agricultor no campo é necessário a diversificação. Apesar do próprio agricultor não reconhecer isso, como percebemos na fala desse entrevistado: “[...] nós, aqui em casa pretendemos aumentar a produção de leite pra produzi só isso, é melhor não precisa ficá lidando com um monte de coisa, que só dá correria”. (Entrevistado 15, 2009).

É necessário saber conjugar esses elementos, produção voltada para o mercado e para a subsistência, aonde o agricultor tenha mais autonomia, não seja subordinado e voltado para o monocultivo, tenha capacidade de planejar, como já apontamos. Historicamente, os agricultores souberam combinar esses elementos, mesmo que na maioria dos casos apenas se mantiveram na agricultura, não conseguiram uma ascensão social e econômica. Atualmente, é necessário que eles tenham mais conhecimento e capacidade de planejamento, sejam fortalecidos, devido a infiltração das forças exógenas, que não possuem nenhuma preocupação com o desenvolvimento do local e do agricultor.

O mercado do leite, atualmente, no Brasil, é muito instável. Segundo Lannoy (2009), as grandes empresas, quando se instalam em uma região, acabam desorganizando uma bacia leiteira, por exemplo, a Parmalat, no Sudoeste paranaense, ela começou a comprar o leite de muitos produtores em pouco tempo, e depois acabou falindo. Foi necessário refazer toda a organização da bacia leiteira. Quando uma empresa começa a comprar o leite em uma região produtora, ela tem o discurso de quanto maior for a empresa, mais segurança na compra de toda produção e estabilidade dos preços ela poderá oferecer. Os agricultores acabam acreditando, já que uma das justificativas mais citadas pelos produtores que entregam a produção para a Latco é a segurança que sentem da empresa; Há “desconfiança” em relação à CLAF, se ela vai dar certo ou não.

É necessário maior consciência, uma identidade entre os agricultores, que possa facilitar a concretização de relação de solidariedade. Não há valorização da produção local por parte das empresas externas. Por exemplo, segundo Lannoy, poderia ser organizado, pelos agricultores, um processo de abastecimento de leite de baixo custo e de qualidade. Ainda, segundo o agrônomo:

Então esse é o mercado, por isso que o grande desafio é a chamada construção social do mercado, a luta social, política, ambiental tem que ser pra mudar o mercado [...] então eu vejo que essa é a nossa luta hoje se for pensar em termos políticos, sociais, ambientais, a nossa luta é pra construir um mercado diferente, mudar as relações, através das organizações econômicas por isso a importância das organizações econômicas como as cooperativas. (Entrevista com [Christophe](#) de Lannoy, novembro de 2009)

A construção de um mercado diferenciado e o aproveitamento de parte do mercado que já está constituído, através da criação de cooperativas solidárias pode ser um dos elementos que proporcionará a permanência do agricultor na sua terra, contribuindo para que ele viva melhor. O fundamental é uma organização política mais forte e contundente, porém, nenhuma geração quer passar pelo desconforto de privações. Os agricultores, quando conseguem um pouco de Estabilidade, de certa forma se acomodam, lutam por mudanças somente quando a situação se torna muito crítica, quando ocorre uma estiagem, por exemplo, aí eles realizam manifestações, organizam-se para não pagarem os financiamentos e para receberem benefícios. De maneira geral, quando não estão em situação crítica, acabam se tornando cada vez mais consumistas e individualistas. Quando se busca construção do mercado através do cooperativismo, esbarra-se nas dificuldades que apresentamos anteriormente, começam a existir disputas de poder, as cooperativas acabam se desvirtuando e podem se transformar em cooperativas empresariais.

A CLAF, apesar dos problemas apontados, não pode ser considerada uma empresa capitalista, ela não gera uma margem de lucro, que proporcione uma acumulação, o lucro conseguido pela cooperativa, através da intermediação da matéria-prima, é apenas suficiente para os gastos com os matérias e administração da cooperativa. Como a cooperativa planejou construir indústrias para a transformação do leite, ela pode aumentar o lucro, a destinação desse lucro, pode definir qual o caminho que a cooperativa vai seguir. Porém, atualmente, a CLAF não pode ser definida como uma empresa capitalista, ela está em transição, mesmo porque dentro da cooperativa existem divergências, sobre quais estratégias a cooperativa deve utilizar para se inserir no mercado, se ela deve tentar concorrer com as empresas aumentando a produção ou utilizando outras alternativas, como produzir o leite a baixo custo. O cooperativismo poderia proporcionar uma mudança estrutural na agricultura, desde que houvesse pessoas comprometidas com isso, com outros princípios de vida, que não buscassem somente desenvolvimento econômico. O desenvolvimento precisa ser multidimensional, ou seja, econômico, político, cultural e ambiental, envolvendo diferentes características de cada território.

É importante ressaltar que é normal a situação dos agricultores buscarem uma estabilidade mínima, pois muitos desses passaram por muitas dificuldades, privações durante boa parte de suas vidas, e quando conseguem uma área de terra, no caso dos assentados da Linha Itaíba, ou uma produção voltado para o mercado que lhe proporcione a sobrevivência, há certa acomodação. Os agricultores são acostumados com a vida simples na roça, gostam da rotina do cotidiano.

Até por isso, percebemos que eles sentem/entendem os trabalhos, as relações com as instituições na produção de fumo e do leite de diferentes formas, em alguns momentos prevalecem os significados que representam a sua identidade de agricultor e os elementos que compõem a sua vida no espaço rural, em outros prevalece os aspectos *funcionais* da produção, ou seja, a possibilidade de conseguir uma renda maior. Isso pode ser resultado da conjugação de diferentes territorialidades e temporalidades, aonde ocorre a incorporação de novas formas de produção com formas antigas, resultando numa relação do trabalhador com as produções leiteira e fumageira, tanto os que produzem fumo como os que produzem fumo e leite, em que em alguns momentos os agricultores sentem-se bem em realizar os trabalhos, como por exemplo, no manejo com os animais e no trato com a terra, já que o agricultor possui uma relação afetiva com esses elementos: apesar do avanço das novas formas de produção, essas continuam presentes. Em outros momentos da produção, como por exemplo, na aplicação dos produtos químicos, nas extensas jornadas de trabalho, quando os ciclos

agrícolas passam a determinar os seus momentos de sociabilidade, como ocorre no cultivo do fumo, eles não se identificam e reclamam dessas atividades.

Na produção do leite, quando o produtor precisa cumprir de modo mais rigoroso os horários das ordenhas, determinados pelos horários de coleta da produção, quando há necessidade de aumentar a produção para aumentar a margem de ganho, devido ao baixo preço pago pelo produto, os agricultores intensificam o trabalho e são induzidos a recorrer a empréstimos bancários; nestes momentos percebe-se um estranhamento do agricultor em relação ao seu trabalho, ele não se sente bem, ocorrendo nestes um sentimento semelhante ao sentido por um trabalhador assalariado. Para o assalariado, o trabalho “[...] é apenas um meio para poder existir” (MARX, 2006 p. 36); a vida para o mesmo começa quando ele sai do trabalho, na mesa no bar, na cama. Mas no caso dos agricultores não adianta ele “fazer corpo mole” pois ele mesmo vai ter que recuperar no outro dia ou na outra semana, o trabalho que não foi desempenhado; em relação aos agricultores percebemos uma confusão de sentimentos, analisemos o depoimento de um dos produtores de leite:

[...] nós gostamo de lidá com os animais [...] mas a gente tem que sempre produzi mais [...] como as terra são pequena, o pasto não é suficiente, daí a gente tem que se desdobra pra consegui outros tipo de pastagens, tem que ficá mudando toda hora os piquete [...] busca pasto longe ... durante os dia de semana ainda vai porque é o nosso trabalho [...] o pior é nos final de semana e nos feriado, tem que trabalha igual, as vacas não pode esperar [...] às vezes tem que tirá o leite mais cedo porque o caminhão vai passa antes [...] não é um serviço ruim, mas é continuado [...] mas se comparado com os outros trabalhos é melhor trabalha com o leite [...]. (Entrevistado 8, novembro 2009)

Também percebemos que a introdução de novas técnicas de produção, como as ordenhadeiras, aceleraram o trabalho dos agricultores: “[...] ainda bem que agora tem as ordenhadeira, dai vai mais ligeiro pra tira o leite, não cansa mais os braços e não precisa de tanta gente pra ordenha as vaca” (Entrevistado 13, novembro/2009). Essa mecanização da produção auxilia o trabalho do agricultor e possibilita o aumento da produção, pois diminui o tempo de trabalho, porém, além dele ter que arcar com o custo dos equipamentos - esta é uma das maiores dificuldades dos agricultores, comprar novos (quadro 6) equipamentos e manter os mesmos em bom estado de conservação - o aumento da sua renda é desproporcionalmente menor do que o ganho conseguido pelo laticínio. Ao mesmo tempo, a mecanização das atividades leiteiras aumenta a produção, podendo ocasionar, através da maior oferta do produto, uma queda no preço do leite.

Capacidade tanque de expansão e ordenhadeiras	Preços tanques de expansão e ordenhadeiras
Resfriador 500 litros	R\$ 6.519,00
Resfriador 650 litros	R\$ 7.883,00
Ordenhadeira 330 litros	R\$ 3.100,00
Ordenhadeira 330 litros	R\$ 2.570,00
Ordenhadeira usada	R\$ 1.570,00

QUADRO 6. Preços de equipamentos utilizados na produção do leite.
 Fonte: Pesquisa realizada no comércio de Marmeleiro, outubro de 2009.

Em relação à produção do fumo também percebemos um conflito de sentimentos: algumas etapas da produção como o plantio das mudas, o desbrotamento e, principalmente, o manuseio com os agrotóxicos e a colheita são consideradas etapas de trabalho que levam o trabalhador a exaustão, alguns repudiam veementemente estas atividades, como podemos constatar no depoimento de um dos agricultores:

[...] é muito sofrido plantá as muda na umidade, no frio [...] a colheita então, é um serviço do cão é quase sempre em dezembro e fevereiro os mês mais quente que tem [...] não da pra espera o sol baixa porque tem que colhe logo senão estraga e também pode chove [...] tem que levanta cedo pra amontoa fumo no galpão, pra desucupa lugar [...] é difícil mas faze o que faz parte do plantio do fumo [...] (Entrevistado 8, novembro de 2009)

Perguntado se há alguma etapa da produção que é boa de ser realizada ele respondeu:

[...] depois de colhe a gente fica embaixo do galpão na sombra [...] enfardando [...] da até pra escuta um pouco o rádio [...] é bom porque é um trabalho leve [...] as criança pode ajudar [...] até quando o pai era vivo e tinha mais de oitenta anos, ele vinha ajuda nós, daí ele se sentia bem porque podia conversa com nós, não ficava sozinho em casa, porque também a gente não tinha tempo de ta toda hora lá com ele [...] o pessoal diz que o cheiro do fumo é ruim la no galpão, mas quem ta enfardando já se acostumou [...] é ruim se a família é muito pequena daí tem que apura pra entrega o fumo, daí tem que trabalha alguns final de semana, ou coloca uma lâmpada e fica até umas hora da noite [...] as vezes encosta uma safra na outra, quando carregam os último fardo de fumo já ta na hora de planta as semente nas bandeja [...] mas alguns também se atrasam porque não trabalham direito vão com o sol alto pro galpão [...] no fumo também tem que usa a junta de boi pra faze as vergas pra planta o fumo ou pra puxa, se não tem trator ou gerico [...] é bom porque a gente sempre teve boi, meu avô, meu pai [...] daí é sempre bom te os boi ai, da pouco gasto [...] agora carpi a gente sempre fez, mas não gostamo de fazer era melhor se tivesse um

veneno pra passa [...] tem uns serviços que são até bom de fazer, mas a gente planta o fumo mesmo é porque precisa, se desse pra produzi outra coisa que desse um dinheiro igual o fumo nós parava [...] tem os veneno que a gente usa e uma hora pode da alguma coisa [...] (Entrevistado 8, novembro de 2009)

Comparando as etapas consideradas ruins da produção e as consideradas pelos agricultores “boas”, o balanço final realizado por eles é que produzem o fumo pela necessidade de conseguirem uma renda para sobreviverem. Também, o que faz com que eles continuem produzindo é a sua relação com a terra e todos os símbolos que ela representa para eles, pois trabalhar na agricultura é o que eles gostam e sabem fazer. Mesmo que a maioria dos agricultores dizem preferir outra produção, eles vêm no cultivo do fumo uma forma de se manter como proprietários das suas terras.

De fato, existe uma ligação diferente entre o agricultor e a terra (e todos os outros elementos que envolvem a agricultura, animais, plantas etc); não é querer “cair” em uma visão romântica e não enxergar a realidade, nem afirmar que essa relação vai resistir à expansão do capitalismo e que os agricultores devem negar o uso da tecnologia, mas existe uma relação, que faz com que os agricultores, apesar de anos de muito trabalho, já idosos, continuem tendo uma esperança de que vão conseguir “melhorar de vida”. Percebemos isto nas palavras de um dos agricultores “... eu tenho 75 anos e sempre digo: o dia do colono ainda não chegou ... o nosso dia é o de amanhã”.

Esse apego dos agricultores pode ser representado pela vida simples na roça, pelas atividades do cotidiano, no trato com as plantas e animais, que as vezes não tem uma finalidade produtiva. São relações afetivas efetivadas em seu território de disputas, esforços, controles, lugar de sentimentos e valores, solidariedade, afetividade com as coisas e com as pessoas.

É importante lembrar que, com a intensificação das relações entre o campo e a cidade, os jovens, principalmente, começam a ter mais acesso a informação, a outros bens de consumo. Porém, como eles não têm boas perspectivas de vida no campo estão perdendo esta relação, alguns ficaram frustrados trabalhando na agricultura ou se tornam assalariados na cidade.

Nas atividades pouco mecanizadas, o percentual maior da composição do trabalho é em forma de trabalho vivo, pois os meios de produção não passam de extensões do braço humano como, por exemplo, as enxadas, facões, matracas. O trabalho camponês apresenta uma “composição de valor baixo” na medida em que a força de trabalho é o elemento com maior peso, entre todos envolvidos, na produção camponesa (Santos, 1978).

O trabalho é uma maneira de reproduzir a vida familiar, o camponês é marcado pela essência da necessidade do trabalho em seu território e lugar de vida. Essa consciência do trabalho tem ligação com a disseminação ética do trabalho, aonde trabalhar é bom costume, é exemplar, sóbrio. Mas o camponês também interpreta o trabalho de outra forma, ele trabalha por prazer, tem gosto em realizá-lo (Santos, 1978).

Na unidade familiar existe uma divisão do trabalho conforme a demanda e a capacidade de trabalho de cada membro da família. Entre os membros da família que produzem o fumo e o leite, existe relativa divisão do trabalho, geralmente realizada levando em consideração atributos como a força física e a idade, porém, geralmente, na época em que há muito trabalho, essa divisão é deixada de lado. A divisão da renda conseguida nem sempre tem relação com o trabalho desenvolvido pelo indivíduo, em muitos casos os membros que mais trabalharam (geralmente o pai e a mãe) não são os que ficam com a maior parte dos rendimentos conseguidos: “Não há relação entre o desempenho do indivíduo e o grau de consumo” (GARCIA, 1983 p. 104). Percebemos isso através do depoimento de um agricultor produtor de fumo e leite:

[...] esse ano quem mais trabalhou fui eu, a mulher todo ano me acompanha no serviço, mas esse ano durante a época que tinha mais trabalho, na hora de colhe, ela começo a sofrer com dor na coluna, não podia mais fazer força, e daí tivemos que gastar bastante dinheiro no médico com ela, porque ela estava ruim e não podia ficar na fila do posto para fazer os exames [...] e para piorar antes dela ficar doente, o pai e a menina, já tinham colocado aparelho nos dentes, comprado umas roupas, comprado umas coisas para a escola, tudo para pagar na safra, e ainda as crianças só trabalham meio-dia [...] com isso sobrou para mim, para não dizer que eu não comprei nada, comprei umas duas camisas e um sapato, a gente compra um sofá e eu mandei arrumar umas coisas no carro, mas isso é para toda a família [...] mas é assim mesmo, ano que vem vai que eu fique doente e daí, eles vão ter que trabalhar por mim, e os filhos a gente que sempre dá uma condição melhor que a gente tinha quando era criança. (Entrevistado 9, novembro, 2009)

Essa assimetria entre a quantidade de trabalho exercida por um membro da família e a quantidade de rendimento que ele recebe, se dá devido às necessidades imediatas de alguns indivíduos. É muito normal, até porque não há um controle exato das horas trabalhadas por cada pessoa na produção de fumo e de leite. Outro exemplo comum, que ocorre na Linha Itaíba, é quando um dos filhos da família casa, naquele ano a maior parte do rendimento da safra vai para as despesas com aquele filho, além de todas as despesas que envolvem o cerimonial do casamento, ainda é necessário investimento com a construção de uma nova moradia, quando o filho não fica morando na casa dos pais. Essas despesas adicionais como nos casos de doença, podem ocasionar o endividamento da família e o comprometimento da

próxima ou até das duas próximas safras. No caso dos casamentos em que a esposa ou o marido vão morar na casa dos sogros, devido a dificuldade em comprar mais terra para constituir um estabelecimento, esse novo membro da família é uma força a mais para o trabalho, já que, mesmo os estabelecimentos sendo pequenos em área, a produção de fumo, na maioria dos casos, não ocupa toda a área cultivável, mas demanda mão-de-obra.

Na Linha Itaíba, em 2009, anotamos nove casos em que o cônjuge foi morar no estabelecimento dos sogros para trabalhar na produção do fumo e do leite; três casos somente numa família: os rapazes casaram e continuaram morando no estabelecimento dos pais, um construiu uma nova casa através de financiamento mediado pela CRESOL, outro reformou um galpão e foi morar nele e o terceiro ficou morando na casa dos pais. Apesar desse aumento na mão-de-obra eles não conseguiram produzir fumo em todo o estabelecimento, sendo que esse possui 21 hectares.

No reassentamento também constatamos dois casos em que as filhas dos agricultores casaram com homens que residiam e trabalhavam na cidade, e devido ao valor do aluguel na cidade e o salário insuficiente para manter o casal, optaram em morar no estabelecimento dos pais – não na mesma casa - um casal para trabalhar na produção do leite e outro do fumo; os maridos, para complementar a renda, continuam trabalhando na cidade, um no período da noite, em uma rádio e outro em um posto de gasolina, sendo que este não possui horário definido para trabalhar porque há um revezamento de horários entre os funcionários, isso possibilita que ele consiga tempo para trabalhar na produção do leite.

Também notamos que os agricultores passam a ter uma autonomia parcial do trabalho ou uma autonomia condicionada, para organizar as etapas e a rotina das atividades, por exemplo, o agricultor pode não trabalhar 1 ou 2 dias da semana, pode visitar um parente, resolver alguma questão de ordem burocrática na cidade, ele possui essa possibilidade, porém, ele terá que repor esse “atraso” no trabalho de alguma forma, aumentando a jornada diária de trabalho, trabalhando em algum final de semana ou contratando empregado temporário. Essa autonomia parcial aumenta e diminui dependendo dos ciclos agrícolas, no caso do fumo, e no caso do leite como já salientamos, o trabalho não demanda muita mão-de-obra, mas é mais regular, os agricultores têm uma rotina para fazer a ordenha e alimentar o gado.

O agricultor tenta resistir ao trabalho assalariado, porque ele entende que ficando no campo ele possui autonomia em relação ao trabalho e aos meios de produção. Porém, o que ocorre é uma autonomia condicionada aos interesses das empresas, e a lógica de mercado, uma subordinação disfarçada, como demonstram Silva (1987) e Saquet (2002).

O integrado na produção fumageira, por se tratar de um trabalho praticamente todo braçal, o capital não se apropria dos meios de produção, é o agricultor que continua sendo o proprietário dos meios de produção e responsável pelas atividades. A empresa não precisa realizar o gerenciamento do trabalho regularmente, ela disponibiliza um pacote tecnológico com os insumos, alguns cursos/treinamentos básicos para as etapas da produção e algumas visitas periódicas para acompanhar a produção. O próprio fumicultor exerce o controle do trabalho despedido, pois ele entende que trabalhar intensamente é algo inerente a sua vida e sua renda dependente da intensidade do seu trabalho. Quanto mais o trabalhador aumenta a sua produção e consegue na objetivação do seu trabalho um objeto de melhor qualidade, maior é a sua alienação em relação ao mesmo. O declínio e o empobrecimento do trabalhador é resultado do seu trabalho e da riqueza que ele produziu (Marx, 2004). Quanto mais ele aumenta a produção e, conseqüentemente, o capital da empresa, maior é capacidade da empresa exercer relações de poder sobre ele controlando seu território.

De modo mais geral, na produção do fumo, podemos dizer que o estranhamento no mercado e na ação de retorno do produto produzido pelo agricultor se dá através da possível contaminação dos agricultores pelos agrotóxicos utilizados na produção e, principalmente, pela matéria-prima – o fumo – utilizado para a fabricação de cigarros, que, devido ao fato de ter nicotina que é uma substância causadora do vício, torna os fumantes dependentes. Estudos científicos demonstram que há uma incidência maior de problemas respiratórios, cardíacos, doenças cancerígenas etc, sobre a população fumante (Terra de Direitos, 2009). Em relação ao fumicultor, o estranhamento é tão contraditório que, durante a pesquisa, mais de 90% dos agricultores declararam-se contra o hábito de fumar, e os chefes das famílias (na maioria homens) afirmaram que reprimem e não permitem que alguém da família comece a fumar.

A impressão de autonomia, essa relação quase que “romântica” que o agricultor tem com a propriedade privada da terra, com o seu trabalho e com as atividades em geral como a administração do estabelecimento e a negociação dos financiamentos de custeio (mesmo estando integrado à indústria), faz com que ele não perceba o seu grau de subordinação em relação à Souza Cruz e a Latco. Porém, essa relação não precisa ser rompida, ela pode ser utilizada em favor do agricultor, no sentido de que ele utilize formas de produção menos degradantes que tornem o trabalho algo que ele se sinta bem em realizar, que suas idéias e opiniões sejam ouvidas e utilizadas no desenvolvimento dos meios de produção, ou seja, utilizar as potencialidades que estão presentes no território. Com mais autonomia, produzindo, por exemplo, alimentos saudáveis e relações de solidariedade mais fortes.

Atualmente, os agricultores estudados inserem-se na produção voltada para o grande mercado, com a intenção de conseguir maior poder de consumo, e a maioria acaba não conseguindo, o que conseguem são alguns bens, através de muito trabalho e da privação de outras necessidades. Citamos o exemplo de um agricultor entrevistado: ele comprou um carro usado, pagou uma pequena parcela e financiou o restante em 4 anos, com o objetivo de pagar as prestações com a renda do fumo; além do valor do carro ter aumentado muito devido aos juros e os pagamentos ficarem comprometidos com uma possível queda no preço do fumo, ele deixou em segundo plano outras necessidades como, por exemplo, plano de saúde para os membros da família. A família do entrevistado possui dois idosos, que precisam de assistência médica regularmente, sem o plano de saúde eles são obrigados a enfrentarem filas no posto de saúde, e no caso de uma urgência precisam usar o dinheiro das suas aposentadorias que é suficiente apenas para as despesas básicas. E, segundo o agricultor, em alguns meses, os idosos, que são os seus pais, precisaram emprestar dinheiro para ele pagar as parcelas do financiamento do carro. Além disso, a casa desse produtor precisa visivelmente de reformas.

Na Linha Itaíba, algumas casas precisam de reformas, as melhores são as que foram construídas recentemente através de financiamentos disponibilizados pela CRESOL, que são exclusivamente para a construção ou reformas de casas, o financiamento é pago em parcelas. Três agricultores esperam pela liberação de recursos para a construção de casas novas. Alguns agricultores não entendem como essencial a construção de uma casa melhor, preferem comprar um carro, ou investir em outros benfeitorias ou máquinas. Nas fotografias 18, 19 e 20 podemos observar três casas em diferentes estados de conservação, sendo que as casas das fotografias 18 e a 19 não são mais as construídas pela Eletrosul, foram construídas com recursos de financiamentos; a família da 3ª casa, pretende entrar na lista de espera para receber financiamento para reformar ou construir outra casa, pois, segundo o agricultor, sem o auxílio do financiamento, não é possível.



FOTOGRAFIA 18. Casa da família Rudniski Linha Itaíba, construída com recursos de financiamentos.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.



FOTOGRAFIA 19. Casa da Família Krause na Linha Itaíba, reformada com recursos de financiamentos.

Fonte: Trabalho campo, 2009.



FOTOGRAFIA 20. Foto da casa da família Jabuiski, não reformada na Linha Itaíba.
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

É preciso a conscientização dos agricultores, de que o desenvolvimento não é somente a busca incessante por bens materiais. Segundo SPOSITO (2008), fundamentado no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o desenvolvimento humano deve ser entendido:

[...] como possibilidade de ampliação das opções de consumo e satisfações pessoais e coletivas das pessoas. O consumo é material, e as satisfações são menos materiais. Entre esses elementos, figuram, por exemplo, a liberdade de movimento e de expressão e a ausência de opressão, violência ou exploração, buscando-se um propósito na vida que signifique potenciação de sua capacidade de viver e produzir. (p.65)

Porém, segundo o autor, o desenvolvimento é “[...] confundido com o crescimento econômico ou com distribuição da renda. Esses aspectos são importantes, mas não são únicos. Ao contrário, podem ser considerados complementares e nunca excludentes.” (p. 65).

Os agricultores podem ter esse entendimento e serem menos resistentes às formas de produção alternativas. E terem a impressão de que através das produções convencionais padronizadas conseguirão diminuir a quantidade de trabalho e aumentar a renda, pois não percebem claramente todo circuito do capital de subordinação no qual estão inseridos.

Em relação à produção do fumo não há possibilidade dela ser organizada de uma forma que não prejudique o agricultor, já que, a sua ação de retorno sobre a sociedade é

muito intensa, mas também não é possível a produção ser encerrada sem a transição para outra atividade, devido a quantidade de agricultores que utilizam a renda do fumo.

Percebemos que os fumicultores ignoram os efeitos colaterais, as ações de retorno mais visíveis, mais comuns do seu trabalho, pois eles não dão importância à perda da sua cultura, das suas formas tradicionais de produção, como o controle das sementes crioulas. Os agricultores, tendo uma renda mínima para a sua sobrevivência, e a expectativa (que dificilmente se efetua) de, na próxima safra, conseguir um ganho maior, se sujeitam aos trabalhos mais penosos e aceitam um grau de contaminação ao utilizarem os produtos químicos.

É a conflitualidade das relações, proporcionadas pela sobreposição dos territórios, que faz com que não possamos negligenciar a expansão do capitalismo sobre a agricultura, que vai gradativamente controlando e ajustando o trabalho dos agricultores. Ao mesmo tempo, não podemos ignorar as particularidades que são próprias dos agricultores familiares como as suas relações de trabalho e as formas de aplicação e divisão da renda dentro do núcleo da família, tais formas não obedecem os padrões capitalistas, onde cada trabalhador tem um salário fixo, ou depende da sua produtividade. Além disso, eles ainda realizam os trabalhos de ajuda mútua, a socialização de alguns implementos agrícolas e a produção de alguns produtos básicos para a alimentação como, por exemplo, batata, mandioca, amendoim, pipoca, feijão, verduras e legumes. Esta última pode ser considerada a mais importante, pois é ela que proporciona a sobrevivência dos agricultores diante do seu papel de pequeno produtor mercantil. Entendemos que a subsistência:

[...] não é, portanto, um dado, um mínimo abaixo do qual a existência física não seria possível, mas uma categoria social que permite estabelecer que padrões e normas de reprodução são socialmente aceitáveis; por conseguinte, um conceito que também se move de sistema para sistema e que está tão submetido às leis de um sistema determinado como qualquer outro [...].
(GARCIA, 1983, p. 16)

Para uma parte dos agricultores, em algumas fases de dificuldades financeiras, principalmente nas entre safras, se alimentar praticamente somente de alimentos produzidos no estabelecimento não é sinônimo de estar passando fome:

[...] quando acaba o dinheiro, e ainda não chega a safra a gente come uma carne com mandioca, feijão, arroz, frita uns ovos, em algumas refeição só tem o sal, pimenta essas coisas compradas, o resto é daqui mesmo, tem muitos que tem vergonha de dizer isso, não sei porque, é comida boa [...] a gente tem crédito pra compra nos mercado a fiado, mas nesse período a

gente compra e deixa guardado pra um visita pros final de semana, as vezes come mais coisa do mercado no café da manhã as vezes na janta, pra não se endivida muito [...]. (Entrevistado 9, novembro de 2009)

Mas é preciso salientar que os agricultores também precisam ter acesso a educação de qualidade, a cursos superiores, a cultura, lazer, a possibilidade de consumo de uma gama variada de produtos. E eles querem ter o acesso a esses elementos, cada vez mais devido a própria infiltração do capitalismo no campo, que vai desenvolvendo novas necessidades/desejos de consumo.

A partir do momento em que os agricultores familiares passaram a ser pequenos produtores mercantis, eles ficam dependentes da indústria para obtenção dos insumos químicos e das novas tecnologias na produção fumageira; e na produção leiteira dos produtos para alimentação dos animais além da necessidade de possuir animais com qualidade certificada, que produzam uma grande quantidade de leite, os quais são indicados pelas cooperativas, sendo duas ou três espécies que são padronizadas como as melhores. Além de possuírem um valor elevado é preciso um acompanhamento veterinário com medicamentos e suplementos alimentares industrializados, retirando aí mais uma parte da renda dos agricultores, fazendo com que os mesmos não consigam mais constituir os seus plantéis bovinos com os animais já tradicionalmente criados por eles e adaptados às características de cada lugar. Isso é realizado com o propósito de aumentar a produtividade, e realmente ela aumenta se comparada com os animais conhecidos popularmente entre os agricultores como “comuns”, porém, esse aumento da produtividade não representa um aumento significativo da renda, pois essa margem de renda a mais é utilizada na compra dos bovinos de raça e com os produtos para o cuidado dos mesmos.

A produção dos alimentos para o consumo nos estabelecimentos faz com que os agricultores não fiquem dependentes somente do ganho proveniente da produção do fumo e do leite. No caso do fumo, a empresa até incentiva essa produção, justamente para que o agricultor não fique dependente somente da venda do tabaco e assim consiga sobreviver produzindo o fumo. Inclusive, uma das considerações que estão presentes no contrato diz o seguinte: “Considerando que o produtor está ciente de que deve cultivar outras lavouras que não a do fumo, sendo esta prática recomendada para que não dependa exclusivamente do cultivo do fumo para a subsistência.” (Contrato de integração, safra 2008/09).

Em relação à produção do leite uma parte dos agricultores fabricam, de forma artesanal, alguns produtos derivados do leite para o consumo próprio e comercialização do excedente, como já apontamos. Aqui, percebemos um dos aspectos da conflitualidade que

citamos anteriormente entre o avanço das atividades mercantis no campo e as relações que são inerentes aos agricultores, pois muitos dos produtores de leite não produzem os derivados, para que possam vender uma quantidade maior de litros ou então porque as atividades na produção do leite ou do fumo demandam muita mão-de-obra e não há tempo hábil para a fabricação destes produtos.

A produção de alimentos para o consumo no estabelecimento é um elemento a mais que os agricultores utilizam para se manterem vivos “superando” as variações nos preços dos produtos produzidos por eles. Os agricultores não entendem que seja uma forma de resistência ao capitalismo, até porque a maioria deles não possui um conhecimento teórico mínimo sobre o modo capitalista de produção, e não estão organizados politicamente para tal. Durante as entrevistas, quando perguntamos qual o entendimento dos agricultores sobre o modo capitalista de produção as respostas mais freqüentes eram: “ [...] é um modo onde quem manda é quem tem dinheiro” “[...] o dinheiro é que manda [...]” os pobres tem que obedece quem tem dinheiro” “[...] é um modo bom, porque nos utilizamos ele pra ganha dinheiro” “[...] no começo era bom na época do Getúlio Vargas e depois com os militar, mas não sei onde se perdeu o rumo e viro uma exploração”. Alguns entrevistados que possuem um nível de instrução maior responderam assim: “[...] é um modo que se espalhou pelo mundo todo, todos os país ficam dependente um do outro, a economia lá do outro lado do mundo muda a economia aqui [...]” “[...] eu não sou socialista, eu penso em ganha dinheiro, mas o problema é que ta muito concentrado nas mãos de uns pouco”.

[...] pra sobrevive no capitalismo, nós, os pequeno temo que se uni, mas o problema é que os agricultor são tudo desunido, todo mundo só pensa em ganhar o seu [...] o que a CLAF, CRESOL faz é uma boa saída, mas só que chega uma hora que elas começa a tira dinheiro como os outro banco e empresa [...] tipo aquele assentamento Conquista da Fronteira que fica lá perto da Argentina, eu acho uma beleza, todo mundo reparte as coisa, trabalham junto [...] aqui na Itaíba se tentasse implantar esse sistema, se matavam no primeiro dia [...] tem uma parte que daria certo, entre os parentes e mais alguns [...] é a minoria que atrapalha, mais num grupo é assim se tem um que incomoda, não da certo, pode vê os grupos que foram feitos ai pra compra máquina, eram grupos pequenos de 5, 6 e acabaram por causa de 1 ou 2. (Entrevistado 10, novembro de 2009)

Como percebemos, não é possível afirmar que os agricultores entendem que a produção de subsistência é uma forma de resistência ao capitalismo. Nós entendemos que não é uma forma de resistência ao capitalismo, mas um elemento de auxilio para os agricultores viverem sob o modo capitalista de produção, subordinados, fazendo parte do sistema, constituindo uma parte (importante) mas frágil das redes deste sistema e da territorialização

das instituições, como as que estudamos. A produção de subsistência é uma característica secular, inerente a prática agropecuária familiar de base camponesa.

Cabe aos agricultores construir redes solidárias com trocas de experiência, ajuda mútua, e uma rede de comercialização própria e direta ao consumidor:

[...] para a construção de novos territórios e territorialidades, que possam constituir uma sociedade mais justa, através da autogestão e da autonomia, é preciso valorizar a cultura, as formas de produção específicas de cada lugar, com uma política voltada para o reconhecimento destas particularidades. No dizer de Milton Santos, isso requer um processo de *resistência do território* diante das imposições da mundialização do capital [...] Diante da sedução e das forças dos fluxos, precisamos reconduzir as ações aos lugares, com relações de coesão e com direito à autogestão. (SAQUET, 2007, p.177)

Porém, como a maioria dos agricultores não possui essa capacidade de organização e não valorizam a sua cultura, e a diversidade da produção, entendemos que para o desenvolvimento da agricultura uma possibilidade é a integração ao mercado convencional, os agricultores optam por duas ou três produções, para tentar manter certo equilíbrio na reprodução da unidade familiar. É fundamental produzir para a subsistência e para o mercado, para que possam adquirir produtos que precisam e não conseguem gerar em seus estabelecimentos.

Na Linha Itaíba, um exemplo de organização política é a associação de moradores que, apesar de alguns problemas, como a inadimplência de alguns associados com o bar que fica no ginásio de esportes, a centralização da direção da associação em poucas pessoas e a falta de debate entre a direção e as pessoas da localidade, ela está conseguindo manter o ginásio (fotografia 21) de esportes para utilização dos moradores nos finais de semana; assim como a igreja (fotografia 22), que é utilizada para duas religiões, a Católica e a Luterana, além do clube de mães. Para pagar os custos com a manutenção são realizadas 4 festas por ano para as despesas e investimentos, sendo que uma é para o ginásio, uma para cada religião e uma para o clube de mães. O ginásio é aonde todos os moradores participam tendo direitos e deveres; cada morador participa da religião que segue; no clube de mães, somente as mulheres casadas ou que possuem filhos participam. Cada organização possui uma direção para sua gestão. Nas organizações das festas, a diretoria trabalha juntamente com os associados, organizam as atividades e convidam todos os associados da localidade para participar dos trabalhos para a realização da festa.

Isso demonstra um grau de organização política dos agricultores, que poderia ser fortalecido e utilizado em outras esferas como, por exemplo, para a discussão e definição de

alternativas de produção. As organizações locais não têm um caráter político e cooperativo vinculado a produção e gestão das unidades produtivas. Estão centradas em outros aspectos sociais, tais como lazer, religião, esportes e orientação familiar, aspectos também importantes da vida cotidiana e do desenvolvimento em cada território.



FOTOGRAFIA 21. Ginásio de esportes na Linha Itaíba.

Fonte: Trabalho campo, 2010.

Em relação à produção, isso se torna mais difícil porque há atores exógenos que se apropriam do resultado do trabalho do agricultor e da renda da terra: eles controlam o território e dificultam sua organização política. Nesse sentido, é necessário o fortalecimento local, no sentido da valorização dos produtos regionais, das pessoas e seus valores culturais. Na região Sudoeste do Paraná, por exemplo, as pessoas vão ao comércio e compram produtos vindos de outras regiões, sendo que os mesmos são produzidos no Sudoeste paranaense. Um exemplo são as frutas que são comercializadas, algumas como melancia, pêsego, laranja etc, vem de outras regiões, porém há produção no Sudoeste do Paraná tem que ser potencializada.



FOTOGRAFIA 22. Igreja na Linha Itaíba.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

É importante reconhecer que a integração é importante, pois as pessoas têm acesso a uma variedade de frutas que não são produzidas no Sudoeste paranaense como o côco da Bahia. Além do exemplo das frutas, os produtos *coloniais* também devem ter mais reconhecimento no comércio local. É necessário uma maior organização dos agricultores para que os produtos possam ser inseridos no mercado local e, gradativamente, ir se fortalecendo e constituindo redes em outras regiões.

O sistema de produção – como está atualmente - da CLAF, assim como as outras formas de produção que integram os agricultores ao mercado, os quais são viabilizados por políticas compensatórias como o PRONAF – da forma como está sendo aplicado - são formas de produção que enquadram os agricultores a viverem sob o sistema capitalista e sob esse sistema não há possibilidade de relações de simetria; o que prevalece são territorialidades dissimétricas. É importante reconhecer a importância destas políticas compensatórias, elas são necessárias, pois, sem elas o número de agricultores expropriados seria maior, mas entendemos que essas políticas, da forma como estão sendo aplicadas, não resultaram em uma mudança estrutural na Linha Itaíba.

Um ponto fundamental é a gerência dos recursos, tanto pela parte das entidades que “auxiliam” a agricultura quanto pelos agricultores. Nas cooperativas de crédito, como a CRESOL, suas políticas precisam ser voltadas para tentar diminuir a dissimetria entre os agricultores e os empresários industriais, os sistemas de créditos, as grandes corporações etc,

e não serem voltadas para ajustarem totalmente os agricultores às produções convencionais padronizadas. Na CRESOL de Marmeleiro, o PRONAF é destinado a duas produções, soja e milho; segundo depoimento de um produtor de leite, ele tentou fazer o PRONAF para custear o plantio de pastagem mas não foi possível, ele só conseguiria o financiamento para custear a produção de soja ou milho, e para isso ele teria que apresentar as notas fiscais de compra dos insumos químicos e todos os agrotóxicos, fertilizantes e adubos químicos os quais deveriam estar dentro dos padrões técnicos e das composições indicadas pela cooperativa. A justificativa em relação às notas fiscais por parte da cooperativa é de que dessa forma ela consegue garantir que os agricultores produzam e consigam pagar os financiamentos, pois, se não exigirem as notas dos agricultores uma parte não produz o que está no contrato e conseqüentemente não conseguem pagar os financiamentos.

É importante lembrar que, a partir do plano safra 2003/04, foram criadas outras linhas do PRONAF, com o objetivo de projetar a *categoria socioeconômica* agricultura familiar, entre essas linhas estão o PRONAF Fome Zero; PRONAF Semi-Árido; PRONAF Pesca; PRONAF Mulher; PRONAF Jovem Rural; PRONAF Agroecologia; PRONAF Turismo Rural, porém, na CRESOL Marmeleiro, os agricultores só conseguem financiamento para produzir soja e milho, segundo um funcionário da cooperativa é por uma questão de enquadramento dos agricultores do município. (Gómez, 2007)

Outra questão é que a exigência da apresentação de notas fiscais para a liberação do PRONAF não é garantia de pagamento dos financiamentos, já que alguns agricultores disseram que compram notas fiscais falsas de comerciantes de insumos agrícolas; a produção de monoculturas como a soja e o milho em pequenas áreas não é garantia de uma produção que gere uma renda considerável. Os produtores que pagam o PRONAF, retêm para eles uma renda muito baixa, ou não geram renda, e o valor obtido com a produção é suficiente apenas para pagar o financiamento.

Entendemos que diante das condições de produção, circulação e comercialização, a gestão das entidades que apóiam a agricultura familiar está em um nível acima dos agricultores, pois elas auxiliam no desenvolvimento de alternativas que devem ser disponibilizadas aos agricultores, para um segundo nível os agricultores se organizarem e buscarem essas alternativas de produção.

Quando não ocorre o gerenciamento das políticas públicas de um modo que diminua a dessimetria dos agricultores em relação ao sistema agrícola em geral, o acesso a estas políticas pode ser a porta de entrada para a expropriação dos agricultores ou para colocá-los em sérias dificuldades, como ocorreu na Linha Itaíba, onde os agricultores modernizaram a produção

utilizando o PRONAF, a partir de 1996, comprando insumos e máquinas para a produção de soja e milho. Como os agricultores possuíam minifúndios entre 11 e 22 hectares, a margem de ganho era muito baixa e isso os conduziu a produção do fumo e do leite. No caso do leite, em que os agricultores têm acesso a esses créditos, é importante uma boa gestão do estabelecimento, no sentido de estabelecer uma boa relação entre a alimentação dos animais, o tamanho dos estabelecimentos, o número de bovinos, a quantidade de mão-de-obra disponível e a infra-estrutura (ordenhadeiras, estábulo, silos, tanque de expansão) que comporte e não exceda os outros elementos da produção.

Entendemos que é preciso utilizar as potencialidades do território, criando redes próprias de comercialização, com a produção de produtos diferenciados, utilizando esse elemento na concorrência com os produtos convencionais. Talvez isso não provoque uma mudança estrutural na agricultura, mas pode melhorar as condições de vida dos agricultores, proporcionando-lhes maior autonomia, através de uma produção diversificada com a participação ativa dos agricultores, produzindo para subsistência e também para a comercialização. Para uma mudança estrutural na agricultura é necessário a superação do sistema capitalista, e isso parece que não se realizará em um curto espaço de tempo. O que pode ser realizado é o que Milton Santos chamou de *resistência dos territórios* no sentido de fazer com que as forças econômicas exógenas exerçam menos influências, não tornando totalmente dependente de fatores externos, gerando certa autonomia e estabilidade aos agricultores.

É muito difícil contrariar a lógica do capital, por isso, para conseguir essa resistência é preciso o apoio das políticas públicas e também a conscientização dos agricultores no sentido de optarem por uma forma de produção menos degradante que lhes proporcione mais autonomia, levando em consideração outros princípios, como produção de alimentos mais saudáveis além de uma melhor qualidade da água e assim como um uso racional dos elementos da natureza, entendendo que o desenvolvimento não é somente econômico. Nas produções capitalistas que visam somente o lucro, os agricultores têm somente a impressão que vão conseguir acumular capital, quando na verdade essa integração ao capitalismo hegemônico pode ser a “porta” de entrada para a expropriação e a subordinação dos agricultores. Por isso, é difícil conceituar o agricultor pela sua intenção, se é ou não de acumular capital, pois uma grande parte até tem a intenção de acumular, produzindo fundamentalmente para o mercado, deixando de lado as formas tradicionais de produção, mas para a maioria essa acumulação acaba não acontecendo e para sua sobrevivência retornam parcialmente às formas de produção tradicionais conjugando essas formas de produção com a

produção mecanizada para o mercado, como verificamos na sobreposição de territórios na Linha Itaíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que existe uma disputa de territórios entre as instituições das produções leiteira e fumageira na Linha Itaíba; tal disputa é influenciada principalmente pelos seguintes elementos: condições climáticas, preços dos produtos, disponibilidade de financiamentos, mudanças nas formas de relações entre as instituições e os agricultores, em virtude, no caso da produção do fumo, da entrada dos atravessadores e da disponibilidade da força de trabalho da família.

Com a realização da pesquisa, verificamos que a produção de fumo acarreta para os agricultores uma série de implicações, a produção necessita de grande demanda de mão-de-obra e trabalho exaustivo. Ao mesmo tempo, o sistema de integração possibilita a apropriação da renda da terra pelo capital monopolista, já que o contrato de integração é fechado e não permite a participação dos agricultores nas formas de produção e na determinação dos preços das classes do fumo. Os atravessadores são uma opção para a comercialização da produção, porém alguns acabam envolvidos pela empresa, como ocorreu na safra 2009/10, e influenciados para estabelecer um preço médio proporcional ao da empresa. Diante dessa situação, os atravessadores tornam-se uma opção instável para a comercialização da produção; os agricultores nunca têm clareza sobre os preços que lhes serão pagos. Assim, o que falta aos agricultores produtores de fumo da Linha Itaíba é organização política maior para ter maior poder de negociação.

A produção de fumo gera renda significativa para os agricultores da Linha Itaíba, o que possibilita a permanência de uma parte dos jovens no reassentamento. Essa renda é gerada porque a produção necessita do que o agricultor mais pode oferecer, que é sua força de trabalho, já que o agricultor estende a todo o custo a sua jornada de trabalho. Nesta, é importante destacar o trabalho das mulheres, que realizam as atividades do lar, referentes aos produtos para subsistência e ainda trabalham no cultivo do fumo. O trabalho das crianças e dos idosos também é importante, pois permitem a realização das etapas da produção sem praticamente a contratação de empregados temporários.

Outro aspecto importante, ao nosso ver, é que o fumo não pode ser indicado como uma produção que apresente um projeto de futuro em que o agricultor possa continuar a produzir, por todas as questões aqui apresentadas e também porque existem campanhas anti-tabagistas, realizadas inclusive pelo Estado que, conseqüentemente, poderão influenciar diretamente na produção.

Em relação à produção leiteira, ela apresenta uma instabilidade devido às variações da quantidade produzida, proporcionada por fatores como a diminuição das pastagens nos períodos de estiagem e pelas fusões e compras de laticínios, ocorrendo uma concentração de empresas. Esse processo é prejudicial para uma organização produtiva em que os produtores tenham mais autonomia. Por isso, é necessário que cooperativas, como a CLAF, revejam sua forma de organização, caso contrário, acabarão tornando-se uma cooperativa com foco empresarial.

É necessário que as cooperativas promovam um sistema de gestão democrática, uma relação em que os presidentes das cooperativas dialoguem entre si e com os associados. Atualmente, esse diálogo é muito pequeno, os dirigentes gastam o seu tempo com outras atividades; quando não há um sistema de gestão aberto ao diálogo, somente as aparências são de uma cooperativa.

Os dirigentes das cooperativas são vistos com desconfiança pelos agricultores, já que, há pouco tempo, aquele que atualmente ocupa o cargo de diretor e tem a capacidade de influenciar no destino dos recursos, além de conseguir uma ascensão econômica e social, estava no mesmo nível dos demais agricultores. Isso causa, entre os agricultores, uma insegurança, pois questionam a capacidade dessa pessoa em promover o desenvolvimento da cooperativa; entendem que os dirigentes buscam somente a ascensão individual, o que muitas vezes acontece, porém, os agricultores não se manifestam nas assembleias, não se organizam para formar uma “chapa” de oposição nas eleições ou para questionar e exigir uma prestação de contas mais detalhada e para analisar se os investimentos da cooperativa estão sendo os melhores para os agricultores ou se há outras possibilidades.

Da forma como a CLAF de Marmeleiro está atuando, ela não está auxiliando os agricultores, já que ela está pagando por litro de leite o mesmo valor de outras empresas e não está orientando os produtores a produzirem a baixo custo. Houve um desvirtuamento dos pressupostos da cooperativa, embora não possamos, ainda, afirmar que ela é uma empresa. Assim, a cooperativa está em processo de transição. Para se manter com os princípios do cooperativismo, ela precisa rever as suas relações com o mercado, utilizar estratégias diferenciadas para concorrer com as outras empresas. Uma alternativa é a produção de leite e o beneficiamento de produtos certificados com uma qualidade diferenciada.

Acreditamos que o agricultor não precisa negar o mercado, o que precisa ser modificado são as relações com o mercado, porque, diante das condições e das organizações atuais dos agricultores, é difícil imaginar que surja uma nova organização que provoque mudanças estruturais na produção e na comercialização.

A Latco, apesar das poucas informações conseguidas, tem a preocupação exclusiva de receber a produção, não há acompanhamento regular da produção no estabelecimento. É uma empresa que vem aumentando suas redes de comercialização, vendendo seus produtos para outros estados brasileiros. Os agricultores que entregam a produção para a Latco têm essa opção, ao invés da CLAF, porque entendem que a Latco é uma empresa mais tradicional e isto passa uma segurança maior. De modo geral, entendem que a CLAF deveria beneficiar mais os agricultores por ser uma cooperativa, por isso não se sentem atraídos a entregarem a produção para esta última.

A territorialização dessas instituições na Linha Itaíba aumentou o grau de complexidade e conflitualidade das relações não só do reassentamento mas também desse espaço com outros espaços, como os espaços urbanos, principalmente com a cidade de Marmeleiro. Os agricultores são dependentes dos atores dos espaços urbanos para comprarem os equipamentos, insumos, alimentos, fazer financiamentos etc. No entanto, não se configura uma relação de mão única, os espaços agrícolas também criam demandas nos urbanos, a produção agropecuária produzida na Linha Itaíba é importante para o município, os tributos gerados pela produção são significativos, principalmente no caso do fumo.

De maneira geral, todos esses elementos e processos apresentados configuram uma disputa de territórios, em que há alternância de um território que está sobrepondo-se ao outro; nos últimos dois anos, o território da produção leiteira vem-se fortalecendo, no entanto, o que está acontecendo não é a abdicação total dos agricultores que produzem fumo, mas uma diminuição na quantidade produzida e a sua inserção na produção leiteira; há uma conjugação das duas produções nos estabelecimentos porque algumas famílias com maior número de membros não conseguiriam manter-se produzindo somente o leite considerando a área de terras que possuem. Nos últimos oito anos, na Linha Itaíba, não verificamos nenhum caso de agricultores produtores de leite que se inseriram na produção do fumo. Então, houve um aumento do território da produção leiteira e uma diminuição no território da produção fumageira. Porém, afirmar que esse processo vai continuar é difícil porque os agricultores acompanham as variações das atividades, principalmente os preços dos produtos. Pelo que conseguimos entender, dificilmente os agricultores que trabalham com as duas atividades deixarão completamente uma produção para se especializar na outra.

Um dos elementos fundamentais para o fortalecimento do território da produção leiteira foi o PRONAF. Entendemos que se trata de uma política pública compensatória, que não mudará a estrutura da agricultura, não possibilitará uma autonomia, uma independência para o agricultor familiar, mas é uma política pública muito importante para que ele consiga

manter-se ou inserir-se na produção de leite: mais de 90% dos produtores de leite da Linha Itaíba fizeram o financiamento do PRONAF, investimento para modernização da produção. Porém, é preciso ressaltar que o PRONAF também pode ser o caminho para expropriação ou endividamento se os agricultores não souberem e não tiverem uma orientação para aplicação dos recursos, pois, conforme verificamos, alguns agricultores estão inadimplentes com a CRESOL. A maioria das dívidas dos agricultores inadimplentes é referente ao PRONAF para custeio, utilizado para a produção de soja e milho. Menos de 10% das dívidas atrasadas são referentes aos financiamentos para o investimento na produção leiteira.

Outro elemento a ser destacado é a produção de alimentos para o consumo no estabelecimento, muito importante para a economia e subsistência das famílias. A produção desses alimentos não deixa os agricultores totalmente dependentes das produções mercantis: a produção de subsistência gera certa autonomia, pois não dependem totalmente do mercado para adquirir o que precisam para sua reprodução imediata.

Desse modo, ocorre uma conjugação de novas territorialidades com o território já constituído historicamente, onde formas de produção, hábitos e costumes tradicionais estão presentes conjuntamente com inovações tecnológicas. Muitas dessas formas tradicionais são mantidas pelos agricultores porque elas são fundamentais para a produção e para a sobrevivência de suas famílias. É difícil afirmar se os agricultores mantêm essas tradições assim como a sua própria permanência no campo, porque elas são funcionais para a produção ou porque eles têm um “apego” a esses elementos. Porém, os agricultores são influenciados pela religião, a identidade com a terra, ou seja, realizar uma análise somente dos aspectos materiais seria simplificar a realidade. O conflito territorial que percebemos aumenta cada vez mais devido à lógica capitalista presente na sociedade. É um processo contraditório que implica interesses mercantis, especialmente da LATCO e da SOUZA CRUZ e, ao mesmo tempo, necessidades e desejos referentes à simples sobrevivência de cada família agricultora. Há um campo de forças que envolve as famílias e os condiciona cada vez mais a se inserirem no modo capitalista de produção como força de trabalho subordinada para produzir alimentos e matérias-primas a baixos preços.

REFERÊNCIAS

AFUBRA. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/principal>> Acesso em: 20 jan. 2009.

BASSO, D. **A produção e a gestão das políticas de desenvolvimento rural pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos-PR.** Porto Alegre/RS, 2003. 198 f. (dissertação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural.

BONETI, L.W. **O papel pedagógico da Assessorar no apoio à construção da cidadania dos ex-possesores do Sudoeste do Paraná.** Ijuí/ RS, 1998 (dissertação). Programa de Mestrado em Educação nas Ciências, Departamento de Pedagogia da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Censo Agropecuário. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2009.

CORRÊA, R. L. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, 54 (3): 115-151, jul./set.1992.

ELIAS, D. Novas Dinâmicas Territoriais no Brasil Agrícola. In: SPOSITO, E. S; SPOSITO, M. E. B; SOBARZO, O. (Org). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.** 1º Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FAJARDO, S. **Territorialidades corporativas no rural paranaense.** Guarapuava: Unicentro, 2008.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

GARCIA, A. R. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos agricultores.** Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 1983.

GNOATO; A. G. NUNES S.P. **Perspectivas para a atividade leiteira.** Dois Vizinhos/PR.2009. Artigo apresentado no Seminário Sobre o Censo Agropecuário do IBGE de 2006 e o Desenvolvimento Regional. Realizado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Campus de Dois Vizinhos.

GÓMEZ, J.R.M. Desenvolvimento em (des) construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, B.M; MARQUE,M.I.M; SUZUKI,J.C. (Org). **Geografia agrária: teoria e poder.** São Paulo, Expressão Popular, 2007, p.39-54.

HACKER, O. **Produção de leite na comunidade da Seção Jacaré em Francisco Beltrão.** Monografia (Graduação em Geografia) 67 f. Setor de Ciências Humanas. UNIOESTE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo IPARDES. **Caracterização socioeconômica da atividade leiteira no estado do Paraná.** Curitiba, 2008.

MARCOS, V. de. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 213-238.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MARX. K. **Manuscritos econômicos -filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura e Indústria no Brasil**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo. AGB. Nº58, 1980, p.5-64.

OCDE-FAO. **OCDE-FAO Agricultural Outlook: 2006-2015**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/48/6/37190989.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2009. REVISTA EXAME.

OLIVEIRA, A.U. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991.

PAULILO, M. I. S. **O Peso do Trabalho Leve**. Departamento de Ciências Sociais- UFSC. Revista Ciência Hoje- nº 28/1987.

PAULILO, M. I. S. **Os produtores e agroindústria: consensos e dissensos, o caso de Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1990.

PAULINO, E.T. Territórios em disputa e agricultura In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 213-238.

PRIEB, R. I. .P. **Pluratividade na produção familiar fumageira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA EXAME. **Anuário do Agronegócio 2008**. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/static/aberto/anuarioagronegocio/>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

SANTOS, J.V.T. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5º ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, R. A. dos. **O Processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste Paranaense**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M.A. **A construção do espaço em Nova Palma/RS**. Francisco Beltrão/PR, Contexto 1991.

SAQUET, M.A. O tempo o espaço e o território In: MAGNOMI, L; SOUZA, A.L; SOUZA. E.B.C. **Paisagem Território Região**: em busca da identidade. Cascavel, Edunioeste, 2000.

SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo, Expressão Popular, 2006, p. 130-157.

SILVEIRA, R. L. L. da. **Complexo agroindustrial do fumo e território**: A formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo – RS. Florianópolis, 2007. 531 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina.

SISCLAF. **Área de atuação do SISCLAF**. Grafisul, 2008.

SISCLAF. **Fortalecer e variar ainda mais a atividade leiteira da agricultura familiar**. Jan/fev, 2007.

SISCLAF. **Fórum Sul do leite**. Boletim nº 1. Dezembro, 2004.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A.M (Org). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. : São Paulo: Expressão popular, 2006, p. 32-53.

SOUZA CRUZ. **Cadeia produtiva**. Material produzido pelo departamento de recursos humanos. Novembro de 2005.

SOUZA CRUZ. **História, valores e princípios**. Material produzido pelo departamento de recursos humanos. Novembro de 2005.

SOUZA CRUZ. **O histórico do fumo**. Disponível em:<http:// <www.souzacruz.com.br>
Acesso em 28/mar/2009.

SOUZA CRUZ. **Visão do futuro**. Material produzido pelo departamento de recursos humanos. Novembro de 2005.

SPOSITO, E. S. **REDES E CIDADES**. São Paulo, UNESP, 2008.

SPOSITO, E.S. A noção de território: uma leitura pela noção de desenvolvimento. In: HEIDRICH, A. L et al. **A emergência da multiterritorialidade**: A resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p.63-76.

SPOSITO, M.E.B. A questão cidade-campo perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A.M (Org). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 80-111.

SPOSITO, M.E.B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1991.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo, UNESP, 2008.

TERRA DE DIREITOS. **CONVENÇÃO QUADRO**. Terra de Direitos (Maio de 2007). Disponível em <http://www.terradedireitos.org.br>. Acesso em: 18 maio 2008.

ENTREVISTAS

BASSO, D. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga**. Francisco Beltrão, 15 de dez. 2009.

GAWENDA, A.L.F. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga**. Francisco Beltrão, 22 de dez. 2009.

LANNON, C. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga**. Francisco Beltrão, 20 de nov. 2009.

ANEXO 1

Produção mundial de leite (milhões de kg)								
País	1990	1995	2000	2005	2006	2007	2008	2007 (%)
União Européia	0	0	134.750	139.648	136.281	136.874	138.259	21,39
Índia*	53.500	66.000	79.250	91.500	96.200	102.100	105.000	15,95
EUA	67.005	70.440	75.929	80.254	82.462	84.188	86.026	13,15
China	4.751	6.728	9.191	28.468	33.025	36.334	37.790	5,68
Rússia	55.715	39.300	31.900	32.000	31.100	32.200	32.500	5,03
Brasil	14.500	18.375	22.134	24.250	25.230	26.750	28.890	4,18
Nova Zelândia	7.746	9.684	12.235	14.500	15.200	15.640	15.141	2,44
Ucrânia	24.36	17.181	12.658	13.713	13.175	12.262	11.350	1,92
México	6.456	7.542	9.437	10.016	10.214	10.829	10.986	1,69
Argentina	6.400	8.500	9.800	9.500	10.200	9.550	10.100	1,49
Austrália	6.435	8.433	11.172	10.429	10.395	9.870	9.500	1,54
Canadá	7.975	7.920	8.161	7.806	8.041	8.212	8.270	1,28
Japão	8.190	8.382	8.497	8.285	8.137	8.007	7.990	1,25
Coréia do Sul	0	0	0	2.229	2.176	2.188	2.200	0,34
Total	n.d**	n.d	425.114	472.778	481.836	495.004	504.002	77,34
Mundo	472.898	419.307	570.352	621.358	626.681	640.760	n.d	100

Fonte:FAO (2009). * Inclui leite de búfala. ** Não disponível.

ANEXO 2

Exportações mundiais de leite e derivados em 2007 (milhões de Kg)						
País	Manteiga	Queijo	Leite em pó integral	Leite líquido	Leite em pó desnatado	Total
Nova Zelândia	439	309	670	76	327	1.824
União Européia	260	550	430	156	100	1.496
Austrália	80	212	130	0	175	597
Estados Unidos	41	99	10	0	255	405
Argentina	0	45	117	0	11	173
Ucrânia	4	62	18	0	57	141
Austrália	0	0	0	82	0	82
China	0	0	72	0	4	76
Nova Zelândia	0	0	0	76	0	76
Brasil	3	8	42	0	4	57
Índia	10	0	0	0	40	50
Fonte: USDA (2009).						

ANEXO 3

Exportações brasileiras de leite e derivados (US\$).					
Produto	2005	2006	2007	2008	Variação. %
Leites UHT	2.194.340	5.892.541	10.383.563	10.811.127	392,7
Leite condensado	33.478.539	59.653.658	41.361.151	69.007.686	106,1
Creme de leite	163.087	291.947	292.748	361.197	121,5
Leite evaporado	615.725	3.485.939	1.901.685	4.576.447	643,3
Leite em pó	59.592.033	44.155.239	181.332.962	378.600.383	535,3
Iogurtes	1.561.084	1.253.701	2.858.339	3.129.371	100,5
Soro leite	80.244	30.141	14.857	34.117	-57,5
Manteiga	3.551.326	3.222.729	9.417.303	12.672.238	256,8
Queijo	28.856.906	20.516.231	25.724.166	29.988.405	3,9
SUBTOTAL	130.093.284	138.502.126	273.286.774	509.180.971	291,4
Leite modificado			25.068.990	30.903.758	
			618.896	708.472	
			25.687.886	31.612.257	
TOTAL	130.093.284	138.502.126	298.974.660	540.793.228	315,7
Fonte: Milkpoint, organizado pelo autor (2009).					

ANEXO 4

Maiores empresas do setor leite e derivados em 2007.		
Ranking setor leite	Empresa	Valor vendas (R\$ milhões)
1°	Nestlé	6.613,9
2°	Itambé	1.832
3°	Garoto	1.553,3
4°	Parmalat	1.295,7
5°	Danone	1.070,1
6°	DPA	1.036,4
7°	Batávia	889,9
8°	Vigor	771
9°	Cooperativa Batavo	620,8
10°	Embaré	481,2
11°	Letbom	469,2
12°	Tangará	380,5
13°	Leco	366,2
14°	Kibom Sorvane	356,7
15°	Confepar	353,8
16°	Bom gosto	327,5
Fonte: Revista Exame (2008)		

ANEXO 5

Produção de leite nas principais mesorregiões produtoras entre 1990 e 2007.					
Messoregião	1990	2000	2005	2007	Variação % 2007/1990
Noroeste Rio-grandense	610.548	1.230.138	1.490.339	1.853.343	203,6
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba - MG	941.388	1.313.873	1.690.369	1.766.897	87,7
Oeste catarinense – SC	274.798	602.808	1.107.954	1.348.291	390,6
Sul goiano - GO	544.618	1.050.642	1.258.509	1.301.837	139,0
Sul/sudoeste de mineiro – MG	812.158	1.008.248	1.120.149	1.234.277	52,0
Oeste paranense-PR	226.492	388.265	745.715	783.177	245,8
Zona da Mata – MG	523.316	587.832	672.341	728.497	38,7
Centro goiano – GO	295.760	676.078	734.699	688.014	132,6
Leste rondoniense	147.969	395.062	621.579	631.078	326,5
Oeste de mineiro – MG	350.251	514.237	574.440	604.145	72,5
Central Mineira – MG	234.781	500.350	624.132	593.298	152,7
Sudoeste paranaense - PR	147.338	283.821	462.356	547.327	271,5
Metropolitana de Belo Horizonte – MG	300.289	488.802	566.329	540.702	80,1
Agreste pernambucano –	230.615	197.058	393.778	516.369	123,9

PR					
Sudeste paraense – PA	124.277	266.181	562.891	508.321	309,0
Vale do Rio Doce – MG	342.804	400.911	473.089	505.212	47,4
Noroeste mineiro – MG	160.007	306.620	344.776	397.245	148,3
Centro Oriental paranaense - PR	118.640	315.744	385.949	379.377	219,8
Nordeste Rio – grandense - RS	199.845	202.968	303.383	365.130	82,7
São José do Rio Preto – SP	328.966	364.505	374.350	353.782	7,5
Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal/IBGE (2009).					

ANEXO 6

Agricultores entrevistados

Agustiano Perruzo
Airton Rudniski
Alcidez Canzi
Altair José Seghetto
Arno Oto Krause
Claudinei Luiz Canzi
Cláudio Luduwig
Dione Jabuiski
Fany Krause
Genaro de Vargas
Genésio de Vargas
Gentil Lombardi
Gilberto Seghetto
Inésio Bach
Ivair Rudniski
Jacir Fellipe
Lia Rudniski
Lino Luduwig
Lorimar Berticelli
Maria Janete Cezar Rudniski
Nadir Baiocco
Norma Lombardi
Odair Fellipe
Omércio Antônio Braga
Oto Kell
Rosilei Fatima Canzi
Valdecir Seghetto
Vanderlei Luís Gás
Walter Krause
Wilson Krause

Fonte: Trabalho de campo, 2009/10.